

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Zófimo Consiglieri Pedroso: Portugal, Europa e Latinidade

Frederico de Sousa Ribeiro Benvinda

Tese orientada pela Prof.^a Doutora Teresa Nunes, especialmente elaborada para a
obtenção do grau de Mestre em História, Especialidade em História Moderna e
Contemporânea.

ANO

2019

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de estender o meu agradecimento à Professora Doutora Teresa Nunes pela forma minuciosa e dedicada como orientou a realização deste trabalho e levou à sua boa conclusão.

Do mesmo modo, gostaria de agradecer a todos aqueles que tornaram a minha experiência de investigação na Biblioteca Nacional de Portugal; Gabinete de Estudos Olisiponenses e Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa o mais produtiva e memorável possível. A sua dedicação à preservação de documentos para consulta foi central para a realização do presente trabalho.

Gostaria, da mesma forma, de estender um agradecimento ao Instituto da Defesa Nacional pelo acolhimento que providenciou à nossa actividade profissional e científica durante momentos chave da realização desta tese.

Por fim, gostaria de agradecer à Margarida e ao Sérgio, meus pais, por tudo aquilo que me proporcionam e à Maria, minha irmã, pela mordaz atitude que mantém em relação à vida.

Índice

| | |
|---|-----|
| Agradecimentos..... | 3 |
| Introdução..... | 7 |
| Estado da Arte..... | 11 |
| Biografia de Zófimo Consiglieri Pedroso..... | 16 |
| Percurso politico-ideológico de Consiglieri Pedroso..... | 40 |
| Participação de Consiglieri Pedroso na Câmara dos deputados e na CML..... | 56 |
| Participação de Consiglieri Pedroso na imprensa periódica..... | 61 |
| Conceitos de História, Progresso, Civilização, Povo e Raça de Consiglieri Pedroso..... | 77 |
| O conceito de Latinidade em Consiglieri Pedroso..... | 81 |
| O panlatinismo de Consiglieri Pedroso perante as novas realidades da política internacional até 1907..... | 121 |
| Conclusão..... | 138 |
| Fontes e Bibliografia..... | 147 |

Resumo

O tema da manutenção da paz na Europa é central quando nos referimos ao período que medeia entre o fim da guerra franco-prussiana e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Deste modo, pretendemos apresentar a visão de Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910), deputado, vereador e autor republicano sobre o desenvolvimento das relações internacionais durante este período.

Convencido da superioridade do sistema de governo republicano, que associava à civilização e ao progresso, Consiglieri Pedroso acreditava que seria a doutrinação e propaganda que o faria triunfar em Portugal, libertando o país do jugo monárquico. No plano internacional, começa, na sua juventude, por pugnar pelo estabelecimento dos Estados Unidos da Europa, como único garante da paz europeia.

Contudo, à medida que avançava a marcha para a guerra, Consiglieri Pedroso ficava cada vez mais convencido da necessidade do estabelecimento de uma federação latina liderada por França, contraponto à expansão da Alemanha, que ameaçava a paz.

Palavras-chave: Portugal; Europa; Latinidade; República; Paz

Abstract

The theme of the maintenance of European peace is the cornerstone of the discourse on the period between the end of the franco-prussian war, in 1871, and the beginning of the First World War, in 1914. Hence, we mean to bring the discourse on international relations of the Portuguese MP, city councillor and author, Zófimo Consiglieri Pedroso (1850-1914) to light.

Convinced of the superiority of a republican system of governance, which he associated with civilization and progress, Consiglieri Pedroso believed that it was up to indoctrination and political propaganda to make such system a reality in Portugal, effectivly liberating the country from its monarchical regime. On the international stage, Consiglieri Pedroso will, in his youth, start off by advocating for the establishment of the United States of Europe, the only international organization he argued could maintain peace in the continent.

However, as the march to war progressed, the republican became more and more convinced of the need for the establishment of a Latin federation of European powers, headed by France, that would halt Germany's expansion and guarantee peace.

Keywords: Portugal; Europe; Latinity; Republic; Peace

1. Introdução

Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da Silva nasceu em Lisboa, a 10 de Março de 1851. Foi aluno, professor e director do Curso Superior de Letras (CSL). Republicano, foi deputado por esse partido entre 1884-1889. Entregou pela primeira vez na sessão de 17 de Dezembro de 1884 da Câmara dos Deputados o diploma que provava a sua eleição pelo círculo nº70, Lisboa¹, o qual lhe havia proporcionado 3932 votos, resultado a que chegara a segunda comissão de verificação de poderes da câmara depois de ter considerado uma lista que incluía o seu nome, nula². Diferente posição na tabela eleitoral havia granjeado no círculo nº88, Évora, onde apenas havia recebido 3 votos³.

Todavia, e embora a comissão propusesse no seu parecer de 22 de Dezembro de 1884 a aprovação dos seis deputados eleitos por Lisboa, não deixava de considerar no mesmo documento que os diplomas apresentados pelos mesmos não estavam conforme as disposições legais, já que se consubstanciavam num “(...) rapido extracto, ou antes uma ligeira nota da votação dos mesmos seis cidadãos (...)”⁴. Contudo, atendendo a que os dispositivos legais que regiam estas questões tinham apenas como objectivo garantir a identidade dos eleitos “(...) e considerando que são bem conhecidos no paiz, especialmente na capital, os seis cidadãos (...)”⁵, a comissão acabava por considerar que deviam ser proclamados deputados. O parecer foi aprovado pela assembleia⁶ e a necessária proclamação deu-se a 26 de Dezembro de 1884⁷, tomando o novo deputado posse na sessão do dia 27 de Dezembro de 1884, através de juramento⁸.

Contudo, embora esteja presente na abertura câmara nos anos de 1885⁹, 1886¹⁰, 1887¹¹, 1888¹² e 1889¹³ e participe das discussões da instituição durante todo o seu

¹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, [s.n.], Sessão nº2, de 17 de Dezembro de 1884, p.3.

² *Idem, Ibidem*, Sessão nº7, de 24 de Dezembro de 1884, p.43.

³ *Idem, Ibidem*, Sessão nº4, de 20 de Dezembro de 1884, p.21

⁴ *Idem, Ibidem*

⁵ *Idem, Ibidem*

⁶ *Idem, Ibidem*

⁷ *Idem, Ibidem*, Sessão nº8, de 26 de Dezembro de 1884, p.51.

⁸ *Idem, Ibidem*, Sessão nº9, de 27 de Dezembro de 1884, p.54.

⁹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº3, de 7 de Janeiro de 1885, p.7.

¹⁰ *Idem, Ibidem*, Sessão nº2, de 5 de Janeiro de 1886, p.3.

¹¹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº7, de 15 de Abril de 1887, p.65.

¹² *Idem, Ibidem*, Sessão nº3, de 9 de Janeiro de 1888, p.45.

¹³ *Idem, Ibidem*, Sessão nº7, de 10 de Janeiro de 1889, p.29.

mandato¹⁴, não volta, no final de 1889, a fazer parte das listas republicanas para a eleição de deputados¹⁵.

Noutra vertente, foi cofundador da Associação dos Jornalistas e Escritores portugueses¹⁶, tal como codirector, juntamente com Carrilho Videira, do jornal *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade* entre 1874 e 1875¹⁷, participando por uma vez em 1875 no *Almanach Republicano*, também ele dirigido pelo correligionário¹⁸. No início da década de 80, participou em *O Positivismo* através de artigos de índole historiográfica¹⁹, etnográfica²⁰ e filosófica²¹, resumindo a sua posição sobre a pedagogia no único artigo que publicou em *Froebel*²².

Contudo, em 1886, dedicou-se a encetar a publicação de opúsculos com vista à doutrinação e educação cívica das massas, a que deu o título de *Propaganda Democrática*²³, ventura que durará até 1888²⁴, lançando-se nesse ano numa nova empresa: a fundação de *Os Debates*²⁵, jornal cuja direcção, ainda assim, cedeu no ano seguinte²⁶.

Mesmo não vindo, até à sua morte, a dirigir qualquer outra folha, auferiu ainda participações na revista *Serões* (onde publicou crónicas de viagem²⁷ e artigos acerca de

¹⁴ Vide *infra* pp.53-59

¹⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Os Debates*, Ano II, nº369, Lisboa, [s.n.], 12 de Outubro de 1889, p.1.

¹⁶ VENTURA, António, “Zófimo Consiglieri Pedroso” in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, Vol. IX, Amadora, Ediclube, 2004, pp. 372-374.

¹⁷ Biblioteca Nacional de Portugal, *Jornais republicanos – 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011, p.183 *apud* SALGADO, Heliodoro, *A insurreição de Janeiro*, Porto, Typ. Da Emp. Litteraria e Typ., 1894, p.43.

¹⁸ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O amor na Revolução” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1876*, Ano II, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1875, pp.34-37

¹⁹ *Idem*, “A Grecia na Historia da Humanidade” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano II, Vol. II, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1879-1880, pp.130-139

²⁰ *Idem*, “As mouras encantadas” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.) *O Positivismo*, Ano III, Vol. III, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, [s.d.], pp.371-385.

²¹ *Idem*, “As causas primarias e finaes” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano II, Vol. II, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1879-1880, pp.10-16.

²² *Idem*, “A filosofia e pedagogia na Allemanha” in TERENAS, Feio, PINTO, Caetano, MENDES, A. Ferreira (redats.), *Froebel: revista de instrução primaria*, Ano I, 1ª Série, nº1, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 21 de Abril de 1882, p.6.

²³ *Idem*, “O que é a Republica” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano I, 1ª Série, nºII, Lisboa, Typographia Nacional, 1886, pp.1-32.

²⁴ *Idem*, “A revolução de 1830 in *Ibidem*, Ano III, 3ª Série, nºXLVI, Lisboa, Typographia Nacional, 1888, pp.1-32.

²⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Os Debates*, Ano I, nº1, Lisboa, [s.n.], 1 de Julho de 1888, p.1.

²⁶ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº432, Lisboa, [s.n.], 15 de Dezembro de 1889, p.1.

²⁷ *Idem*, “Vinte dias na Rússia” in MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões. Revista Mensal Illustrada*, Ano III, 1ª Série, Vol. IV, nº22, Lisboa, [s.n.], Outubro de 1903, pp.205-221.

eventos de promoção da instrução popular²⁸) e nas publicações *A Lucta*²⁹ e *Brasil-Portugal*³⁰, nas quais se dedicou a crónicas de política internacional.

Do mesmo modo, demonstrou particular interesse pelo estudo da mitografia e das tradições portuguesas publicando, além de colectâneas relacionadas com esse interesse, manuais de história e opúsculos políticos. Foi também sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, vindo a ascender ao lugar de presidente em 1909. Contudo, viria a falecer pouco tempo depois, a 3 de Setembro de 1910³¹.

O percurso político-ideológico do Autor, republicano, associa-o em particular a uma visão evolucionista sobre a implantação da república em Portugal, na qual o sufrágio universal e a propaganda são essenciais³². De facto, Consiglieri Pedroso defendeu uma disseminação das ideias republicanas de forma legal, pretendendo, através da educação e doutrinação, uma evolução contínua das mentalidades dos eleitores que deveriam ser levados a compreender a república como o sistema de governo mais conforme os preceitos da civilização e do progresso³³. Deste modo, a monarquia constitucional era entendida como um estado transitório, durante o qual deveria ser preparada a chegada inexorável da república³⁴, devendo os republicanos valer-se de ligações a forças monárquicas caso as considerassem necessárias para promover a implantação mais célere do novo sistema de governo³⁵.

²⁸ *Idem*, “O Congresso de Instrução Primária” in MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões: Revista mensal ilustrada*, Ano IX, 2ª Série, Vol. VII, nº37, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, Julho de 1908, pp.33-35.

²⁹ CAMACHO, Brito (dir.), *A Lucta*, Ano II, nº861, Lisboa [s.n.], 18 de Maio de 1907, p.1.

³⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº48, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Janeiro de 1901, p.376.

³¹ VENTURA, António, *Ibidem*.

³² HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda republicana 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, p.16.

³³ HOMEM, Amadeu Carvalho, “A propaganda republicana durante a monarquia constitucional” in MEDINA, João (org.), *História de Portugal*, Vol. IX Amadora, Editora Ediclube, 1993, p.285.

³⁴ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Zófimo Consiglieri Pedroso, Vida, Obra e Acção Política*, tese de mestrado em história cultural e política apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 1993, p.136 *apud* PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *O suffragio universal ou a intervenção das classes trabalhadoras no Governo do Paiz in Bibliotheca Republicana Democratica*, Vol. II, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1876, p.25.

³⁵ CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p.39.

De facto, o oportunismo de Consiglieri Pedroso levaria o republicano, no Directório do partido desde 1876³⁶, a ser eleito para a junta consultiva do partido em 1891³⁷. Consiglieri Pedroso terminaria efetivamente a carreira política em 1889, ao rejeitar a integração na lista republicana por Lisboa. Justificava essa decisão com a discordância de vários centros à sua possível reeleição³⁸.

O afastamento político não oneraria o continuado crescimento da sua carreira como publicista, particularmente desenvolvida em 1889. Nesse ano, o jornal *Os Debates* apresentava as posições do Autor sobre as relações internacionais, muito influenciadas pelo panlatinismo francês, neste período³⁹.

O isolamento diplomático de França, causado pelo sistema de alianças urdido por Bismarck⁴⁰, inspirava as reflexões de Consiglieri Pedroso, visitante da Exposição Universal de 1889 um momento de demonstração da superioridade civilizacional e económica da nação vencida em 1871. Tal estádio permitiria à França capitanear a união de todos os países de raça latina⁴¹, com o objectivo de conter a expansão germânica e estabelecer a predominância do elemento latino no continente, de modo a garantir a paz na Europa.

Consiglieri Pedroso voltaria a estes temas em 1901, depois de ter vendido o seu periódico no final de 1889. Influenciado pela chegada ao poder de Guilherme II, pela formação da Dupla Aliança e pela cada vez mais precária posição da Tríplice, Consiglieri Pedroso observará a realidade internacional até 1907, analisando o considerado cada vez maior isolamento da Alemanha e prevendo, desde 1903, a possibilidade de uma aliança

³⁶ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, p.26.

³⁷ LEAL, Ernesto Castro, “A Ideia Federal no Republicanismo Português (1910-1926)” in ARAÚJO, Ana Cristina (dir.), *Revista de História das Ideias*, Ano XXIX, Vol. XXVII, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.255.

³⁸ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Os Debates*, Ano II, nº369, Lisboa, [s.n.], 12 de Outubro de 1889, p.1.

³⁹ Como exemplo da posição do Autor *vide Idem, Ibidem*, Ano II, nº234, Lisboa, [s.n.], 7 de Maio de 1889, p.1.

⁴⁰ MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, Lisboa, Edições 70, 2007, pp.42-43.

⁴¹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº356, Lisboa, [s.n.], 29 de Setembro de 1889, p.1.

que englobasse uma federação de povos latinos e uma potência que, à primeira vista, poderia parecer deslocada tendo em conta este preceito racial: Inglaterra⁴².

Com este estudo pretendemos contribuir para o conhecimento das visões republicanas portuguesas sobre o período imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, focando-nos num significativo vulto do republicanismo português. Aspiramos desenvolver esta temática à qual a historiografia portuguesa tem contribuído moderadamente: a latinidade e a sua presença no discurso de figuras gradas do republicanismo.

2. Estado da arte

Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910), republicano histórico e objecto do nosso estudo, recebeu em várias ocasiões a atenção da comunidade científica. A análise mais aturada sobre a sua vida e obra foi publicada por Lucília Nunes, *Zófimo Consiglieri Pedroso, Vida Obra e Accção política*, da qual se destaca a biografia⁴³ suportada pelo estudo da infância e ascendência⁴⁴, seguindo-se um olhar sobre o percurso como estudante⁴⁵, professor e director do CSL⁴⁶, que é completado com a uma abordagem da experiência como cientista e orador. Nunes enfatiza a actuação de Consiglieri Pedroso como sócio, vogal, vice-presidente e mais tarde presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa⁴⁷, tal como a sua evolução como sócio da Real Academia das Ciências⁴⁸.

Embora refira a participação do Autor na Liga Nacional de Instrução e na Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses⁴⁹, a ligação à primeira instituição, como director, foi mais claramente detalhadas nos estudos de Lia Ribeiro⁵⁰, António

⁴² PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano IV, nº115, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Novembro de 1903, p.292.

⁴³ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, pp.51-71.

⁴⁴ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, pp.51-54.

⁴⁵ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, pp.54-55.

⁴⁶ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.84.

⁴⁷ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.66.

⁴⁸ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.68.

⁴⁹ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.66.

⁵⁰ RIBEIRO, Lia, *A popularização da cultura republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp.177-180.

Ventura⁵¹ e Ana Lucília Fernandes⁵²; já a sua ligação à Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, de que também foi director, e a sua participação na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, encontraram mais clareza na análise conjunta de Jorge Sousa e Patrícia Teixeira⁵³, tal como no texto de Lúcia Marôpo⁵⁴.

Nunes não descorou outros aspectos da vida do Autor, como seja a referência à passagem pela Câmara dos Deputados⁵⁵, a pertença à Maçonaria⁵⁶ ou a evolução de posicionamento no contexto do partido republicano⁵⁷.

O estudo de Nunes permite-nos também conhecer relação privilegiada que a autora argumenta que Consiglieri Pedroso mantinha com o rei D. Manuel II⁵⁸, as extensas ligações a académicos de toda a Europa⁵⁹, os hábitos de leitura⁶⁰ ou a quantidade de horas diárias que dedicava ao estudo de línguas estrangeiras⁶¹. Contudo, o texto da autora destaca-se ainda pelo esboço concebido sobre a personalidade de Consiglieri Pedroso, descrito como um homem afável, educado e de fácil trato; aspectos a que aliava a frugalidade, a organização e a disciplina no trabalho⁶².

Por fim, o estudo de Nunes providencia uma descrição detalhada do falecimento e honras funerárias dispensadas a Consiglieri Pedroso, providenciando informações sobre os descendentes⁶³.

⁵¹ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, p.389.

⁵² FERNANDES, Ana Lúcia, “Liga Nacional de Instrução” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp.675-676.

⁵³ SOUSA, Jorge Pedro, TEIXEIRA, Patrícia Oliveira, “As associações de jornalistas, em Portugal, até 1974, e as suas publicações – contributo para uma reflexão acerca do associativismo jornalístico” in VENTURA, Mauro de Souza (dir.), *Revista Comunicação Midiática*, Ano II, vol. VI, nº3, S. Paulo, FAAC-UNESP, Setembro/Dezembro de 2011, pp.12-26.

⁵⁴ MARÔPO, Lidia, “Construções identitárias dos jornalistas: uma análise comparada entre Brasil e Portugal” in MARTINS, Moisés de Lemos, PINTO, Manuel (Orgs.), *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*, Braga, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, 2008, p.419.

⁵⁵ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.59.

⁵⁶ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.62.

⁵⁷ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.60.

⁵⁸ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.68.

⁵⁹ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.67.

⁶⁰ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.68.

⁶¹ *Idem, Ibidem*.

⁶² NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.64.

⁶³ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, pp.69-71.

Devemos atender igualmente a outro estudo biográfico sobre o republicano, publicado por António Ventura⁶⁴. O autor traça o percurso profissional e político de Consiglieri Pedroso⁶⁵, apresenta referências detalhadas acerca de várias obras pelo republicano publicadas, entre as quais a série de opúsculos *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, escrita em grande parte por Consiglieri Pedroso, com o objectivo de expandir a aceitação popular do credo republicano⁶⁶. O autor menciona ainda os manuais de história⁶⁷ e os escritos sobre as tradições, superstições e contos populares nacionais, que demonstram o interesse pela etnologia e mitografia⁶⁸. Este interesse fica claramente detalhado e contextualizado no panorama científico nacional e internacional, através dos estudos de Alice Duarte, que chama a atenção para a perspectiva etnológica primitivista de Consiglieri Pedroso⁶⁹, e de João Leal, que além de demonstrar o apelo de Consiglieri Pedroso pela *Volskünde*⁷⁰, refere as suas influências literárias neste campo⁷¹.

António Ventura, de resto, caracteriza o biografado como reconhecido poliglota⁷²; fornece-nos significativas informações sobre a cooperação pretendida pelo republicano entre Portugal e outra nação falante de língua portuguesa, o Brasil, pormenorizando em conclusão o sucesso de um dos pontos do seu projecto de aproximação, apresentado ainda em vida, mas apenas realizado *post mortem*⁷³.

Outros aspectos mais específicos do percurso biográfico de Consiglieri Pedroso encontram-se elucidados nos estudos de Manuel Busquets de Aguilar, Hugo Gonçalves Dore, e João Couvaneiro, todos centrados no CSL. Tais trabalhos, juntamente com as fontes da época, permitem-nos reconstruir o percurso de Consiglieri Pedroso como aluno,

⁶⁴ VENTURA, António, “Zófimo Consiglieri Pedroso” in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, Vol. IX, Amadora, Ediclube, 2004, pp.372-374.

⁶⁵ VENTURA, António, *Ibidem*, p.372-373.

⁶⁶ VENTURA, António, *Ibidem*, p.373.

⁶⁷ VENTURA, António, *Ibidem*, pp.373-374.

⁶⁸ VENTURA, António, *Ibidem*, p.374.

⁶⁹ DUARTE, Alice, “A antropologia portuguesa. A opção etno-folclorista do Estado Novo” in Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1999, p.83.

⁷⁰ LEAL, João, “The history of Portuguese Anthropology” in TRESCH, John (dir.), *History of Anthropology Newsletter*, Ano XXVI, Vol. XXVI, nº2, Pennsylvania, University of Pennsylvania, Dezembro de 1999, pp.11.

⁷¹ LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970) - Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000, pp. 29-31.

⁷² VENTURA, António, *Ibidem*, p.373.

⁷³ VENTURA, António, *Ibidem*, p.374.

professor e director da instituição. O primeiro dos autores referidos fornece-nos informações sobre as cadeiras lecionadas por Consiglieri Pedroso⁷⁴ e sobre o concurso público que lhe permitiu tornar-se professor do CSL⁷⁵. Couvaneiro esclarecesse as vicissitudes pelas quais passou durante este processo⁷⁶; Gonçalo Dores permite-nos conhecer as várias modificações que o futuro director pretendia imprimir à estrutura do curso⁷⁷.

Quanto ao percurso politico-ideológico, relevantes as obras de Fernando Catroga, Ernesto Castro Leal e Amadeu Carvalho Homem. Os textos do primeiro autor permitem-nos contextualizar a posição de Consiglieri Pedroso dentro do movimento e do partido republicanos, informando-nos da amizade que o professor mantinha com Elias Garcia⁷⁸ e da sua pertença ao Directório do partido desde 1876⁷⁹.

É a partir das obras de Amadeu Carvalho Homem, contudo, que é possível firmar Consiglieri Pedroso não só como um republicano dedicado à propaganda e adverso à revolução no que se refere à implantação da república em Portugal⁸⁰, mas também como um admirador das ideias de Castellar e Gambetta; um adepto do oportunismo, que, mantendo-se na matriz legalista, aceitava as ligações a partidos fora do espectro republicano como admissíveis, desde que produzissem resultados favoráveis à democratização pretendida⁸¹. Ernesto Castro Leal⁸² e Manuel Maria Leal⁸³ ajudam-nos a

⁷⁴ AGUILAR, Manuel Busquets de *O curso superior de letras: 1858-1911*, Tese de Doutoramento na secção de Ciências Históricas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1939, p.242.

⁷⁵ *Idem, Ibidem*, pp.183-184.

⁷⁶ COUVANEIRO, João Luís Serrenho Frazão, *O Curso Superior de Letras (1861-1911): Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*, Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp.104-114.

⁷⁷ DORES, Hugo Gonçalves, *A História na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa 2008, p.65.

⁷⁸ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.24-25.

⁷⁹ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, p.26.

⁸⁰ HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda republicana 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, pp.14-17.

⁸¹ HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal: O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Edições Minerva, 1989, p.258.

⁸² LEAL, Ernesto Castro, “A Ideia Federal no Republicanismo Português (1910-1926)” in ARAÚJO, Ana Cristina (dir.), *Revista de História das Ideias*, Ano XXIX, Vol. XXVII, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.255.

⁸³ LEAL, Manuel Maria Cardoso, *A rotação partidária em Portugal. A aprendizagem da Alternância política (c.1860-1890)*, Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, p.259.

conhecer o resultado desta tendência política do PRP; segundo os autores, esta opção tornaria Consiglieri Pedroso numa figura impopular.

Embora ocupando uma posição menos privilegiada no partido na década de 80 do século XIX, atendendo ao seu papel durante a segunda metade da década de 70, Fernando Catroga, Ana Cunha Fernandes, Joaquim Pintassilgo e Maria Manuela Rodrigues permitem-nos compreender que Consiglieri Pedroso não deixava de confiar nos princípios políticos que o orientavam, intimamente ligados à pedagogia e particularmente às teorias de Fröebel e Pestalozzi⁸⁴, das quais pretendia fazer uso para influenciar a consciência pública no sentido de uma maior aceitação dos seus ideais republicanos, mas também para criar um sistema de ensino que ajudasse a realizar o seu ideal de cidadão, o qual deveria reflectir no corpo⁸⁵ e no pensamento a organização, força, disciplina e resistência do novo sistema de governo⁸⁶.

Contudo, a concepção educativa de Consiglieri Pedroso espraia-se, como comprovam os estudos de Sérgio Campos Matos, que contextualiza o pensamento historiográfico e científico de Consiglieri Pedroso nas tendências científicas da época; caracteriza o Autor como positivista e argumenta que a cientificidade do seu discurso derivava da descoberta de leis que regeriam a realidade⁸⁷. No entanto, a história era entendida como disciplina com valor dramático⁸⁸ e consequentemente, com capacidade de galvanizar as consciências⁸⁹. Do mesmo modo, os estudos de Jacques Le Goff e Fernand Braudel informam-nos sobre as tendências de pensamento sobre as ideias de

⁸⁴ FERNANDES, Ana Lucília Cunha, PINTASSILGO, Joaquim, “A influência alemã e a construção da modernidade pedagógica em Portugal – o exemplo da revista *Fröebel* (1882-1885)” in HERNÁNDEZ DIAS, José Maria (org.), *Influencias alemanas en la educación española e iberoamericana (1809-2009). Congreso Internacional Iberoamericano*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2009, p.553.

⁸⁵ RODRIGUES, Maria Manuela, “A higienização da escola primária portuguesa no amanhecer do século 20” in STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (eds.), *História da Educação*, Ano XVII, Vol. XVIII, nº42, Santa Maria, Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, 2014, pp.80-83.

⁸⁶ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.262-267.

⁸⁷ MATOS, Sérgio Campos, “A história na instrução pública oitocentista: permanências e inovações” in ESTRELA, Albano (org.), *Contributos da investigação científica para a qualidade do ensino, Actas do III Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, Vol. I, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1997, pp.182-185.

⁸⁸ MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 200-203.

⁸⁹ MATOS, Sérgio Campos, “História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX” in A. M. Hespanha (dir.), *Penélope – Fazer e desfazer a História*, Ano IV, nº8, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, pp.66-67.

progresso⁹⁰ e civilização⁹¹ comuns no meio científico em que Consiglieri Pedroso se inseria.

Esta base teórica permite-nos aprofundar o estudo dos conceitos que orientam o pensamento do Autor na obra historiográfica e nas intervenções políticas, consentindo-nos a possibilidade de teorizar sobre o significado de Raça, Civilização, Progresso e Povo nestes contextos. Estes conceitos são centrais para entender uma dimensão do pensamento republicano, a qual pretendemos aprofundar não apenas a mundividência, mas a visão portuguesa e republicana do mundo durante a *Belle Époque*.

De facto, enquanto autores como António Ventura⁹² e Maria Conceição Meireles⁹³ coligiram já as ideias paneuropeias e panlatinas de vários autores nacionais, pretendemos, com o nosso estudo, contribuir com uma nova visão não apenas do percurso profissional e politico-ideológico de Consiglieri Pedroso, mas de um ideal caro ao Autor: a paz através da união racial, criadora de *blocos* e eventual percursora da realização da fraternidade universal, contextualizando-o nas várias influências díspares em presença no final do século XIX.

3. Biografia de Zófimo Consiglieri Pedroso

Consiglieri Pedroso era filho de Zóphimo Consiglieri Pedroso Gomes da Silva e da sua mulher de naturalidade genovesa, origem do seu apelido Consiglieri. O pai foi médico da Real Companhia de Caminhos de Ferro, chegando a chefe do serviço de saúde dos Caminhos de Ferro em 1904. Obtinha reconhecimento por ter defendido a criação de uma cadeira de toxicologia e medicina legal na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto. Dedicou-se também a uma carreira política, onde serviu tanto como deputado por Lisboa entre 1879 e 1882 pelo partido progressista, como vereador pela mesma cidade em 1874, 1879 e 1891 pelo

⁹⁰ LE GOFF, Jacques, “Progresso/reacção” in ROMANO, Ruggiero (dir.), GIL, Fernando (coord.) *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984 pp.349-350

⁹¹ BRAUDEL, Fernand, Telma Costa (trad.), *A Gramática das civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p.20.

⁹² VENTURA, António, *Magalhães Lima: Um idealista impenitente*, Lisboa, Assembleia da República, 2011, p. 121.

⁹³ MEIRELES, Maria Conceição, “Do iberismo ao ibero-americanismo, da federação latina à confederação luso-brasileira – percursos e reflexões de alguns intelectuais portugueses entre os séculos XIX e XX” in SPERANDIO, Ana Maria Girotti (ed.), *Intellectus*, Ano XIII, nº2, Jaguinará, UNIFAJ, 2017, pp.31-32.

mesmo partido, tornando-se posteriormente presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML) entre 1896-1899⁹⁴.

A infância de Consiglieri Pedroso decorreu em contexto familiar, no bairro de Alfama. Concluída a frequência do Liceu Nacional, ingressava no Curso Superior de Letras (CSL), que funcionava no anfitetatro do Instituto Mainense da Academia das Ciências⁹⁵, em 1868. Com 17 anos, o novel estudante dava como indicação de residência a Rua do Mirante, nº26 e no dia 27 de Outubro inscrevia-se nas cadeiras do primeiro ano do CSL como aluno ordinário, pagando de imediato a quantia de 4\$000 réis⁹⁶ exigida a alunos da sua classe para frequentar um ano do curso⁹⁷. Conforme o plano curricular estabelecido pelo regulamento do CSL de 1859, Consiglieri Pedroso frequentou durante o primeiro ano lectivo História Pátria e Universal e Literatura Grega e Latina, e Introdução às suas origens⁹⁸.

A primeira cadeira foi lecionada por Jaime Moniz no ano lectivo de 1868-1869, graças ao facto de Rebelo da Silva, regente da mesma, se encontrar doente naquele ano⁹⁹, enquanto a segunda foi lecionada por António José Viale¹⁰⁰. Ambos confirmaram, no final do ano lectivo, a aprovação de Consiglieri Pedroso às disciplinas que lecionavam. O aluno terminou a cadeira de História Pátria e Universal através de exame em 2 de Julho de 1869¹⁰¹ e a cadeira de Literatura Grega e Latina, e Introdução às suas origens através do mesmo método de avaliação em 5 de Julho de 1869¹⁰². Encerrou a matrícula no primeiro ano do CSL a 30 de Junho de 1868¹⁰³.

Matriculou-se no ano final do curso a 2 de Outubro de 1869, acto pelo qual pagou 6\$000 réis¹⁰⁴, inscrevendo-se às três cadeiras que completavam o CSL: Literatura Moderna e Especialmente a Portuguesa, Filosofia e História Universal Filosófica¹⁰⁵. A

⁹⁴ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, pp.51-54.

⁹⁵ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.82.

⁹⁶ Curso Superior de Letras, *Livro de matriculas do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.05/Cap.06, f.121.

⁹⁷ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.157.

⁹⁸ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.27.

⁹⁹ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.35.

¹⁰⁰ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.37.

¹⁰¹ Curso Superior de Letras, *Termos de exames de alumnos do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.08/Cap.03, ff.18-19.

¹⁰² *Idem*, *Ibidem*, f.19.

¹⁰³ Curso Superior de Letras, *Livro de matriculas do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.05/Cap.06, f.121.

¹⁰⁴ *Idem*, *Ibidem*, f.147.

¹⁰⁵ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.27.

primeira foi lecionada por Augusto Soromenho¹⁰⁶, enquanto as lições de Filosofia foram proferidas por Sousa Lobo¹⁰⁷. A última cadeira do curso estava a cargo de Jaime Moniz¹⁰⁸.

Segundo o assentamento de exames do CSL, Consiglieri Pedroso foi aprovado com distinção à Cadeira de Literatura Moderna e Especialmente a Portuguesa depois de se ter submetido a exame no dia 27 de Junho de 1870¹⁰⁹. Três dias depois foi aprovado através de semelhante teste de conhecimentos à quarta cadeira, realizando o exame da última cadeira do CSL no dia 4 de Julho de 1880¹¹⁰. A 11 de Julho, encerrou a sua matrícula, terminando a formação académica¹¹¹.

Cinco anos depois, foi nomeado, a 29 de Março de 1875, por proposta de Elias Garcia, secretário do pelouro da instrução da CML¹¹², no qual teria como responsabilidade levar a cabo a organização da instrução pública da capital¹¹³. No ano seguinte despedia-se¹¹⁴, procurando dois anos depois uma ligação profissional à *Alma Mater*, ao candidatar-se ao concurso para o provimento de um docente para a cadeira de História Universal e Pátria, aberto por edital de 6 de Agosto de 1878¹¹⁵ na sequência da morte de Augusto Soromenho, antigo regente da cadeira, ocorrida em 9 de Janeiro desse ano¹¹⁶.

¹⁰⁶ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.321.

¹⁰⁷ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.30.

¹⁰⁸ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.32.

¹⁰⁹ Curso Superior de Letras, *Termos de exames de alumnos do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.08/Cap.03, f.23.

¹¹⁰ *Idem*, *Ibidem*, f.24.

¹¹¹ Curso Superior de Letras, *Livro de matriculas do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.05/Cap.06, f.147.

¹¹² TERENAS, Feio, “Escola Central-municipal Nº1 II” in TERENAS, Feio, PINTO, Caetano, MENDES, A. Ferreira (redats.), *Froebel: revista de instrução primaria*, Ano I, Série I, nº 6, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 15 de Julho de 1882, pp.4-6. Feio Terenas mais nos informa que o pelouro da instrução foi criado na CML a 29 de Dezembro de 1873, tendo sido Elias Garcia nomeado para o organizar três dias antes pelo Barão de Mendonça, presidente da CML. Em 1875, tendo sido mais uma vez nomeado para administrar o pelouro, Garcia teria nomeado dois empregados para organizar a secretaria do mesmo: Pedroso, que auferia 300\$000 réis anuais pelo seu cargo e João José Sousa Teles, nomeado para “provedor dos estudos”, auferindo 400\$000 réis anuais.

¹¹³ VENTURA, António, “Zófimo Consiglieri Pedroso” in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, Vol. 9, Amadora, Ediclube, 2004, p.372.

¹¹⁴ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.55.

¹¹⁵ AGUILAR, Manuel Busquets de, *Ibidem*, pp.183-184. Este não será, contudo, o único concurso referente à carreira docente em que Pedroso participará, já que, em 1884, candidatar-se-á ao concurso para provimento de um professor para a sexta cadeira do Instituto Commercial de Lisboa, com a tese *Os factores de evolução histórica do commercio universal* (Vide PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Os factores de evolução histórica do commercio universal (these para o concurso da sexta cadeira do instituto commercial de Lisboa)”, Lisboa, Typographia da Era Nova, 1884 in Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, *Miscelanea*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, [s.d.], pp.2-23.) Não nos foi possível, ainda assim, confirmar se foi ou não aceite como docente na referida instituição.

¹¹⁶ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.104.

A documentação necessária para a participação no concurso dá entrada na secretaria do CSL em 26 de Setembro de 1878. O requerimento de Consiglieri Pedroso vinha acompanhado de 11 documentos, e 5 anexos¹¹⁷, os quais comprovavam a passagem pelo Liceu Nacional e pelo CSL, o bom comportamento moral, civil e religioso e a ressalva do serviço militar¹¹⁸. Foram candidatos juntamente com o nosso biografado: Alberto Pimentel, José Maria da Cunha Seixas e Manuel de Arriaga¹¹⁹. O primeiro desistiu antes de se iniciar a realização das provas de acesso¹²⁰.

O edital de 16 de Novembro revela a composição do júri do concurso, presidido por Teófilo Braga, com os seguintes vogais efectivos: Sousa Lobo, Vasconcellos Abreu e Adolpho Coelho. Os vogais suplentes, escolhidos por Latino Coelho, eram António da Silva Fialho, Augusto Carlos Teixeira de Aragão e Pinheiro Chagas. As provas escritas foram marcadas para os dias 14 e 21 de Dezembro de 1878, devendo ser também entregue uma dissertação até 26 de Novembro, a defender em 16 de Janeiro de 1879¹²¹.

Nesse dia, depois de defendidas as várias teses¹²², o júri vota o mérito literário dos candidatos e todos foram considerados meritórios. No entanto, só Consiglieri Pedroso seria apreciado com um voto unânime quando avaliado o mérito relativo dos pretendentes. Tornava-se assim o novo professor de História Universal e Pátria do Curso Superior de Letras.

No dia seguinte, Cunhas Seixas apresentava uma reclamação, considerando que o candidato escolhido era “o protegido dos professores”¹²³, tornando o procedimento concursal num “simulacro”¹²⁴. Em 21 de Janeiro Teófilo Braga respondeu a estas alegações, garantindo que todos os procedimentos legais haviam sido seguidos¹²⁵. Mesmo

¹¹⁷ Curso Superior de Letras, *Livro dos concursos do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.04/Cap.04, f.3.

¹¹⁸ *Idem, Ibidem*, ff.4-15.

¹¹⁹ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.104.

¹²⁰ Curso Superior de Letras, *Ibidem*, f.10.

¹²¹ Curso Superior de Letras, *Ibidem*, ff.9-12.

¹²² A tese de Pedroso intitulava-se *A Constituição da Família Primitiva* (Vide: “Zophimo Consiglieri Pedroso” in SILVA, Innocencio da, ARANHA, Brito, *Diccionario bibliográfico portuguez – estudos de Innocencio Francisco da Silva applicáveis a Portugal e ao Brazil continuados e ampliados por Brito Aranha em virtude de contrato celebrado com o governo portuguez*, Tomo XX (13º do suplemento), Lisboa, Imprensa nacional, 1911, p.60.

¹²³ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.114.

¹²⁴ Curso Superior de Letras, *Ibidem*, ff.13-15.

¹²⁵ Curso Superior de Letras, *Ibidem*, f.16.

assim, a preferência por Consiglieri Pedroso era clara entre o júri e havia influenciado o resultado¹²⁶.

Polémicas volvidas, Consiglieri Pedroso prestou o juramento sobre os Evangelhos, a 18 de Fevereiro¹²⁷. A lição inaugural da sua disciplina incidiria sobre o tema, “A Grecia na Historia da Humanidade”¹²⁸, civilização que o novel professor garantia que ser o centro das lições durante aquele ano lectivo, já que “desejava tanto quanto possível remontar ao berço das nossas origens, pois só o processo de filiação [que associava ao trabalho de Darwin¹²⁹] pode aclarar o mysterio da evolução humana e fazer comprehender as épocas mais recentes e de estrutura mais complexa”¹³⁰. Comprometia-se, deste modo, a estudar esta “nação privilegiada, o fóco *único* intelectual e artístico da humanidade”¹³¹, com o objectivo de demonstrar a falsidade das teorias dos “grandes homens” e dos “povos predestinados”¹³² e de retirar deste estudo “importantes leis sociologicas”¹³³.

Assumiu o cargo de secretário do conselho de professores do CSL a 24 de Outubro de 1883¹³⁴ e chegou a director em Dezembro de 1901; presidiu à primeira sessão como tal em 31 de Janeiro de 1902¹³⁵.

¹²⁶ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.114.

¹²⁷ Curso Superior de Letras, *Livro do registo dos termos de juramentos dos professores do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.05/Cap.02, ff.4-5.

¹²⁸ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “A Grecia na Historia da Humanidade” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano II, Vol. II, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1879-1880, pp.130.

¹²⁹ *Idem*, *Ibidem*, p.134.

¹³⁰ *Idem*, *Ibidem*, p.133.

¹³¹ *Idem*, *Ibidem*, p.136.

¹³² *Idem*, *Ibidem*, p.134.

¹³³ *Idem*, *Ibidem*, p.135.

¹³⁴ Curso Superior de Letras, *Termos de posse do director e Secretário do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.05/Cap.01, f.1.

¹³⁵ *Idem*, *Ibidem*. Segundo o assento do início do mandato de David Mello Lopes como Secretário do CSL, o professor recebe o cargo das mãos do director no gabinete do mesmo em 31 de Dezembro de 1901. Ainda assim, embora não seja referido quem seria o director em causa, é de notar que Pedroso assina o documento em primeiro lugar, como em 1883 (vide *Idem*, *Ibidem*.) Jaime Moniz o fez, quando recebeu das mãos de Pedroso o cargo de director do CSL e nomeou o mesmo como Secretário do Curso. Ainda assim, tendo em conta que é dado a entender que Pedroso deixa o cargo, é possível assumir que o tenha mantido numa data anterior a 1883, deixando-o em 24 de Outubro desse ano e passando a secretário.

Ainda assim, é de notar que os assentamentos da nomeação de Mello Lopes como secretário estão não só duplicados, como apenas o segundo está assinado pelos dois intervenientes. Além de tal, ambos são dados como inutilizados, na margem. Lucília Nunes, por seu lado, argumenta que o referido professor teria sido director entre 1881 e 1883, tendo depois mantido o cargo de secretário, tornando-se Jaime Freitas Moniz director, até 1901 (Vide NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.84).

Outras informações em relação a estas questões, contudo, nos dá o *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, no seu 2º Tomo. De notar que o mesmo se inicia em 1893, não nos dando a possibilidade de

No conselho de professores, em 17 de Abril de 1894, foi eleito delegado do colégio especial para a eleição de cinco pares do reino, onde foi vogal efectivo. Consiglieri Pedroso foi um dos últimos académicos contemplados por esta prerrogativa, abolida em 1895¹³⁶. Dois dias depois, aceitava a regência interina da sétima cadeira do curso, História Universal Filosófica¹³⁷, que se estenderia no ano seguinte, até Jaime Moniz regressar da sua baixa por doença.¹³⁸

Em 1899 integrava uma comissão de professores do CSL, constituída por Adolfo Coelho e Sousa Lobo, que apresentou uma proposta de reformulação do curso ao governo de José Luciano de Castro. Esta proposta incluía não apenas um conjunto de novas cadeiras: Pedagogia, Psicologia, Filologia Germânica e Geografia, mas também a transformação do CSL em Escola Superior de Letras¹³⁹. Além desta mudança, o curso foi objecto de uma alargada reestruturação em 1901¹⁴⁰.

Em 1907, como director, Consiglieri Pedroso impediu o encerramento da cadeira de Língua e Literatura Sânscrita, Clássica e Védia, hipótese colocada pela morte de Vasconcellos de Abreu. O director lograva a substituição do docente falecido por Sebastião Rodolfo Dalgado, clérigo indiano¹⁴¹. O reconhecimento e proximidade do

confirmar se Pedroso era ou não director em data anterior a esta. Ainda assim, confirmamos que o nosso biografado é secretário pelo menos desde esta data até à sessão de 31 de Janeiro de 1902 (Vide Curso Superior de Letras, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, Tomo 2º, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.01/Cap.01, ff.1-40). De facto, a última sessão em que detém o cargo de secretário é a de 18 de Dezembro de 1901, podendo tal indicar que teria sido nomeado director neste mês, já que na sessão de 31 de Janeiro de 1902 é já director e refere no corpo da acta da mesma que não teria convocado o concelho ordinário de Janeiro por esperar “disposições superiores relativas à execução da reforma do Curso Superior de Letras”. (Vide *Idem, Ibidem*, f.40.) Ainda assim, apenas é dado como Presidente do conselho de professores pela primeira vez na sessão de 12 de abril de 1902 (Vide *Idem, Ibidem*, f.41), sendo também de ter em conta que quem secretaria a sessão de 31 de Janeiro é não Mello Lopes, mas Adolpho Coelho. Ainda assim, a sessão de 12 de Abril de 1902, é já secretariada por Mello Lopes. Pedroso mantém-se como presidente e por extensão, director, até à sessão de 29 de Julho de 1910 (Vide Curso Superior de Letras, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, Tomo 3º, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.01/Cap.02, ff.1-19).

¹³⁶ AGUILAR, Manuel Busquets de, *Ibidem*, p.371.

¹³⁷ Curso Superior de Letras, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, Tomo 2º, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.]. Cota: PT/AHFLUL/CSL/Cx.01/Cap.01, f.9.

¹³⁸ AGUILAR, Manuel Busquets de, *Ibidem*, p.242.

¹³⁹ DORES, Hugo Gonçalves, *Ibidem*, p.65. Sublinhe-se a discordância de Pedroso quanto à introdução de uma cadeira de psicologia (Vide AGUILAR, Manuel Busquets de, *Ibidem*, p.104.)

¹⁴⁰ COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *Ibidem*, p.54-56.

¹⁴¹ *Idem, Ibidem*, p.60.

Autor ao Curso Superior de Letras apreciava-se na doação de parte da sua biblioteca ao Curso, que a viria a adquirir na totalidade depois da sua morte¹⁴².

No domínio da docência, sabemos que manteve a regência da primeira cadeira do curso entre 1878 e 1902. Com a reformulação curricular de 1901 passou a leccionar História Antiga, da Idade Média e Moderna entre 1902 e 1904 e História Pátria até à sua morte, em 1910¹⁴³. Foi substituído por Oliveira Ramos na cadeira abandonada em 1904¹⁴⁴, repetindo-se com este professor a prática de “patrocínio” com que Consiglieri Pedroso havia sido contemplado em 1878¹⁴⁵.

Depois da sua morte, seria lembrado pelos alunos como habitualmente ostentando “luneta brilhante”, apresentando-se de cabelo “escovadinho”, com a preocupação de completar a sua idumentária através de um “chapéu de coco a tapar-lhe a vasta calva.”¹⁴⁶

O percurso profissional de Consiglieri Pedroso, caracterizado pela ligação estreita ao Curso Superior de Letras, será enriquecido pela intervenção política de feição republicana, a qual levaria o nosso biografado à Câmara dos Deputados entre 1884 e 1889¹⁴⁷, e à Câmara Municipal de Lisboa, como vereador, entre 1886 e 1889¹⁴⁸. Além da carreira política, que trataremos, importa traçar o percurso de Consiglieri Pedroso como divulgador de ciência, publicista e defensor da regeneração nacional. Embora distintos, devemos ter em conta não apenas a contemporaneidade dos mesmos, mas também a sua interligação através das vinculações institucionais e propósitos políticos.

O *Manual de História Universal*, da autoria de Consiglieri Pedroso, publicado em 1884, revela-nos a forma profusa como o nosso Autor se integrou em colectividades científicas estrangeiras; aos 34 anos era sócio honorário da Academia Real das Ciências de Palermo, membro da Real Sociedade dos Antiquários do Norte, de Copenhaga,

¹⁴² *Idem, Ibidem*, p.87.

¹⁴³ *Idem, Ibidem*, p.37.

¹⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p.110.

¹⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p.117.

¹⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p.150.

¹⁴⁷ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.59.

¹⁴⁸ A primeira participação de Pedroso numa sessão da CML dar-se-á em 2 de Janeiro de 1886 (Vide Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 2 de Janeiro de 1886, pp.6-10). Estará presente numa sessão da Câmara pela última vez em 5 de Setembro de 1889 (Vide Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1889*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 5 de Setembro de 1889, p.149), tendo sido reeleito continuamente até esta última participação.

membro da Sociedade Oriental Alemã, sócio correspondente da Academia Real de História, Antiguidades e Bellas Lettras de Estocolmo, membro das Sociedades Histórias de Estocolmo e Copenhaga, tal como Membro Honorário da “Sociedade filológica Parnassos”, de Atenas¹⁴⁹. Em 1900, a *Société de Législation Comparée* definia o nosso biografado como um dos seus membros¹⁵⁰ e no ano seguinte, a *Société Astronomique de France* agia de igual forma¹⁵¹.

No território nacional, Consiglieri Pedroso seria sócio efectivo da Academia Real das Ciências em 1905¹⁵², embora tivesse sido proposto e admitido como sócio ordinário em 1891 (sendo-lhe atribuído o número 1819¹⁵³) de umas das instituições que mais impacto terá no seu percurso: A Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)¹⁵⁴. Tornar-se-á vogal em 1897¹⁵⁵ e vice-presidente em 1900¹⁵⁶, chegando a presidente em 1909, como reporta *A Lucta* a 30 de Junho desse ano¹⁵⁷.

O republicano esteve associado a outras instituições: a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, fundada a 10 de Junho de 1880, durante as comemorações do tricentenário camoniano, por iniciativa de Eduardo Coelho, fundador do *Diário de Notícias*. Entre os sócios fundadores da Associação estavam, entre outros, Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Magalhães Lima e Pinheiro Chagas. Posteriormente, grangearia com as adesões de Brito Aranha, Emídio Navarro, Adolfo Coelho e Bulhão Pato, entre outros¹⁵⁸. Ainda que de curta existência, pouco mais de seis anos, a Associação

¹⁴⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Manual de Historia Universal*, Paris, Guillard, Aillaud e Cia., 1884, p.1.

¹⁵⁰ Société de Législation Comparée, *Bulletin mensuel de la Société de Législation Comparée (Reconnue comme établissement d'utilité publique par décret du 4 décembre, 1873.)*, Ano XXXI, nº1, Paris, Société de Législation Comparée, Janeiro de 1900, p.42. A Sociedade permite-nos também saber onde residia Pedroso à data da sua associação: nº14, 1º Andar, Rua José Estevam, Lisboa.

¹⁵¹ Société Astronomique de France, *L'Astronomie, Revue mensuelle d'astronomie, de météorologie et de physique du globe et bulletin de la Société astronomique de France*, Ano XIV, Paris, Gauthier-Villars, 1901, p.202.

¹⁵² NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, pp.66-67.

¹⁵³ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XVI, 11ª Série, nº1, Lisboa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1892, p.22.

¹⁵⁴ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.66.

¹⁵⁵ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXI, 16ª Série, nº1, Lisboa, Imprensa Nacional, Janeiro de 1897 p.1.

¹⁵⁶ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.66.

¹⁵⁷ CAMACHO, Brito (dir.), *A Lucta*, Ano III, nº1296, Lisboa [s.n.], 30 de Junho de 1909, p.1.

¹⁵⁸ SOUSA, Jorge Pedro, TEIXEIRA, Patrícia Oliveira, *Ibidem*, pp.12-13.

levou a cabo um conjunto de actividades culturais significativas, entre as quais se contam um curso público de História Universal lecionado por Consiglieri Pedroso¹⁵⁹.

Consiglieri Pedroso esteve ligado à Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto¹⁶⁰, fundada em 13 de Outubro de 1882 e ainda em actividade¹⁶¹ e à Associação de Jornalistas de Lisboa (também designada Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses), fundada em 1896¹⁶², com sede no nº4 da Rua do Loreto¹⁶³. Trata-se de uma ligação muíto frutífera para Consiglieri Pedroso neste campo. Em 1898, *Gil Blas* menciona-o como “directeur de l’Association des journalistes portugais”¹⁶⁴, informação confirmada por Inocêncio da Silva em 1911¹⁶⁵.

Em 1907, a Associação desdobrava-se; no mesmo ano, surgia a Liga Nacional de Instrução, destinada a combater o analfabetismo. Consiglieri Pedroso assumia a presidência¹⁶⁶ da instituição resultante da modificação à estrutura da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, proposta por Trindade Coelho e Borges Grainha em 1906 e aprovada pelo governo no ano seguinte¹⁶⁷. Tratava-se de adicionar aos estatutos da colectividade uma secção denominada “Liga Nacional de Instrução”, a que poderiam ser agregados quaisquer cidadãos, sócios ou não, que pretendessem participar das suas actividades. Consiglieri Pedroso era sócio presidente da Assembleia Geral da Associação, tendo dado o seu aval ao projecto¹⁶⁸.

A liga apresentava claro contributo maçónico, condição à qual o nosso biografado não se exceptuava¹⁶⁹. A ligação de Consiglieri Pedroso à Maçonaria iniciou-se em 1888, quando recebe a luz na loja *Simpatia*, em Lisboa e termina em data incerta, embora saibamos que se encontrava “a coberto à data da sua morte”¹⁷⁰. A loja a que pertenceu foi instalada na capital em 1859, sob a obediência do Grande Oriente Lusitano, embora tenha

¹⁵⁹ SOUSA, Jorge Pedro, TEIXEIRA, Patrícia Oliveira, *Ibidem*, pp.13-14.

¹⁶⁰ SILVA, Innocencio da, ARANHA, Brito, *Ibidem*, p.60.

¹⁶¹ SOUSA, Jorge Pedro, TEIXEIRA, Patrícia Oliveira, *Ibidem*, pp.25-26.

¹⁶² MARÔPO, Lidia, *Ibidem*, 2008, p.419.

¹⁶³ *A Lucta*, Ano II, nº441, Lisboa [s.n.], 21 de Março de 1907, p.1.

¹⁶⁴ DUMONT, A. (dir.), *Gil Blas*, Ano XIX, nº6.897 Paris, [s.n.], 5 de Outubro de 1898, p.3.

¹⁶⁵ SILVA, Innocencio da, ARANHA, Brito, *Ibidem*, p.60.

¹⁶⁶ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, p.389.

¹⁶⁷ FERNANDES, Ana Lúcia, *Ibidem*, pp.675-676.

¹⁶⁸ *A Lucta*, Ano II, nº434, Lisboa [s.n.], 11 de Março de 1907, p.2.

¹⁶⁹ VENTURA, António, *Ibidem*, p.389.

¹⁷⁰ MARQUES, A.H. de Oliveira, “Pedroso (Zófimo Consiglieri)” in MARQUES, A.H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II, Lisboa, Delta, 1986, col.1103.

transitado para o Grande Oriente Português entre 1867 e 1869. Novamente sob obediência do GOLU, recebeu o nº4 em 1870 e em 1890 adoptou o Rito Escocês Antigo e Aceito, passando a formar a loja *Simpatia e União*, depois da sua junção com a loja nº5, *União Independente*¹⁷¹.

Analisado o percurso associativo de Consiglieri Pedroso, observaremos como estas ligações institucionais influenciaram a vivência do biografado como orador tanto em causas científicas como políticas. Em 1880, Consiglieri Pedroso participou na nona sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, realizado na Academia das Ciências, em Lisboa. A conferência intitulava-se: *De quelques formes du mariage populaire en Portugal, contribution à la connaissance de l'état social des anciens habitants de la péninsule Ibérique*¹⁷².

O seu reconhecido interesse pela etnologia e mitografia¹⁷³ levou-o a empreender uma viagem à Rússia, em 1896, com o objectivo, declarado apenas em privado, de estudar a “*Mátchuka Rossia*”¹⁷⁴, ou seja, de habitar durante algum tempo numa vila rural russa, para presenciar em primeira mão as vivências de uma região conhecida através dos contos de Turgueniev. O facto de apenas o admitir em privado, resultava da convicção do Autor sobre a mácula dos seus “créditos de *touriste*” por este *atentado* ao “bom gosto”¹⁷⁵.

No ano seguinte, a 8 de Julho de 1897, participou¹⁷⁶, no IV Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia, celebrado na Sociedade de Geografia de Lisboa e organizado por si e Magalhães Lima¹⁷⁷. Esta iniciativa demonstrava claramente o interesse do professor pelos temas relacionados com o império português. Neste evento, apresentou e publicou seguidamente *Influência dos descobrimentos portugueses na*

¹⁷¹ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.62.

¹⁷² CHARTAILHAC, M. Emlie, *Congrès International D'anthropologie & D'Archéologie Préhistoriques – Rapport sur la session de Lisbonne par M. Emlie Chartailhac - Représentant au congrès le ministère de l'instruction publique – Directeur do laboratoire D'Anthropologie de Toulouse*, Paris, E. Boban, 1880, pp.63-68.

¹⁷³ Comprovado, por exemplo, por António Ventura na sua biografia de Consiglieri Pedroso, ao listar algumas das obras ligadas a estes temas que o republicano publica. Vide VENTURA, António, “Zófimo Consiglieri Pedroso” in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, Vol. 9, Amadora, Ediclube, 2004, p.374.

¹⁷⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros 2015, p.20. Em russo: *Россия Матюшка*; possível transliterar como *Rossiia Matushka*, ou seja, “Mãezinha Rússia”.

¹⁷⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *ibidem*, pp.19-27.

¹⁷⁶ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXI, 16ª Série, nº7, Lisboa, Imprensa Nacional, Julho de 1897 p.395. Este é também o dia em que a SGL se mudou para o “Palais du Centenaire”, nas Portas de Santo Antão (vide *Idem, Ibidem*.)

¹⁷⁷ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.63.

*Historia da Civilização*¹⁷⁸, com impacto significativo na imprensa francesa. Como confirmava *Le Temps* no seu “Sommaries des revues”, a *Revue Encyclopedique Larousse*, por ocasião das festas realizadas em Lisboa, lançou um número de 64 páginas (ao invés das normais 20), exclusivamente consagrado a Portugal, com 160 fotografias de vários monumentos, regiões e homens célebres portugueses. O número, intitulado “Le Portugal 1498-1898”¹⁷⁹, contém o artigo de Consiglieri Pedroso “Les Découvertes: L’Expansion coloniale des Portugais pendant le XVI^e siècle”¹⁸⁰. A mesma editora viria a publicar uma obra de maior dimensão em 1900, dedicada a vários aspectos da vida nacional, em que Consiglieri Pedroso colaborava com “L’Expansion Coloniale au XVI^e Siècle”¹⁸¹.

A sua ligação ao estudo dos descobrimentos e da expansão colonial portuguesa tornava-se mais evidente em 1908, data da sua nomeação para o cargo de presidente da “Comissão encarregada da publicação dos documentos relativos aos descobrimentos portugueses”, da Academia Real das Ciências, que levava a cabo a recolha destes testemunhos sob a direcção de Andrade Corvo desde 1877-1878¹⁸². O resultado dos trabalhos da comissão seria conhecido em 1912¹⁸³, expondo-se então as vicissitudes determinantes no atraso da publicação¹⁸⁴.

A 21 de Junho de 1909 o seu interesse pelas possessões ultramarinas portuguesas revela-se mais uma vez no seu discurso de elogio ao Marquês de Sá da Bandeira, estadista e sócio fundador da SGL. A intervenção decorria na sala Portugal da Sociedade, reputada por Consiglieri Pedroso como “um templo, onde nenhum português pôde entrar sem estremecer de commoção”¹⁸⁵, um local “sagrado”, onde estavam patentes as glórias passadas da nação. Em relação a Sá da Bandeira, enfatiza “(...) a visão clara de como intimamente está ligado o futuro de Portugal á sorte do dominio ultramarino, que os

¹⁷⁸ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Influência dos descobrimentos portugueses na Historia da Civilização*, Lisboa, A Liberal, 1898.

¹⁷⁹ MOREAU, M. Georges, *Revue encyclopédique: recueil documentaire universel et illustré*, Paris, Librairie Larousse, 1898, p.441.

¹⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p.471.

¹⁸¹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “L’Expansion Coloniale au XVI^e Siècle” in ARANHA, Brito, BASTOS, Teixeira, BELLET, Daniel, et. al., *Le Portugal Geographique, Ethnologique, Administratif, Économique, Littéraire, Artistique, Historique, Politique, Colonial, etc.*, Paris, Librairie Larousse, 1900, pp.256-268.

¹⁸² NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.68.

¹⁸³ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Catalogo Bibliographico das Publicações Relativas aos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Impensa Nacional, 1912, p.I.

¹⁸⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Ibidem*, pp.I-XI.

¹⁸⁵ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIII, 27^a Série, nº6, Lisboa, Imprensa Nacional, Junho de 1909, p.190.

audazes marinheiros dos seculos XV e XVI nos legaram como herança, que seria crime de lesa-patria desbaratar!”¹⁸⁶

A 25 de Janeiro de 1909 propôs juntamente com os restantes membros da direcção da SGL a instituição de um prémio de duzentos mil réis, aprovada a 5 de Abril seguinte, para distinguir a “melhor Memoria que fôr apresentada sobre o seguinte assumpto: «o modo mais efficaz de promover a completa união moral da colonia portugueza no Brazil com a mãe-patria, apresentando os alvitres para evitar a sua desnacionalização e indicando os meios mais apropriados para lhe dar a indispensavel força na luta contra as outras colonias estrangeiras que ali lhe disputam a influencia»”¹⁸⁷.

A 10 de Novembro de 1909, em sessão da Assembleia Geral ordinária da SGL, de evocação pelo 34º aniversário da instituição, Consiglieri Pedroso apresentava e via aprovada¹⁸⁸ uma proposta pessoal sobre este tema, agumentando que a “evolução política do mundo contemporaneo” ia no sentido da unificação moral dos grupos étnicos que falavam o mesmo idioma, podendo assim considerar-se “o dominio da lingua, na sua função social como a patria espiritual de uma nacionalidade.”¹⁸⁹ Esta tendência das relações internacionais, era já bastante clara nos povos anglo-saxónios e “nos germânicos propriamente ditos”. Deste ponto de vista, era de esperar que, com a expansão deste critério de aglutinação, se produzisse o desaparecimento ou desintegração das pequenas nacionalidades, desprovidas de capacidade de defesa, pelo contingente populacional reduzido, desta “consequencia fatal da luta pela existencia”¹⁹⁰.

Embora Portugal mantivesse uma aliança com Inglaterra, “base da nossa situação politica internacional”, tal como “íntimas relações de cordialidade com as tres nações latinas¹⁹¹, nossas irmãs, e com a Allemanha, nossa cooperadora em Africa”¹⁹², deveria evitar a desnacionalização do Brasil e preocupar-se em manter a pureza étnica da nação, ameaçada “pela introdução, cada vez em mais larga escala, de elementos de immigração

¹⁸⁶ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁷ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIII, 27ª Série, nº4, Lisboa, Imprensa Nacional, Abril de 1909, p.134.

¹⁸⁸ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIII, 27ª Série, nº11, Lisboa, Imprensa Nacional, Novembro de 1909, p.387.

¹⁸⁹ *A Lucta*, Ano III, nº1400, Lisboa, [s.n.], 11 de Novembro de 1909, p.1.

¹⁹⁰ *Idem, Ibidem.*

¹⁹¹ Veremos como as relações próximas que Pedroso aqui refere se cristalizam no seu discurso num verdadeiro *bloco racial* latino, com a capacidade de competir por hegemonia com outros agrupamentos equivalentes.

¹⁹² *A Lucta*, Ano III, nº1400, Lisboa [s.n.], 11 de Novembro de 1909, p.1.

estranhos ao seu caracter histórico e até antipathicos á sua idiosyncrasia ethnica”, através de um “accordo luso-brasileiro”, que ajudasse também à renovação de Portugal¹⁹³.

Deste modo, apoiando-se nos Estatutos da Sociedade, propõe a criação de uma “commissão geral permanente com o titulo «Commissão luso brasileira»”¹⁹⁴, destinada a fomentar uma cooperação alargada entre os dois países, nos domínios académico, comercial, judicial e desportivo, baseando-se no “vínculo inquebrantavel” que ambas as nações mantinham à “raça luso-brasileira”, depósito do “genio latino”, gerador de “supremo encanto” e dotado de “energia eternamente criadora”¹⁹⁵.

Consiglieri Pedroso viria a discutir o seu projecto com a legação e consulado do Brasil em Portugal, além de vários outros notáveis brasileiros, obtendo a aprovação dos interlocutores. A SGL foi excepcionalmente convidada a participar no Segundo Congresso Brasileiro de Geografia¹⁹⁶, a realizar em S. Paulo em 1910¹⁹⁷. Consiglieri Pedroso empenhou-se em constituir a delegação portuguesa ao evento¹⁹⁸. Os delegados, Ernesto de Vasconelos, Lobo de Ávila e Abel Botelho, seriam recebidos pelo presidente da república, Dr. Nilo Pessanha e por outros notáveis brasileiros, revelando-se a consubstanciação do projecto de Consiglieri Pedroso, então falecido, um sucesso¹⁹⁹.

O desígnio de uma maior aproximação ao Brasil não foi o único promovido por Consiglieri Pedroso para alcançar a regeneração do panorama nacional. Deste ponto de vista, a sua presidência da Associação de Jornalistas e Homens de Letras de Lisboa, exercida entre 1898²⁰⁰ e 1907²⁰¹, foi particularmente profícua.

Em 1885 Consiglieri Pedroso integra uma representação de vários autores portugueses de lamento pela morte de Victor Hugo²⁰²; em 1898 participava no Congresso

¹⁹³ *Idem, Ibidem.*

¹⁹⁴ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Ibidem*, p.389.

¹⁹⁵ *A Lucta*, Ano III, nº1400, Lisboa, 11 de Novembro de 1909, pp.1-2.

¹⁹⁶ VASCONCELLOS, Ernesto de, “O Accordo Luzo-Brasileiro” in Sociedade de Geografia de Lisboa, *Supplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIV, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Outubro de 1910, p.4.

¹⁹⁷ CARDOSO, Luciene Pereira Carris, “Meio século de Congressos Brasileiros de Geografia: Impressões de uma releitura” in Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, *Terra Brasilis (Nova Série)*, Ano V, Vol. VIII, S. Paulo, Laboratório de Geografia Política da Universidade de S. Paulo, 2017, p.1.

¹⁹⁸ VASCONCELLOS, Ernesto de, *Ibidem*.

¹⁹⁹ VENTURA, António, *Ibidem*, p.374.

²⁰⁰ *Gil Blas*, Ano XIX, nº6.897 Paris, [s.n.], 5 de Outubro de 1898, p.3.

²⁰¹ *A Lucta*, Ano II, nº441, Lisboa [s.n.], 21 de Março de 1907, p.1.

²⁰² BARBIEUX, Albert, *Le Rappel*, Ano XVI, nº5558, Paris, [s.n.], 29 de Maio de 1885, p.1.

Internacional da Imprensa, inaugurado a 27 de Setembro em Sintra. Neste contexto encontrámos a primeira referência à sua direcção da Associação no *Gil Blas*²⁰³. Em 1902, tomava parte na “fête des journaliste et hommes de lettres”, realizada na SGL, comentando o carácter universalista de Victor Hugo “qu’auprès du buste d’Hugo devraient être placés, non seulement le drapeau français, mais aussi le drapeau de toute l’humanité.”²⁰⁴.

A presidência de Consiglieri Pedroso ficaria igualmente marcada pela participação activa da colectividade na sociedade. O primeiro momento verifica-se depois das eleições de Agosto de 1906, caracterizadas pelo recurso que João Franco fez da denominada “ignóbil porcaria” para garantir à Concentração Liberal maioria no parlamento²⁰⁵.

A Associação, por seu lado, encontrava-se focada desde Dezembro desse ano numa questão que afectava directamente os seus associados: a proposta de lei nº27-A, ou seja, a chamada lei da imprensa²⁰⁶. No dia 9 reunia em assembleia geral, sob a presidência de Consiglieri Pedroso, formando uma comissão constituída pelo próprio, presidente, Teófilo Braga, D. Luís de Castro, Alfredo da Cunha, Magalhães Lima, Barbosa Colen e Cunha e Costa. A comissão convidou todos os directores de jornais lisboetas para uma sessão de debate sobre formas de protesto.

O conselheiro Bocage e Bulhão Pato juntavam-se à delegação. Durante a reunião, o secretário da comissão, Cunha e Costa, apresentou uma proposta de representação à Câmara dos Deputados²⁰⁷. A mesma foi entregue a 18 de Dezembro, com a Associação de Homens de Letras do Porto a reforçar o protesto²⁰⁸.

A 27 de Janeiro de 1907, a Associação volta a reunir-se com os directores de jornais da capital; decidia-se não só a promoção de um comício em Lisboa, como uma representação dirigida à Câmara dos Pares²⁰⁹. Ambos teriam lugar a 24 de Fevereiro de 1907, sob o olhar atento da força policial. Consiglieri Pedroso, presidente da mesa do

²⁰³ *Gil Blas*, Ano XIX, nº6.897 Paris, [s.n.], 5 de Outubro de 1898, p.3.

²⁰⁴ CHADEUIL, Gustave (dir.), *Le XIXe siècle: jornal quotidien, politique et littéraire*, Ano XXXI, nº11681, Paris, [s.n.], 5 de Março de 1902, p.1.

²⁰⁵ PROENÇA, Maria Cândida, MANIQUE, António Pedro, “A estabilização político-institucional” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p.89.

²⁰⁶ *A Lucta*, Ano I, nº351, Lisboa [s.n.], 19 de Dezembro de 1906, p.1.

²⁰⁷ VITOR, Jaime, (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano VII, nº190, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Dezembro de 1906, p.338.

²⁰⁸ *A Lucta*, Ano I nº351, Lisboa, 19 de Dezembro de 1906, p.1.

²⁰⁹ *A Lucta*, nº390, Ano II, Lisboa, 28 de Janeiro de 1907, p.1.

comício, saudava o povo de Lisboa “depois de tantos anos de silencio”²¹⁰, criticava a falta de liberdade que entendia existir no país, que limitava a possibilidade dos cidadãos questionarem as decisões do “representante do direito divino”. Uma vez que qualquer eleição obedecia à “ignóbil porcaria”, a liberdade administrativa encontrava-se restringida e a parlamentar, destroçada²¹¹. Entre as liberdades perdidas, era particularmente significativa a liberdade de imprensa, cunho das nações livres, pela qual, argumentava, seria necessário continuar a pugnar, mesmo tendo em conta que o projecto de lei contra o qual protestava havia já sido aprovado na câmara dos deputados²¹².

Terminado o congresso, apelava à retirada ordeira dos assistentes²¹³, antes de se dirigir com a comissão organizadora do comício a S. Bento, onde era recebida por Sebastião Telles, presidente da câmara dos pares, que se comprometia a entregar a representação à câmara, e a publicá-la no *Diário do Governo*²¹⁴.

Os esforços da Associação revelavam-se estéreis, como a *Lucta* admitia a 19 de Março de 1907, data em que “o monstro” era aprovado na câmara dos pares²¹⁵. A comissão de protesto contra a lei da imprensa viria a reunir-se a 24 daquele mês, comprometendo-se a manter o seu protesto²¹⁶. Não obstante, a lei da imprensa era publicada a 11 de Abril²¹⁷, um dia antes de D. Carlos decretar o fecho da sessão legislativa. Ingressava-se num período de ditadura, com significativa contestação dos sectores republicano, regenerador e progressista²¹⁸. Consiglieri Pedroso, por seu lado, viria ainda a depôr tanto nos julgamentos de *O Mundo*²¹⁹, como nos de *O Paiz* e o *Germinal*²²⁰, ainda que os resultados nem sempre fossem favoráveis aos adversários políticos do ditador.

Consiglieri Pedroso passaria a focar-se noutros meios de conseguir chegar à desejada regeneração nacional, conceptualizada como realizável através da luta política dentro das colectividades a que pertencia, em que o papel da Associação de Jornalistas

²¹⁰ *A Lucta*, nº417, Ano II, Lisboa, 25 de Fevereiro de 1907, p.1.

²¹¹ *Idem, Ibidem*.

²¹² *Idem, Ibidem*.

²¹³ *Idem, Ibidem*.

²¹⁴ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº418, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1907, p.1.

²¹⁵ *Idem, Ibidem*, nº429, Ano II, Lisboa, 19 de Março de 1907, p.1.

²¹⁶ CAMACHO, Brito (dir.), *Ibidem*, nº445, Ano II, Lisboa, 25 de Março de 1907, p.1.

²¹⁷ Lei de 11 de Abril de 1907 in *Diário do Governo*, nº81, Lisboa, [s.n.], 13 de Abril de 1907, pp.189-194.

²¹⁸ PROENÇA, Maria Cândida, MANIQUE, António Pedro, *Ibidem*, p.90.

²¹⁹ *A Lucta*, Ano II, nº499, Lisboa, 19 de Maio de 1907, p.2.

²²⁰ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº527, Lisboa, 16 de Junho de 1907, p.1.

persistia como central. De facto, a Liga Nacional de Instrução, dirigida por Consiglieri Pedroso e parte da estrutura orgânica da Associação, irá promover no Seixal e em Lisboa, respectivamente em 26 de Maio e 19 de Dezembro de 1907, a celebração das primeiras iterações da Festa da Árvore, com o objectivo de promover o ensino primário popular²²¹.

Esta iniciativa ligava-se ao objectivo central da Liga: o carácter extrapartidário capaz de englobar portugueses de ambos os sexos, com o objectivo de erradicar o analfabetismo em Portugal. Pretendia a criação de um sistema de ensino cívico e acessível a toda a população, demanda inspirada pela *Ligue de l'Enseignement* de Jean Macé, de onde a congénere nacional retirava também a organização em centros interligados²²². Sob a direcção de Consiglieri Pedroso, foram também criadas as secções de propaganda, assistência escolar, instrução primária, ensino profissional e artístico, universidades populares, instrução secundária e ensino superior, tal como foram promovidas duas reuniões do Congresso Pedagógico, na SGL²²³.

Sublinhe-se o discurso proferido por Consiglieri Pedroso aquando da inauguração da primeira sessão deste congresso, a 21 de Abril de 1908. Abordava o tema de expansão da instrução popular como um marco do grau de civilização de um país, associando-a directamente à diminuição da criminalidade e à possível instauração de um sistema de governo democrático, desenvolvendo-se um paralelo entre a qualidade da instrução escolar e da instrução militar. O analfabetismo era entendido como uma doença social a combater através dos mais modernos métodos de educação, com o objectivo de levar a criança a ter gosto em permanecer em ambiente escolar²²⁴, onde o ensino deveria ser “cívico no seu mais patriótico significado”²²⁵.

Este significado era conotado com a republicanização do país, promovida através de um sistema de ensino que incutisse à criança os princípios de sociedade harmoniosa e pacífica, assente na existência de direitos e deveres na condição de cidadão de uma nação que se pretendia democrática²²⁶. O analfabetismo era definido não apenas como “a falta

²²¹ VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013, p.389.

²²² RIBEIRO, Lia, *A popularização da cultura republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp.177-180.

²²³ FERNANDES, Ana Lúcia, *Ibidem*, pp.675-676.

²²⁴ *A Lucta*, nº835, Ano III, Lisboa, 22 de Abril de 1908, pp.1-2.

²²⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O Congresso de Instrução Primária” in MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões: Revista mensal illustrada*, Ano VIII, Série II, Vol.VII, nº37, Lisboa, Typographia do Anuario Commercial, Julho de 1908, p.34.

²²⁶ *A Lucta*, Ano III, nº835, Lisboa [s.n.], 22 de Abril de 1908, p.1.

da primeira instrução, mas o symptoma morbido de uma doença social, que é mister combater por todos os meios se não queremos succumbir como nação independente”²²⁷. Naturalmente, empenhava-se no melhoramento da condição do professor primário, considerada “o thermometro que marca o grau de civilização de um paiz”²²⁸.

O discurso do director da Liga Nacional de Instrução na abertura do II Congresso Pedagógico, que durou de 14²²⁹ a 17 de Abril de 1909²³⁰, acompanhava as linhas de força apresentadas no primeiro, ainda que fosse pautado por um entusiasmo bastante marcado, derivado da expansão exponencial observada na implantação da Liga em território nacional e no Brasil, com quarenta núcleos. O orador demonstra regozijo ao observar a elevada participação no congresso de dois mil participantes, obrigando a que os trabalhos se realizassem na Sala Portugal da SGL²³¹. As suas declarações evidenciavam a necessidade de implementação de um sistema de ensino para garantia da educação integral, capaz de incutir um conhecimento dos deveres cívicos, para aceitação do “grandioso e nobre” e desprezo do “vil e baixo”, em clara repetição das anteriores afirmações sobre a republicanização do país²³².

Contudo, a atitude de Consiglieri Pedroso neste contexto distinguiu-se pelo facto de incluir uma visita à CML, onde se realizaria o Congresso Municipalista. Nessa visita, acompanhado de alguns dos congressistas do II Congresso, Consiglieri Pedroso explicava que, com tal deslocação, pretendia aliar “os principios que se conjugam e dos quaes está dependente o ressurgimento da nossa terra – o principio municipalista e o da educação”²³³.

Embora não nos seja possível confirmar a presença do nosso biografado no Congresso Municipalista, sabemos que o II Congresso Pedagógico enviou uma nota de adesão às conclusões do seu congénere, prosa em que revelava interesse na descentralização dos serviços municipais, considerando esse princípio essencial para o desenvolvimento da instrução em Portugal²³⁴.

²²⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O Congresso de Instrução Primária” in MENDONÇA, Henrique Lopes de, *Ibidem*, p.34.

²²⁸ *A Lucta*, Ano III, nº835, 22 de Abril de 1908, Lisboa, 1908, p.1.

²²⁹ *Idem, Ibidem*, Ano IV, nº1189, 14 de Abril de 1909, Lisboa, 1909, p.1

²³⁰ *Idem, Ibidem*, Ano IV, nº1192, 17 de Abril de 1909, Lisboa, 1909, p.1

²³¹ *Idem, Ibidem*, Ano IV, nº1189, Lisboa [s.n.], 14 de Abril de 1909, p.1.

²³² *Idem, Ibidem*, Ano III, nº835, 22 de Abril de 1908, Lisboa, 1908, p.1.

²³³ *Idem, Ibidem*.

²³⁴ *Idem, Ibidem*, Ano IV, nº1192, Lisboa, 17 de Abril de 1909, pp.1-2.

O Congresso Municipalista decorreu entre 16 e 21 de Abril de 1909, congregando 242 participantes originários de 161 câmaras municipais. Na abertura, Braamcamp Freire, republicano e então presidente da CML, pugnou pela descentralização administrativa, contra a concentração do poder sobre os municípios exercida pelo Ministério do Reino²³⁵. O congresso apresentava como diretrizes centrais a defesa da municipalização dos serviços públicos, com especial preocupação com a criação de uma lei de expropriação por utilidade pública²³⁶, ideias que não eram alheias a Consiglieri Pedroso, que além de associado à adesão enviada pelo II Congresso Pedagógico, demonstrou posições municipalistas nos seus manuais²³⁷ e durante o exercício de funções de vereador na CML²³⁸.

Em 1910, como presidente da SGL integrava a comissão executiva de celebração do centenário de uma figura que, além de municipalista, representava o arquétipo de um homem dedicado à regeneração nacional: Alexandre Herculano²³⁹. Consiglieri Pedroso definia-o como “um grande nome portuguez (...) que só pode engrandecer-se pelo culto desinteressado e fervoroso dos que em vida deram nobre exemplo de grandes virtudes cívicas.”²⁴⁰

A celebração do centenário iniciar-se-ia a 27 de Março de 1910, momento de reflexão sobre o papel de Herculano na dissipação da “confusão poeirenta das lendas medievais” sobre as origens da “nacionalidade lusa”, atentando às ligações étnicas do povo português, as quais fundamentavam a expansão posterior²⁴¹. Enfatizava-se também a sua ligação à “causa liberal”, e expunham-se as vicissitudes pelas quais passou por a defender, transformando-se numa figura grada para todos quantos pretendiam uma solução para a “crise social” do país, “incitando-nos a toma-lo como exemplo, pondo a abnegação acima do interesse, e na intemerata lucta por um ideal commum empenhando as nossas convicções e retemperando as nossas energias”. A celebração da figura de Herculano deveria consubstanciar-se “no nosso mais veemente protesto de emancipação,

²³⁵ LEAL, Ernesto Castro, *Ibidem*, p.267.

²³⁶ *A Lucta*, Ano IV, nº1192, Lisboa [s.n.], 17 de Abril de 1909, pp.1-2.

²³⁷ Como exemplo *vide* PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Compêndio de História Universal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2ª Edição, 1884, p.156.

²³⁸ *Vide* Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1888*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de 17 de Novembro de 1888, pp.176-185.

²³⁹ *A Lucta*, Ano V, nº1464, Lisboa, 5 de Janeiro de 1910, p.2.

²⁴⁰ *Idem*, *Ibidem*.

²⁴¹ *Idem*, *Ibidem*, Ano V, nº1524, Lisboa, 28 de Março de 1910, p.1.

de afinamento moral e progresso social”, o qual, por esse motivo, deveria ser extensível a qualquer quadrante partidário²⁴².

Em observância a este discurso, era nomeado 1910, presidente da Comissão Organizadora do Congresso Nacional, promovido pela Liga Naval. Esta iniciativa realizava-se entre 16 e 24 de Maio de 1910, na SGL²⁴³. Tratava-se de um fórum de debate acerca de temas nacionais, com participantes de várias sensibilidades políticas e análises de temáticas relativas à economia, demografia, finanças, educação e justiça, tal como questões coloniais e de defesa²⁴⁴.

O Congresso era inaugurado pelo rei D. Manuel II; seguiu-se a intervenção inicial de Consiglieri Pedroso, segundo a qual em Portugal se evidenciava uma ânsia de regeneração. O centenário de Herculano era a demonstração cabal da tendência e o Congresso ecoava-a, ao congregar representantes de várias colectividades e quadrantes políticos para discutir o interesse nacional, sem atentar às sensibilidades partidárias de cada um e tendo apenas como objectivo “a futura grandeza de Portugal”²⁴⁵.

Os trabalhos do evento foram interrompidos nos dias 20 e 21 devido ao falecimento de Eduardo VII de Inglaterra²⁴⁶, em cujo serviço fúnebre, realizado na capela de S. Jorge do cemitério britânico, a SGL participaria na pessoa de Almeida d’Eça²⁴⁷. A 23 de Maio a actividade era retomada e eram submetidas algumas teses da autoria de Consiglieri Pedroso. De facto, na 11ª e 12ª sessões do encontro, dedicadas ao “*problema educativo*”, foram apresentadas, “A extinção do analfabetismo e o problema nacional”, cujo relator era a Liga Nacional de Instrução, representada por Borges Grainha e “Papel da imprensa na grande obra da regeneração nacional”, cujo relator era a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, representada por Armelim Junior²⁴⁸. Evidenciava-se a preocupação de Consiglieri Pedroso em influir para a mudança da vida nacional com o prestígio grangeado, demonstrado nestes eventos. Sublinhe-se ainda a relação mantida com o rei,

²⁴² *Idem, Ibidem*.

²⁴³ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº1581, Lisboa [s.n.], 12 de Maio de 1910, p.2.

²⁴⁴ LEAL, Ernesto Castro, “Liga Nacional” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp.672-673.

²⁴⁵ *A Lucta*, Ano V, nº1582, Lisboa [s.n.], 13 de Maio de 1910, p.2.

²⁴⁶ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº1587, Lisboa [s.n.], 20 de Maio de 1910, p.2.

²⁴⁷ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº1588, Lisboa [s.n.], 21 de Maio de 1910, p.2.

²⁴⁸ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº1590, Lisboa [s.n.], 22 de Maio de 1910, p.2.

de quem Lucília Mateus afirma que havia sido tutor²⁴⁹ e de quem, no final do I Congresso Pedagógico, havia recebido um convite para receber os cumprimentos do rei no Paço²⁵⁰.

No final do Congresso Nacional declarava: “ponderando as circunstancias em que se encontra o paiz (...) sem demora, deve iniciar-se uma larga obra de reorganização economica e social, que integrando a nacionalidade portuguesa no movimento das ideias modernas, possa conduzir-a ao caminho de um real engrandecimento.”²⁵¹ Fiel às ideias chave do seu percurso, a propaganda e a instrução, como forma de modificar as estruturas institucionais nacionais enunciava: “Ou os votos do congresso são tomados em consideração ou nós temos de... continuar a trabalhar (...) E despede-se . . . até á vista. Voltem todos ás suas casas, contentes do dever cumprido. A todos, o orador saúda, no momento da separação. E encerra o congresso.”²⁵²

Este constitui o último evento publico em que participou; a 3 de Setembro de 1910, pelas 22 horas, Consiglieri Pedroso morreu em Sintra, “no 2º andar do prédio onde está estabelecida a queijadeira Mathilde”²⁵³, local de veraneio habitual, depois de sofrimento prolongado. No seu leito de morte esteve presente a sua esposa, Maria Euphemia Consiglieri Pedroso, o irmão, João Consiglieri Pedroso, a filha, Beatriz Consiglieri Pedroso Ardisson, os sobrinhos e o genro, Dr. Ardisson Ferreira que, em Agosto, o havia operado a um antraz com Eusébio Leão, sem clorofórmio, por escolha do próprio. Além da filha, deixava José Consiglieri Pedroso, fruto de uma relação com Adelina Ramos²⁵⁴.

²⁴⁹ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.68.

²⁵⁰ Questão que foi amplamente reportada na imprensa francesa. como exemplo *vide* DUMONT, A. (dir.), *Gil Blas*, Ano XXIX, nº10.412, Paris, [s.n.], 29 de Abril de 1908, p.3; VILLEMESANT, Hippolyte de, *Le Figaro: jornal non politique*, Ano LIV, Série 3, nº120, Paris, Le Figaro, 29 de Abril de 1908, p.3; NEFFTZER, Auguste, *Le Temps*, Ano XLVIII, nº17110, Paris, [s.n.], 29 de Abril de 1908, p.4; GÉRAULT-RICHARD (dir.), *Messidor: informations du monde entier*, Ano II, nº452, Paris, [s.n.], 29 de Abril de 1908, p.1; RIVET, Gustave (dir.), *Le Radical*, Ano XXVIII, nº120, Paris, [s.n.], 29 de Abril de 1908, p.3; PREVET, Charles, *Le Petit Journal*, Ano XLVI, nº16560, Paris, [s.n.], 29 de Abril de 1908, p.3.

²⁵¹ *A Lucta*, Ano V, nº1591, Lisboa [s.n.], 25 de Maio de 1910, p.1.

²⁵² *Idem, Ibidem*, Ano V nº1591, Lisboa [s.n.], 25 de Maio de 1910, p.2.

²⁵³ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº1696, Lisboa, [s.n.], 5 de Setembro de 1910, p.1. *A Lucta* mais no informa que (Vide *Idem, Ibidem*, Ano V, nº1695, Lisboa [s.n.], 4 de Setembro de 1910, p.1) apenas depois da sua morte foi sabido que era diabético.

²⁵⁴ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.69.

As cerimónias fúnebres repartiram-se entre Sintra e Lisboa, onde chegava no final do dia 4 de Setembro²⁵⁵. A urna, coberta com a bandeira da SGL, permanecia na Sociedade de Geografia até ao final do dia seguinte.²⁵⁶

O cortejo fúnebre realizou-se no dia 5 de Setembro: o corpo foi transportado “em um armão de artilharia coberto com a bandeira da Sociedade”²⁵⁷, seguido por um carro com as coroas de flores oferecidas à família de Consiglieri Pedroso e uma berlinda ocupada por um sacerdote e seu acólito. O cortejo reuniu um conjunto significativo de pessoas, que incluíam o Marquês de Castelo Melhor, representante do rei e rainha de Portugal. À chegada ao cemitério do Alto de S. João, discursaram o ministro da Marinha, Marnoco de Sousa, Cristovam Ayres, representante da 2ª classe da Academia das Ciências, Queiroz Veloso, delegado do CSL; Borges Grainha, representando a Liga Nacional de Instrução, Augusto Correia, Jaime Victor, Ramada Curto e Rozendo Carvalheira²⁵⁸. Por fim: “O corpo foi para a cova conforme era a vontade de Consiglieri Pedroso, que assim quis descança-lo no seio da terra mãe, não se esquivando ilusoriamente de voltar ao pó, terra, cinza e nada, donde todos nós vimos e em que nos tornamos.”²⁵⁹

Na imprensa, proliferam elogios ao perecido, semelhantes àquele que o próprio Consiglieri Pedroso havia concedido a um dos sócios fundadores da SGL, Luciano Cordeiro, aquando da sua morte em 1900²⁶⁰. O primeiro que encontramos é ainda anterior à sua morte e ficou consubstanciado na publicação humorística *Varões Assinalados*, que elogiava mordazmente a capacidade intelectual e os conhecimentos linguísticos do Autor, tal como a sua participação na SGL, Academia Real das Ciências e Sociedade de Propaganda de Portugal²⁶¹.

²⁵⁵ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº1696, Lisboa, [s.n.], 5 de Setembro de 1910, p.1.

²⁵⁶ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIV, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Setembro 1910, p.1.

²⁵⁷ NORONHA, D. Francisco de, “O Funeral” in SILVA, Caetano Alberto da (dir.), *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, Ano XXXIII, Vol. XXXIII, Nº1141, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 10 de Setembro de 1910, p.203.

²⁵⁸ *Idem, Ibidem*.

²⁵⁹ *Idem, Ibidem*.

²⁶⁰ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXIV, 18ª Série, nº12, Lisboa, Typographia Universal, Dezembro de 1900, pp.679-685.

²⁶¹ PASQUIM, “Zophimo Consiglieri Pedroso” in VALENÇA, Francisco, *Varões Assinalados*, Ano I, nº7, Lisboa, Typographia Franco e C.ª, Dezembro de 1909, p.4.

No que se refere a esta última instituição²⁶², muito embora não haja indicação de que Consiglieri Pedroso fosse sócio da mesma, participou na sessão solene do 4º aniversário da Sociedade, em 28 de Fevereiro de 1910 “Apezar do seu estado de saúde e dos seus afazeres (...) por estar convencido da altíssima importancia do assumpto.”²⁶³ No seu discurso, argumentou que “o excursionismo” podia ser considerada “talvez a primeira industria, sem offensa para as outras, por não precisar de pautas differenciaes nem protectoras.”²⁶⁴, já que a sua capacidade de angariar clientes decorria do clima e da beleza natural do país²⁶⁵.

Mesmo assim, considerava necessário que estes atractivos fossem secundados por acomodações de maior conforto e mais propaganda das qualidades turísticas de Portugal, posição que havia já sido tomada por Fernando Palha, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, em 1888, durante a vereação de Consiglieri Pedroso na CML²⁶⁶, com o mesmo objectivo que a Sociedade de Propaganda de Portugal lhe atribuía em 1907: tornar Lisboa no “*caes da Europa*”²⁶⁷.

A *Lucta* definia Consiglieri Pedroso como um homem de grande ilustração e inteligência, enfatizando a *Biblioteca de Propaganda Democrática* e as intervenções parlamentares, nas quais destacava uma “aspiração republicana que procurava tomar

²⁶² A Sociedade de Propaganda de Portugal foi fundada a 28 de Fevereiro de 1906 por Leonildo de Mendonça e Costa. Tinha sede no nº109 da rua Nova do Almada. O seu objectivo, declarado na sessão inaugural, em que estiverem presentes Mendonça e Costa, criador da Sociedade e secretário perpétuo, Elísio Mendes, presidente da mesa, Jaime Vitor, 1º Secretário e Simão Trigueiros Martel, 2º Secretário era o de promover em Portugal “os melhoramentos necessarios para o tornar visitavel por estrangeiros (...)”. Inspirava-se nas suas congéneres austríacas, italianas, japonesas, alemães e espanholas e declarava pretender ter delegações em todo o país (COSTA, Leonildo de Mendonça e (dir.), *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Ano I, nº 1, Lisboa, Typographia Adolfo de Mendonça, Julho 1907, pp.1-7.)

Nos seus estatutos comprometia-se a promover os seus objectivos junto dos poderes públicos e administração local, de modo a levar a que Portugal fosse “visitado e amado por nacionais e estrangeiros”. Prometia encetar a publicação de itinerários e guias sobre Portugal, promover excursões marítimas e terrestres, enviar representantes a instalações hoteleiras portuguesas para aconselhar sobre as melhores práticas higiénicas, modo de apresentar as instalações e preço a praticar, dar aos hotéis, casinos e estabelecimentos balneares e hidroterapêuticos ligações a companhias de transportes, estudar os regulamentos relativos a viação, hygiene, alfândegas e portos francos, colaborar com o Estado e outras instituições para a manutenção da beleza natural e património artístico nacional e promover a propaganda no estrangeiro através de legações, consulados e câmaras de comércio. (COSTA, Leonildo de Mendonça e (dir.), *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Ano I, nº 2, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva, Agosto 1907, pp.1-2.)

²⁶³ COSTA, Leonildo de Mendonça e (dir.), *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Ano VI, nº 3, Lisboa, Typographia Adolfo de Mendonça, Março de 1910, p.19.

²⁶⁴ *Idem*, *Ibidem*.

²⁶⁵ *Idem*, *Ibidem*.

²⁶⁶ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1888*, Sessão de 17 de Novembro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], pp.176-177

²⁶⁷ COSTA, Leonildo de Mendonça e (dir.), *Ibidem*, Ano I, Nº 1, Julho de 1907, p.17.

corpo em formas concretas.” Relembra igualmente a fraqueza do Autor e respectivo percurso: “foi quando Barjona Freitas organizou a esquerda dinástica. Contagiara-o o *possibilismo* de Castelar, e d’essa ilusão ficou sofrendo sempre, mal colocado dentro do partido, com o qual nunca fez reconciliação cabal”²⁶⁸.

A revista *Serões* preferiu focar-se na erudição de Consiglieri Pedroso, tal como no impacto do seu trabalho, descrevendo-o “cheio de talento, patriota entusiasta, possuidor de uma vasta e complexa erudição, estudando sempre, conhecendo numerosas línguas, era uma das individualidades mais em relêvo do paiz. Trabalhador activissimo, nunca o seu cerebro descansava.” Considerava que o país tinha perdido “um dos seus filhos mais queridos, a sciencia um homem de incontestavel valor.”²⁶⁹

Por contraste, a revista *Brasil-Portugal* concentrava-se na actuação de Consiglieri Pedroso enquanto jornalista. Discursando no funeral do nosso biografado, em nome da Associação dos Jornalistas de Lisboa, Jaime Vitor lembrava a participação de Consiglieri Pedroso, enquanto presidente da entidade, no combate à lei da imprensa. Evocava o seu valor como jornalista, demonstrado tanto nos jornais que tinha dirigido (*Republica* e *Os Debates*), como nas crónicas de Política Internacional publicadas na *Brasil-Portugal*; relembra também a última participação de Consiglieri Pedroso na imprensa periódica²⁷⁰.

Na revista ilustrada *Occidente*, D. Francisco de Noronha focava-se na memória dos contactos mantidos com Consiglieri Pedroso “em periodo anterior ao anno de 1883”²⁷¹. Então o professor presidia aos júris de exames liceais de História e Geografia, prezando todos com a sua afabilidade, fluência, eloquência e educação. Ao contrário de *A Lucta*, não entendia o oportunismo político de Consiglieri Pedroso como negativo, escrevendo: “(...) não se retraiu a cumprimentos de estylo nas horas de oportuna incidência e

²⁶⁸ *A Lucta*, Ano V, nº1695, Lisboa [s.n.], 4 de Setembro de 1910, p.1.

²⁶⁹ MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões. Revista Mensal Illustrada*, Ano X, Série II, Vol. XI, nº 64, Lisboa, [s.n.], Outubro de 1910, p.311.

²⁷⁰ VITOR, Jaime, (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano XII, nº280, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Setembro de 1910, pp.242-243. A afirmação da *Brasil-Portugal* confirma-se. O último artigo que Pedroso publica na imprensa periódica, intitulado “O accordo luso-brasileiro”, é de facto publicado na revista a 16 de Fevereiro de 1910. Vide PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O accordo luso-brasileiro” in VITOR, Jaime, (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano XII, nº266, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Fevereiro de 1910, p.22.

²⁷¹ NORONHA, D. Francisco de, “Zófimo Consiglieri Pedroso” in SILVA, Caetano Alberto da (dir.), *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, Ano XXXIII, Vol. XXXIII, Nº1141, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 10 de Setembro de 1910, p.202.

apercebeu-se de que não há motivos incongruentes ou irreductíveis em certos actos, que apesar de poderem apparentar alianças antagónicas, não correspondem entretanto á abdicação de principios e muito menos ao renegar de doutrinas.”²⁷²

Quanto ao percurso científico de Consiglieri Pedroso, considerava-o “vulto apreciável e modelo de pautada prudencia judiciosa”, prezando a sua memória prodigiosa e capacidade de interpretação, ainda que não o definisse como genial²⁷³.

A Sociedade de Geografia de Lisboa, entidade presidida por Consiglieri Pedroso até à sua morte, dedicava um conjunto de textos reunidos no suplemento ao número 9 da 28ª série do seu *Boletim*; eram elogios respeitantes a várias facetas da sua actividade científica e política. Os testemunhos foram publicados depois da implantação da república devido ao facto da SGL se encontrar em período de férias aquando do falecimento do seu presidente²⁷⁴.

Gonçalves Viana, companheiro de viagem de Consiglieri Pedroso na deslocação à Rússia em 1896²⁷⁵, detinha-se no conhecimento de línguas estrangeiras; segundo enunciava, o Autor falava latim, grego, russo, castelhano, italiano, francês, inglês, alemão, dinamarquês e sueco com relativa facilidade. Revelava também interesse pelo estudo do malo-russo, sérvio, búlgaro, polaco, boémio, holandês e japonês. Teria cultivado durante algum tempo o árabe e hebraico, aplicando significativa dedicação a estas investigações, sendo reconhecida pelo amigo a sua marcada tenacidade, consubstanciada no seu mote: *quem dura vence*, que contrastava com a sua menos impressionante estatura²⁷⁶.

Ernesto de Vasconcellos preferia invocar o acordo luso-brasileiro acalentado por Consiglieri Pedroso e o seu resultado: a embaixada intelectual enviada a S. Paulo²⁷⁷.

Borges Grainha dedicava um texto a Consiglieri Pedroso como “propagandista da instrução popular”²⁷⁸, referindo o trabalho realizado pelo falecido na CML para promover

²⁷² *Idem, Ibidem.*

²⁷³ *Idem, Ibidem.*

²⁷⁴ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Suplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIV, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Setembro de 1910, p.1.

²⁷⁵ VIANA, A. R. Gonçalves, “Consiglieri Pedroso como poliglota” in Sociedade de Geografia de Lisboa, *Suplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, XXXIV, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Outubro de 1910, p.17.

²⁷⁶ *Idem, Ibidem*, pp.17-18.

²⁷⁷ VASCONCELLOS, Ernesto de, *Ibidem*, pp.3-4.

²⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p.4.

a educação das massas, iniciado em 1875, na sequência de proposta de Elias Garcia para organizar a instrução primária da cidade; não menos importante a actuação de Consiglieri Pedroso em 1910, data em que lograva a concessão de terrenos da CML para a edificação de uma “escola primaria integral”, a ser dirigida pela Liga Nacional de Instrução²⁷⁹. Evocava a publicação da *Biblioteca de Propaganda Democrática*, dedicada ao povo, “porque era para o povo que elle escrevia, era o povo que ele queria educar” no sentido de uma republicanização do país²⁸⁰.

Ainda atentando à acção de Consiglieri Pedroso neste domínio, referia a criação da Liga Nacional de Instrução, sob liderança de Consiglieri Pedroso. Consequentemente, Borges Grainha considerava que, de facto, fora graças aos esforços de Consiglieri Pedroso de expansão da instrução primária que a república se implantara²⁸¹.

Rozendo Carvalheira apresentava posição similar, embora centrado na análise do Centenário de Alexandre Herculano. Como escrevia, rememorar este vulto histórico conduziria a nação a sair de um “amargo momento histórico de desfalecimento nacional”²⁸²; atribuía a Consiglieri Pedroso e ao seu empenho com o centenário a revivescência verificada. Expressava a admiração de Consiglieri Pedroso pelo historiador, motivo da sua dedicação ao centenário. Graças a esse, o país “Ficou sabendo o que fôra e o que valera esse Homem que se lhe apresentava como modelo a seguir, e o paiz inteiro sentiu que a oportunidade era propícia, para reagir n’um vibrar unisono contra a mórbida e criminosa somnolencia em que se deixara cair... e começou a despertar”²⁸³. Assim, embora Consiglieri Pedroso tivesse falecido antes da implantação da república, o seu legado como promotor da instrução primária e fomentador da comemoração de momentos e vultos significativos da história nacional era considerado, pelos demais participantes nestas iniciativas, como de elevada influência na consciência nacional no sentido da realização do ideal que o orientava: a república.

²⁷⁹ GRAINHA, M. Borges, “Consiglieri Pedroso propagandista da instrução popular” in Sociedade de Geografia de Lisboa, *Supplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIV, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Setembro de 1910, p.5.

²⁸⁰ *Idem, ibidem*, pp.6-9.

²⁸¹ CARVALHEIRA, Rozendo, “Consiglieri Pedroso e o Centenario de Alexandre Herculano” in Sociedade de Geografia de Lisboa, *Supplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Setembro de 1910, pp.9-10.

²⁸² *Idem, ibidem*, pp.12.

²⁸³ *Idem, ibidem*, pp.14-15.

4. Percurso político-ideológico de Consiglieri Pedroso

Em 29 de Junho 1873, *O Rebate*, jornal republicano, dirigido por Carrilho Videira e editado pela Livraria Internacional surgia nas bancas de Lisboa. O periódico firmava a posição federalista do director, tal como a associação ao recém-formado Centro Federal de Lisboa²⁸⁴; mas publicar-se-ia durante pouco mais de seis meses, tendo sido querelado a 17 de Dezembro daquele ano²⁸⁵.

Este contratempo não significaria um interregno de vulto de Videira na imprensa republicana; a 28 de Novembro do ano seguinte era lançado *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade*, diário dirigido pelo republicano coadjuvado nesta tarefa por jovem correligionário: Consiglieri Pedroso²⁸⁶. Os “dois rapazes”²⁸⁷, como se autodenominavam, tomavam as rédeas de uma incipiente folha federalista, inspirada pelo pensamento de Charles Lemonnier, cujas ideias propagandeavam²⁸⁸.

Tratava-se de uma presença breve, terminando a 4 de Abril de 1875. O fim do jornal *Republica*, era definido como uma decisão calculada e pragmática pelos directores, que se comprometiam a lançar um novo projecto: “um órgão francamente republicano, que promovesse e auxiliasse a organização do partido republicano portuguez.”²⁸⁹. Este órgão derivaria, supostamente, de uma extensão da estrutura organizacional do periódico que terminava, com novo nome, além de uma equipa mais alargada e uma tipografia própria.

Os esforços dos dois jovens não se materializariam em novo jornal, porém a convivência de ambos reflectia as divisões internas no movimento republicano. Em 1875 ambos afirmavam-se “republicanos federaes intransigentes”, focados na realização de uma revolução da consciência dos portugueses através de “propaganda, muita propaganda, educação, muita educação”²⁹⁰, antes de se verificar uma revolução propriamente dita. Qualquer movimento revolucionário poderia cair “miseravelmente aos pés do primeiro especulador que saiba aproveitar a ocasião.”²⁹¹

²⁸⁴ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.22-23.

²⁸⁵ HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda republicana 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, pp.14-17.

²⁸⁶ Biblioteca Nacional de Portugal, *Ibidem*.

²⁸⁷ VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dirs.), *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade*, Ano II, nº97, Lisboa, [s.n.], 30 de Março de 1875, p.1.

²⁸⁸ Como exemplo vide *Idem*, *Ibidem*, Ano I, nº7, Lisboa, [s.n.], 5 de Dezembro de 1874, p.2.

²⁸⁹ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº102, Lisboa, [s.n.], 4 de Abril de 1875, p.1.

²⁹⁰ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº66, Lisboa, [s.n.], 19 de Fevereiro de 1875, p.1.

²⁹¹ *Idem*, *Ibidem*.

Por contraste, a folha *A Democracia*, dirigida por Elias Garcia, fundada em 12 de Outubro de 1873, apresentava também a ideia de implantação gradual da república²⁹², mas acreditava que a mudança de regime deveria observar uma estratégia “oportunistista”, ou seja, transigente com as forças monárquicas, a que vários republicanos, incluindo o próprio Garcia, tinham já estado associados²⁹³.

Em 1876, Consiglieri Pedroso, ao contrário do que escrevia no ano anterior tanto no jornal terminado como no *Almanach Republicano*, outra das publicações de Videira, onde pugnava por ideais revolucionários compartilhados pelo amigo²⁹⁴, afastava-se da matriz intransigente, mudança de pensamento demonstrada na comunicação ao congresso promovido pelos partidos histórico e reformista no Casino Lisbonense a 19 de Março de 1876²⁹⁵: *O sufrágio universal ou a intervenção das classes trabalhadoras no governo do país*.

Neste ensaio expressava confiança no sufrágio universal como a única forma de garantir uma “evolução pacífica e fecunda”²⁹⁶ do sistema de governo até alcançar a república; aceitava deste modo, a associação de políticos republicanos a partidos monárquicos, assim a referida ligação permitisse uma modificação substantiva do regime em prol da democratização²⁹⁷. Seis dias depois, a 25 de Março de 1876²⁹⁸, realizava-se um banquete presidido por Oliveira Marreca²⁹⁹, momento fundador do Centro Republicano Democrático e do Directório do Partido Republicano, constituído por 33 membros, onde Consiglieri Pedroso participava³⁰⁰.

²⁹² HOMEM, Amadeu Carvalho, *Ibidem*, pp.14-17.

²⁹³ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.24-25.

²⁹⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O amor na Revolução” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1876*, Ano II, Lisboa, Nova Livaria Internacional, 1875, pp.34-37.

²⁹⁵ De notar que estes partidos formariam, através do Pacto da Granja, de 7 de Setembro de 1876, o Partido Progressista.

²⁹⁶ HOMEM, Amadeu Carvalho, *Ibidem*, p.16.

²⁹⁷ *Idem*, *Ibidem*.

²⁹⁸ Denote-se uma disparidade entre autores no firmar da data deste jantar. De facto, enquanto Lucília Nunes garante que o mesmo se realiza a 18 de Maio de 1876 (NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.56.), o que o colocaria depois da data de abertura do Centro Republicano Democrático apresentada por Fernando Catroga: 2 de Abril de 1876. O texto deste professor refere que o banquete se teria dado a 25 de Abril de 1876 (CATROGA, Fernando, *Ibidem*, p.26.), o que o colocaria depois da abertura do centro que teria decidido criar. Parece-nos assim que a data correcta é a apresentada por Carvalho Homem: 25 de Março de 1876.

²⁹⁹ HOMEM, Amadeu Carvalho, *Ibidem*, p.26.

³⁰⁰ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, p.26.

O Autor afastava-se mais uma vez das suas asserções de 1875, ao defender uma denominação neutra da entidade fundada: “Centro Democrático”; em oposição encontrava-se Carrilho Videira, crítico acérrimo do Directório. Nas suas palavras, o Centro era formado por funcionários públicos³⁰¹. À semelhança de Gilberto Rola, pretendia ver o carácter republicano do Centro claramente expresso no seu nome³⁰². A sua inflexibilidade exprejava-se: estes republicanos criticavam a falta de participação popular nas reuniões do centro e a associação profissional ao Estado de grande parte dos membros do Directório. Por outro lado, esses acusavam os correligionários de serem agentes enviado pelo governo. Foram estas acusações que levaram à expulsão de Videira e Ladislau Batalha³⁰³.

Em 1879, ambos fundavam o Centro Republicano Federal, que integrava Teixeira Bastos, Horácio Esk Ferrari e Manuel de Arriaga, entre outros. Por outro lado, o apoio concedido pelo partido regenerador à candidatura de Elias Garcia a deputado por Lisboa em 1878, viria a cindir o Centro Republicano Democrático; Bernardino Pinheiro e Latino Coelho reagiam com a criação do Centro Republicano de Lisboa³⁰⁴.

Esta dispersão em centros distintos não iludia os factores que fomentavam uma maior coesão do movimento, entre os quais se contam o Tricentenário de Camões, celebrado em 1880 e os protestos subsequentes à assinatura do Tratado de Lourenço Marques em 31 de Maio de 1879, pelo governo regenerador de Fontes Pereira de Melo, aprovado com modificações a 8 de Março de 1881, durante o executivo progressista liderado por Anselmo Braacamp³⁰⁵. A diminuição do nível de vida no início da década de 1880, o centenário do Marquês de Pombal em 1882 e a repressão monárquica de jornais e dirigentes republicanos ajudaram a aumentar a base de apoio do movimento³⁰⁶.

Em 23 de Janeiro de 1881, Manuel de Arriaga e Silva Lisboa fundavam o Clube Henriques Nogueira³⁰⁷; no ano seguinte, no Porto realizava-se sob a presidência de Emígdio Garcia, uma reunião onde se decidia a convocação de um congresso para aprovação das bases orgânicas e o programa político do movimento. O congresso reuniria

³⁰¹ VIDEIRA, Carrilho, “Aos Leitores” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1878*, Ano IV, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877, pp.73-74.

³⁰² CATROGA, Fernando, *Ibidem*, p.28.

³⁰³ *Idem*, *Ibidem*, pp.28-30.

³⁰⁴ *Idem*, *Ibidem*, pp.28-33.

³⁰⁵ HOMEM, Amadeu Carvalho, *Ibidem*, pp.23-24.

³⁰⁶ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.34-35.

³⁰⁷ HOMEM, Amadeu Carvalho, *Ibidem*, pp.30-31.

no recém-formado clube, em 1883, comissões do Porto e Lisboa, além de representantes da imprensa nacional. Manuel de Arriaga foi o relator do *Projecto de Organização Definitiva do Partido Republicano* em 10 de Junho do mesmo ano e no âmbito do referido conclave.³⁰⁸

Formava-se o Directório do PRP, constituído por um corpo consultivo e uma comissão executiva; entre outros notáveis. Consiglieri Pedroso integrava o núcleo. O partido ficava dotado de uma direcção centralizada, sem perder o seu carácter frentista³⁰⁹. Consiglieri Pedroso, por seu lado, persistia fiel à matriz oportunista e legalista, a qual transparecerá nas alianças políticas formadas posteriormente e na defesa da expansão da instrução primária e popular.

No segundo volume da *Propaganda Democrática*: “O que é a República”, o Autor defendia ser este o melhor sistema para “uma sociedade adiantada em civilização”, ou seja, uma sociedade apta a abdicar do “princípio da hereditariedade”, substituindo-o pelo “princípio da eleição”³¹⁰. Este, embora não garantisse a qualidade do líder eleito, assegurava a justiça do mecanismo de selecção³¹¹. Asseverava ainda que os poderes investidos neste indivíduo eram temporários, não permitindo o despotismo³¹².

Inscrevendo na defesa do evolucionismo, Consiglieri Pedroso argumentava que os regimes políticos tinham um limite de vigência, directamente relacionado com o estágio civilizacional dos povos. Assim importava “não permitir que uma forma de governo qualquer se cristalice, forçando-a pelo contrario a ceder o passo a uma forma mais perfeita, logo que as necessidades da civilização o reclamem. Só assim se evitarão as revoluções, transformando-se em evolução fecunda e benéfica esses movimentos desordenados e incoerentes, que infelizmente são ainda hoje em certos cazos uma triste mais inexoravel necessidade das nações!”³¹³

Esta orientação evidenciava-se particularmente nas posições de Consiglieri Pedroso sobre a instrução. Uma das mais reveladoras verificava-se aquando do debate sobre o “projecto de reorganização das escolas centraes e parochiaes do município de Lisboa”,

³⁰⁸ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.36-37.

³⁰⁹ *Idem, Ibidem*, pp.38-39.

³¹⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), “O que é a Republica” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano I, 1ª Série, nºII, Lisboa, Typographia Nacional, 1886, pp.5-10.

³¹¹ *Idem, Ibidem*, pp.10-12.

³¹² *Idem, Ibidem*, pp.12-14.

³¹³ *Idem, Ibidem*, pp.14-16.

proposto por Mattoso Santos em Março de 1886³¹⁴ e aprovado dias depois, com o voto contra da minoria republicana da câmara³¹⁵.

Segundo o Autor, antes da aprovação, o projecto deveria ser novamente apreciado pela comissão executiva da câmara, “a fim de se conformar melhor com as disposições da carta de lei de 2 de maio de 1878³¹⁶ e com os sãos princípios da sciencia da educação e da pratica do ensino nos paizes mais adiantados”³¹⁷. Estes princípios eram directamente ligados por Consiglieri Pedroso aos métodos de Fröebel³¹⁸, que juntamente com as práticas educacionais de Rosseau e Pestalozzi, formavam a base teórica para a aplicação da “educação integral”³¹⁹. Esta deveria ser constituída por um currículo escolar sólido, pelo ensino da música, pelo ensino militar e pela educação física, com o objectivo de propiciar um cidadão republicano, patriótico, solidário capaz de reconhecer as especificidades da vida em sociedade, atentando à conciliação de direitos e deveres³²⁰.

Pretendia-se alcançar um estágio social em que a sociabilidade fosse baseada na solidariedade entre indivíduos e não, segundo uma perspectiva de inspiração darwiniana, no poder do mais forte. O cidadão republicano deveria ser activo, limpo, sereno e razoável, além de crente na perfectibilidade humana e no progresso, garante da existência futura de uma sociedade democrática. O patriotismo, consubstanciado numa crença no regresso da nação a momentos de glória inspirados em eventos áureos do passado, recuperados pela república, deveria também ser um dos traços a incutir no aluno pelos métodos de educação utilizados³²¹.

Assim, Consiglieri Pedroso era particularmente prolixo no âmbito da celebração de figuras e ocasiões memoráveis da história nacional, comemorações destinadas a galvanizar os seus participantes, tendo em vista a assumpção nacionalista, fórmula de reacção aos três séculos de decadência, associados directamente à Casa de Bragança,

³¹⁴ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 6 de Março de 1886, pp.109-110.

³¹⁵ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 17 de Março de 1886, p.253.

³¹⁶ Esta lei dispensava da educação relativa à doutrina cristã as crianças cujos pais não professassem esta religião. Além de tal, descentralizava o ensino, dando significativos poderes aos municípios para o regular. (vide CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.257-258.)

³¹⁷ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 10 de Março de 1886, p.129.

³¹⁸ *Idem, Ibidem*, pp.129-132.

³¹⁹ FERNANDES, Ana Lucília Cunha, PINTASSILGO, Joaquim, *Ibidem*, p.553.

³²⁰ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.262-264.

³²¹ *Idem, Ibidem*, pp.264-267.

responsável pelos danos do país desde os Descobrimentos³²². Consiglieri Pedroso dedicava-se à vulgarização dos conhecimentos históricos, através das conferências *As Grandes Épocas da História Universal*, de entre as quais *Importância e interesse do estudo da História na actualidade*, particularmente reveladora³²³.

O Autor observava a História como uma ciência com a capacidade de despertar emoção, assim, importava para dar a conhecer o passado, mas para ajudar a formar convicções sobre o presente³²⁴, o que decorreria do facto de o estudante ser simultaneamente sujeito e objecto da História.

Atendendo à circunstância da História abranger toda a experiência humana, era entendida como a mais complexa e aglutinadora de todas as “sciencias sociológicas”, mas também como a única com a aptidão de organizar os factos descritos numa linha narrativa aliciante ao leitor³²⁵; consequentemente, acrescia a capacidade galvanizadora da mesma.

Assim, o conhecimento do passado poderia mudar o rumo da história de um povo³²⁶, desde que coadjuvado por métodos de educação vocacionados para criar um sentimento patriótico nos alunos. Como exemplo desta posição, Consiglieri Pedroso aludia à criação da Universidade de Berlim e ao seu impacto na popularização das obras de Fichte, Arndt e Schenkendorff, as quais teriam feito “(...) brotar do solo por verdadeira magia, legiões inteiras de recrutas (...)” que, animados pelo seu patriotismo, viriam a ajudar a Prússia a vencer Napoleão em Leipzig (1813), a Dinamarca na Primeira (1848-1852) e Segunda (1864) Guerras de Schleswig, a Áustria na guerra Austro-Prussiana (1866) e finalmente França na guerra Franco-Prussiana (1870-1871). As vitórias da Prússia transformada em Império Alemão resultavam do estabelecimento de um “systema racional de educação”³²⁷.

Tal sistema, garante do civismo e patriotismo dos cidadãos e por isso um auxílio na formação da nação republicana organizada e pacífica, deveria assegurar a saúde da futura

³²² MATOS, Sérgio Campos, “História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX” in A. M. Hespanha (dir.), *Penélope – Fazer e desfazer a História*, Ano IV, nº8, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, pp.66-67.

³²³ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, pp.89-91.

³²⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Importancia e interesse do estudo da Historia na actualidade” in *As Grandes Épocas da História Universal*, Porto, Livraria Civilização, 1883, pp. 11-13.

³²⁵ *Idem*, *Ibidem*, pp.14-19.

³²⁶ *Idem*, *Ibidem*, pp.19-20. Consiglieri Pedroso, embora não considerasse o aforisma *Historia magistral vitae* científico, não o deixa de considerar “eminentemente verdadeiro”, porque intuitivo.

³²⁷ *Idem*, *Ibidem*, pp.20-25.

nação, não apenas mental, mas também física, através do ensino militar, da higiene e da educação física. Consiglieri Pedroso pugnou pelo ensino militar em *Os Debates*, onde elogiava os “batalhões escolares”, formados por “soldados de doze anos” que marchavam por Paris durante as celebrações da tomada da Bastilha em 1889³²⁸, mas também na CML, local onde vereadores influenciados por Elias Garcia, tinham tentado introduzir a prática; Teófilo Braga obteve sucesso moderado em 1882, esforços gorados em 1892 pelo governo, devido à preocupação com as com as associações republicanas. Uma reintrodução era tentada e falhada em 1907, mas era recuperada depois da proclamação da república³²⁹.

Consiglieri Pedroso, pretendia a instituição deste regime em 1886, defendendo-o na CML. O seu discurso assentava na prática francesa e em particular, em Paris, de tal forma que “não se podia estar a inventar systema, quando há muito a verdade estava estabelecida pelas nações que caminham na vanguarda do progresso”³³⁰. A adopção deste sistema de ensino apelava não só à defesa nacional como à consolidação do sentimento patriótico, tendo em vista a formação de cidadãos-soldado.

Contudo, há que ter em conta a associação entre o ensino militar, a educação física e a higiene; a preparação física dos cidadãos era directamente sintomática da “regeneração (...) da própria «raça»”³³¹, e a escola era considerada um local de propagação de doenças, motivo pelo qual afetava à responsabilidade dos estabelecimentos escolares para promover a saúde e higiene dos estudantes³³².

A referida associação campeava na tese de Aníbal Pinheiro ao I Congresso Pedagógico, promovido pela Liga Nacional de Instrução. O congressista expressava o desejo de ampla expansão da educação física nas escolas primárias, devendo incluir natação e outros desportos³³³ e pautar-se pelas “leis da gymnastica scientifica”. Defendia

³²⁸ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir), *Ibidem*, Ano II, nº296, 23 de Julho de 1889, Lisboa, [s.n.], 1889, p.1.

³²⁹ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.268.

³³⁰ Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de 10 de Março de 1886 in *Actas de vereação 1886*, vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], p.132.

³³¹ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, p.269.

³³² RODRIGUES, Maria Manuela, *Ibidem*, pp.80-83.

³³³ Denote-se que a Liga irá publicar, em Novembro de 1908, publicar uma circular, que teria como objectivo ser distribuída por todo o país, contendo um questionário sobre a prática de actividade física ao ar livre no local de residência do respondente. O objectivo seria o de, ao invés de traduzir livros alemães, ingleses ou franceses sobre estes temas, conseguir um repositório de jogos nacionais, para que a liga os

também a criação de colónias escolares, para consolidar o papel das escolas³³⁴. Em resposta à tese de educação cívica de Aldofo Lima, Carneiro de Moura, desenvolvia esta ideia segundo a premissa de que as colónias se destinavam a crianças fracas, para fortalecimento respectivo durante as férias escolares, pratica a manter durante o ano escolar, através de duches e banhos³³⁵.

Estas influências teóricas e métodos de ensino eram secundados por outra das disciplinas que a integrar no currículo obrigatório nas escolas normais, primárias e nos liceus: o canto³³⁶. Neste sentido, tratava-se de promover o canto coral, uma actividade indutora de harmonia, organização, seriedade e disciplina. O ensino musical potenciava o espírito de corpo entre membros do grupo, uma associação que se pretendia extensível a todo o corpo social, por definição, a pátria republicana³³⁷.

A educação integral propunha-se ao progresso das consciências dos alunos, condição essencial para a conquista da república, sem recurso à violência e através do sufrágio universal. Tal não significava que o conceito de revolução estivesse completamente ausente do discurso de Consiglieri Pedroso, defensor da linha de pensamento de Carrilho Videira em 1875³³⁸, conforme os textos produzidos na época³³⁹. Em momento posterior, a revolução ocuparia um lugar específico no seu discurso político: a Revolução seria inevitável e justa, necessariamente violenta, em caso de repressão ou profundo desmando governativo monárquico, capaz de reduzir o povo à miséria. Tais são as premissas do comentário de Consiglieri Pedroso aos acontecimentos subjacentes às eleições gerais na Madeira, em 1884.

Manuel de Arriaga fora já eleito deputado pela ilha na legislatura de 1882-1883. Em 1884, a resposta monárquica à tentativa de reeleição de Arriaga apresentava uma feição repressiva: além de táticas de intimidação, as forças ligadas do governo prometiam

pudesse divulgar nas escolas primárias e secundárias. (Vide *A Lucta*, nº1040, 13 de Novembro, Lisboa, [s.n.], 1908, p.1).

³³⁴ *Idem, Ibidem*, nº837, 24 de Abril, Lisboa, [s.n.], 1908, p.1.

³³⁵ *Idem, Ibidem*.

³³⁶ *Idem, Ibidem*, p.2.

³³⁷ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, p.270.

³³⁸ VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1876*, Ano II, Lisboa, Nova Livaria Internacional, 1875, pp.30-31.

³³⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O amor na Revolução” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1876*, Ano 2º, Lisboa, Nova Livaria Internacional, 1875, pp.34-37.

empregos na administração da ilha aos eleitores, montavam estabelecimentos de comida e bebida à porta das urnas e promoviam a destruição de listas e o roubo de votos³⁴⁰.

Em Agosto de 1884 Consiglieri Pedroso viajou para a ilha³⁴¹ com o objectivo de organizar um partido republicano madeirense, com Arriaga. A estrutura replicava o modelo vigente em Lisboa³⁴². A correspondência de Marcos Guedes, republicano portuense, a Manuel de Arriaga, a 2 de Novembro de 1884, revelava o empenho de Consiglieri Pedroso na causa republicana madeirense. O Autor integrava um grupo de republicanos – Magalhães Lima, Silva Lisboa, Alves da Veiga, Emídio de Oliveira e Manuel de Arriaga³⁴³ para demonstração de união entre os promotores da República em Portugal e angariação de fundos para a propaganda na ilha da Madeira³⁴⁴. O PRP veria malogrado o esforço³⁴⁵.

Consiglieri Pedroso analisava os resultados na Câmara dos Deputados definindo a vitória monárquica como resultante de ilegalidades do governo da ilha.³⁴⁶ O republicano alegava que os correligionários, contra as disposições da lei eleitoral de 21 de Maio de 1884, teriam sido impedidos de concorrer, em favor de uma “phantasia de dois ou tres politicos devaneados e inofensivos”³⁴⁷. Ao contrário do parecer da comissão parlamentar responsável pela investigação de irregularidades no processo eleitoral do círculo nº97 (Funchal) e das actas das assembleias primárias da circunscrição, desconformes a essas anomalias, Consiglieri Pedroso denunciava a intervenção ilegal da “força armada” na assembleia primária da Ribeira Brava, durante o acto eleitoral de 29 de Junho de 1884, por requisição do presidente da mesa eleitoral, devido à “existencia de desordens e tumultos dentro da igreja” onde decorria a votação, pressuposto confirmado por documentos do ministério da guerra³⁴⁸. Apontava “a circumstancia do presidente da mesa

³⁴⁰ MATOS, Sérgio Campos, *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, p.28.

³⁴¹ "Manoel de Arriaga e Consiglieri Pedroso em viagem de propaganda eleitoral à Madeira.", CasaComum.org, 1884. Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_113962 (Consultado em 3 de Julho de 2018).

³⁴² MATOS, Sérgio Campos, *Ibidem*.

³⁴³ "Fotografia de conjunto com Silva Lisboa, Dr. Manuel de Arriaga, Dr. Magalhães Lima, Zófimo Consiglieri Pedroso, Dr. Alves da Veiga e Emídio de Oliveira.", 1880-1899, CasaComum.org. Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_114306 (Consultado em 3 de Julho de 2018).

³⁴⁴ MATOS, Sérgio Campos, *Ibidem*, p.220.

³⁴⁵ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Lisboa, [s.n.], Sessão nº12, de 31 de Dezembro de 1884, p.80.

³⁴⁶ *Idem, Ibidem*, pp.80-81.

³⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p.81.

³⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p.83.

rasgar listas e de alguns cidadãos deitarem na urna massas de listas também”, situação igualmente negada pela comissão, mas demonstrada pela querela do delegado de Ponte do Sol e do administrador de Câmara de Lobos, por crimes eleitorais em 29 de Dezembro³⁴⁹. O republicano concluía com um apelo à intervenção da Câmara dos Deputados: “(...) eu desejo que esta instituição, unico órgão por que a soberania do paiz póde ser representada legitimamente, não vá pôr-se em discrepancia, não se separe da indicação que a opinião publica aponta como devendo ser a norma do procedimento de todos os que têm assento n'esta camara constituinte.”³⁵⁰

A 14 de Fevereiro de 1885, Consiglieri Pedroso voltava à análise da situação política madeirense, descrita como um “systema de terror”³⁵¹. Acusava o governo local de enviar unidades militares para zonas de reconhecida concentração republicana, actividade à qual o PRP respondeu através dos órgãos de imprensa republicanos, com uma posição conciliatória: apelou à ordem e ao voto nos seus candidatos, mesmo que sob a repressão das forças armadas. Para Consiglieri Pedroso eram “(...) palavras textuaes e authenticas, tiradas dos órgãos do partido republicano da ilha da Madeira na vespera da eleição. Pergunto, srs. deputados, se á vista destas palavras póde haver alguem que sustente ainda hoje, com visos de plausibilidade, que o partido republicano pregou a desordem, a morte e a destruição!”³⁵²

No final do seu discurso, lembrava as maiorias ostentadas nos governos de Carlos X, Luis Filipe e Isabel II, monarcas que haviam perdido as coroas respectivas. Atendendo às referências históricas deixava um repto à Câmara: “(...) mas se já for tarde, segui a vossa má estrella e votae conforme quiserdes. Eu sigo o meu caminho, e subindo a esta tribuna cumpri com o meu dever. Vós fazei a vossa vontade, que o paiz nos julgará a todos.”³⁵³

O republicano voltava a temas semelhantes em Janeiro de 1885, a propósito de uma manifestação portuense contra um novo imposto municipal sobre carros. Segundo o governo, os chapeleiros e ourives da cidade, acicatados por forças opositoras à monarquia bloqueavam a entrada de gado para abastecimento alimentar da cidade³⁵⁴. O exército

³⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p.84.

³⁵⁰ *Idem, Ibidem*, p.86.

³⁵¹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº11, de 16 de Janeiro de 1884, p. 126.

³⁵² *Idem, Ibidem*, pp.127-129.

³⁵³ *Idem, Ibidem*, p.134.

³⁵⁴ *Idem, Ibidem*, Sessão nº3, de 7 de Janeiro de 1885, p.18.

interveio depois de ter sido agredido pelos manifestantes com pedras e tiros. Para Consiglieri Pedroso, o protesto tinha “(...) atingido o seu estado agudo (...)”³⁵⁵; insurgia-se contra a intervenção do governo que, tendo em conta a mortalidade, considerava violenta e desnecessária, logo eventualmente percursora de um movimento revolucionário: “Não será ainda a revolução; mas, quem sabe? talvez paraphraseando um dito celebre dirigido a Luiz XVI, quando estavam escalando os muros da Bastilha: nos devemos dizer que é o começo d'ella!...”³⁵⁶.

Finalmente, na CML, a 5 de Junho de 1886, Consiglieri Pedroso juntava-se, ao protesto de Teixeira Queiroz, Magalhães Lima, Manuel de Arriaga e Teófilo Braga contra a violência que se havia registado em Lisboa nos dias 2 e 4 de Junho, perpetrada pela guarda municipal em resposta a um jantar republicano que se tinha realizado na Avenida. Entre as 19 e as 23 horas de dia 4, a capital encontrava-se “(...) em perfeito estado de sítio (...)”³⁵⁷, com tiroteiros, cargas de cavalaria, acutilamentos e agressões: “Por honra da camara e dos seus administrados, por honra das funções mais levantadas que se podiam exercer n’uma sociedade verdadeiramente democratica, como são as das municipalidades ou comunas (...)”, Consiglieri Pedroso pretendia que “(...) o grito de protesto subisse d’ali ás estações superiores, não para atropelar a lei, mas para fazer com o que protesto que se levanta por toda acidade se mantivesse dentro dos limites legais.”³⁵⁸. Nas suas palavras intuía-se uma ameaça: “Não esquecesse a maioria que muitas vezes pela cegueira de alguns é que se ia preparando o movimento revolucionário”. Nessa perspectiva, os cidadãos sem a possibilidade de protestar por meios legais, fá-lo-iam por outros meios³⁵⁹. Embora Consiglieri Pedroso defendesse em 1876 “a liberdade sem restrições e sem abusos, o progresso sem interrupção e sem cataclismo”³⁶⁰, a revolução violenta tornava-se um direito caso os meios legais se revelassem ineficazes³⁶¹. A revolução não era

³⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p.23.

³⁵⁶ *Idem, Ibidem*, pp.20-22.

³⁵⁷ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, Vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 5 de Junho de 1886, p.94.

³⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p.105.

³⁵⁹ *Idem, Ibidem*, pp.105-106. De notar que embora esta proposta não seja aprovada, é-o a proposta de Manuel de Arriaga acerca da criação de uma “guarda civica” para substituir a guarda municipal. *Vide Idem, Ibidem*, pp.112-114.

³⁶⁰ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.135 apud PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *O suffragio universal ou a intervenção das classes trabalhadoras no Governo do Paiz in Bibliotheca Republicana Democratica*, Vol. II, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1876, p.10.

³⁶¹ NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Ibidem*, p.136, apud PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Ibidem*, p.25.

entendida como o objectivo final da evolução das consciências, mas como um desvio do verdadeiro caminho da democracia.

Como escrevia em 1876: “Não pregamos a cruzada da guerra entre classes; prevenimos apenas as concessões que se podem fazer enquanto é tempo.”³⁶² Consiglieri Pedroso definia o sufrágio universal como uma medida contra-revolucionária, que gradualmente produziria o aumento das hostes populares. Assim, o sufrágio universal permitiria a manutenção do regime monárquico até ao momento da sua queda inexorável pela educação política dos cidadãos. Antes, porém, o oportunismo, consubstanciado em ligações políticas entre republicanos e monárquicos, era aceitável, desde que resultasse em ganhos para a causa republicana.³⁶³

Consiglieri Pedroso firmava claramente a sua ligação ao oportunismo quando, no primeiro número de *Os Debates* descrevia os editores da folha como “admiradores de Gambetta até ao fanatismo”, aceitando assim “por divisa a sua política, adversa á perniciosa e falsa doutrina do *tudo ou nada!*”³⁶⁴. Tal como Gambetta equilibrou a influência de orleanistas, legitimistas, cesaristas e socialistas revolucionários durante o seu governo³⁶⁵, Consiglieri Pedroso granjeou num período breve, um conjunto de associações a forças terceiras ao republicanismo, ainda que compatíveis com a sua doutrina.

A 14 de Junho de 1886, em sessão da CML, apelidava, em forma de crítica, Augusto Fuschini, vereador pelo partido progressista, de “socialista monarchico”³⁶⁶, graças à sua defesa de ideais associados ao socialismo de Estado³⁶⁷. Esta corrente, derivada do pensamento de Ferdinand Lassalle³⁶⁸, via o Estado não como um detrimento à formação

³⁶² *Idem, Ibidem*, p.136, apud *Idem, Ibidem*, p.25.

³⁶³ HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal: O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Edições Minerva, 1989, p.258.

³⁶⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano I, nº1 de 1 de Julho de 1888, Lisboa, [s.n.], 1888, p.1.

³⁶⁵ HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda republicana 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, p.17.

³⁶⁶ Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de 14 de Junho de 1886, in *Actas de vereação 1886*, vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], pp.319-320.

³⁶⁷ VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal: As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, p.81.

³⁶⁸ Ferdinand Lassalle nasceu em Breslau, a 13 de Abril de 1825. Estudou filosofia na Universidade de Breslau, onde contactou com as ideias dos “Jovens Hegelianos”, tendo estado associado a Marx durante a revolução de 1848. Em 1963, criou o primeiro Partido Socialista da Alemanha, denominado União Geral dos Trabalhadores Alemães. O seu pensamento socialista assentava não só no objectivo de instituir o sufrágio universal, mas também no de criar uma sociedade socialista através de cooperativas de

de uma sociedade socialista, mas como um agente central da sua génese, que poderia instaurar medidas que melhorassem a condição dos trabalhadores. Deste ponto de vista, era possível compatibilizar os seus princípios com um estado monárquico, como o fez Bismarck através dos seguros estatais que instituiu durante a década de 1880³⁶⁹.

A sua criação juntava a preocupação já demonstrada pelo estadista durante a década de 1860 de ver criados planos de seguros custeados pelo estado para benefício dos trabalhadores alemães, com o trunfo que representavam na redução da influência do Partido Social-Democrata alemão³⁷⁰, afectado no início da década de 1880 pelas leis de excepção do Chanceler³⁷¹

Consiglieri Pedroso, contudo, mostrava-se averso a esta forma de introduzir reformas sociais, argumentando que Bismarck seguia “um socialismo absolutista.”, não representando “os verdadeiros socialistas democratas”³⁷². A social-democracia encontrava sobreposições com a visão do republicanismo, já que, como ele, usava de uma visão legalista, que pretendia angariar votantes “nas classes médias, entre os intelectuais, entre os camponeses”, eliminando a necessidade de recorrer a uma revolução violenta, ao modificar o regime estabelecido através do voto do cidadão³⁷³.

Com base neste modelo de actuação, Consiglieri Pedroso auferirá outra ligação oportunista em 1887. Com a morte de Fontes Pereira de Melo, Serpa de Pimentel tornava-se líder do partido regenerador; por iniciativa de Barjona Freitas, formava-se a Esquerda

trabalhadores custeadas pelo Estado. Nas suas obras enunciou também a “lei de ferro dos salários”, que justificava as posições acima enunciadas ao argumentar que os trabalhadores apenas poderiam melhorar a sua condição económica através da instituição de cooperativas, já que qualquer outra forma de organização não poderia garantir um aumento de salário.

Em 1863, respondeu pela primeira vez a um convite de Bismarck para lhe apresentar pessoalmente a sua tese. Auferiu outras reuniões com o chanceler desde esse primeiro momento de contacto. Contudo, a sua associação ao estadista era mal vista por Engels e as suas teorias, criticadas por Marx, que não as considerava inovadoras.

Ferdinand Lassalle faleceu em Geneve a 31 de Agosto de 1864, depois de ter sido ferido num duelo contra Lencu Racovitza, ex-noivo de Hélène von Dönniges, mulher com quem se pretendia casar. (Vide BOTTOMORE, Tom, “Lassalle, Ferdinand (1825-1864)” in DURLAUF, Steven N., BLUME, Lawrence E., *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Londres, Palgrave Macmillan, 2018, pp.7612-7613.)

³⁶⁹ CRAIG, Gordon A., *Germany, 1866-1945*, Oxford, Clarendon Press Oxford, 1999, p.150. Estes ficaram consagrados na Lei dos Seguros de Saúde (1883), Lei dos Seguros de Acidentes (1885) e Lei dos Seguros de Velhice e Deficiência (1889) (Vide *Idem*, *Ibidem*, p.151.)

³⁷⁰ CRAIG, Gordon A., *Ibidem*, pp.150-151

³⁷¹ TOUCHARD, Jean, *História das Ideias Políticas*, Vol. IV, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1959, p.91.

³⁷² Câmara Municipal de Lisboa, Sessão de 14 de Junho de 1886, in *Actas de vereação 1886*, vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], pp.319-320.

³⁷³ TOUCHARD, Jean, *Ibidem*, p.91.

Dinástica³⁷⁴ que, para homens como Elias Garcia, Jacinto Nunes e Consiglieri Pedroso, alguns deles com tradição de ligação a forças monárquicas, se apresentava como uma oportunidade de cooperar com um partido da oposição no sentido da mais fácil implementação do republicanismo³⁷⁵.

Esta proposta de transigência, apresentada no congresso republicano de Agosto de 1887, foi rejeitada pelo partido, em favor de uma posição diametralmente oposta, tomada por Manuel de Arriaga no congresso extraordinário de Dezembro daquele ano³⁷⁶. Contudo, o impacto da proscrição oportunista foi suficientemente grave para levar os republicanos a não reeleger o directório³⁷⁷, e decidir afastar os correligionários partidários precursores do oportunismo. Consiglieri Pedroso, integrou a comissão consultiva do partido³⁷⁸.

A decisão de se associar à Esquerda Dinástica teve consequências políticas ainda mais graves para o Autor. Em Setembro de 1889, durante a discussão sobre os candidatos republicanos à Câmara dos Deputados para o mandato vindouro, demonstrava-se confiante na possibilidade de integração na lista do partido, a par de Elias Garcia – mas admitia a existência de uma corrente contrária à candidatura dos dois republicanos oportunistas³⁷⁹. Dias depois, retémpera a confiança quanto à selecção de candidatos e aceita a escolha de apenas um para evitar a dispersão de votos.³⁸⁰

A 12 de Outubro, as expectativas confirmavam-se. Consiglieri Pedroso constituía uma clara e deliberada omissão da lista de candidatos republicanos às eleições gerais, a realizar em oito dias³⁸¹. O oportunismo não tinha surtido o efeito desejado pelos seus defensores. Embora um conjunto apreciável de republicanos concordasse com a proposta

³⁷⁴ HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda republicana 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990, p.35.

³⁷⁵ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, p.39.

³⁷⁶ HOMEM, Amadeu Carvalho, *Ibidem*, p.37.

³⁷⁷ LEAL, Manuel Maria Cardoso, *A rotação partidária em Portugal. A aprendizagem da Alternância política (c.1860-1890)*, Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, p.259.

³⁷⁸ LEAL, Ernesto Castro, “A Ideia Federal no Republicanismo Português (1910-1926)” in ARAÚJO, Ana Cristina (dir.), *Revista de História das Ideias*, Ano XXIX, Vol. XXVII, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p.255.

³⁷⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Os Debates*, Ano II, nº355 de 28 de Setembro de 1889, Lisboa, [s.n.], 1889, p.1.

³⁸⁰ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº357 de 30 de Setembro de 1889, p.1.

³⁸¹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Os Debates*, Ano II, nº377 de 20 de Outubro de 1889, p.1.

de 1887 de aproximação à esquerda dinástica³⁸², outros pretendiam focar-se na via revolucionária.

De facto, aquando da eleição do Directório do Partido, em Janeiro de 1891, no contexto do Ultimatum Britânico de Janeiro de 1890 e do malogro da revolta de 31 de Janeiro de 1891 no Porto, que se traduziu na repressão monárquica de instituições associadas à revolta, o partido encontrava-se dividido em duas tendências³⁸³.

A primeira, principalmente presente no Porto, preferia o derrube do regime através da revolução violenta e encontrava o apoio do Directório. A segunda, mais significativa em Lisboa, preferia a estratégia contrária e com a eleição de Francisco Homem Cristo para líder do partido em 1891, estes republicanos, entre os quais se contavam Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e Azevedo e Silva tentaram dissuadir os seus correligionários e unir as tendências do Partido através do *Manifesto-Programa* de 1891, sem êxito.

Estas separações ideológicas viriam a marcar a actuação do Partido durante a década de 1890. A iniciativa de coligação com o Partido Progressista de Eduardo de Abreu falhou em 1896 com a subida ao poder do ministério liderado por José Luciano de Castro, depois de um desentendimento entre ambos os partidos³⁸⁴.

Mas a proposta sofria também oposição interna. Os seus adversários observavam como a transigência de Eduardo de Abreu reduzia o prestígio do PRP entre os videntes que com mais frequência o apoiavam. Assim, surgiu em 1896 o Grupo Republicano de Estudos Sociais, que impedia a associação de funcionários públicos às suas fileiras (exceptuando-se professores e médicos) e pugnava pela formação do novo regime através da via revolucionária. Defendia a intransigência na propaganda das visões republicanas, não aceitando a colaboração com partidos monárquicos³⁸⁵.

Anos antes, em 1889, em carta ao Directório, publicada em *Os Debates*, Consiglieri Pedroso mostrava-se resignado por não constar na lista do partido; revelava-se sensível ao facto de o Directório ser favorável à sua candidatura, mas uma percentagem significativa de centros republicanos não acompanhar esta opção³⁸⁶. Aliás, o número

³⁸² HOMEM, Amadeu Carvalho, *Ibidem*, pp.37-40.

³⁸³ NUNES, Teresa, “José Veríssimo de Almeida – ideias política e militância partidária (1881-1912)” in NUNES, Teresa (coord.), *José Veríssimo de Almeida – Percursos de Agronomia e Política Portuguesa (1870-1912)*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 2017, p.129.

³⁸⁴ *Idem*, *Ibidem*, pp.129-130.

³⁸⁵ *Idem*, *Ibidem*, pp.130-131.

³⁸⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Ibidem*, nº369 de 12 de Outubro de 1889, p.1.

considerável de moções contrárias inviabilizava, segundo o Autor, a posterior inclusão do seu nome nas listas republicanas³⁸⁷.

Ser candidato deixava de integrar os seus objectivos porque: “o nome de qualquer dos dois actuaes deputados, depois do que se passou na reunião plenária do partido³⁸⁸ não poderá reunir a totalidade dessa votação”³⁸⁹. Admitia o gosto em voltar à câmara, mas apenas em representação de “*todo* o partido”, com “*todas* as suas aspirações”, e não “só em nome de uma fracção, embora de amigos dedicados”³⁹⁰. Assim findava a participação de Consiglieri Pedroso na Câmara dos Deputados: “sem saudades, sem ressentimentos e apenas com um único pesar – o de, não obstante a minha boa vontade, não ter podido corresponder aos desejos de parte d’aquelles, que duas vezes consecutivas me elegeram para os representar em côrtes”³⁹¹.

5. Participação de Consiglieri Pedroso na Câmara dos Deputados e na CML

Segundo os registos disponíveis, Consiglieri Pedroso manteve-se na Câmara dos Deputados entre 17 de Dezembro de 1884³⁹² e 14 de Junho de 1889³⁹³. Este período sobrepõe-se áquele em que foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa, compreendido entre 2 de Janeiro de 1886 e 5 de Setembro de 1889, com a primeira participação do republicano a verificar-se na sessão de 2 de Janeiro de 1886³⁹⁴ e a última na sessão de 5 de Setembro de 1889³⁹⁵.

Enquanto vereador, Consiglieri Pedroso revelava-se favorável à proposta de Augusto Fuschini “ácerca de construções de casas baratas, sobre a regulamentação do trabalho dos menores na indústria, e em geral sobre as diferentes medidas a tomar para

³⁸⁷ *Idem, Ibidem.*

³⁸⁸ Que reputamos ser o referido congresso de Agosto 1887, onde a proposta apresentada por Elias Garcia, Consiglieri Pedroso e outros oportunistas foi derrotada, como já vimos.

³⁸⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Ibidem*, nº369 de 12 de Outubro de 1889, p.1.

³⁹⁰ *Idem, Ibidem.*

³⁹¹ *Idem, Ibidem.*

³⁹² Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Lisboa, [s.n.], Sessão nº2, de 17 de Dezembro de 1884, p.3.

³⁹³ *Idem, Ibidem*, Sessão nº75, de 14 de Junho de 1889, p.1199.

³⁹⁴ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, vol.I, Sessão de 2 de Janeiro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], pp.6-10.

³⁹⁵ *Idem, Actas de vereação 1889*, Sessão de 5 de Setembro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], p.149.

proteger as classes trabalhadoras, melhorando as condições da sua existência”³⁹⁶; considerava responsabilidade da Câmara a transmissão quanto possível ao parlamento das matérias subjacentes à iniciativa³⁹⁷. Embora merecedoras do voto favorável dos vereadores, as pretensões de Consiglieri Pedroso ficavam goradas; afinal a representação pedida nunca foi redigida³⁹⁸.

Este contratempo não impediu a profusão de propostas apresentadas nos primeiros meses da vereação. Consiglieri Pedroso empenhou-se na reorganização dos “serviços de segurança pública municipal”, em particular no “pessoal dos incêndios”; considerava a possibilidade de Lisboa se inspirar na legislação parisiense e permitir a contratação de bombeiros para providenciar serviços de segurança privada a determinados estabelecimentos, revertendo as receitas a favor dos próprios³⁹⁹.

O vereador demonstrava-se também preocupado com a variação do peso do pão permitida pela CML. Nesse sentido, subscrevia a iniciativa de Teixeira Queiroz sobre a instituição de um regime de reduzida tolerância, com excepção do “pão de luxo”, ou seja, inferior a 200g, por ser o mais lucrativo para os vendedores. A proposta seria rejeitada em favor da posição de Mattoso Santos, que pretendia uma tolerância de 40g para pão de 1kg, 30 gramas para pão de 500g e 20g gramas o pão de 250g. Do mesmo modo, obrigava à pesagem do produto no acto da venda, prevendo uma multa de 4\$500 réis no caso de incumprimento das balizas de peso ou de recusa da pesagem⁴⁰⁰.

Em 1888 Consiglieri Pedroso assumiu uma das posições mais significativas da vereação, ao sair em defesa de António Joaquim Simões de Almeida, regenerador e lojista⁴⁰¹, no sentido de restituir à CML a possibilidade de colectar e manter a receita do imposto sobre o consumo, auferida na sua totalidade pelo Estado. Simões de Almeida argumentava da seguinte forma: ou a administração da CML se encontrava na “(...) tutela

³⁹⁶ *Idem, Actas de vereação 1886*, Vol. I, Sessão de 3 de Março, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], p.58-60.

³⁹⁷ *Idem, Ibidem*, Sessão de 15 de Março, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], p.195.

³⁹⁸ *Idem, Actas de vereação 1886*, Vol. II, Sessão de 1 de Julho, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], p.9.

³⁹⁹ *Idem, Actas de vereação 1886*, vol.1, Sessão de 4 de Março, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], pp.83-84.

⁴⁰⁰ *Idem, Actas de vereação 1886*, vol.2, Sessão de 6 de Junho de 1886, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], pp.140-143.

⁴⁰¹ Para um estudo mais aprofundado sobre este vereador e outros lojistas de Lisboa *vide* ALVES, Daniel, *A República atrás do balcão (1870-1910): Os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia*, Lisboa, Edições Cosmos, 2012, p.288.

do poder central, para receber os seus favores, ou ha de ter a austeridade que se impõe nas causas justas, para tornar em realidade a *autonomia do municipio*.”⁴⁰²

Esta permitiria à CML investir nos melhoramentos necessários para aumentar a capacidade lisboeta nas ligações inter-oceânicas da Europa⁴⁰³. Fernando Palha, então presidente da câmara, defendia que a grande parte dos fundos auferidos deveriam destinar-se ao porto de Lisboa, para transformar a cidade na “(...) testa de linha de toda a Europa (...)”, com a possibilidade de receber com “(...) todas as comodidades que possuem em toda a parte dos povos civilizados (...)” os viajantes que chegavam à capital portuguesa, atraídos pelo seu clima⁴⁰⁴.

Consiglieri Pedroso filiava as suas ideias municipalistas na existência de uma “(...) tradição municipal romana (...)” em Portugal e Espanha, a qual impediu a implementação do feudalismo em toda a península ibérica⁴⁰⁵. O vereador considerava as “comunas” como “(...) um elemento importante da civilização moderna (...)”, uma vez que tinham alcançado autonomia administrativa através das cartas régias de reconhecimento. Esta tendência forneceu a consolidação da burguesia urbana⁴⁰⁶.

As liberdades locais configuravam um factor significativo para a independência e democracia portuguesas, mesmo se quebradas pelo centralismo da dinastia de Bragança⁴⁰⁷. Tendo por objectivo restaurar as velhas/modernas liberdades, promovendo uma maior democratização do país, Consiglieri Pedroso alargava a defesa do municipalismo às discussões sobre o fornecimento de transportes públicos, gás⁴⁰⁸, água⁴⁰⁹ e pão⁴¹⁰ à cidade de Lisboa.

Na Câmara dos Deputados, as primeiras intervenções antenderam ao processo eleitoral na Madeira em 1884 e às condições de vida no arquipélago, criticando o

⁴⁰² Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1888*, Sessão de 17 de Novembro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], pp.176-177.

⁴⁰³ *Idem, Ibidem*, p.177.

⁴⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p.180.

⁴⁰⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Compêndio de História Universal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, p.156.

⁴⁰⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Manual de Historia Universal*, Paris, Guillard, Aillaud e Cia., 1884, pp.259-260.

⁴⁰⁷ MATOS, Sérgio Campos, “História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX” in A. M. Hespanha (dir.), *Penélope – Fazer e desfazer a História*, Ano IV, nº8, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, p.18.

⁴⁰⁸ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão nº42, de 12 de Março de 1886, pp.154-155.

⁴⁰⁹ *Idem, Actas de vereação 1888*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 31 de Dezembro de 1888, pp.218-228.

⁴¹⁰ *Idem, Actas de vereação 1888*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 6 de Novembro de 1888, pp.150-151.

deputado o governo por não dotar as ilhas de uma rede viária e de irrigação adequada, impôr impostos demasiadamente elevados e permitir a concentração de propriedade fundiária, definida como um “(...) feudalismo anachronico (...)”⁴¹¹.

Aludia à expansão do apoio ao partido republicano no Funchal, o qual se devia à pobreza e fome vividas na capital madeirense, condições que os republicanos, mesmo impedidos de chegar às urnas pela repressão das forças da autoridade, se comprometiam a melhorar⁴¹². Sublinhe-se que os temas da violência policial⁴¹³ e da actuação repressiva das autoridades contra os opositores ao regime⁴¹⁴ constituíram a súmula de muitas das suas intervenções na câmara.

A crítica de Consiglieri Pedroso contemplava outras temáticas, como a lista civil da casa real⁴¹⁵, a acumulação de funções por parte dos deputados⁴¹⁶, a corrupção na inspecção externa das alfândegas⁴¹⁷ e a “régie” dos tabacos, entendida como contrária ao “(...) principio da liberdade industrial.”⁴¹⁸

Por outro lado, Consiglieri Pedroso apresentou propostas de lei sobre o fomento da agricultura e pescas, coadjuvadas por moções relativas à melhoria das condições dos trabalhadores e dos estudantes, cujas reivindicações de redução do valor das propinas nos vários níveis de ensino ecoava⁴¹⁹.

Uma das propostas de maior abrangência, abarcava todas as temáticas supramencionadas. Apresentada em Fevereiro de 1886, solicitava a criação de três novos

⁴¹¹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº9, de 16 de Janeiro de 1885, pp.125-127.

⁴¹² *Idem, Ibidem*, pp.127-134.

⁴¹³ *Idem, Ibidem*, Sessão nº42, de 12 de Março de 1886, pp.620-621; *Idem, Ibidem*, Sessão nº80, de 11 de Julho de 1887, pp.1666-1667; *Idem, Ibidem*, Sessão nº17, de 25 de Janeiro de 1889, pp.190-193; *Idem, Ibidem*, Sessão nº36, de 27 de Abril de 1889, p.460; *Idem, Ibidem*, Sessão nº50, de 20 de Maio de 1889, pp.758-765; *Idem, Ibidem*, Sessão nº75, de 14 de Junho de 1889, p.1199.

⁴¹⁴ *Idem, Ibidem*, Sessão nº42, de 12 de Março de 1886, pp.620-621; *Idem, Ibidem*, Sessão nº80, de 11 de Julho de 1887, pp.1666-1667; *Idem, Ibidem*, Sessão nº17, de 25 de Janeiro de 1889, pp.190-193; *Idem, Ibidem*, Sessão nº36, de 27 de Abril de 1889, p.460; *Idem, Ibidem*, Sessão nº50, de 20 de Maio de 1889, pp.758-765; *Idem, Ibidem*, Sessão nº75, de 14 de Junho de 1889, p.1199.

⁴¹⁵ Como exemplo, veja-se: *Idem, Ibidem*, Sessão nº83 de 15 de Maio de 1885, pp.1568-1594; *Idem, Ibidem*, Sessão nº24, de 8 de Fevereiro de 1886, pp.399-402, *Idem, Ibidem*, Sessão nº25, de 9 de Fevereiro de 1886, p.412; *Idem, Ibidem*, Sessão nº48, de 20 de Março de 1886, p.664; *Idem, Ibidem*, Sessão nº21, de 4 de Maio de 1887

⁴¹⁶ *Idem, Ibidem*, Sessão nº36, de 26 de Fevereiro de 1886, p.521.

⁴¹⁷ *Idem, Ibidem*, Sessão nº7, de 12 de Janeiro de 1886, p.26; *Idem, Ibidem*, Sessão nº36, de 26 de Fevereiro de 1886, p.521.

⁴¹⁸ *Idem, Ibidem*, Sessão nº64, de 14 de Abril de 1888, p.1083.

⁴¹⁹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº63, de 23 de Junho de 1887, p.1934; *Idem, Ibidem*, Sessão nº71, de 30 de Junho de 1887, p.1492.

ministérios: ministério da agricultura, ministério do ensino superior e ministério do comércio e indústria, a surgir do desdobramento do ministério das obras públicas, comércio e indústria⁴²⁰.

Consiglieri Pedroso apresentou também medidas de fomento económico, comumente de feição protecionista. Defendeu o agravamento do direito de exportação da cortiça em bruto, para obstar à modificação no estrangeiro e posterior reimportação⁴²¹, a abolição do imposto sobre o sal⁴²², a tributação acrescida sobre a produção de bebidas espirituosas em território nacional⁴²³ e a melhoria das relações económicas com Espanha⁴²⁴.

Por fim, subscreveu um projecto de grande dimensão, com Augusto Fuschini, centrado na protecção da produção nacional de cereais, vinho e cortiça, e na modificação da estrutura de propriedade nacional, com vista à proliferação de pequenos proprietários⁴²⁵.

No domínio das condições de trabalho dos operários e trabalhadores agrícolas, o Deputado apresentou em Março de 1885⁴²⁶ e novamente em Maio de 1887⁴²⁷ um projecto de lei sobre a criação de “(...) um serviço especial e permanente, denominado inspecção de estatística do trabalho nacional (...)”, para “Systematisar todas as informações relativas á condição moral, intellectual, economica e hygienica das classes trabalhadoras, tanto dos campos como das cidades, estudando ao mesmo tempo os meios mais efficaes de melhorar taes condições (...)”. Este serviço deveria incluir a criação de “(...) tribunaes árbitros (...)” para a resolução de contenciosos laborais⁴²⁸.

O serviço, dotado de uma comissão central, supervisionaria as comissões distritais. Os dados recolhidos destinavam-se à elaboração de um relatório anual ao parlamento com propostas para o melhoramento das condições físicas, morais e económicas dos trabalhadores⁴²⁹.

⁴²⁰ *Idem, Ibidem*, Sessão nº35, de 24 de Fevereiro de 1886, p.507.

⁴²¹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº22, de 6 de Maio de 1887, p.404.

⁴²² *Idem, Ibidem*, Sessão nº57, de 2 de Abril de 1886, p.769.

⁴²³ *Idem, Ibidem*, Sessão nº99, de 30 de Maio de 1888, p.1795.

⁴²⁴ *Idem, Ibidem*, Sessão nº72, de 1 de Julho de 1887, p.1512.

⁴²⁵ *Idem, Ibidem*, Sessão nº125, de 22 de Junho de 1888 (Noite), pp.2240-2256.

⁴²⁶ *Idem, Ibidem*, Sessão nº47, de 17 de Março de 1885, pp.780-782.

⁴²⁷ *Idem, Ibidem*, Sessão nº22, de 6 de Maio de 1887, p.436.

⁴²⁸ *Idem, Ibidem*, Sessão nº43, de 9 de Maio de 1889, pp.626-627.

⁴²⁹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº47, de 17 de Março de 1885, p.780.

Consiglieri Pedroso enumerava já no seu projecto alguns temas que considerados de interesse para os operários: participação nos lucros das empresas, instituição do dia normal de trabalho, legislação do trabalho de menores e mulheres, criação de caixas de crédito, estabelecimento de seguros contra doenças, velhice, desemprego e acidentes, tal como estímulo à formação dos trabalhadores⁴³⁰.

Lembrava as características da produção industrial em Portugal, inscrita em “(...) limites muito estreitos e acanhados (...)” se comparada com países como a Grã-Bretanha ou a Alemanha; logo estas reivindicações não logravam a relevância significativa encontrada nesses países. Importaria, porém, prevenir quando antes, evitando que os trabalhadores se lançassem nos braços de “(...) sedutoras reivindicações de falsos e utópicos systemas de paligenesia social”⁴³¹.

Para cumprir este desiderato recorria a uma visão “(...) implacavelmente positivista (...)” razão da centralidade da recolha de dados com o objectivo de propiciar decisões informadas sobre os problemas dos trabalhadores industriais e rurais, tendo em vista a aplicação de medidas concretas, relegando “(...) phantasiosos, embora brilhantes, systemas á priori (...)” de Cabet, Fourier ou Owen⁴³².

Consiglieri Pedroso revelava-se assim inspirado pelos serviços estatísticos norte-americanos, das cidades como Nova Iorque ou Pensilvania; estes apresentavam periodicamente relatórios sobre os trabalhadores das circunscrições respectivas às legislaturas estatais, basilares para a produção e/ou adaptação das disposições legislativas⁴³³.

6. Participação de Consiglieri Pedroso na imprensa periódica

Enquanto publicista, Consiglieri Pedroso adoptou uma posição bastante mais doutrinária, atendendo à propaganda das ideias republicanas entre o público nacional e à análise das movimentações das potências europeias no tabuleiro internacional, com o objectivo de avalorar a posição portuguesa nas alianças em mudança durante o período da Paz Armada.

⁴³⁰ *Idem, Ibidem.*

⁴³¹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº47, de 17 de Março de 1885, pp.780-781.

⁴³² *Idem, Ibidem*, p.781.

⁴³³ *Idem, Ibidem*, p.782.

A primeira participação Consiglieri Pedroso na imprensa periódica verificou-se no jornal republicano federalista *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade*, o qual dirigiu com Carrilho Videira⁴³⁴ entre 28 de Novembro de 1874⁴³⁵ e 4 de Abril de 1875⁴³⁶. Desde o primeiro número, os directores asseguram como objectivo da publicação o alargamento das ideias republicanas “(...) meramente por meio da propaganda (...)”, com o fim de “(...) despertar o paiz para o indifferentismo em que está mergulhado, provando que, assim como tem negado a monarchia, para ser logico, tem que estabelecer a *republica* sobre as solidas bases da democracia e da federação, o governo definitivo do direito e da justiça”⁴³⁷. Explanavam o conceito de união federativa e defendiam a aplicação de um sistema modelado através dos exemplos dos EUA e da Confederação Helvética a Portugal⁴³⁸, baseado numa federação de municípios⁴³⁹. Este modelo induziria a uma futura confederação com o país vizinho, a expandir para uma união política da “raça latina”, culminando na formação dos Estados Unidos da Europa⁴⁴⁰.

Os directores faziam da sua publicação um espaço para a defesa de ideias propiciadoras ao destino reservado às repúblicas confederadas a formar⁴⁴¹. Em particular a proibição da pena de morte⁴⁴², a separação do Estado e da Igreja⁴⁴³, a abolição dos exércitos permanentes⁴⁴⁴ e o estabelecimento da liberdade de comércio⁴⁴⁵. Quanto à “questão social”, dizem-se “(...) *socialistas no sentido mais amplo e reformador do*

⁴³⁴ Biblioteca Nacional de Portugal, *Ibidem*, p.43.

⁴³⁵ VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dirs.), *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade*, Ano I, nº1, Lisboa, [s.n.], 28 de Novembro de 1874, p.1.

⁴³⁶ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº102, Lisboa, [s.n.], 4 de Abril de 1875, p.1.

⁴³⁷ *Idem, Ibidem*, Ano I, nº1, Lisboa, [s.n.], 28 de Novembro de 1874, p.1.

⁴³⁸ *Idem, Ibidem*, Ano I, nº2, Lisboa, [s.n.], 29 de Novembro de 1874, p.1.

⁴³⁹ *Idem, Ibidem*, Ano I, nº7, Lisboa, [s.n.], 5 de Dezembro de 1874, p.1.

⁴⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p.2.

⁴⁴¹ Segundo escreviam no jornal: “Na raça latina do velho mundo, os movimentos sociaes são idênticos e vão caminhando cada vez mais para serem sincrónicos. Chegará um dia, em que das margens do Tejo até às do Tibre, e das do Manzanares ás do Rheno, a scena politica seja a mesma, as suas variações se cumpram na mesma hora.” Consiglieri Pedroso e Carrilho Videira deixam-nos deste modo saber que a confederação latina pretendida deveria ser formada por Portugal, Espanha, França e Itália. (*Vide Idem, Ibidem*, Ano II, nº89, Lisboa, [s.n.], 18 de Março de 1875, pp.1-4.)

⁴⁴² *Idem Ibidem*, Ano I, nº19, Lisboa, [s.n.], 19 de Dezembro de 1874, p.1. De notar que este era um tema a que Consiglieri Pedroso atribuía marcada importância, já que, no mesmo ano, publica através da Livraria Internacional, *Um Brado contra a pena de morte*. *Vide* PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Um brado contra a pena de morte*, Lisboa, Livraria Internacional, 1874.

⁴⁴³ VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dirs.), *Ibidem*, Ano I, nº2, Lisboa, [s.n.], 29 de Novembro de 1874, p.1.

⁴⁴⁴ *Idem, Ibidem*, Ano I, nº1, Lisboa, [s.n.], 28 de Novembro de 1874, p.3.

⁴⁴⁵ *Idem, Ibidem*, Ano I, nº25, Lisboa, [s.n.], 8 de Dezembro de 1874, p.2.

vocabulo (...)”, pugnando pela completa emancipação de quem “*como unico capital, possuem apenas o seu trabalho*”⁴⁴⁶.

Em Abril de 1875, o jornal terminava. No entanto, os correligionários mantinham-se associados. No mesmo ano, Consiglieri Pedroso publicava “O amor na Revolução” no *Almanach Republicano para 1876* de Carrilho Videira⁴⁴⁷, em artigo de análise dos eventos da Revolução Francesa, demonstrava o impacto das mulheres no derrube da monarquia⁴⁴⁸.

O pensamento do Autor centrava-se no impacto emocional das mulheres sobre os homens, particularmente sobre os parceiros, o segredo da heroicidade dos actos dos intervenientes no processo revolucionário⁴⁴⁹: “na multidão anomia (...) n’essa plêiade de heroes obscuros, que ainda não teve o seu historiador, ali onde a razão pouco vale, onde o sentimento e o entusiasmo, o coração são tudo, que influencia não teria o amor, a mulher, a sua tríplice incarnação de amante, de filha, de mãe?”⁴⁵⁰

A pergunta ficava por responder propositadamente, fórmula de consolidar a defesa da legalidade de acção e doutrinação das massas para derrubar a monarquia: “Eis o que foi a mulher na [*sic*] começo d’este seculo: quem poderá prevêr-lhe no futuro a força, quando nos seus labios nós bebermos o verbo da Revolução?”⁴⁵¹

A partilha de ideário entre Consiglieri Pedroso e Carrilho Videira⁴⁵² nesta publicação foi breve. A sua participação no *Almanach Republicano* e a amizade com o director do periódico, tornaram-se incompatíveis com vários aspectos da vida política e profissional de Consiglieri Pedroso. Dois anos depois de terem sustentado posições semelhantes, Videira criticava no *Almanach Republicano para 1878* o Directório do Partido Republicano Português, a que Consiglieri Pedroso pertencia, apelidado de

⁴⁴⁶ *Idem, Ibidem*, Ano I, nº2, Lisboa, [s.n.], 29 de Novembro de 1874, p.1.

⁴⁴⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O amor na Revolução” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1876*, Ano II, Lisboa, Nova Livaria Internacional, 1875, pp.34-37

⁴⁴⁸ *Idem, Ibidem*, pp.34

⁴⁴⁹ *Idem Ibidem*, pp.34-35.

⁴⁵⁰ *Idem, Ibidem*, p.36.

⁴⁵¹ *Idem, Ibidem*, p.37.

⁴⁵² VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1876*, Ano II, Lisboa, Nova Livaria Internacional, 1875, pp.30-31. De notar que o republicano, ainda assim, demonstrava já ideias como estas na primeira iteração do *Almanach*, publicada ainda sob outro título, quando argumentava que os artigos contidos na mesma, publicados também em *O Rebate*, representavam “(...) aquelle período de propaganda e de luta, tão audaciosa e efficaz, iniciada por meia duzia de moços, desprotegidos, sem nome, sem ambições, apenas cheios de fé, sequiosos de luz, de liberdade e de justiça”, que teria passado, em favor de uma posição revolucionária. Vide VIDEIRA, Carrilho (dir.), “Ao Leitor” in *Almanach da Bibliotheca Republicana Democratica para 1875*, Ano I, Lisboa, Nova Livaria Internacional, 1874, p.3.

“*Directorio do Centro* «hoje eleitoral» *republicano democratico*”⁴⁵³, que dizia “(...) empolgado por funcionários do estado, trânsfugas dos velhos partidos, d’onde trouxeram as manhas e as astucias, incompatíveis com os nossos princípios republicanos, que requerem franqueza e luz (...)”⁴⁵⁴. O federalista firmava assim a separação do antigo correligionário que, como os restantes amigos de Elias Garcia, era acusado de apoiar o partido regenerador⁴⁵⁵.

A presença seguinte de Consiglieri Pedroso na imprensa periódica, sediava-se no pensamento científico do Autor e consubstanciava-se na revista *O Positivismo*, em cujas páginas publicava a primeira lição proferida como professor do CSL, “A Grécia na História da Humanidade”⁴⁵⁶, mas também “O fortuito na História”⁴⁵⁷, artigo em que defendia pela primeira vez que a sociologia e a história, seguiam, tal como as restantes ciências, leis “inflexíveis”⁴⁵⁸.

Alertava, porém, para a necessidade de identificar eventos anómalos, dotados da capacidade de quebrar estas leis. À semelhança da biologia que prescrevia “(...) no estado morbido ou pathologico as manifestações vitais, ainda que conservando a mesma essencia, revestem contudo formas, que as fazem distinguir do seu estado normal ou physiologico (...)”⁴⁵⁹, o “organismo social”, poderia igualmente apresentar doenças e malformações, tanto agudas (guerras, revoluções, golpes de Estado) como crónicas (prostituição, miséria, imoralidade)⁴⁶⁰.

Consiglieri Pedroso contemplava uma terceira categoria de eventos actuantes de forma idêntica às ditas patologias sociais, embora sem o mesmo efeito. Tal era o caso das “(...) diversas influencias fortuitas, occasionaes (...)” que afectavam as sociedades, mas sem dano gravoso para alterar o curso da “evolução humana”⁴⁶¹. Consiglieri Pedroso exemplificava com o Primeiro e Segundo Impérios franceses, considerados “(...) casos

⁴⁵³ VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1878*, Ano IV, Lisboa, Nova Livaria Internacional, 1877, p.73.

⁴⁵⁴ *Idem, Ibidem*.

⁴⁵⁵ *Idem, Ibidem*.

⁴⁵⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “A Grecia na Historia da Humanidade” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano II, Vol. II, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1879-1880, pp.130.

⁴⁵⁷ Designação que Consiglieri Pedroso atribuí originalmente a Littré. Vide PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O Fortuito na História” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano I, Vol. I, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1878-1879, p.18.

⁴⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p.16.

⁴⁵⁹ *Idem, Ibidem*.

⁴⁶⁰ *Idem, Ibidem*.

⁴⁶¹ *Idem, Ibidem*, p.17.

de teratologia social (...)”⁴⁶², por representarem o regresso a um regime político ainda não completamente abandonado depois das “momentaneas explosões de 89 e 48, mas gradualmente eliminado pelos progressos da consciencia publica, que n’essas duas datas memoraveis sancionou solemnemente, por assim dizer, um facto que já estava consummado.”⁴⁶³

Assim, Consiglieri Pedroso demonstrava o entendimento da História e da Sociologia como ciências regidas por leis imutáveis⁴⁶⁴, como revelava a ideia da evolução humana como um movimento permanente da sociedade através de estádios de desenvolvimento social mais complexos e aperfeiçoados, um processo que poderia eventualmente ser retardado por acontecimentos/factores ocasionais, mas nunca desviado ou invertido do seu caminho de progresso⁴⁶⁵.

Os restantes textos produzidos para *O Positivismo* relacionavam-se com outra das áreas científicas de interesse para o Autor: a etnografia. O Republicano dedicou inúmeras análises a vários contos e colectâneas de superstições populares, resultado das investigações desenvolvidas neste campo⁴⁶⁶.

Em 1882, Consiglieri Pedroso colaborava em *Froebel: revista de instrução primaria*, com o texto intitulado “A phiolosophia e pedagogia na Allemanha”. Este artigo baseava-se no interesse pela teorização pedagógica que se notava na filosofia alemã posterior à “reforma de Pestalozzi”⁴⁶⁷, referindo a influência do pedagogo sobre os textos de Kant, Hegel, Ritter e Johannsen⁴⁶⁸.

⁴⁶² *Idem, Ibidem*, p.18.

⁴⁶³ *Idem, Ibidem*, p.17.

⁴⁶⁴ *Idem, Ibidem*. A total confiança de Consiglieri Pedroso na capacidade da ciência para desvendar o funcionamento dos fenómenos naturais e sociais através de leis imutáveis e permanentes ficará para mais demonstrada no seu ensaio “As causas primarias e finaes”, também ele publicado em *O Positivismo*, onde argumenta que a ciência era, como forma de conhecer a realidade, indiscutivelmente superior à metafísica. Vide PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “As causas primarias e finaes” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano II, Vol. II, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1879-1880, pp.10-16.

⁴⁶⁵ *Idem, Ibidem*.

⁴⁶⁶ Como exemplo de algumas das publicações etnográficas de Consiglieri Pedroso em *O Positivismo* Vide *Idem*, “Superstições populares” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano III, Vol. III, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, [s.d.], pp.1-21; *Idem*, “O Lobis-Homem” in *Ibidem*, pp.241-256; *Idem*, “As mouras encantadas” in *Ibidem*, pp.371-385.

⁴⁶⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “A filosofia e pedagogia na Allemanha” in TERENAS, Feio, PINTO, Caetano, MENDES, A. Ferreira (redats.), *Froebel: revista de instrução primaria*, Ano I, Série I, nº I, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 21 de Abril de 1882, p.6.

⁴⁶⁸ *Idem, Ibidem*, pp.6-7.

Sublinhe-se as conclusões do texto reveladoras de preocupação com a necessidade de aplicar os métodos de ensino teorizados por Pestalozzi e pelos seus discípulos: “bem pode afiançar-se que um único dos grandes espiritos da Allemanha n’este seculo não deixou de incluir nos seus systemas philosophicos, alguns capítulos ou pelo menos algumas suggestões luminosas sobre o problema da educação, o qual, por isso, que tem por objecto preparar as gerações futuras para o rude combate da vida, deve fixar a atenção de todos os que se interessam por diminuir as causas do erro, ou de estacionamento relativo, que tem demorado e hoje ainda em parte demoram, (apesar de tantos esforços em sentido contrario) o advento de melhores dias, pelo conhecimento de uma maior somma de verdades concernentes ao bello, ao verdadeiro e ao justo.”⁴⁶⁹

O objectivo de utilizar a instrução para fruimento da consciência política dos portugueses inspirava a divulgação da publicação de uma biblioteca de pequenos livros dedicados à familiarização do público com vários pontos estruturais do credo democrático. Intitulada *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, a colecção publicou-se entre 1886⁴⁷⁰ e 1888⁴⁷¹, período durante o qual deu à estampa quarenta e seis números.

Sob a divisa “A instrução do povo é a emancipação do povo”⁴⁷², o Autor traçou os objectivos da publicação no primeiro volume, intitulado “O que o povo deve saber”. Apresentava também, em linhas gerais, alguns dos grandes temas presentes em todos os escritos e intervenções de carácter político. Explorava as suas influências indetificadas com a tradição norte-americana de publicação de opúsculos semelhantes para a criação de *Propaganda*, a qual respeitava a “educação cívica do povo”. Pretendia informar o público sobre os direitos e garantias, acreditando convictamente que, conhecedor dos “abusos e prepotencias” praticados pelos governos monárquicos, o povo não permitiria a manutenção destes no poder⁴⁷³.

Como pacifista, revelava-se eloquente na explicação dos efeitos do conflito armado. Para Consiglieri Pedroso, qualquer conflito internacional apenas poderia trazer miséria a

⁴⁶⁹ *Idem, Ibidem*, p.7.

⁴⁷⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), “O que o povo deve saber” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano I, 1ª Série, nºI, Lisboa, Typographia Nacional, 1886, p.32.

⁴⁷¹ *Idem*, “A revolução de 1839” in *Ibidem*, Ano III, 3ª Série, nºXLVI, Lisboa, Typographia Nacional, 1888, p.3.

⁴⁷² *Idem*, “O que o povo deve saber” in *Ibidem*, Ano I, 1ª Série, nºI, Lisboa, Typographia Nacional, 1886, p.1.

⁴⁷³ *Idem, Ibidem*, pp.5-10.

qualquer um dos envolvidos, por constituir um interregno no comércio, na produção fabril e na produção agrícola, além de levar os Estados a assumir grandes despesas, logo, serem obrigados a criar ou aumentar os impostos, “aggravando ainda mais a crise geral, que imediatamente se manifesta.”⁴⁷⁴ No caso de derrota, a questão seria ainda mais grave, atendendo à possibilidade de perda da liberdade e independência do território⁴⁷⁵.

O Autor demonstrava-se também preocupado com a crise agrícola em Portugal, corroborando as reivindicações dos produtores de cereais nacionais, preocupados com o preço baixo de venda dos cereais em território nacional; a solução seria o recurso a medidas protecionistas aplicáveis ao cereal estrangeiro⁴⁷⁶.

Os temas sociais levavam-no também à defesa da legislação acerca do estabelecimento do horário de trabalho, à regulamentação do trabalho de menores e mulheres, à criação de uma estatística do trabalho nacional e de um serviço de inspeção laboral⁴⁷⁷, temáticas igualmente defendidas na Câmara dos Deputados em Março de 1885⁴⁷⁸ e em Maio de 1887⁴⁷⁹.

Centrando-se na educação do povo e na republicanização de Portugal, Consiglieri Pedroso lembrava as dificuldades nos processos de democratização dos sistemas de governo⁴⁸⁰. Assim, considerava pedagógico conhecer “vultos históricos modernos e contemporâneos”, tanto nacionais como internacionais, com relevo nesta democratização. Em conformidade dedicou alguns números da biblioteca à análise biográfica e ao percurso político de José Estevão, Parnell, Passos Manuel, Mouzinho da Silveira e Joaquim António de Aguiar.⁴⁸¹

Um dos objectivos da colecção era desmistificar a associação entre República e desordem, pobreza ou imoralidade, dando como exemplos os EUA, Suíça e França⁴⁸². Conforme enunciava nas conclusões do primeiro volume: “Por isso a primeira missão e

⁴⁷⁴ *Idem, Ibidem*, pp.13-14.

⁴⁷⁵ *Idem, Ibidem*.

⁴⁷⁶ *Idem, Ibidem*, pp.17-18.

⁴⁷⁷ *Idem, Ibidem*, pp.18-20.

⁴⁷⁸ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Sessão nº47, de 17 de Março de 1885, pp.780-782.

⁴⁷⁹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº22, de 6 de Maio de 1887, p.436.

⁴⁸⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Ibidem*, pp.22-23.

⁴⁸¹ Observe-se como exemplo: *Idem*, “José Estevão e a reacção religiosa” in *Ibidem*, 1ª Série, nºIV, 1886; *Idem*, “Parnell e a Irlanda” in *Ibidem*, 1ª Série, nºVII, 1887; *Idem*, “Passos Manuel” in *Ibidem*, 2ª Série, nºXIX, 1887; *Idem*, “Mouzinho da Silveira” in *Ibidem*, 3ª Série, nºXXVII, 1887; *Idem*, “Joaquim Antonio d’Aguia” in *Ibidem*, 3ª Série, NºXXXIV, 1888.

⁴⁸² PEDROSO, Zófimo (dir.), “O que o povo deve saber” in *Ibidem*, 1ª Série, nºI, 1886, pp.26-28.

a mais gloriosa do partido republicano portuguez, n'este período militante que vamos atravessando, é a de instruir a nação, fazendo-lhe compreender os seus direitos e o modo como pelo exercício d'esses direitos pôde conquistar a sua emancipação politica e social.”⁴⁸³

O percurso e as características da intervenção de Consiglieri Pedroso na imprensa, até 1888, já analisados, justificavam a opção do Autor na apresentação de *Os Debates* a 1 de Julho do mesmo ano⁴⁸⁴. No artigo editorial intitulado “O que somos”, o director e proprietário do novel jornal considerava desnecessárias longas elocubrações sobre os objectivos do periódico, dados os “largos annos de propaganda na tribuna e no jornal dos princípios democraticos”⁴⁸⁵. Comprometia-se a defender o “augmento das franquias populares”, e a pactuar com tendências externas ao republicanismo caso a independência ou liberdade nacional estivessem ameaçadas⁴⁸⁶. Como referia, era “admiradores de Gambetta até ao fanatismo”, aceitando assim “por divisa a sua politica, adversa á perniciosa e falsa doutrina do *tudo ou nada!*”⁴⁸⁷. Ao Autor parecia essencial o acréscimo da influência do partido republicano, para alcançar “*successivamente*” a concretização dos preceitos do programa de governo divulgado no periódico, a saber: a “democratização do nosso direito publico” e a resolução das questões sociais e económicas nacionais⁴⁸⁸.

O jornal salientava-se pelo interesse na discussão de questões internacionais, principalmente as ligadas a França. De facto, o ano de 1889, durante o qual o jornal se publicava, testemunhava mudanças na política francesa associadas a uma figura que influiu como contraponto à posição de Consiglieri Pedroso sobre a manutenção do sistema republicano em França, ou nas convicções do Autor acerca do isolamento diplomático dessa república.

Referimo-nos ao personagem reconhecido pelo marcado militarismo e simpatias monárquicas: o *General Revanche*, Georges Ernest Boulanger⁴⁸⁹. A primeira referência

⁴⁸³ *Idem, Ibidem*, pp.30-31.

⁴⁸⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Os Debates*, Ano I, nº1, Lisboa, [s.n.], 1 de Julho de 1888, p.1.

⁴⁸⁵ *Idem, Ibidem*.

⁴⁸⁶ *Idem, Ibidem*.

⁴⁸⁷ *Idem, Ibidem*.

⁴⁸⁸ *Idem, Ibidem*.

⁴⁸⁹ George Ernest-Marie Boulanger (1837-1891), nasceu em Rennes a 29 de Abril de 1837. Depois de ter frequentado a Academia Militar de Saint-Cyr (LAMPRONTI, L. (dir.), *La Gazette Algerienne*, Ano VII, nº86, 3 de Outubro, Bone, 1891, p.2) combateu na Argélia (1857) (LATIMER, Elizabeth, *France in the Nineteenth Century*, Chicago, A.C. McClurg and Company, 1896, p.428), Segunda guerra da Independência Italiana (1859), na Campanha da Conchinchina (1862) (DUMONT, A. (dir), *Gil Blas*, Ano XIII, nº4339, Paris, [s.n.], 2 de Outubro de 1891, p.1) e na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) (*La*

feita ao antigo ministro da guerra surgia em Abril de 1889⁴⁹⁰, mas a notoriedade obtida nos meses seguintes justificava um conjunto de alusões sobre o processo judicial contra a sua pessoa e os seus correligionários⁴⁹¹, as candidaturas deste movimento⁴⁹² e as saídas de França realizadas durante os procedimentos processuais mencionados⁴⁹³. A sentença ao exílio, embora já se encontrasse fora do país⁴⁹⁴, tal como a sua derrota nas eleições de 1889⁴⁹⁵ persuadiram Consiglieri Pedroso sobre o carácter quase inofensivo do boulangismo.

Os Debates revelaram igualmente grande atenção pela Exposição Universal de 1889. A referida iniciativa permitia a Consiglieri Pedroso atestar o ressurgimento de França depois da derrota de 1871, através do paralelo entre o estado do país no final da guerra franco-prussiana e as condições testemunhadas em 1889. O exercício comparativo estendia-se à sociedade alemã, cuja perspectiva negativa se explicava com a natureza do regime monárquico⁴⁹⁶.

A análise crítica destas posições, permite identificar um elemento aglutinador das observações sobre realidades diversas, a saber – o panlatinismo, fórmula de resgatar tanto

Gazette Algerienne, Ano VII, nº86, 3 de Outubro, Bone, 1891, p.2). Fez parte das forças que reprimiram a Comuna de Paris (*Gil Blas*, Ano XIII, nº4339, Paris, [s.n.], 2 de Outubro de 1891, p.1). Foi Ministro da Guerra entre 1885 e 1886 (BURY, J.P.T, *France - 1814-1940*, Londres, Routledge, 2003, p.138), anos em que ganhou popularidade pelas suas declarações anti-germânicas (IRVINE, William D., *The Boulanger Affair Reconsidered: Royalism, Boulangism and the Origins of the Radical Right in France*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1989, p.3).

As mesmas levaram a que fosse enviado para um posto em Clermont-Ferrant em 14 de Julho de 1886 (BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.139), sendo exonerado do exército em 1888 por actividade política (SOWERWINE, Charles, *France since 1870*, Londres, Palgrave Macmillan, 2018, p.58.). Tomou posse como deputado pela região de Nord em Junho (FULLER, Robert Lynn, *The Origins of the French National Movement, 1886-1914*, North Carolina, McFarland and Company, 2012, p.38), mas demitiu-se em 12 de Julho, quando a Assembleia rejeitou a sua proposta de dissolução daquele órgão (BARROW, John Henry (dir.), *The South Australian Advertiser*, Ano XXXI, Vol. XXXI, nº9304, 13 de Agosto, Adelaide, 1888, p.5).

Eleito deputado em Janeiro de 1889 por Paris, nunca chegou a tomar posse do cargo (SOWERWINE, Charles, *Ibidem*, p.59). Em Fevereiro, o governo de Tirard reinstaurou o *scrutine d'arrondissement*, proibiu a possibilidade de levar a cabo candidaturas múltiplas, que haviam ajudado Boulanger a ser eleito e Ernest Constans, ministro do interior, processou a *Ligue des Patriotes*, grupo boulangista controlado por Paul Déroulè. Boulanger fugiu para a Bélgica e foi condenado em Abril, *in absentia*, pelo Senado, tornado Alto Tribunal de Justiça, por crimes contra a segurança do Estado (BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.141). Suicidou-se a 30 de Setembro 1891 no cemitério de Ixelles, sobre a campa de Marguerite de Bounnemains, sua amante (RAYMOND, Gino, “Boulanger, Georges (1837-1891)” in RAYMOND, Gino, *Historical Dictionary of France*, Plymouth, The Scarecrow Press, 2008, p.38).

⁴⁹⁰ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº210, Lisboa, [s.n.], 7 de Abril 1889, p.1.

⁴⁹¹ Como exemplo: *Idem, Ibidem*, Ano II, nº215, Lisboa, [s.n.], 13 de Abril de 1889, p.1.

⁴⁹² Como exemplo: *Idem, Ibidem*, Ano II, nº216, Lisboa, [s.n.], 14 de Abril de 1889, p.1.

⁴⁹³ Como exemplo: *Idem, Ibidem*, Ano II, nº221, Lisboa, [s.n.], 21 de Abril de 1889, p.1.

⁴⁹⁴ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº316, Lisboa, [s.n.], 15 de Agosto de 1889, p.3.

⁴⁹⁵ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº352, Lisboa, [s.n.], 25 de Setembro de 1889, p.1.

⁴⁹⁶ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº296, Lisboa, [s.n.], 23 de Julho de 1889, p.1.

a França do isolamento diplomático, como de salvaguardar o futuro das pequenas nações. A premissa prospectiva da “grande democracia latina”⁴⁹⁷, associada a todas as outras nações latinas, constituía a base para a formação da “grande republica latina”⁴⁹⁸.

Contudo, os sonhos de preponderância latina intra e extra-Europa presentes nestas concepções confrontavam-se em vários casos com as realidades da política internacional, como era o caso da posição de Itália. Entendida como um erro de Crispi (embora na realidade tenha sido o ministério de Depretis a levá-la a cabo⁴⁹⁹), a entrada da Itália na Tríplice era observada como uma vitória da influência de Bismarck que, com promessas de ganhos coloniais⁵⁰⁰ e económicos, persuadiu a Itália a relegar a França em favor de relações mais estreitas com o império alemão e respectiva aliada. *Os Debates* enfatizam as várias razões pelas quais esta aliança não tinha o resultado esperado: enquanto Crispi apontava o mercado alemão como compensação pela perda de acesso significativo ao mercado francês, os redatores de *Os Debates* refutavam tal ideia, argumentando que não seria esse o caso⁵⁰¹.

A Itália via-se compelida a lidar com “o krack”⁵⁰², uma grave crise inflacionista que impedia o Estado de amortizar facilmente os empréstimos contraídos em França. Por outro lado, os propósitos de restauração de poder temporal do papa demonstrados pelo Vaticano eram desconforme ao interesse de projecção internacional de Itália⁵⁰³. Acresciam outros problemas, como o facto de Crispi, antigo republicano, irredentista e soldado de Garibaldi, ter abdicado das suas posições acerca das províncias *irredentas*, para permitir a Itália integrar a Tríplice, o que perpetuava a querela entre a Áustria e a Itália. Assim, a aliança era considerada contranatura: “aliança repugnante e extraordinária dos vencedores de Sadowa com os vencidos, dos vencedores de Custozza e Lissa também com os vencidos d’essas duas sinistras batalhas!”⁵⁰⁴

Esta visão, ainda assim, ignorava o papel da Prússia na unificação italiana, influenciada na sua última fase tanto pela guerra austro-prussiana (também denominada

⁴⁹⁷ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº321, Lisboa, [s.n.], 22 de Agosto de 1889, p.1.

⁴⁹⁸ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº356, Lisboa, [s.n.], 29 de Setembro de 1889, p.1.

⁴⁹⁹ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.35-36.

⁵⁰⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº287, Lisboa, [s.n.], 12 de Julho de 1889, p.1.

⁵⁰¹ *Ibidem, Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

⁵⁰² *Ibidem, Ibidem*.

⁵⁰³ *Ibidem, Ibidem*, Ano II, nº226, Lisboa, [s.n.], 27 de Abril de 1889, p.1.

⁵⁰⁴ *Ibidem, Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

Terceira Guerra da Independência de Itália), de 1866, como pela guerra franco-prussiana (1870-1871). De facto, aquando da assinatura com a Prússia, em 31 de Dezembro de 1865, de um tratado comercial e de um tratado de aliança, a 8 de Abril de 1866, o Reino de Itália não controlava ainda Veneza, nem Roma, mas a anexação de ambas foi influenciada pelo resultado dos dois conflitos referidos⁵⁰⁵.

No caso do primeiro, a aliança com Itália permitia a Bismarck garantir que a Áustria teria de se defender em duas frentes, obrigando-a a desviar forças terrestres e navais para a defesa de Veneza⁵⁰⁶, que a Áustria se tinha já oferecido a ceder a Itália, desde que a monarquia e França se mantivessem neutras no conflito. Contudo, honrando a sua aliança com Bismarck, Itália iria combater no conflito.

Esta decisão resultou numa derrota italiana em terra, na batalha de Custoza, em Junho de 1866 e numa derrota no Adriático, na batalha de Lissa, no mês seguinte. Mesmo tendo sofrido estas derrotas, Itália seria vencedora da guerra, já que a Prússia havia vencido decisivamente a Áustria em Königgrätz (Sadowa) em 3 de Julho de 1866⁵⁰⁷. Veneza foi cedida pelo Império Austríaco a Napoleão III, que a cedeu a Itália. Viena reconheceu o Reino de Itália e a cidade foi anexada à monarquia através de um plebiscito em 21 de Outubro de 1866⁵⁰⁸.

Ainda assim, o controlo italiano sobre Roma não era ainda uma realidade. Em 1864 o governo italiano havia levado a cabo um acordo secreto com Napoleão III, segundo o qual as tropas francesas que defendiam a cidade retirariam dentro de dois anos, prometendo o governo não atacar a cidade e declarar Florença a capital de Itália. O acordo permitia também ao Papa recrutar uma força de 10.000 homens para defender a cidade.

Contudo, após a retirada francesa, em Dezembro de 1866, Garibaldi iria invadir a cidade em 1867, mas seria vencido tanto por tropas leais ao Papa como pelas forças combinadas do pontífice e do imperador francês, na batalha de Mentana, a 3 de Novembro de 1867. Napoleão III, necessitando de garantir o apoio dos católicos franceses, manteria um contingente na cidade, defendendo o poder temporal do Papa⁵⁰⁹.

⁵⁰⁵ BEALES, Derek, BIAGINI, Eugenio F., *The Risorgimento and the Unification of Italy*, Nova Iorque, Routledge, 2013, p.151.

⁵⁰⁶ *Idem, Ibidem*.

⁵⁰⁷ CLARCK, Martin, *The Italian Risorgimento*, Harlow, Pearson-Longman, 2009, pp.86-87.

⁵⁰⁸ BEALES, Derek, BIAGINI, Eugenio F., *Ibidem*, p.151.

⁵⁰⁹ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.86

A anexação italiana de Roma foi, deste modo, tal como no caso da anexação de Veneza, garantida por circunstâncias externas em que a Prússia teve um papel central. Em 1870, tinha início a guerra franco-prussiana, em que o governo italiano obrigou o rei Victor Emanuel II a manter-se neutro, muito embora o monarca tivesse prometido combater ao lado de Napoleão III. O imperador viria a retirar as suas tropas de Roma, de modo a tê-las disponíveis para combater no Reno. Deste modo, em Setembro de 1870, depois da derrota francesa em Sedan, as tropas governamentais italianas tomariam Roma, encontrando pouca resistência das tropas papais. A cidade seria anexada a Itália através de um plebiscito⁵¹⁰.

Deste modo, embora Consiglieri Pedroso pudesse considerar a ligação de Itália à Dupla Aliança uma tentativa falhada de Crispi de projectar o poder italiano na Europa e no norte de África, uma análise crítica da sua visão prova que, tendo em conta as anteriores relações entre Itália e o Império Alemão, a mesma é parcial e anti-germânica, sendo, por outro lado, pró-francesa. Itália é criticada por tomar decisões diplomáticas contrárias ao desejável e considerada um país em circunstâncias económicas desfavoráveis, decorrentes da sua renúncia a relações mais próximas com França.

Por contraste, *Os Debates* avaliavam a situação francesa: uma nação republicana, com elevada expansão económica no pós-guerra e, mesmo isolada, revelava-se capaz de angariar a atenção de todos os países da Europa para celebrar a paz através de um evento internacional. Os autores recorriam a uma frase de Gambetta para exprimir votos de esperança: “*il viendra le jour de la justice imminente de choses*”⁵¹¹.

A defesa destes ideais em *O Debates* terminava em 28 de Outubro de 1889; a 15 de Dezembro seguinte, os leitores eram informados da mudança de proprietários do jornal⁵¹².

Entre 1899 e 1909 Consiglieri Pedroso colaborou na revista *Brasil-Portugal*. Mencionado como colaborador da revista no seu primeiro número, em Fevereiro de

⁵¹⁰ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.87

⁵¹¹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

⁵¹² *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº432, Lisboa, [s.n.], 15 de Dezembro de 1889, p.1.

1889,⁵¹³, a primeira contribuição surgiu no número 36, através de notas de viagem intituladas “Excursão à Escandinávia”⁵¹⁴.

Tratava-se de um diário de viagem, que se inicia com uma entrada escrita na Baía de Biscaia, a 5 de Agosto de 1898 e terminava com uma entrada escrita no Mar Báltico, a 18 de Agosto do mesmo ano. Durante a narrativa, o Autor apresentava considerações etnográficas⁵¹⁵ e políticas. De igual forma, comentava a situação de inferioridade de Portugal e Espanha face aos outros impérios europeus, com críticas às políticas de Guilherme II, particularmente a política de expansão naval e rejeição frontal ao “direito da força”⁵¹⁶, representado pelas pretensões expansionistas da Alemanha.

A segunda crónica aduzia novas perspectivas sobre o primeiro tema. Intitulada “Um encontro em Paris (O dialecto indo-portuguez de Ceylão)”, explanava a posição de Consiglieri Pedroso sobre a presença nacional no Oriente: política e militarmente efémera, esta presença consubstanciada num império baseado em praças fortes separadas entre si, não resistia à competição de rivais do Velho Continente. Contudo, encontrava novas facetas do legado português no Oriente, as quais resultavam da criação de crioulos e mestiços, considerados uma demonstração da vitalidade racial portuguesa⁵¹⁷.

⁵¹³ VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano I, nº1, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Fevereiro de 1899, p.2.

⁵¹⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Excursão à Escandinávia” in *Idem, Ibidem*, Ano II, nº36, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Julho de 1900, p.188.

⁵¹⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Excursão à Escandinávia” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, nº 36, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Julho de 1900, p.189.

⁵¹⁶ *Idem, Ibidem*, pp.188-189.

⁵¹⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Um encontro em Paris (O dialecto indo-portuguez de Ceylão)” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano II, nº 41, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Outubro de 1900, p.260.

Em *Serões*, Consiglieri Pedroso publicou “Vinte dias na Rússia”⁵¹⁸, crónica de viagem inacabada da sua visita à Rússia no verão de 1896⁵¹⁹, para a qual partiu em 26 de Julho de 1896, embora não nos seja possível confirmar a data do seu regresso.

Entre 16 de Janeiro de 1901⁵²⁰ e 16 de Fevereiro de 1910⁵²¹, data da última participação de Consiglieri Pedroso em *Brasil-Portugal*, o Autor subscrevia a crónica “Política Internacional”, de periodicidade quinzenal, na qual procedia à análise dos acontecimentos mais relevantes no âmbito nacional e externo, com particular atenção às opções diplomáticas e à modificação do sistema internacional durante quase uma década.

As primeiras crónicas, entre 16 de Janeiro e 1 de Abril de 1901, eram considerações generalistas sobre as potências europeias (Espanha⁵²², França⁵²³, Itália⁵²⁴, Inglaterra⁵²⁵, Alemanha⁵²⁶, Império austro-húngaro⁵²⁷ e Rússia⁵²⁸) e as premissas metodológicas da análise, considerada essa de interligação estreita. Socorria-se da China e do Japão como exemplos para afirmar a inexistência de nações isoladas e mesmo problemas de ordem interna, em alguns casos, só podiam ser explicados através de acontecimentos internacionais anteriores ou contemporâneos⁵²⁹.

⁵¹⁸ Esta obra inacabada, actualmente reunida em livro (vide PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros, 2015.) é publicada em partes, em dois momentos. O primeiro dos mesmos situa-se, entre os números 22 e 24, e os anos de 1903 e 1904, onde se publicam os primeiros seis capítulos da obra (vide PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Vinte dias na Rússia” in MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões. Revista Mensal Illustrada*, Série I, Vol. IV, n.ºs 22 a 24, Lisboa, [s.n.], Outubro de 1903 a Dezembro de 1904, pp.205-343.) e o segundo entre os números 31 e 34, durante o ano de 1908, onde se publicam o sétimo e oitavo capítulos da obra (vide PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Vinte dias na Rússia” in *Idem, Ibidem*, Série II, Vol. VI, n.ºs 31-34, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, Janeiro-Abril de 1908, pp.26-284).

⁵¹⁹ *Idem, Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros, 2015, p.29.

⁵²⁰ *Idem*, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano III, n.º48, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Janeiro de 1901, p.376.

⁵²¹ *Idem*, “O accordo luso-brasileiro” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano XII, n.º266, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Fevereiro de 1910, p.22.

⁵²² *Idem*, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano III, n.º49, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Fevereiro de 1901, p.10.

⁵²³ *Idem, Ibidem*.

⁵²⁴ *Idem, Ibidem*.

⁵²⁵ *Idem, Ibidem*, Ano III, n.º50, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Fevereiro de 1901, p.10.

⁵²⁶ *Idem, Ibidem*, Ano III, n.º51, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Março de 1901 p.44.

⁵²⁷ *Idem, Ibidem*, Ano III, n.º52, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Março de 1901, p.50.

⁵²⁸ *Idem, Ibidem*, Ano III, n.º53, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Abril de 1901, p.66.

⁵²⁹ *Idem, Ibidem*, Ano III, n.º48, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Janeiro de 1901, p.376.

Assim, o “internacionalismo” constituía a característica base das relações internacionais no início do século, do qual decorria uma “verdadeira amphycionia, embora a federação que os reúne seja apenas moral, e não possa infelizmente evitar os dissídios graves, que os separam, ameaçando por vezes converter-se em desastrosos rompimentos”. Segundo o Autor, esta federação moral fundava-se nos progressos que contribuíram para “(...) pouco a pouco se irem apagando as fronteiras, traçadas pelo particularismo selvagem das raças primitivas entre os povos”: referia-se às infraestruturas que facilitavam o contacto entre povos. A federação moral, por outro lado, induzia um “(...) domínio do pensamento” a uma proximidade entre as noções do mundo civilizado, basilar para uma eventual pátria única⁵³⁰.

Convidado a participar no diário *A Lucta* com textos sobre temáticas congêneres, Consiglieri Pedroso optava por dar à estampa o mesmo texto publicado a 16 de Janeiro de 1901 em *Brasil-Portugal*⁵³¹. A sua colaboração estendeu-se entre 18 de Maio de 1908⁵³² e 3 de Agosto do mesmo ano⁵³³, com periodicidade semanal, publicado às segundas-feiras.

O seu artigo, intitulado “Corrida para o abismo”, concentrava-se nos efeitos da derrota francesa de 1871. Consiglieri Pedroso considerava a decisão alemã de anexar a Alsácia-Lorena o início do clima de Paz Armada sentido pelas nações europeias, consubstanciado nas rivalidades anglo-alemã e anglo-francesa. Estimava ainda as consequências a prazo de um conflito em larga escala entre as competidoras e a ruína económica dos participantes⁵³⁴.

Este texto resumia a posição de Consiglieri Pedroso sobre a *entente cordiale*, entendida como um acordo de defesa de França contra as pretensões de expansão da Alemanha em Marrocos, particularmente depois da conferência de Algeciras, denominada o “Sedan diplomático”⁵³⁵ do *Reich*. Observava a Entente também como um instrumento diplomático revelador do pragmatismo da diplomacia inglesa, interessada em cortar a expansão mundial da Alemanha; nessa medida aliou-se ao Japão e seguidamente à França, atendendo à necessidade de manter não só a superioridade naval, mas de

⁵³⁰ *Idem, Ibidem.*

⁵³¹ *Idem, Ibidem.*

⁵³² *A Lucta*, Ano II, nº861, Lisboa [s.n.], 18 de Maio de 1907, p.1.

⁵³³ *Idem, Ibidem*, Ano III, nº861, Lisboa [s.n.], 18 de Maio de 1908, p.1.

⁵³⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Corrida para o abismo” in CAMACHO, Brito (dir.), *Ibidem*, Ano III, nº867, Lisboa [s.n.], 25 de Maio de 1908, p.1.

⁵³⁵ *A Lucta*, Ano III, nº875, Lisboa [s.n.], 1 de Junho de 1908, p.1.

assegurar o apoio de outras potências navais nos esforços de contenção do império de Guilherme II⁵³⁶.

Por contraste, Consiglieri Pedroso publica “Ex Occidente lux!” a 8 de Junho. Tratava-se de novo exercício comparativo, desta feita, entre a Europa e o continente americano. A primeira caracterizava-se por tensão e rivalidade, enquanto a América observava uma tendência oposta “abatendo fronteiras, dissipando odios, atenuando desconfianças, e coroando este bello trabalho de fraternização com a obra que no seu eloquente simbolismo dirá, que as nações que devem a sua origem a Portugal, Hespanha e á Inglaterra, vão inaugurar no novo mundo essa era de felicidade e paz, que as respectivas mães pátrias não souberam atingir!...”⁵³⁷.

Reconhecia, porém, os motivos do apreço pela política americana tendencialmente unificadora. Esses residiam na fragilidade da Europa dividida e na aproximação de uma nova potência emergente, os EUA: “(...) porque a fraternização de todas as republicas americanas, não nos iludamos, significa não só a doutrina de Monroe⁵³⁸ alargada e

⁵³⁶ *Idem, Ibidem.*

⁵³⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Ex Occidente lux!” in CAMACHO, Brito (dir.), *Ibidem*, Ano III, nº882, Lisboa [s.n.], 8 de Junho de 1908, p.1.

⁵³⁸ A doutrina de Monroe foi pela primeira vez demonstrada por James Monroe (1758-1831), quinto presidente dos EUA, entre 1817 e 1825, numa mensagem ao Congresso em 2 de Dezembro de 1823. Argumentava que a colonização europeia do continente americano era inaceitável, que as potências europeias não deveriam expandir-se no hemisfério ocidental, que os EUA não deveriam intervir em colónias ou dependências europeias no mesmo hemisfério, que os EUA se manteriam neutrais nas guerras de independência dos estados sul-americanos contra Espanha, mas não ao ponto de permitir que Espanha voltasse a controlar estes países, que os EUA se manteriam neutrais em questões europeias, desde que os seus interesses não fossem ameaçados e que nenhuma potência europeia podia adquirir território no hemisfério ocidental por concessão de outra potência europeia (vide BOYLE, Francis Anthony, *Foundations of World Order: The Legalist Approach to International Relations, 1898-1922*, Londres, Duke University Press, 1999, p.87).

O Corolário Roosevelt à Doutrina de Monroe introduziu uma leitura intervencionista dos princípios originais, em grande parte influenciada pela crise de dívida venezuelana.

A recusa do ditador General Cipriano Castro, que tinha chegado ao poder em 1899, de levar a cabo os pagamentos de dívida devidos aos credores do seu país (MAASS, Matthias, “Catalyst for the Roosevelt Corollary: Arbitrating the 1902-1903 Venezuela Crisis and Its Impact on the Development of the Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine” in MCKERCHER, Bryan, *Diplomacy and Statecraft*, Ano XIX, Vol.20, nº3, 2009, p.385.) levou a que em 1902 a Grã-Bretanha e Alemanha decidissem impor um bloqueio naval à Venezuela. (SEXTON, Jay, *The Monroe Doctrine: Empire and Nation in Nineteenth-Century America*, Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux, 2011, pp.218-219).

Durante o mês de Dezembro de 1902, Puerto Cabello foi bombardeado e a marinha venezuelana neutralizada pelas forças britânicas e alemãs, juntando-se Itália ao bloqueio depois destes eventos. As negociações com os credores da república sul-americana deram-se sem existir um levantamento do bloqueio, que apenas seria levantado a 19 de Fevereiro de 1903, depois da Venezuela, a 13 de Fevereiro, ter assinado acordos com cada um dos seus credores. Nos mesmos, a Venezuela aceitava dedicar 30% das receitas alfandegárias dos portos de La Guairá e Puerto Cabello ao pagamento das suas dívidas. Ainda assim, os protocolos estabeleciam que o Tribunal Arbitral Permanente da Haia devia decidir como estas receitas seriam distribuídas entre os credores e se as três potências que haviam levado a cabo o bloqueio seriam tratadas de forma preferencial, recebendo os valores em causa antes das restantes nações (EUA, México, Suécia, Noruega, França, Bélgica e Holanda).

robustecida, a doutrina de Drago⁵³⁹ triunfante, mas o mercado das duas Américas virtualmente fechado para o velho mundo, e a poderosa influência d'aquella enorme feixe de nações, unificadas no mesmo pensamento e enormemente enriquecidas pela paz perpetua que para si decretaram, a pesar da politica internacional com uma força irresistível!”⁵⁴⁰.

Segundo explicava, a América tomou “o facho da civilização, que as monarchias da Europa iam deixando apagar.”, por extensão os EUA eram apodados como força de progresso da humanidade, posição garantida pela hegemonia em afirmação no âmbito mundial⁵⁴¹.

Os restantes artigos publicados em *A Lucta*, assumiram a forma de crónica periódica sobre relações internacionais à semelhança do que ocorria na revista *Brasil-Portugal*. Nesta modalidade, Consiglieri Pedroso analisava a aproximação anglo-franco-russa, contra os interesses da Tríplice Aliança⁵⁴², a deposição de Abd el-Aziz e a sua substituição por Mulei Hassan, em Marrocos⁵⁴³, a possibilidade de uma união futura dos países eslavos sob a égide de uma Rússia democrática⁵⁴⁴ e a Revolução Turca⁵⁴⁵.

A 22 de Fevereiro de 1904, o Tribunal decidiu a favor das potências europeias, dando prioridade à Grã-Bretanha, Itália e Alemanha no recebimento dos valores prometidos (MAASS, Matthias, *Ibidem*, pp.388-394). Esta decisão ia contra a Doutrina de Monroe, ao criar um precedente legal que incentivava futuras intervenções europeias na América Latina. (SEXTON, Jay, *Ibidem*, pp.219-220).

Neste sentido, Na sua mensagem ao Congresso, de 6 de Dezembro de 1904, o presidente Theodore Roosevelt argumentava que o desvio de uma nação do hemisfério ocidental dos princípios da civilização, onde se incluía o caso de não honrar as suas dívidas, criava as condições para que os EUA actuassem como uma força de policiamento internacional (*Idem, Ibidem*, p.221).

O Corolário Roosevelt à Doutrina de Monroe deixava para trás os princípios de não intervenção e respeito pela soberania de Estados estrangeiros que formavam a base da doutrina original (BOYLE, Francis Anthony, *Ibidem*, pp.89-90) e proclamava uma visão intervencionista segundo a qual os EUA deveriam proteger os seus interesses nacionais, os da civilização e os da paz mundial, ao intervir conforme necessário no continente americano para garantir todos os três (SEXTON, Jay, *Ibidem*, p.222).

⁵³⁹ A Doutrina de Drago foi criada em 29 de Dezembro 1902, durante a crise da dívida Venezuelana, pelo ministro dos negócios estrangeiros argentino Luis María Drago, numa nota enviada a Washington (vide BOYLE, Francis Anthony, *Ibidem*, p.81). Argumentava a adopção do princípio segundo o qual os governos do continente americano deveriam anunciar a sua oposição conjunta a qualquer intervenção com o objectivo de colectar dívidas. Embora o princípio tivesse uma aplicação geral, Drago apresentava-o como uma modificação da Doutrina de Monroe, ainda que a mesma apenas preconizasse prevenir intervenções europeias no continente americano (SEXTON, Jay, *Ibidem*, p.220).

⁵⁴⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Ibidem*, p.1.

⁵⁴¹ *Idem, Ibidem*.

⁵⁴² *A Lucta*, Ano III, nº889, Lisboa [s.n.], 13 de Junho de 1908, p.1.

⁵⁴³ *Idem, Ibidem*, Ano III, nº896, Lisboa [s.n.], 22 de Junho de 1908, p.1.

⁵⁴⁴ *Idem, Ibidem*, Ano III, nº910, Lisboa [s.n.], 6 de Julho de 1908, p.1.

⁵⁴⁵ *Idem, Ibidem*, Ano III, nº931, Lisboa [s.n.], 27 de Julho de 1908, p.1.

O último artigo versava o projecto de “O accordo luso-brasileiro”, em 16 de Fevereiro de 1910, na revista *Brasil-Portugal*⁵⁴⁶.

7. Conceitos de História, Progresso, Civilização, Povo e Raça de Consiglieri Pedroso

7.1. A História e os seus métodos

Nas páginas iniciais da obra *Compêndio de História Universal*, Consiglieri Pedroso explicava o entendimento sobre a História, a saber: “História é a sciencia que descreve os factos que se passam no seio das sociedades humanas civilizadas, no tempo e no espaço e estuda, tanto quanto possível, as leis que as regem”.⁵⁴⁷

Deste ponto de vista, a cientificidade da História encontrava-se directamente correlacionada com a capacidade de desvendar leis sobre a realidade, visão comum do positivismo desde 1870, de proximidade entre a História e as ciências experimentais⁵⁴⁸. No entanto, considerava requisito essencial uma narrativa fiel dos factos⁵⁴⁹, uma vez que a História era também drama⁵⁵⁰.

Consiglieri Pedroso elucidava-nos sobre o “methodo das sciencias historicas”⁵⁵¹, ou seja, o “methodo historico-comparativo”. Este baseava-se na comparação de factos entre os quais existia “uma relação de parentesco”⁵⁵², deduzindo-se do exercício comparativo as leis gerais às quais estavam subjacentes. Este método organizava os fenómenos de dois modos distintos.

Atendendo à temática, era contemplado o modo cronológico⁵⁵³ (empregado no estudo de povos da antiguidade⁵⁵⁴), ou o modo sincrónico, de confronto de factos

⁵⁴⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “O accordo luso-brasileiro” in VITOR, Jaime, (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano XII, nº266, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Fevereiro de 1910, p.22.

⁵⁴⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Compêndio de História Universal*, 2ª edição, Porto, Livraria Universal de Magalhães e Moniz 1885, p.9.

⁵⁴⁸ MATOS, Sérgio Campos, “A história na instrução pública oitocentista: permanências e inovações” in ESTRELA, Albano (org.), *Contributos da investigação científica para a qualidade do ensino, Actas do III Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, Vol. I, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1997, pp. 182-185.

⁵⁴⁹ Para estas questões, vide MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 200-203.

⁵⁵⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Importancia e interesse do estudo da Historia na actualidade” in *Idem, As Grandes Épocas da História Universal*, Porto, Livraria Civilização, 1883, pp.14-19.

⁵⁵¹ *Idem, Op. cit.*, p.10.

⁵⁵² *Idem, Ibidem.*

⁵⁵³ *Idem, Ibidem*, p.11.

⁵⁵⁴ MATOS, Sérgio Campos, *Ibidem*, p.216.

contemporâneos de várias sociedades. Qualquer um deveria recorrer às ciências auxiliares da História (como a Geografia e a cronologia), e à crítica das fontes utilizadas⁵⁵⁵.

Na visão de Consiglieri Pedroso, a opção metodológica balizava-se por um conjunto de condições prévias, a ser preenchidas pelos fenómenos para serem considerados de interesse para a ciência histórica. Estas condições relacionavam-se com “Modificadores físicos ou cósmicos” e “Modificadores sociais”.

Os primeiros resultavam do meio natural de cada civilização e os segundos respeitavam à religião, forma de governo, língua, constituição da família, etc. O interesse de conhecer estes modificadores residia no facto de afectarem todas as civilizações⁵⁵⁶.

Para Consiglieri Pedroso, um dos mais significativos era a raça⁵⁵⁷, conceito definido como um conjunto de caracteres anatómicos específicos de determinado grupo humano⁵⁵⁸. Tais caracteres propiciavam a seguinte repartição: as raças amarela, negra e branca. Entre as citadas Consiglieri Pedroso enfatizava a raça branca pelo número de civilizações históricas produzidas⁵⁵⁹, ou seja, “(...) dos povos que, constituídos em *nação*, atingiram uma civilização importante.”⁵⁶⁰. No entanto, a Consiglieri Pedroso não era indiferente o contributo de cada raça para o desenvolvimento da civilização europeia.

Os “povos históricos”, chamitas, semitas e indo-europeus⁵⁶¹, deram origem a civilizações importantes com amplo contributo para o desenvolvimento da Europa. Os chamitas encontravam-se associados à civilização do Antigo Egipto⁵⁶², os semitas aos povos do Próximo Oriente e os arya ou indo-europeus a todas as civilizações europeias, asiáticas ou americanas com relevância no processo de humanidade, ou seja “(...) os hindus, os romanos e os celtas (...)”, tal como os “(...) descendentes d’estes povos (...)” e os “(...) germanos e slavs (...)”⁵⁶³, sendo considerados “(...) nos nossos dias os únicos representantes da civilização”⁵⁶⁴. Os latinos eram inseridos neste contexto como uma subdivisão dos “italiotas”⁵⁶⁵, povo indo-europeu que havia ocupado o centro da Península

⁵⁵⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Compêndio de História Universal*, 2ª edição, Porto, Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1885, p.12.

⁵⁵⁶ *Idem, Ibidem*.

⁵⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p.13.

⁵⁵⁸ *Idem, Ibidem*.

⁵⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p.14.

⁵⁶⁰ *Idem, Ibidem*.

⁵⁶¹ *Idem, Ibidem*.

⁵⁶² *Idem, Ibidem*, p.14.

⁵⁶³ *Idem, Ibidem*, p.15.

⁵⁶⁴ *Idem, Ibidem*.

⁵⁶⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Manual de Historia Universal*, Paris, Guillard, Aillaud e Cia., 1884, p.21.

Italiana em tempos imemoriais. Estava dividido em latinos e umbro-samnitas. Era a partir da primeira “sub-raça” que se havia formado a civilização romana⁵⁶⁶.

Assim, apreciava-se um conceito de história marcadamente europocêntrico, enfatizando a relevância dos aryanos ou indo-europeus, observados como os ascendentes directos de todas as raças europeias.

O conceito de civilização de Consiglieri Pedroso secundava esta posição e apresentava um de dois significados: quando Consiglieri Pedroso descreve, por exemplo a “Civilização da Idade Média”⁵⁶⁷ ou se refere à civilização do Antigo Egipto⁵⁶⁸, este conceito reporta aos caracteres culturais, políticos e económicos da época ou sociedade em causa, não implicando obrigatoriamente um juízo sobre o seu desenvolvimento quando comparada com outras épocas ou sociedades.

Por outro lado, quando Consiglieri Pedroso escreve que as raças descendentes dos povos indo-europeus são “nos nossos dias os únicos representantes da civilização”⁵⁶⁹, utiliza o conceito para se referir ao grau de desenvolvimento cultural e económico de determinada sociedade em determinado momento, em comparação com a aquela que era considerada a mais civilizada, ou seja, a mais cultural e economicamente desenvolvida, à época: a Europa da *Belle Époque*⁵⁷⁰.

7.2 Os conceitos de Progresso e Povo

Identificado o conceito de História do Autor, importa observar como tratou o desenvolvimento da história universal, com base na Europa, através dos conceitos de Progresso e Povo.

No primeiro caso, apreciava-se uma lógica gradualista de feição “evolucionista”⁵⁷¹ baseada no culminar de formas de pensamento e produção artística ou industrial e respectiva substituição por outras mais avançadas, o “transformismo”⁵⁷².

⁵⁶⁶ *Idem, Ibidem*, pp.151-154.

⁵⁶⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Compêndio de História Universal*, 2ª edição, Porto, Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1885, p.176.

⁵⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p.14.

⁵⁶⁹ *Idem, Ibidem*, p.15.

⁵⁷⁰ Esta é uma visão que vem na esteira de posições como a de Edward Burnett Tylor, antropólogo britânico autor de *Primitive Culture* (1871) para quem o termo “civilização” apenas deveria ser aplicado a “sociedades evoluídas” *Vide* BRAUDEL, Fernand, Telma Costa (trad.), *Ibidem* p.20.

⁵⁷¹ MATOS, Sérgio Campos, *Idem*, p.182.

⁵⁷² *Idem, Ibidem*.

Este conceito reflecte-se numa dinâmica operativa, habilitando o Autor a estabelecer distinções entre povos e civilizações históricas e entre esses, quais os mais ou menos civilizados. Os gregos, por exemplo, eram considerados particularmente civilizados, apesar das influências recebidas das sociedades orientais, por terem transformado por completo muitas das características das influências recepcionadas⁵⁷³. O mesmo sucedia com Roma⁵⁷⁴, cuja influência grega foi completamente ultrapassada nos domínios político, literário e religioso.⁵⁷⁵ Tendência semelhante embora menos acentuada, com a “civilização árabe”. Embora tenha propagado “os conhecimentos gregos”⁵⁷⁶ na Europa, este saber obteve “um valor proprio e quasi original os geógrafos e os médicos”⁵⁷⁷. Consiglieri Pedroso não observava qualquer outra inovação levada a cabo por estes povos.

Atendendo ao desenvolvimento da Europa, cada Idade encontrava-se associada a uma “civilização”. A “Civilização da Idade Média”⁵⁷⁸ elaborou “os elementos essenciais da civilização moderna”, por apresentar alterações substanciais nos domínios da religião, do pensamento sobre a família e do comércio e indústria, com o aparecimento da burguesia⁵⁷⁹.

A Idade Moderna, por seu turno, significava a expansão mundial do comércio, o desenvolvimento pronunciado da ciência e a “criação do direito internacional” e do “direito publico moderno”, em consequência da Revolução Francesa⁵⁸⁰.

A “Idade Contemporânea” (iniciada com o golpe de estado do “9 thermidor”⁵⁸¹) caracterizava-se pela “universalidade de cultura intelectual quasi por toda a parte idêntica”⁵⁸², resultado inexoravelmente conforme o conceito transformista da anterior⁵⁸³.

Consiglieri Pedroso não distinguia os conceitos de povo, raça e nação; ou seja, quaisquer denominações supramencionadas eram aplicáveis aos habitantes de um país, animados por um sentimento de pertença à comunidade, partilhando de um “caracter

⁵⁷³ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Compêndio de História Universal*, 2ª edição, Porto, Livraria Universal de Magalhães e Moniz, 1885, p.89.

⁵⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p.133.

⁵⁷⁵ *Idem, Ibidem*, pp.133-134.

⁵⁷⁶ *Idem, Ibidem*, pp.138-139.

⁵⁷⁷ *Idem, Ibidem*, pp.138-139.

⁵⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p.176.

⁵⁷⁹ *Idem, Ibidem*, pp.176-177.

⁵⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p.216.

⁵⁸¹ *Idem, Ibidem*.

⁵⁸² *Idem, Ibidem*, p.233.

⁵⁸³ *Idem, Ibidem*.

coletivo”⁵⁸⁴, ou seja, de um conjunto de denominadores mentais consubstanciados em atitudes e hábitos comuns na nação ou raça, leia-se: “caracter nacional”⁵⁸⁵.

8. O conceito de Latinidade em Consiglieri Pedroso

8.1. As características do latino

O conceito de raça constituía o núcleo basilar da posição de Consiglieri Pedroso sobre latinidade, dando corpo às premissas da superioridade latina face aos outros grupos étnico-nacionais. Neste contexto, os caracteres físicos e mentais da raça configuram elementos centrais para entender a presença desta nas áreas geográficas relevantes, e a razão da sua superioridade. O relato de viagem de Consiglieri Pedroso à Rússia oferece-nos a descrição dos caracteres físicos dos latinos; ao caracterizar André Petrovich Dmojiov, “oficial do 15º regimento de dragões de Alexandriisky, belo tipo meridional, trigueiro e de olhos pretos como qualquer andaluz (...)”⁵⁸⁶. O retrato do carácter do latino encontrava-se mais disperso, mas conforme as premissas de Henry Thomas Buckle, Consiglieri Pedroso referia a “gastronomia fisiológica” para o tornar inteligível⁵⁸⁷.

Sintetizando a posição do autor de *History of Civilization in England*, em primeiro lugar, haveria de atender ao objectivo da obra, inverso aos propósitos de Consiglieri Pedroso. Thomas Buckle procurava comprovar cientificamente a supremacia civilizacional de Inglaterra. Em segundo lugar, Thomas Buckle não considerava o conceito de raça operativo, preferindo substituí-lo pelo estudo de “the effect of social and moral influences on the human mind”. Leia-se: “Climate, Food, Soil and the General Aspect of Nature”⁵⁸⁸.

Assim, segundo o autor inglês, a criação de conhecimento dependia da existência de tempo livre, da existência de riqueza, acessível apenas através de excedentes de produção, os quais autorizavam um contingente social dedicado a outras actividades que não as de subsistência.

A quantidade de excedentes dependeria da regularidade do trabalho e da fertilidade do solo. Logo, os povos que vivessem em zonas particularmente quentes ou frias, não

⁵⁸⁴ MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p.463.

⁵⁸⁵ *Idem, Ibidem*.

⁵⁸⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros 2015, p.144.

⁵⁸⁷ *Idem, Ibidem*, pp.154-155.

⁵⁸⁸ BUCKLE, Henry Thomas, *History of Civilization in England*, Nova Iorque, D. Appleton and Company, 1884, pp.29-30.

tendo a possibilidade de praticar a agricultura, caça ou pecuária durante todo o ano⁵⁸⁹, eram entendidos como vulneráveis a adquirir “hábitos desultórios”, fundamento do fraco carácter dos portugueses, espanhóis, noruegueses e suecos, situados ora demasiado a sul, ora demasiado a norte⁵⁹⁰.

Thomas Buckle atendia particularmente ao estado de indolência dos povos do sul, ao argumentar que em climas mais frios, a redução rápida do calor corporal e o gasto de energia na respiração conduziam à necessidade de contrabalançar a quantidade de oxigénio respirada com a quantidade de carbono ingerida. Sendo as fontes calóricas de maior quantidade de carbono “poderosos e ferozes animais”, em sociedades de clima mais frio “(...) fica demonstrado, mesmo na infância da sociedade, um carácter mais aventuroso e audaz do que encontramos noutras nações onde o nutriente normal é altamente oxidado, fácil de obter e providenciado pela generosidade da natureza, gratuitamente e sem esforço.”⁵⁹¹ Daqui extraía Thomas Buckle o carácter aventureiro e trabalhador de Inglaterra, situada em região temperada. Este facto comprovava a supremacia inglesa entre as nações.

Para Consiglieri Pedroso, o propósito era comprovar a superioridade dos povos latinos e o método utilizado foi semelhante ao de Thomas Buckle, de associação dos povos à alimentação: “O hindu franzino, tímido, covarde e quase feminino, alimenta com um punhado de arroz cozido a sua indolência proverbial, ao passo que o anglo-saxão, robusto e sólido vai buscar o estímulo para a sua vida trabalhosa aos tassalhos de *roast-beef*, que ingere em tão prodigiosa abundância (...). O espírito latino brilhante e imaginativo está para o espírito alemão peado e frio, embora profundo, como o vinho perfumado das belas regiões do meio-dia está para a espessa e insípida cerveja, essa atroz beverragem dos países do setentrião (...).”⁵⁹² Consiglieri Pedroso completava a ligação entre o consumo de determinados alimentos e o carácter dos povos ao argumentar que a gastronomia influenciava “como causa” o “modo de ser psicológico” de cada povo e

⁵⁸⁹ *Idem, Ibidem*, pp.29-32. Embora este postulado fosse mobilizador para a argumentação de Thomas Buckle, há que notar que em Portugal, a agricultura, caça e pecuária eram actividades desenvolvidas durante todo o ano.

⁵⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p.33.

⁵⁹¹ *Idem, Ibidem*, p.46.

⁵⁹² PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros 2015, p.155.

“como sintoma” permitia tirar ilações sobre “a nossa ossatura e os nossos músculos, mas também muitas das nossas sensações e dos nossos pensamentos”⁵⁹³.

Numa primeira abordagem, a caracterização do vinho do sul de França, “perfumado” e da cerveja alemã, “atroz beberegem”, induzia a evidente preferência de Consiglieri Pedroso pelas nações latinas⁵⁹⁴. O Autor associava directamente o consumo de vinho ao carácter da raça: imaginativa e dotada de sensibilidade emocional⁵⁹⁵. Todavia, este raciocínio deve ser lido à luz das ideias do Autor sobre o consumo de bebidas alcoólicas, influenciadas pelas visões dos movimentos de temperança franceses do final do século XIX.

A génese destes movimentos foi influenciada em França pela diminuição da produção vinícola a partir da segunda metade do século. A vinha francesa foi em primeiro lugar afectada por oídio, míldio e podridão negra da vinha. Contudo, os efeitos mais graves foram causados pela filoxera⁵⁹⁶.

O insecto, nativo da América do Norte, onde a vinha lhe era imune, infectou pela primeira vez uma exploração agrícola em França em 1863, na região de Arles, chegando a Bordeaux em 1866 e expandindo-se por todo o país. A peste causou a redução em 61,1 milhões de hectolitros na produção francesa de vinho entre 1875 e 1889⁵⁹⁷, afectando Espanha desde 1873 e Itália desde o início da década de 1880, expandindo-se através de vinha exportada por estes países para o continente americano e para a Austrália⁵⁹⁸.

A solução para a erradicação da peste foi encontrada por cientistas franceses no final da década de 1880 e aplicada noutros países europeus: o enxertar de vinha americana, resistente ao insecto, com vinha europeia⁵⁹⁹. Contudo, os custos elevados dos tratamentos inicialmente propostos para esta praga, que se baseavam na utilização de

⁵⁹³ *Ibidem, Ibidem.*

⁵⁹⁴ *Idem, Ibidem*, p.34.

⁵⁹⁵ Veja-se, como exemplo, o facto de associar a dicção de actores que vê actuar na Rússia ao carácter que considera ser comum nos povos do sul da Europa. Di-los “cheios de talento, inteiramente meridionais pelo colorido da frase e pelo calor da dicção, magníficos para o género cómico, de uma aptidão singular para o género lírico, e elevando-se no género dramático, propriamente dito, a um alto grau de tensão patética”. *Vide Idem, Ibidem*, p.93.

⁵⁹⁶ BRENNAN, Thomas, “France, Production and Consumption of Alcohol in” in BLOCKER, Jack S., FAHEY, David M, TYRRELL, Ian R. (eds.), *Alcohol and Temperance in Modern History*, Vol.I, Santa Barbara, ABC Clio, 2003, p.249

⁵⁹⁷ HÉNAUT, Stéphane, MITCHELL, Jeni, *A Bite-sized History of France: Gastronomic Tales of Revolution, War and Enlightenment*, Nova Iorque, The New Press, 2018, pp.216-217

⁵⁹⁸ PHILLIPS, Roderick, *Alcohol: a history*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2014, p.296.

⁵⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

produtos químicos e as restantes doenças da vinha, tal como o investimento necessário para a replantação através de porta-exerto americano, levaram à redução das áreas de cultivo em toda a França, com particular impacto no norte, levando muitos agricultores a reduzir a área das suas plantações ou a abandoná-las por completo, concentrando a produção no sul do país⁶⁰⁰.

Durante a década de 1890, França voltou a aumentar a sua produção vinícola, valendo-se tanto das zonas de produção da costa mediterrânica, que se tornaram as mais produtivas no início do século XX⁶⁰¹, como da Argélia, onde desde 1880 havia investido na expansão das áreas de produção vinícola⁶⁰², que cresceram seis vezes⁶⁰³.

Embora a produção vinícola francesa se viesse a reestabelecer na primeira década do século XX, as duas décadas de menor produção que sofreu modificaram o consumo de bebidas alcoólicas nesse país. Enquanto até à década de 1870 o consumo de vinho era mais comum no sul e o de cerveja e bebidas brancas no norte, quando a produção de vinho começa a diminuir, o consumo das restantes bebidas, aumenta⁶⁰⁴.

No mesmo sentido, enquanto até à década de 1880 era mais comum a produção de bebidas destiladas a partir de produtos ditos “naturais”, ou seja, através de frutas ou cereais fermentados, durante esta década passa a ser mais comum a produção de bebidas destiladas ditas “industriais”, produzidas principalmente a partir de beterraba do açúcar, o que permitia que fossem vendidas a um preço mais reduzido aos trabalhadores urbanos, os seus principais consumidores, abrangendo um mercado de maior dimensão. Estas bebidas foram o foco dos movimentos de temperança em França⁶⁰⁵.

As primeiras organizações desta índole⁶⁰⁶ formaram-se depois do final da guerra franco-prussiana. Na sua propaganda argumentavam que a derrota de França tinha sido devida, entre outros factores, a um enfraquecimento da população graças ao consumo de

⁶⁰⁰ BRENNAN, Thomas, *Ibidem*, p.250.

⁶⁰¹ BRENNAN, Thomas, *Ibidem*, p.250.

⁶⁰² PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre Cambismo e desenvolvimento económico: Portugal na Segunda metade do século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos, 1971, pp.256-259.

⁶⁰³ HÉNAUT, Stéphane, MITCHELL, Jeni, *Ibidem*, p.217

⁶⁰⁴ PHILLIPS, Roderick, *Ibidem*, pp.297-298.

⁶⁰⁵ BRENNAN, Thomas, *Ibidem*, pp.250-251.

⁶⁰⁶ De todas, a primeira foi *Association française contre l'abus des boissons alcooliques*, que em 1873 foi renomeada *Société française de tempérance* (vide: PRESTWICH, Patricia E., “French Workers and the Temperance Movement” in BLOK, Aad (ed.), *International Review of Social History*, Vol.XXV, nº1, Abril de 1980, pp.39-40.)

vinho adulterado e de bebidas alcoólicas “industriais”, defendendo, em contraponto, o consumo de vinho puro⁶⁰⁷.

O vinho, tal como a cerveja e a cidra, era considerado uma bebida “natural” por derivar da fermentação de fruta⁶⁰⁸. Era visto por vários médicos e cientistas franceses como “*boisson hygiénique*”, uma bebida saudável⁶⁰⁹ já que, consoante defendiam, continha ingredientes benéficos para a saúde, que podiam ajudar na cura da tuberculose, cancro ou ansiedade e levar a uma maior longevidade. No mesmo sentido, embora os mesmos profissionais reconhecessem a embriaguez causada pelo seu consumo, argumentavam que não só representava um facto central do carácter do homem francês, como resultava na alegria do consumidor⁶¹⁰, além de promover a imaginação, a inteligência e ajudar a que outras bebidas mais prejudiciais não fossem consumidas⁶¹¹.

Por outro lado, as espirituosas destiladas eram culpadas pela criminalidade, radicalismo político e falta de saúde dos trabalhadores urbanos, cuja situação de pobreza e falta de valores morais os predispunham para se dedicarem a gastar o seu rendimento neste vício⁶¹². Entre todas elas, o absinto, que se havia tornado a bebida mais vendida em Paris a seguir ao vinho na década de 1890, era o principal alvo de críticas⁶¹³, já que se considerava que o seu consumo poderia causar alucinações, convulsões e estados

⁶⁰⁷ PRESTWICH, Patricia E., “France, Temperance in” in BLOCKER, Jack S., FAHEY, David M, TYRRELL, Ian R. (eds.), *Ibidem*, p.251.

⁶⁰⁸ MUNHOLLAND, Kim, “Mon docteur le vin”: Wine and Health in France, 1900-1950” in HOLT, Mack P. (ed.), *Alcohol: a social and cultural history*, Oxford, Berg, 2006, pp.78-79.

⁶⁰⁹ GUY, Kileen M., “Rituals of pleasure in the land of treasures: Wine consumption and the making of French identity in the late nineteenth century” in BELASCO, Warren, SCRANTON, Philip (orgs.), *Food Nations: Selling taste in consumer societies*, Nova Iorque, Routledge, 2002, pp.40-41.

⁶¹⁰ MUNHOLLAND, Kim, *Ibidem*, pp.78-79.

⁶¹¹ PHILLIPS, Roderick, *Ibidem*, pp.335-336.

⁶¹² HÉNAUT, Stéphane, MITCHELL, Jeni, *Ibidem*, p.218. Como argumenta Prestwich, embora o consumo de álcool em França fosse, entre 1840 e 1914, o mais elevado na Europa, já que cada adulto bebia em média 30 litros por ano e desde 1880 a abertura de estabelecimentos dedicados à venda de álcool era facilitada por medidas governamentais, que a liberalizaram, a ligação entre o alcoolismo, a existência de pobreza e os trabalhadores urbanos é incorrecta. Pelo contrário, embora a produção de bebidas destiladas em larga escala reduzisse o seu preço, permitindo trabalhadores menos abastados consumi-las, também tinha um efeito positivo na económica francesa, permitindo a mais pessoas a capacidade de adquirir bebidas alcoólicas, à medida que os seus salários aumentavam. Do mesmo modo, embora muita da propaganda das organizações de temperança se focasse no consumo de álcool por parte de trabalhadores urbanos, Prestwich argumenta que estas instituições, embora considerassem o consumo de álcool por parte dos trabalhadores industriais o mais problemático, reconheciam que o consumo em excesso de bebidas alcoólicas afectava indivíduos tanto menos como mais abastados e tanto em zonas rurais como urbanas (vide PRESTWICH, Patricia E., *Op. cit.*, pp.36-41.)

⁶¹³ PHILLIPS, Roderick, *Ibidem*, p.335.

mentais conducentes à prática de crimes violentos⁶¹⁴. Neste sentido a sua produção viria a ser proibida em 1914⁶¹⁵.

Consiglieri Pedroso foi porta voz desta tendência conforme as notas de viagem sobre a Rússia e a justificação de criminalidade no império dos czares, devida ao consumo de *vodka*⁶¹⁶. Contudo, a sua defesa do consumo de vinho nacional em detrimento de bebidas destiladas, que levou a cabo na Câmara dos Deputados, deve ser contextualizada nas questões que afectavam a agricultura portuguesa no final do século XIX.

Nas últimas décadas do século a agricultura portuguesa sofria de dificuldades em exportar a sua produção vinícola e em escoar a sua produção de carne, já que tinha dificuldade de competir com as carnes congeladas da América do Norte e Argentina. Do mesmo modo, crescia cada vez mais a contestação relacionada com a importação de trigo e farinha americanos, que as fábricas de moagem preferiam⁶¹⁷.

O cultivo deste cereal, principalmente centrado no Alentejo era, contudo, parte de um sistema de produção mais alargado (que incluía o azeite, lã, cortiça, gado suíno e bovino), onde não representava uma monocultura. Era muitas vezes utilizado para a alimentação de gado ou dos trabalhadores das propriedades que o cultivavam, não chegando muitas vezes a ser comercializado. Deste modo, embora representasse, até 1889, a principal fonte de contestação por parte dos proprietários agrícolas do sul, não era a sua única ou principal fonte de rendimento.

A crise do sector era, ainda assim, uma realidade desde o início da década de 1880, já que se verificava uma redução do preço de venda de vários produtos agrícolas. A contestação desta realidade tomaria a forma de defesa do proteccionismo cerealífero, onde foi central o papel da RACAP⁶¹⁸.

A Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, que se havia formado na década de 1860 com o objectivo de defender o proteccionismo cerealífero, aumentou significativamente o contingente de associados durante a década de 1880. Contudo,

⁶¹⁴ PHILLIPS, Roderick, “Absinthe” in BLOCKER, Jack S., FAHEY, David M, TYRRELL, Ian R. (eds.), *Ibidem*, p.1.

⁶¹⁵ HÉNAUT, Stéphane, MITCHELL, Jeni, *Ibidem*, p.219.

⁶¹⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Ibidem*, p.166.

⁶¹⁷ PIRES, Ana Paula, “Questão do Trigo” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol.III, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp.450-451.

⁶¹⁸ REIS, Jaime, “A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)” in SOBRAL, José Manuel (dir.), *Análise Social*, Vol.XV, n.º 60 Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1979, pp.765-769

juntava principalmente grandes proprietários do Ribatejo e Alentejo, grande parte deles residentes em Lisboa.

Os congressos que organizou em Lisboa em 1888 e 1889 eram principalmente frequentados por estes latifundiários e difundiam os seus pontos de vista: os proprietários pretendiam que o Estado garantisse um preço de 60 réis por quilo para a venda de trigo, um aumento dos direitos de importação de trigo e farinha para 25 e 30 réis, e um regime que garantisse que todo o trigo produzido em Portugal, tanto duro como mole, seria vendido, já que reconheciam que as fábricas de moagem tendiam a preferir o segundo, que era também a variedade importada da América. O objectivo era manter um preço estável de venda de trigo e não permitir a acumulação de *stock* nas áreas de produção, que retiravam da terra principalmente trigo duro⁶¹⁹.

Os agricultores viram as suas reivindicações satisfeitas depois da chegada ao poder do Partido Progressista, liderado por Luciano de Castro, que promulgou a lei cerealífera de 1889, que proibia a importação de trigo até estar escoada toda a produção nacional, com o objectivo de aumentar a área de cultivo e a produção cerealífera, a longo prazo. As disposições do diploma seriam reforçadas pela lei de 26 de Julho de 1899, promulgada pelo ministro das obras públicas, Elvino de Brito, que regulamentou o preço do trigo, farinha e pão, com o objectivo, malogrado, de não permitir o aumento do preço do último, principal alimento dos trabalhadores fabris, de modo a garantir a paz social⁶²⁰.

Contudo, no congresso de 1888, foram também discutidas questões relativas ao fabrico e venda de vinhos, que influenciaram a posição de Marianno de Carvalho, na altura ministro da fazenda, sobre a produção de espirituosas “industriais”, que, por sua vez, nos permite definir mais claramente a posição de Consiglieri Pedroso⁶²¹.

Tal como acontecia com a carne, a economia portuguesa sofria de uma dificuldade de escoar a sua produção de vinho durante a segunda metade do século XIX. As exportações de vinho para França, embora tenham crescido até 1886, perderam a sua posição em 1888, representando nesse ano apenas 6% do mercado, enquanto vinte anos antes representavam 15%. A mesma desvalorização se encontra no mercado britânico,

⁶¹⁹ REIS, Jaime, *Ibidem*, pp.763-764.

⁶²⁰ PIRES, Ana Paula, *Ibidem*, pp.450-451.

⁶²¹ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº98, de 29 de Maio de 1888, p.1784.

onde entre 1841-1850 os vinhos portugueses representaram 47% do mercado, passando a representar 21% em 1891-1896⁶²².

No primeiro caso, Portugal lucra entre 1880 e 1889 com uma procura francesa por vinho nacional. Devido à carência de vinho naquele país, graças aos efeitos da filoxera, França importava vinho para lotação, produzido principalmente na Estremadura.

No final da década de 1880, quando a vinha portuguesa é afectada pela filoxera, a Argélia atinge níveis de produção elevados e a vinha francesa começa a reconstituir-se, o mercado português, com preços crescentes, é abandonado⁶²³.

No segundo caso, a diminuição da exportação para o mercado britânico deveu-se principalmente ao desinteresse da Grã-Bretanha pelo mercado português. Enquanto a Alemanha e EUA se demonstravam interessados em adaptar a sua produção a mercados com menos capacidade de compra e de menor dimensão, como era o caso de Portugal, esta realidade afastava os industriais ingleses do mercado nacional. Da mesma forma, como grande parte do comércio externo português era efectuado em navios estrangeiros, de modo a diminuir os preços de frete, um aumento da importação à Alemanha e EUA correlacionou-se com um aumento de exportação para esses países⁶²⁴.

No que se refere especificamente à exportação de vinhos, o tratado anglo-francês de 1860 estabelecia direitos preferenciais para a produção desse país, em detrimento do equivalente ibérico. Embora Portugal tivesse tentado negociar a eliminação este diferencial em 1866, quando assinou um tratado de comércio navegação com França, que concedia direitos alfandegários reduzidos de parte a parte, a Grã-Bretanha apenas viria a aceitar a proposta portuguesa 10 anos depois. Ficava demonstrado o desinteresse que tinha pelo mercado português⁶²⁵.

Era neste contexto que a 4 de Maio de 1888, o ministro da fazenda, Marianno de Carvalho e José Luciano de Castro apresentavam a proposta de lei n.º 45-B, que pretendia atender aos “queixumes da classe rural”, demonstrados no “congresso agrícola, reunido em Lisboa no mez de fevereiro do corrente ano”. Neste sentido, reconheciam a

⁶²² LAINS, Pedro, *Os Progressos do Atraso*, Lisboa, Imprea de Ciências Sociais, 2003, pp.82-83.

⁶²³ PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983, pp.228-230.

⁶²⁴ LAINS, Pedro, *Ibidem*, pp.82-85.

⁶²⁵ LAINS, Pedro, *Ibidem*, pp.85-86.

necessidade de “proteger eficazmente o produtor, sem prejuízo de interesses legítimos de farinadores e dos consumidores”⁶²⁶.

Rejeitavam a escala móvel, pretendida pelos produtores, que deveria manter o preço do trigo em 600 réis por alqueire, mas prometiam aumentar “o direito sobre os trigos estrangeiros, como um dos meios de protecção á cultura portugueza”, desde que tal não causasse “elevação no preço do pão, que é a base principal da alimentação publica”⁶²⁷.

O projecto aproximava-se dos objectivos do congresso agrícola, ao fixar o direito sobre o trigo importado em 20 réis e sobre a farinha em 30 réis. Ainda assim, tentava evitar a subida exagerada do preço do pão ao permitir que esses impostos pudessem ser reduzidos pelo governo em caso de necessidade⁶²⁸.

O diploma estabelecia também a criação de padarias municipais em Lisboa e Porto, importação sem direitos de máquinas de moagem, isenção da contribuição industrial por três anos para fábricas que só moessem trigos nacionais e a criação de uma manutenção militar no antigo convento das Carmelitas, que teria uma filial no Porto⁶²⁹. Isentava de impostos de consumo em Lisboa um conjunto de produtos⁶³⁰ e modificava os impostos sobre o consumo de vinho⁶³¹.

Para incentivar a exportação deste e de outros produtos disponibilizava 30:000\$000 réis por ano para a criação de exposições permanentes de azeite, vinho, frutas secas e outros géneros agrícolas nacionais no estrangeiro⁶³².

A 29 de Janeiro, Marianno de Carvalho apresentava a proposta de lei n.º 51-I, que pretendia satisfazer as reivindicações do congresso agrícola, desta feita em relação à produção e exportação de espirituosas: “O congresso agricola reunido em Lisboa no mez de Fevereiro preterito, representou ao governo contra a fabricação do alcool de cereaes

⁶²⁶ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº79, de 4 de Maio de 1888, p.1409.

⁶²⁷ *Idem*, *Ibidem*, p.1409.

⁶²⁸ *Idem*, *Ibidem*, p.1412.

⁶²⁹ *Idem*, *Ibidem*, p.1413.

⁶³⁰ A saber: Borregos, cordeiros e cabritos vivos, mortos e esfolados, tal como mortos e não esfolados, miudezas de gado ovino e caprino, tripas do mesmo gado, frescas ou salgadas, fava seca, sal, palha, feno e combustíveis vegetais, excepto o carvão (vide *Idem*, *Ibidem*, pp.1412-1413.)

⁶³¹ Segundo o projecto, vinho comum até 15º, inclusivamente, seria taxado a 32 réis/l, vinho comum entre 15º e 21º seria taxado a 45 réis/l. Vinho do Porto, Madeira, Gerês ou outros vinhos generosos, seriam taxados a 60 réis/l. Qualquer vinho acima de 21º seria classificado como “alcool e aguardente simples ou preparada” e seria taxado conforme o previsto para essa classificação na pauta de consumo de Lisboa. (vide *Idem*, *Ibidem*, p.1413.)

⁶³² *Idem*, *Ibidem*, p.1413.

estrangeiros e o tempero por meio d’elles de muitos dos nossos vinhos, queixando-se da concorrência feita ás aguardentes de vinho pelos mesmos alcools, tão noviços, diz a representação, ao commercio licito como á saúde publica.”⁶³³

A RACAP defendia, deste modo, a produção e consumo de vinho e aguardente vínica produzida com uvas nacionais, em detrimento de espirituosas ditas industriais, produzidas com cereais importados. Dizia o relatório da terceira secção do congresso: “para beneficio da vinicultura, para credito dos nossos vinhos e em prol da saúde publica é mister, affirma a secção, que se restrinja a industria dos alcools industriaes, que se tomem medidas repressivas sobre a sua encorporação nos vinhos, e se considere suspeito todo o álcool que não seja puro e proveniente de substancias *conhecidas* e produzidas no paiz.”⁶³⁴

Neste sentido, o ministro propunha que fosse banido o consumo e mistura de vinho com qualquer álcool industrial não suficientemente retificado. Baseava-se nas investigações de Georges Dujardin-Beaumetz⁶³⁵ para argumentar que as espirituosas destiladas apresentavam uma toxicidade superior à do vinho e à das aguardentes vínicas⁶³⁶.

Segundo as informações que havia coligido: “uma aguardente finíssima de Montpellier, autenticamente de vinho, já é mais venenosa que o acool ethylico puro, o que prova ser quase impossível obter aguardente de completa pureza (...).” Os resultados eram ainda mais graves com “as aguardentes tiradas das balsas resultantes da expressão

⁶³³ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº98 de 29 de Maio de 1888, p.1784.

⁶³⁴ *Idem, ibidem*, p.1784.

⁶³⁵ Georges Dujardin-Beaumetz (1833-1895) nasceu em Barcelona em 1833. Doutorado em Medicina em 1862, Foi professor de terapêutica na École Pratique de la Faculté de Médecine de Paris e chefe de serviço do Hospital de St. Antoine entre 1877 e 1884 e do Hospital Cochin, entre 1884 e 1895 (FEBRER, José L. Fresquet, “Georges Dujardin Beaumetz (1833-1895)” in FEBRER, José L. Fresquet (dir.), *De la materia medida a la quimioterapia de síntesis* (exposição do Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación Lópex Piñero da Universidade de Valência), CSIC-UV, 1999. [Disponível online em <https://www.uv.es/~fresquet/TEXTOS/Farmacologia/biodujard.html>. Consultado em 18 de Dezembro de 2018].) Foi membro da Academia de Medicina de França e parte do *Conseil d’Hygiène et de Salubrité de la Seine* (DUJARDIN-BEAUMETZ, Georges, *Dictionnaire Thérapeutique de Matière Médicale, de Pharmacologie, de Toxicologie et de Eaux Minérales*, Paris, Ocatve Doin, 1889).

As lições que professou no hospital de Cochin estão coligidas em três volumes na obra *Leçons de Clinique Thérapeutique* (*Idem, Leçons de Clinique Thérapeutique*, Vol.I a III Paris, Ocatve Doin, 1884-1885.), tal como as lições que professou no hospital de St. Antoine, coligidas na obra *Leçons de Clinique Thérapeutique Professées à l’hôpital Saint-Antoine* (*Idem, Leçons de Clinique Thérapeutique Professées à l’hôpital Saint-Antoine*, Vol. I a III, Paris, Ocatve Doin, 1880-1884.) Faleceu em Paris em 1895. (FEBRER, José L. Fresquet, *Ibidem*.).

⁶³⁶ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº98 de 29 de Maio de 1888, p.1784.

de uva”, que continham “alcools cenauthylico, caprylico, caproico, propylico e amylico, produzindo por isso accidentes graves, dando á embriaguez um caracter especial de ferocidade e embotando as funções cerebraes.” O mesmo resultava para aguardentes de cidra, perada e batata⁶³⁷.

Dizia basear a sua posição nas “ultimas experiencias feitas pela iniciativa do governo francês”, que classificavam as bebidas alcoólicas consoante a seguinte ordem de toxicidade: “alcools de vinho, de perada, de cidra e de balsa de vinho, de beterraba, de cereaes, de melaço de beterraba, de batata.” Neste sentido: “O dever dos poderes públicos é, portanto, em face da grave questão do alcoolismo com todos os seus perniciosos efeitos, evitar e punir de todos os modos o consumo directo ou indirecto, pelo homem, de alcools e aguardentes, que não sejam suficientemente rectificadoss.” Esta medida deixava de fora o consumo de vinho, aguardente vínica e brandy, menos tóxicos⁶³⁸, conforme havia verificado Dujardin-Beaumetz⁶³⁹.

O projecto de lei não só aumentava os direitos de importação de “aguardentes e alcools”, mas estipulava um imposto de produção de 200 réis por decalitre de álcool puro para aguardentes e bebidas destiladas produzidas em território nacional, ainda que lhes

⁶³⁷ *Idem, Ibidem.*

⁶³⁸ *Idem, Ibidem*, p.1785.

⁶³⁹ Georges Dujardin-Beaumetz publicou juntamente com Audigé: *Recherces Expérimentales sur la Puissance Toxique des Alcools*, em 1879 (vide DUJARDIN-BEAMETZ, Georges, AUDIGÉ, *Recherces Expérimentales sur la Puissance Toxique des Alcools*, Paris, Octave Doin, 1879.) Na obra, os médicos descrevem, em primeiro lugar as experiências que levaram a cabo no laboratório de Paul Bert, na Universidade de Paris, Sorbonne. Através das mesmas, concluíram que a toxicidade dos alcoóls produzidos pela fermentação de diferentes produtos agrícolas dependia da sua composição atómica: quanto maior fosse o número atómico de determinado álcool, maior a sua toxicidade. Tendo o álcool etílico menor quantidade de átomos que o álcool amílico, butílico ou propílico, concluíam que era menos tóxico (PAUL, Harry W., *Bacchic Medicine: Wine and Alcohol Therapies from Napoleon to the French Paradox*, Amesterdão, Editions Rodopi, 2001, pp.65-66.)

Baseando-se neste postulado, os autores descrevem como o tentaram provar empiricamente ao injectar vários cães com quantidades letais tanto de alcoóls no seu estado puro, como de “Acools du commerce”, ou seja, de *eaux-de-vie* produzidas a partir de diferentes matérias-primas, de modo a encontrar a dose tóxica de cada um destes produtos (vide DUJARDIN-BEAMETZ, Georges, AUDIGÉ, *Ibidem*, pp.15-290.)

A sua experimentação comprovou a sua teoria: a concentração letal de álcool etílico era superior à de qualquer outro. O mesmo era verdade para a *eau-de-vie* vínica, que por isso ocupava o lugar mais baixo na escala de toxicidade que criaram, e que Marianno de Carvalho reproduziu, a saber: *eaux-de-vie* de vinho, de perada, de cidra, de bagaço, de beterraba, de cereais, de melaço de beterraba e de batata.

A escala tinha como objectivo provar que o único álcool que podia ser abundantemente consumido era aquele presente no vinho e no *brandy*. Como prova, argumentavam que o alcoolismo era uma realidade inexistente nas regiões vinícolas de França e se alguns casos existiam, eram derivados de indústrias que produziam espirituosas de outros produtos que não o vinho.

Ainda assim, tal como o ministro, advertiam que mesmo as bebidas menos tóxicas eram mais tóxicas que álcool etílico puro, já que continham outros alcoóls. A presença destes em quantidade crescente justificava a classificação das restantes aguardentes (vide *Idem, Ibidem*, pp.299-302.)

Para as tornar seguras para consumo, faziam uma recomendação que, mais uma vez, o ministro ecoou: era necessário retificar estes produtos até que contivessem apenas álcool etílico (vide *Idem, Ibidem*, p.301).

desse um prémio de exportação de 160 réis por decalitro de álcool puro. Aguardentes vínicas e bebidas conseguidas pela destilação de vinho (*brandies*) ficavam isentas do imposto de produção⁶⁴⁰.

Em resposta ao projecto de lei n.º 57-K, apresentado no dia seguinte pelo ministro, que aumentava os direitos de importação sobre “álcool e aguardente”, tal como sobre “bebidas alcoólicas não especificadas” em qualquer vasilha⁶⁴¹, Consiglieri Pedroso, preocupado com a possibilidade de as fábricas nacionais de espirituosas poderem “ir forçar a sua produção” até à promulgação da lei, aconselhava o ministro a introduzir um imposto sobre as mesmas o mais rapidamente possível⁶⁴².

No mês seguinte, a 22 de Junho, juntava-se a Augusto Fuschini na apresentação de uma proposta de modificação ao projecto de lei n.º 45-B. Este projecto modificava o anterior ao propôr o aumento do direito sobre o trigo para 25 réis/kg ao invés dos 20 réis/kg inicialmente propostos⁶⁴³, uma redução de 50% nas tarifas aplicadas ao transporte de adubo em caminhos de ferro do Estado⁶⁴⁴, a “organização do credito agrario”, que deveria proporcionar empréstimos de curta duração e juro baixo a pequenos agricultores e a criação de “pontos agricolas, adequados á cultura das zonas que devem servir”, que deveriam alugar aos agricultores “os instrumentos agricolas mais perfeitos”⁶⁴⁵.

Por fim, este projecto demonstrava a preocupação dos seus autores com o aumento do consumo interno e exportação de vinho, já que applicava impostos de consumo bastante mais reduzidos⁶⁴⁶ que o projecto original e isentava os vinhos nacionais de direitos de exportação, enquanto mantinha as propostas originais sobre a introdução da produção nacional no estrangeiro⁶⁴⁷.

Em suma, enquanto as afirmações de Consiglieri Pedroso na sua crónica de viagem deixavam demonstrada a ligação entre o vinho, os povos latinos e o seu carácter

⁶⁴⁰ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº98 de 29 de Maio de 1888, pp.1786-1787.

⁶⁴¹ *Idem, Ibidem*, Sessão nº99 de 30 de Maio de 1888, p.1798.

⁶⁴² *Idem, Ibidem*, p.1799.

⁶⁴³ *Idem, Ibidem*, Sessão nº127 de 22 de Junho de 1888 (Noite), p.2255.

⁶⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p.2256.

⁶⁴⁵ *Idem, Ibidem*.

⁶⁴⁶ Segundo esta proposta, vinho comum até 10º seria taxado a 20 réis/l e vinho entre 10º e 22º, de qualquer tipo, seria taxado a 32 réis/l. Vinho acima de 22º seria classificado como “álcool e aguardente simples ou preparada”, e seria taxado conforme o previsto para essa classificação na pauta de consumo de Lisboa (vide *Idem, Ibidem*.)

⁶⁴⁷ *Idem, Ibidem*.

imaginativo e sensibilidade emocional, os projectos de lei analisados demonstravam a aceitação suprapartidária do estauto do vinho como bebida saudável e exportação a potenciar.

Ambos os discursos radicavam nas posições dos movimentos de temperança franceses sobre o consumo de vinho, mas adaptavam-nos à realidade portuguesa, que, afectada por uma crise do sector agrícola no final do século XIX, via a RACAP ganhar poder como grupo de pressão em defesa dos interesses dos grandes proprietários rurais.

Neste sentido, a indústria da destilação era culpada tanto por produzir bebidas alcoólicas com efeitos graves para a saúde através de substâncias desconhecidas e produzidas fora do país, como, por usar cereal estrangeiro, contribuir para a crise do sector.

O vinho era defendido como uma bebida reconhecida e nacional, que usava substâncias naturais e produzidas no país; entendia-se, portanto, que ajudava ao rejuvenescimento do sector agrário através do seu consumo interno, além de se argumentar que tinha efeitos menos graves sobre a saúde.

Esse discurso higiénico era corroborado através de investigações de cientistas franceses, já que, como informava o ministro da fazenda enquanto relatava o projecto de lei n.º 57-I: “nem a academia real das sciencias, nem a sociedade medico-cirurgica, nem a sociedade farmacêutica lusitana, responderam á consulta, que sobre tão momentoso assumpto foi dirigida a estas ilustres associações.”⁶⁴⁸

Contudo, os políticos portugueses distinguiram-se do discurso francês ao estenderem a salubridade do vinho a bebidas destiladas a partir dele ou da uva, como *brandies* e aguardentes, também eles representantes de uma putativa regeneração do sector. Neste sentido, promovia-se o consumo interno e exportação de vinho e espirituosas vnicas, considerando o primeiro característico da raça latina e segundo Consiglieri Pedroso, causador do carácter partilhado pelos membros da raça.

Observemos, deste modo, a extensão deste pensamento sincrético à partilha de caracteres culturais entre membros da mesma raça, precursora de uma futura evolução

⁶⁴⁸ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº98 de 29 de Maio de 1888, p.1785.

política com vista à reorganização do mapa da Europa: os *blocos raciais* de Consiglieri Pedroso.

8.2. Os blocos raciais de Consiglieri Pedroso

Entre todos, o *bloco* de maior especificidade do Autor, justificado com recurso a concepções etnológicas, era o eslavo. Influenciado pela tendência nacional para a prática do *volkskünde* na antropologia⁶⁴⁹ e pelo contacto com alguns dos autores de ponta da época, de que se destacam “Renan, Mömmsem, Benfey, Max Müller, Darwin, Spencer, Boucher de Perthes e E. B. Tylor”⁶⁵⁰, Consiglieri Pedroso utilizava a mitografia comparada de Müller para os seus estudos sobre tradições populares⁶⁵¹. Seguindo um ponto de vista primitivista, argumentava a possibilidade de conhecer a origem das culturas através da observação das formas culturais prevaletentes⁶⁵². Assim, o povo era um depósito de tradições imutáveis⁶⁵³, concebidas em épocas históricas de menor desenvolvimento civilizacional, mas geradoras de identidade do grupo étnico⁶⁵⁴.

Com esta base teórica, entendia ser possível conhecer a alma do povo eslavo através da literatura russa⁶⁵⁵, associada à “realização das aspirações nacionais”, assente nos conceitos de Felicidade e Predomínio⁶⁵⁶. O primeiro aproximava-se da asserção de *Os Estados Unidos da Europa*, de Charles Lemonnier, onde a ideia de Felicidade remetia para a formação de um governo federal e republicano em toda a Europa⁶⁵⁷. Embora

⁶⁴⁹ LEAL, João, “The history of Portuguese Anthropology” in TRESCH, John (dir.), *History of Anthropology Newsletter*, Ano XXVI, Pennsylvania, University of Pennsylvania, Vol. XXVI, nº2, Dezembro de 1999, pp.11.

⁶⁵⁰ LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970) - Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000, pp.29-31.

⁶⁵¹ LEAL, *Op. cit.*, p.11.

⁶⁵² DUARTE, Alice, “a antropologia portuguesa. A opção etno-folclorista do Estado Novo” in Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1999, p.83.

⁶⁵³ LEAL, João, “A antropologia em Portugal e o englobamento da cultura popular” in CAVALCANTI, Maria Laura (ed.), *Sociologia & Antropologia*, Ano VI, Vol.VI, nº 2, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, p. 297.

⁶⁵⁴ LEAL, João, “The history of Portuguese Anthropology” in TRESCH, John (dir.), *History of Anthropology Newsletter*, Ano XXVI, Pennsylvania, University of Pennsylvania, Vol. XXVI, nº2, Dezembro de 1999, p.18.

⁶⁵⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros, 2015, p.26.

⁶⁵⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *ibidem*, p.109.

⁶⁵⁷ LEMONNIER, Charles, LIMA, Magalhães (trad.), “Os Estados Unidos da Europa” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Biblioteca Republicana Democrática dedicada às novas gerações de Portugal e Brasil*, Ano I, Vol. I, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, pp.56-58.

Consiglieri Pedroso atribuiu incorrectamente ideias democráticas a autores como Dostoiévsky⁶⁵⁸, que as denunciavam⁶⁵⁹, acumulava ao mesmo tempo as ideias paneslavistas preservadas nas suas obras⁶⁶⁰. O conceito de Predomínio articula-se como peça conceptual final do *bloco* eslavo: os objectivos do “mundo eslavo” centravam-se na formação de uma república paneslavista sob o poder de uma Rússia democrática. Escrevia: “Fraccionados em diversas soberanias políticas, separados uns dos outros por grupos de população indiferente ou hostil, violentamente incorporados muitos deles em estados estrangeiros, é no domínio da arte e da literatura, é na música popular, que lhes dá vida às suas poéticas tradições, que os eslavos reconhecem a unidade da origem comum e que como irmãos fraternizam, enquanto não podem fazer todos parte da mesma pátria, a que aspiram. Assim, o checo da Boémia, o polaco e o ruteno da Galícia, o eslovaco da Hungria, o polabio da Prússia, o bósnio do império otomano e o montenegrino, o sérvio, o búlgaro, independentes, mas mutilados, todos eles sentem pulsar o coração de entusiasmo, encher-se-lhes a alma de esperança, quando alguém entoia um desses cantos em cujas notas, para eles tão doces, se conserva, ainda vaga mas saudosa, a recordação do berço ao pé do qual passaram juntos a primeira infância”⁶⁶¹. Este berço representava figurativamente a cultura eslava e literalmente o rio Volga, nas margens do qual ocorrera o *genesis* da “grande raça” eslava⁶⁶². Deste modo, a formação do *bloco* eslavo resultava da capacidade de assimilação cultural russa: “A influência absorvente do *meio* eslavo opera com suavidade a mudança, quase sem darmos por isso! É este, o segredo das vitórias pacíficas mas incessantes da propaganda russa, em toda a parte onde ela se exerce. Às suas conquistas por assimilação, bem mais valiosas do que as conquistas pelas armas, não obstante os colossais exércitos de que dispõem, ninguém resiste.”⁶⁶³

⁶⁵⁸ Como já havia notado Victor de Sá, quando escreve sobre a ligação de Consiglieri Pedroso à literatura russa. Vide SÁ, Victor de, “Niilismo: uma hipótese romântica” in Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Ano XXI, nº11, Porto, FLUP, 1991, pp.223-224.

⁶⁵⁹ HAMBURG, Gary, “Russian political thought, 1700-1917” in LIEVEN, Dominic (ed.), *The Cambridge History of Russia*, Vol. II, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p.133

⁶⁶⁰ HAMBURG, Gary, *Idem*, p.133.

⁶⁶¹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Ibidem*, p.141.

⁶⁶² *Idem*, *Ibidem*, p.132.

⁶⁶³ *Idem*, *Ibidem*, p.150.

Outro dos blocos significativos era o germânico. Neste caso, o elemento linguístico era central, considerando que o aforisma “*até onde soar a língua alemã*”⁶⁶⁴ representava a máxima da expansão legítima do Império Alemão. Assim, justificava-se uma incorporação dos territórios austríacos de língua alemã à recém-formada nação teutónica⁶⁶⁵, definindo ilegítima a absorção tanto de Schleswig-Holstein, anexado à Dinamarca e da Alsácia e Lorena, zonas de falantes de francês⁶⁶⁶. Do mesmo modo, considerava a Polónia parte do *bloco* eslavo.

Para Consiglieri Pedroso, o bloco mais relevante era o latino, assente na sincronia da relação entre todas as nações que o compunham atentando à origem comum: Roma. O espaço de origem da raça era coincidente com o âmbito geográfico da génese da própria língua latina, que Consiglieri Pedroso associava aos “italiotas”⁶⁶⁷, uma das três raças responsáveis pelo povoamento do território da actual Itália e cuja antiguidade “em toda a Italia central” além do que “o futuro lhe reservava”, autorizava a classificação de “população histórica por excellencia”⁶⁶⁸, dividida em dois grupos com línguas diferentes: latinos e umbro-samnitas. Pela narrativa de Consiglieri Pedroso, os futuros romanos integravam a primeira “sub-raça”⁶⁶⁹.

As restantes nações latinas eram analisadas como parte deste grupo étnico através da associação a caracteres culturais considerados especificamente romanos; as culturas respectivas eram entendidas como “apenas uma transformação da sociedade romana do império”, conforme as expressões linguísticas de cada, “simples modificações orgânicas do latim”; partilhavam a religião católica, formas de governo, direito, “instituições municipais” e espírito cosmopolita com Roma⁶⁷⁰.

⁶⁶⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Manual de Historia Universal*, Paris, Guillard, Aillaud e Cia., 1884, pp.381-382 *apud* ARNDT, Ernst Moritz, “Des Deutscher Vaterland”, [s.l.], [s.n.], 1813. [Disponível online em: <http://www3.ilch.uminho.pt/kultur/Des%20Deutschen%20Vaterland.htm>].

⁶⁶⁵ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº57, de 8 de Abril de 1885, p.1033.

⁶⁶⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Manual de Historia Universal*, Paris, Guillard, Aillaud e Cia., 1884, pp.381-382.

⁶⁶⁷ *Idem*, *Ibidem*, p.21.

⁶⁶⁸ *Idem*, *Ibidem*, pp.151-154.

⁶⁶⁹ *Idem*, *Ibidem*, pp.154-164.

⁶⁷⁰ *Idem*, *Ibidem*, p.216.

O elenco de nações caracterizadas como latinas estendia-se a Itália, Portugal, Espanha, França, Roménia⁶⁷¹ e Bélgica, integrada neste bloco racial devido à existência de uma percentagem maioritária de falantes de francês em face à população total. A ligação da Bélgica a este grupo étnico assumia-se, contudo, tema de discussão acesa na Câmara dos Deputados.

A 19 de Julho de 1887, António Cândido afirmava que os “povos de raça latina” revelavam uma predisposição racial para governos autoritários. Em contraponto, Consiglieri Pedroso argumentava com a adopção precoce do sistema parlamentar na Bélgica, país latino⁶⁷². João Pinto retorquia com a associação contrária: o parlamentarismo e a existência de sistemas liberais de governo era uma prerrogativa exclusiva da raça germânica e a existência de uma percentagem maior de população teutónica na Bélgica face à latina possibilitava a implementação de tal regime político⁶⁷³. Consiglieri Pedroso ripostava com um argumento central: a Bélgica era um país latino atendendo à língua oficial ser o francês, colocando-o além do aforisma “*so weit die deutsche Zunge klingt*”⁶⁷⁴ e conferindo ao bloco latino uma feição anti-germânica. No limite, com a missão de estancar o expansionismo alemão.

Para garantir a unidade necessária entre as nações latinas e os pressupostos geoestratégicos associados, Consiglieri Pedroso centrava-se num país reputado como central e inexoravelmente inserido nos destinos contemporâneos da raça latina: França. Durante 1889, o Autor procedia a análises sistemáticas da realidade internacional em *Os Debates*, um exercício continuado em 1900, na revista *Brasil-Portugal*.

Assim, parece-nos pertinente sintetizar os ideais-chave do pensamento de Consiglieri Pedroso sobre as relações internacionais, desde o final da década de 1880 até 1907, momento a partir do qual deixava de escrever regularmente na imprensa.

⁶⁷¹ Consiglieri Pedroso dizia da Roménia que era um país “latino, ao oriente”. Vide PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), “O juramento politico” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano II, 2ª Série, nºXIII, Lisboa, Typographia Nacional, 1887, p.23.

⁶⁷² Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº89, de 19 de Julho de 1887, p.1835.

⁶⁷³ Reputa o deputado em causa que as línguas presentes no território seriam o “walon” e o flamengo, dado como uma “corrupção do baixo alemão”. No que toca ao número de falantes de cada uma, argumentava João Pinto que a população germânica representava 4/7 do total e a “walon ou gaulesa”, 3/7. Vide *Idem*, *Ibidem*.

⁶⁷⁴ Vide, *Idem*, *Ibidem*, pp.1835-1836. Tradução: “até onde soar a língua alemã”.

8.3. A Tríplice Aliança e o isolamento de França

Depois da aliança entre os impérios alemão e austríaco em 1879, Bismarck decidiu sondar a probabilidade de intervenção britânica no caso de uma guerra germano-russa, assumindo a possibilidade de beligerância francesa. Face ao distanciamento garantido pelo Reino Unido no segundo cenário, receoso da represália russa na Índia, Bismarck considerava a realização de uma aliança com a Rússia.

Orientado pelos mesmos receios do *Foreign Office* quanto à esfera de influência russa na Ásia, o czar mostrava-se aberto negociações. A Dupla Monarquia não observava estas aproximações com bons olhos. Centrada na possibilidade de expansão nos Balcãs, o império Austro-Húngaro via a Rússia como uma adversária. Pressionado por Bismarck e não pretendendo perder o apoio alemão, aceitava o novo *dreikaiserbund*, assinado em 1881. O tratado garantia neutralidade de duas potências em cenário de guerra com uma terceira (leia-se: no caso de uma guerra franco-alemã, a neutralidade russa estaria garantida); a Áustria e Rússia acordavam em não alterar unilateralmente o *statu quo* nos Balcãs; permitindo à primeira a anexação da Bósnia e Herzegovina, bem como à segunda a junção dos dois principados búlgaros num só estado⁶⁷⁵.

No mesmo ano, a presença da França em Tunis ajudava a esfriar as relações com Itália, gradualmente mais disponível para uma aliança com a Alemanha⁶⁷⁶, ainda que tal proximidade incluísse a Áustria, contrária à recuperação das províncias *irredentas*. Bismarck preocupava-se em remover esta questão do debate, canalizando as atenções de França na Tunísia, fórmula de compensação da Alsácia e Lorena. Tanto Humberto I como o governo de Depretis eram a favor de uma aproximação à Alemanha, pressuposto consubstanciado em Maio de 1882, com o tratado que instituía a Tríplice Aliança; consequentemente firmava-se o isolamento diplomático de França⁶⁷⁷.

O sistema de Bismarck debatia-se com um problema central: não solucionava a instabilidade sentida nas chancelarias europeias face aos Balcãs. Em 1881, a Sérvia assinara um tratado com a Áustria-Hungria, deixando a sua política externa nos Balcãs

⁶⁷⁵ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.32-33.

⁶⁷⁶ CLARK, Martin, *Modern Italy, 1871 to the Present*, Nova Iorque, Routledge, 1995, p.56-57.

⁶⁷⁷ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.35-36.

sob a anuência de Viena, contra os interesses da Rússia⁶⁷⁸. Em 1883, seguia-se um tratado comercial com a Roménia.

Embora a Rússia tenha ajudado a Bulgária a organizar-se militar e administrativamente, Alexandre de Battenberg agia gradualmente de forma inversa aos interesses dos burocratas russos na administração búlgara, dando preferência às posições manifestadas pelos oficiais austríacos. O tema do dissídio residia na construção do caminho de ferro do Oriente, cujo traçado, através da Sérvia e Bulgária, tinha como objectivo Constantinopla. Alexandre de Battenberg, rei da Bulgária anexava a Rumélia Oriental em 1885; seguidamente vencia militarmente a Sérvia. Observando a perda de influência sobre a Bulgária, a Rússia induzia uma sucessão de eventos em 1886, com o objectivo de manter o reino como estado satélite⁶⁷⁹.

O governo russo gizou um golpe de estado que se saldou pelo êxito em afastar Alexandre de Battenberg; meses depois, o parlamento búlgaro elegia Ferdinando de Saxe-Coburgo como rei, um monarca ainda mais favorável aos interesses austríacos do que aos russos⁶⁸⁰. A manutenção da crise búlgara e a instabilidade regional conduzia Bismarck à assinatura de um “tratado reasssegurado” com a Rússia em 1887. Este garantia a posição alemã favorável aos interesses russos nos Estreitos, enquanto comprometia o império germânico com a Rússia no caso de um conflito com uma potência terceira, com a excepção da Áustria-Hungria.

O novo (e secreto) tratado não encontrava total aceitação nas esferas diplomáticas alemãs⁶⁸¹. O carácter dúplice do convénio, por reconhecer os interesses russos nos Balcãs – reconhecimento anteriormente concedido pelo império germânico à Dupla Monarquia – levava à decisão de Guilherme II em abandoná-lo em 1890, desmantelando o sistema cuidadosamente criado pela *Realpolitik* de Bismarck, em favor da sua predilecta *Weltpolitik*.⁶⁸²

Três anos antes, porém, o sistema prosperava não obstante o receio de uma possível guerra com França, criado pelo *General Revanche*: Georges Boulanger, e pela questão de

⁶⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p.37.

⁶⁷⁹ CRAIG, Gordon A., *Ibidem*, pp.124-125.

⁶⁸⁰ MILZA, Pierre, *Ibidem*, p.38.

⁶⁸¹ CLARK, Christopher, *The Sleepwalkers – How Europe Went to War in 1914*, Londres, Allen Lane (Penguin Books), 2012, pp.126-127.

⁶⁸² MILZA, Pierre, *Ibidem*, p.43.

Schnaebelé⁶⁸³. Estas ameaças à paz valorizavam o papel de Itália na Tríplice; nessa medida, a renovação da aliança ocorrida em 1887 constituía a ocasião de exigências italianas: a garantia francesa de não ocupar a Tripolitana, como compensação caso a Áustria-Hungria modificasse o *statu quo* dos Balcãs.

A primeira das duas convenções anexas à renovação da Tríplice ligava Itália à Dupla Monarquia, assente na promessa de consulta e compensação da segunda face à primeira no caso da Áustria-Hungria adquirir territórios nos Balcãs. A segunda convenção associava o império germânico à Itália e estabelecia apoio militar à segunda em situação de beligerância com França resultante da penetração francesa no norte de África⁶⁸⁴.

O sistema completava-se com o elo entre a Itália e a Grã-Bretanha, através de uma troca de notas reveladora dos interesses de ambos na manutenção do *statu quo* no Mediterrâneo, contra as possibilidades de expansão de França⁶⁸⁵. A Áustria-Hungria associava-se igualmente a estes acordos, adicionando-lhes a promessa de integridade do *statu quo* nos Balcãs e nos Estreitos, cláusula antagónica com os compromissos firmados com a Rússia⁶⁸⁶.

Ainda assim, 1887 representava o momento de mais grave isolamento de França. Os acordos construídos por Bismarck estabeleciam uma proximidade estreita entre a Áustria-Hungria, o império alemão, Itália, Grã-Bretanha e o império russo. O tratado germano-russo foi renovado em 1889; no ano seguinte, a oposição de Guilherme II representava o fim da aliança⁶⁸⁷. A tentativa russa de contrariar Ferdinando de Saxe Coburgo conduzia Bismarck a pressionar as várias potências ligadas à Tríplice para a reafirmação da promessa de manter o *statu quo* dos Balcãs e da Bulgária, mas também a proibir o *Reichsbank* de aceitar títulos de dívida russos como colateral para empréstimos. Esta decisão, com grande repercussão no mercado e economia russos constituía uma manobra calculada, para dificultar a expansão russa nos Balcãs. No entanto, esta decisão conduziu a um maior interesse russo por empréstimos franceses, ajudando à receada aproximação entre os dois países.⁶⁸⁸

⁶⁸³ CRAIG, Gordon A., *Ibidem*, pp.129-130.

⁶⁸⁴ MILZA, Pierre, *Ibidem*, p.41.

⁶⁸⁵ CRAIG, Gordon A., *Ibidem*, p.131.

⁶⁸⁶ *Idem*, *Ibidem*.

⁶⁸⁷ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.42-43.

⁶⁸⁸ CRAIG, Gordon A., *Ibidem*, pp.131-132.

Para Consiglieri Pedroso, em 1889, a Exposição Universal, desse ano, revelava a superioridade da nação latina face a estas *maquinações*.

8.4. A Exposição Universal de 1889

“Da cette grande Exposition, la France attend de grands résultats: elle y voit une manifestation solennelle qui l’honore parmi es nations, - un acte qui montre sa puissance, une Victoire pacifique qui lui rendra son rang dans le monde.”⁶⁸⁹ Estas foram as palavras pronunciadas em 1887 por Édouard Lockroy, ministro do comércio e indústria francesas e comissário geral para a Exposição Universal de Paris de 1889. Contudo, os interesses políticos da Exposição extravasavam as palavras do Ministro. A iniciativa pretendia reduzir a influência de bonapartistas e monárquicos, da preocupação com questões coloniais e da relação do governo com a Igreja Católica. Assim, a celebração deveria ser galvanizadora da opinião pública em prol da preponderância da nação latina no contexto mundial, defendida pelos líderes franceses⁶⁹⁰.

As premissas de análise apresentadas por Consiglieri Pedroso secundavam parcialmente as ideias de Lockroy. O republicano português imprimia uma matriz claramente panlatina ao seu discurso. “No meio da Europa hostil”, França era considerada a “sentinela avançada das grandes conquistas do espírito humano”, dotada de “vitalidade”; “espírito generoso”; “iniciativa fecunda” e “grandeza das suas instituições democráticas”⁶⁹¹. A Exposição era definida como uma “nunca vista confraternização dos povos e do trabalho de todo o mundo”, consubstanciando “a prova provada e brilhantíssima da superioridade da gloriosa nação franceza e das instituições republicanas, que fazem a sua prosperidade e a sua enorme grandeza.”⁶⁹²

A associação entre esta superioridade e o conceito de civilização constituía apanágio central do panlatinismo francês, pressuposto em que Consiglieri Pedroso se inspirava e no qual a preponderância da França era observada por oposição à influência

⁶⁸⁹ BROOKS, Michael D. “Civilizing the Metropole: The Role of the 1889 Parisian Universal Exposition's Colonial Exhibits in Creating Greater France” in BEILE, Penny, HAHS-VAUGHN, Debbie, LYONS, Amelia, et al. (eds.), *The University of Central Florida Undergraduate Research Journal*, Ano IX, Vol. VI, nº2, Florida, UCF, 24 de Julho de 2013, p.72. [Disponível online em: <https://www.urj.ucf.edu/docs/brooks.pdf>]. Consultado em 11 de Agosto de 2018 *apud* LE ROY, Alfred (dir.), *L'Universelle Exposition de 1889 Illustrée*, Ano II, 3ª Série, nº2, Paris, [s.n], 1 de Fevereiro de 1887, p.4.

⁶⁹⁰ *Idem, Ibidem*.

⁶⁹¹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Os Debates*, Ano II, nº234, Lisboa, [s.n.], 7 de Maio de 1889, p.1.

⁶⁹² *Idem, Ibidem*, Ano II, nº270, Lisboa, [s.n.], 20 de Junho de 1889, p.1.

da Alemanha⁶⁹³. *Os Debates* classificavam o sistema republicano de França como civilizacionalmente mais avançado que o sistema monárquico constitucional alemão, uma nação alemã apodada de “semi-feudal ainda”⁶⁹⁴, controlada pela “odiosa autocracia de Berlin”⁶⁹⁵. Segundo a folha: “Quem viajar na Allemanha e estudar as condições desgraçadíssimas da sua vida economica e financeira, e fôr depois a Paris – a cidade eterna das grandes conquistas do pensamento – tem por força se convencer de que a nação vencida não é a França”⁶⁹⁶.

Este último pensamento constituía outra das constantes do discurso de Consiglieri Pedroso, igualmente espelhada nas palavras de Lockroy. Sublinhe-se, o brilhantismo francês transformava a França em verdadeira vencedora de 1871, pela capacidade de alcançar uma “victoria pacífica”, superior “às victorias conquistadas pelas armas contra a boa razão e que quasi sempre ou sempre são a ruina dos vencedores.”⁶⁹⁷. Neste contexto, a Exposição Universal era descrita como um certame de toda a humanidade: nesse conclave, os povos sob governos monárquicos teriam a possibilidade de observar as faculdades e concretizações de um governo republicano, mesmo isolado e geográfica e culturalmente mutilado por uma guerra sangrenta. Nas palavras do Autor, todos aqueles que visitassem a exposição poderiam adoptar os preceitos do “centro director da Europa”⁶⁹⁸, ao “aprender a amar a democracia e o trabalho livre e a odiarem a tyrannia e a desmoralisação dos governos monarchicos”⁶⁹⁹. Consequentemente, abria-se a porta à possibilidade de uma paz duradoura na Europa. Note-se, porém, esta constituía uma das múltiplas formas de construir a paz na Europa.

8.5. Os vários conceitos de Paz de Consiglieri Pedroso

Uma das primeiras fórmulas de alcançar a paz proposta evocava directamente a visão dos *Estados Unidos da Europa*, concebida por Charles Lemonnier. A relevância do pensamento do autor francês para Consiglieri Pedroso era inequívoca, motivo da tradução

⁶⁹³ GILADI, Amotz, “The elaboration of pan-Latinism in French intellectual circles, from the turn of the nineteenth century to World War I” in Liverpool University, *Journal of Romance Studies*, Ano XIV, Vol. XIV, nº1, Liverpool, Liverpool University Press, Primavera de 2014, p.60.

⁶⁹⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº296, Lisboa, [s.n.], 23 de Julho de 1889, p.1.

⁶⁹⁵ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº234, Lisboa, [s.n.], 7 de Maio de 1889, p.1.

⁶⁹⁶ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº270, Lisboa, [s.n.], 20 de Junho de 1889, p.1.

⁶⁹⁷ *Idem*, *Ibidem*.

⁶⁹⁸ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº333, Lisboa, [s.n.], 5 de Setembro de 1889, p.1.

⁶⁹⁹ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº234, Lisboa, [s.n.], 7 de Maio de 1889, p.1.

de “A morte de dois inimigos: episodio da guerra franco-alemã” de Henry Batel⁷⁰⁰, publicada no III volume da *Biblioteca Republicana Democrática*, tomo em que Magalhães Lima dava à estampa parte da tradução de *Os Estados Unidos da Europa*, de Lemonnier⁷⁰¹.

Já no periódico *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade*, fundado por Carrilho Videira, os editores (Carrilho Videira e Consiglieri Pedroso) convergiam com Lemonnier na defesa de ideais republicanos federais, inspirados pelos EUA e pela Confederação Helvética. Definiam o federalismo como: “a verdadeira e única fôrma republicana, que pôde ser garantia de paz, ordem e prosperidade, tal como existe nos Estados-Unidos, e na Suissa, os dois eternos modelos da futura constituição das sociedades.”⁷⁰²

A 5 de Dezembro de 1874, o periódico especificava a natureza princípio federativo intra-nacional, aplicável a Portugal, alicerçado em municípios federados. A nação seria a entidade una resultante de uma federação de municípios autónomos⁷⁰³. A transformação deste primado no plano internacional consubstanciava-se na formação de uma “futura federação republicana com a Hespanha”, embora ressalvando que “a federação não é a união, e será ella o resultado da lucta liberal que se aproxima cada vez mais do seu termo até que a federação da raça latina e mais tarde a constituição dos Estados Unidos da Europa sejam uma realidade.”⁷⁰⁴

⁷⁰⁰ BATEL, Henry, PEDROSO, Zófimo Consiglieri (trad.), “A morte de dois inimigos: episodio da guerra franco-alemã in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Biblioteca Republicana Democrática dedicada às novas gerações de Portugal e Brasil*, Ano I, Vol. III, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, pp.47-65.

⁷⁰¹ LEMONNIER, Charles, LIMA, Magalhães (trad.) “Os Estados Unidos da Europa” in *Idem, Ibidem*, pp.2-38.

⁷⁰² VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo (dirs.), *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade*, Ano I, nº2, Lisboa, [s.n.], 29 de Novembro de 1874, p.1.

⁷⁰³ *Idem, Ibidem*, Ano I, nº7, Lisboa, [s.n.], 5 de Dezembro de 1874, p.1.

⁷⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p.2. Nesta passagem, Consiglieri Pedroso mostra-se influenciado pelas posições de José Félix Henriques Nogueira (1823-1858) em *Estudos sobre a Reforma em Portugal*. Segundo a posição desse republicano, Portugal deveria formar um estado federativo com Espanha, ainda que, como ressaltava o Autor: “Nós queremos a federação; mas repelimos a fusão” (NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Vol.II, Lisboa, Typographia do Progresso, 1855, p.266). Deste modo, o objectivo do novo estado a criar seria o de permitir aos povos ibéricos manter ou readquirir a sua autonomia, enquanto membro da federação. Os estados que a formariam seriam, a saber: “Portugal, Galliza, Asturias, Biscaia, Navarra, Catalunha, Valencia, Murcia, Granada, Andaluzia, Estremadura, Castella-a-nova, Castella-a-velha, Leão”. (*Idem, Ibidem*, p.267)

Félix Nogueira estendia o princípio federativo a todos os povos da Europa que “tendem a agrupar-se em nacionalidades robustas”. Deste ponto de vista, considerava legítimas federações de “italianos, allemães, slavos e magyares”. De resto, estendia o princípio a toda humanidade, com o objectivo de garantir a paz universal e perpétua: “A humanidade inteira nada mais deveria ser do que uma federação de nações, mais ou menos adiantadas, que o instincto de conservação e aperfeiçoamento levasse a entender-se, a aproximar-

No mês seguinte, defendia outro dos pontos da obra de Lemonnier, a saber: a abolição dos exércitos permanentes na Europa. A tese era justificada pelos gastos financeiros e custos sociais para os Estados⁷⁰⁵, mas também pela corrupção moral do soldado: a vida de quartel, isolada, insalubre e ociosa, retirava ao militar a “virgindade rustica singela, o amor e actividade no trabalho”, substituindo-a pelo “traço indelével do vício, a marca inextinguível da ociosidade.”⁷⁰⁶ Propunha uma adopção do modelo suíço, segundo o qual, “Para defender o lar, a família, a legítima propriedade fructo santo do trabalho, todos, velhos ou moços, doentes ou sãos, bem formados ou disformes devem contribuir com a sua parte.”⁷⁰⁷

Por fim, atendia a outro dos aspectos do programa de Lemonnier: a liberdade de comércio entre os estados confederados. Argumentava que o contrabando, comum nas regiões raianas, resultava directamente da existência de direitos alfandegários; logo, a erradicação desta forma de comércio dependia do fim da fiscalização: “Repetimos, somos partidários da liberdade de commercio, não só dentro da nação mais ainda externamente; queremos que se suprimam as despesas enormes feitas com o exercito, com a casa real, com as embaixadas de luxo, etc., para podermos prescindir dos rendimentos das

se, a amar-se em fim, para que fosse uma realidade aquele sublime *desideratum* do Evangelho, *omnes unum sint*, para que todos formem um só individuo.” (*Idem, Ibidem*, p.267-269)

⁷⁰⁵ VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo (dirs.), *Ibidem*, Ano II, nº50, Lisboa, [s.n.], 29 de Janeiro de 1875, p.1.

⁷⁰⁶ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº63, Lisboa, [s.n.], 16 de Fevereiro de 1875, p.1.

⁷⁰⁷ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº68, Lisboa, [s.n.], 21 de Fevereiro de 1875, p.1. Mais uma vez, Félix Nogueira defendeu ideias semelhantes a estas no primeiro volume da obra referida. Considerava que os exércitos formavam “homens-maquinas”, e lhes incutiam hábitos de “ociosidade, da grosseria, da abjecção, da fereza e de toda a casta de immoralidade.”, além de os disciplinarem de forma agressiva e os separarem das suas mulheres, criando “homens ociosos, celibatados por calculo e por necessidade (...)”. Estes homens, ao voltarem à vida civil tendiam, segundo Félix Nogueira, a cair na mendicidade, ao terem perdido o ímpeto para trabalhar, ou na criminalidade, ao se terem habituado à violência. (NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Vol.I, Lisboa, Typographia Social, 1851, pp.56-57).

Como contraponto, Nogueira aconselhava a criação de uma “*guarda nacional*”, que empregasse o “*cidadão-soldado*”, ou seja, “(...) essa mocidade, activa, valente e moralizada (...)”, que seria chamada a fazer parte destes batalhões esporadicamente, eliminando a necessidade de um exército permanente. Por extensão, o exército deveria passar a ser apenas “uma escola da arte da guerra”. (*Idem, Ibidem*, pp.61-62.) Contudo, a visão de Félix Nogueira ia além da de Consiglieri Pedroso, já que argumentava que a polícia municipal deveria ser substituída ao atribuir os seus deveres aos chefes de família, compensado-os monetariamente caso este dever ocupasse tempo necessário para a sua normal actividade laboral. (*Idem, Ibidem*, pp.62-63.)

Félix Nogueira propunha também uma diminuição da marinha de guerra, cujos navios, exceptuando-se um pequeno contingente, deveriam passar a ter funções de movimentação de correspondência, de pessoas e de mercadorias, com o objectivo de desenvolver as possessões coloniais portuguesas através da criação de “missões, parochias, escolas e feitorias (...)” (*Idem, Ibidem*, pp.63-64.)

alfandegas, que longe de ser uteis, se tornam em extremo prejudiciais para a indústria, para a nação, para a humanidade e para a justiça.”⁷⁰⁸

A influência de Lemonnier era igualmente identificável na concepção de Consiglieri Pedroso sobre a guerra franco-prussiana. Segundo o pacifista francês, o estado da Europa⁷⁰⁹ caracterizava-se pelo rescaldo do conflito em que se confrontaram as duas nações cujo acordo seria a base da paz na Europa. Contra o clima de guerra latente resultante da beligerância, o filósofo suscitava o exemplo dos EUA e da Confederação Helvética, países cujo sistema republicano federal assegurava o clima de paz permanente⁷¹⁰.

Deste modo, de todas as propostas federativas europeias elencadas⁷¹¹, seleccionava a de Kant como a desejável e aplicável à Europa, conforme a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* e *A Paz Perpétua. Um Projecto filosófico*⁷¹². Ainda assim, ao contrário de Kant, segundo quem as nações deveriam sair do estado natureza ao adoptarem “leis públicas coercivas, e por isso, formando um *estado internacional*”⁷¹³,

⁷⁰⁸ VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo (dirs.), *Ibidem*, Ano I, nº25, Lisboa, [s.n.], 8 de Dezembro de 1875, p.2. No que toca a questões relacionadas com direitos alfandegários, Félix Nogueira considerava que, não tendo todas as nações a possibilidade de produzir todos os produtos de que necessitavam, “os diversos povos da terra estão cingidos por uma larga cadeia de dependência, reciproca e geral (...) que os obriga a estreitar as suas relações para obterem a maior somma de gosos.” (NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Ibidem*, p.118.)

Deste ponto de vista, pautas protectoras poderiam ser utilizadas com o objectivo de levar a que determinado sector da indústria nacional se pudesse desenvolver até ter a possibilidade de competir, num mercado livre, com produtos similares estrangeiros. (*Idem, Ibidem*, p.119.)

Contudo, caso o sector protegido não chegasse ao nível de desenvolvimento pretendido, vendendo produtos mais caros e de menor qualidade do que os seus equivalentes estrangeiros, efectivamente criando um monopólio desvantajoso para o consumidor, a nação deveria fomentar o desenvolvimento de sectores que mais facilmente se adaptassem ao seu clima, solo, posição geográfica e conhecimento técnico dos seus trabalhadores (*Idem, Ibidem*, pp.118-119.)

Assim, desde que cada país se conseguisse sustentar através da exportação de produtos em que se tivesse especializado, a liberdade de comércio entre nações seria o sistema mais vantajoso a adoptar: “Quando todos os povos ocuparem na arena da produção o lugar que naturalmente lhes competir: quando se der em toda a parte uma perfeita liberdade de commercio, a humanidade terá muito a ganhar na extrema abundancia, na requintada perfeição, na espantosa baratesa dos produtos do trabalho!”. (*Idem, Ibidem*, p.120.)

⁷⁰⁹ A primeira edição de *Les États-Unis D'Europe* data de 1872 (vide LEMONNIER, Charles, “Les États-Unis D'Europe” in POUPIN, Victor M., *Bibliothèque Démocratique*, Paris, Librairie de la Bibliothèque Démocratique, 1872.) A obra é escrita no seguimento da guerra Franco-Prussiana (1870-1871), em que França foi derrotada e o Império Alemão declarado em Versalhes (MILZA, Pierra, *Ibidem*, p.11.)

⁷¹⁰ LEMONNIER, Charles, LIMA, Magalhães (trad.), *Ibidem*, Ano I, Vol. I, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, pp.IV-VI.

⁷¹¹ A saber, a de Henrique IV, a do Abade de Saint-Pierre e a de Saint-Simon. Vide *Idem, Ibidem*, pp.4-39.

⁷¹² Os originais são denominados respectivamente: *Die metaphysik der Sitten* e *Zum ewigen Frieden*.

⁷¹³ MORI, Massimo, “Kant and cosmopolitanism” in PIMENTEL, Manuel Cândido, MORUJÃO, Carlos, SILVA, Miguel Santo, *Immanuel Kant nos 200 anos da sua morte*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2006, p. 314 .

Lemonnier considerava a possibilidade de formação de uma república universal teórica, assumindo a impossibilidade de levar os Estados a abdicar da independência e das identidades político-administrativas respectivas. A solução tangível caracterizava-se pela abrangência limitada: uma confederação de repúblicas europeias, baseada nas ideias de pátria e patriotismo⁷¹⁴.

Tais as ideias de Lemonnier em 1867, data do 1º Congresso da Paz e da Liberdade, realizado em Berna, a 9 de Setembro. Subsequentemente, tornava-se membro fundador da Liga Internacional da Paz e da Liberdade, entidade inspirada nas ideias de Kant, e defensora da “autonomia e independência dos povos”, além da “evolução progressiva, a solidariedade de interesses e a fraternidade dos homens e dos povos verdadeiramente civilizados.”⁷¹⁵

No 2º Congresso, realizado também em Berna, entre 22 e 26 de Setembro de 1868, a liga defendia já uma adopção do “sistema republicano federativo”, capaz de garantir “a autonomia das comunas e das províncias”, incitando os povos a adoptarem este regime, desejavelmente em todo o continente europeu⁷¹⁶. No 3º Congresso, organizado em Lausanne nos dias 14 e 18 de Setembro de 1869, esta concepção era completada pela formação de um “Tribunal Internacional directamente eleito e instituído pelo povo”, para mediação de conflitos internacionais através da arbitragem. Segundo as conclusões do congresso, o cumprimento destes preceitos levaria aos “Estados Unidos da Europa”⁷¹⁷.

Na visão de Lemonnier, a confederação das “principaes nações da Europa”⁷¹⁸, disporia de um exército único, liberdade de comércio⁷¹⁹ e de uma constituição perfectível⁷²⁰. Qualquer nação interessada em juntar-se à Confederação teria de obedecer a dois critérios: ser independente e dispôr de um governo republicano fundado no sufrágio universal⁷²¹.

⁷¹⁴ LEMONNIER, Charles, LIMA, Magalhães (trad.), *Ibidem*, p.30.

⁷¹⁵ VENTURA, António, *Magalhães Lima: Um idealista impenitente*, Lisboa, Assembleia da República, 2011, p.121.

⁷¹⁶ *Idem, Ibidem*, p.122.

⁷¹⁷ *Idem, Ibidem*.

⁷¹⁸ LEMONNIER, Charles, LIMA, Magalhães (trad.), “Os Estados Unidos da Europa” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Biblioteca Republicana Democrática dedicada às novas gerações de Portugal e Brasil*, Ano I, Vol. III, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, p.11.

⁷¹⁹ *Idem, Ibidem*, pp.11-12.

⁷²⁰ *Idem, Ibidem*, Ano I, Vol. I, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, pp.11-18.

⁷²¹ *Idem, Ibidem*, Ano I, Vol. III, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, pp.56-58.

Embora defensor dos *Estados Unidos da Europa* na década de 1870, Consiglieri Pedroso evolui para uma concepção de blocos raciais como fórmula de estruturação europeia e de reformulação do sistema de relação internacionais, naturalmente incidente na ascendência da componente latina. Nos anos 80, esta premissa de pensamento expressava-se em *Os Debates* como um mecanismo anti-germânico, destinado a travar a expansão do Império Alemão e da Tríplice Aliança, definidos como forças belicistas.

De facto, os editores de *Os Debates*, em 21 de Julho de 1889, não se inibiam de reproduzir as afirmações atribuídas a Gladstone⁷²², segundo o qual, a Tríplice Aliança constituía “uma provocação á guerra e não uma garantia de paz”⁷²³. Volvidos alguns dias, *Os Debates* retomavam as palavras do ministro britânico aludindo, sarcasticamente, às leis alemãs favoráveis ao aumento dos gastos com o exército e marinha, notícia completada pelas declarações de Guilherme II⁷²⁴. Cobertura semelhante era concedida ao encontro do imperador alemão e do Rei de Itália em Tempelhoff; especialmente à revista militar e ao brinde dos soberanos sobre a soberania das nações e dos povos; nessa medida, a aliança germano-italiana era “o penhor da paz europêa”⁷²⁵. Igual despeito era demonstrado pelo artigo publicado na revista italiana *Esercito*, intitulado “A paz”, segundo o qual, a partir 10 de Agosto de 1889, seriam licenciados 7000 homens do exército permanente. Em qualquer dos casos, *Os Debates* concluíam: “e d’isto infere [a *Esercito*] que não está ameaçada a paz.”⁷²⁶

Avaliação inversa era devotada a atitudes semelhantes da França: para a folha, o investimento francês em defesa demonstrava a preocupação nacional com a ameaça externa, consubstanciada na Tríplice Aliança, cuja existência justificava escalada do recrutamento militar⁷²⁷. Em 27 de Julho de 1889, o jornal conclui que “a nação mais latina

⁷²² William Ewart Gladston (1809-1898) nasceu em Liverpool, em 1809. Deputado pelo Partido Conservador em 1832 (KINZER, Bruce L., “Gladstone, William Ewart (1809-1898)” in MITCHELL, Sally (ed.), *Victorian Britain – An Encyclopedia*, Nova Iorque, Garland, 1888, p.331.), fez parte do governo de Robert Peel entre 1841 e 1846, associando-se à dissidência do Partido, os *Peelites*. Foi *chancellor of the exchequer* nos governos de Lord Aberdeen (1852-1855), Lord Palmerston (1859-1865) e John Russel (1865-1866). Tornou-se líder do Partido Liberal em 1867, vencendo as eleições de 1868 e governando entre 1868-1874 (KINZER, Bruce L., *Ibidem*, pp.331-332.). Voltou a ser primeiro-ministro entre 1880 e 1886, ano em que a rejeição da *Irish Home Rule Bill* de 1886 levou à queda do governo. Voltaria ao poder em 1892, mas a rejeição de projecto de lei semelhante de 1893 fez com que o seu último governo caísse em 1894. Faleceu em 1898. (KINZER, Bruce L., *Ibidem*, pp.331-332.)

⁷²³ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº360, Lisboa, [s.n.], 3 de Outubro de 1889, p.1.

⁷²⁴ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº380, Lisboa, [s.n.], 23 de Outubro de 1889, p.1.

⁷²⁵ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº249, Lisboa, [s.n.], 24 de Maio de 1889, p.1.

⁷²⁶ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº312, Lisboa, [s.n.], 10 de Agosto de 1889, p.1.

⁷²⁷ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº255, Lisboa, [s.n.], 1 de Junho de 1889, p.1.

da Europa – a França – dispensa cuidado igual aos canhões e às obras de pintura”⁷²⁸. Dias mais tarde, reiterava “a constancia com que mr. Bismarck procura alianças prova (...) que a França republicana tem a sua importância militar, e de tal ordem que a famosa aliança não se atreve a atacá-la.”⁷²⁹.

O jornal não descurava o cenário de reconciliação entre as duas potências desejável se não concebido com base na liderança alemã. Atentos, *Os Debates* observavam o “congresso internacional operário socialista”, realizado no dia da Tomada da Bastilha, em 1889, e as declarações de Karl Liebknecht⁷³⁰ sobre o impacto daquele evento na união dos operários franceses e alemães⁷³¹.

Segundo o jornal, tratavam-se de palavras de “autoridade insuspeita” contra “o crime de lesa-humanidade que estão cometendo Bismarck e os seus sequazes, quando [*sic*] um abismo de ódios e de malquerenças entre os dois povos que deviam trabalhar unidos e de acordo na santa cruzada do progresso”⁷³². Aduzia, por outro lado, à necessidade de não confundir as ideias de um povo “que trabalha e que pensa, que é artista, operário e filósofo” com as aspirações do império alemão, já que os alemães acalentavam o desejo de se aproximar do “povo irmão”, uma união com “fecundas consequências para a paz da Europa”⁷³³.

⁷²⁸ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº300, Lisboa, [s.n.], 27 de Julho de 1889, p.1.

⁷²⁹ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº367, Lisboa, [s.n.], 10 de Outubro de 1889, p.1.

⁷³⁰ Karl Liebknecht (1871-1919) nasceu em Leipzig em 13 de Agosto de 1871. Doutor em Direito pela Universidade de Würzburg (1897), foi em 1901 eleito vereador da Câmara de Berlim pelo Partido Social-Democrata Alemão (SPD). Defendeu ideias anti-militaristas e anti-imperialistas. Fundou a União Nacional da Juventude Socialista em 1907 e em 1912 foi deputado no *Reichstag* pelo SPD (WOHLGEMUTH, H., “Liebknecht, Karl” in HASS, Gerhart, OBERMANN, Karl, PÄTZOLD, Kurt et al. (eds.), *Biographisches Lexikon zur deutschen Geschichte*, Berlim, Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1970, p.415-416). Opôs-se à aprovação dos créditos de guerra, que se deu a 4 de Agosto de 1914. (WEITZ, Eric D., *Creating German Communism, 1890-1990*, New Jersey, Princeton University Press, 1997, p.62.) Participou como não-combatente na I Guerra Mundial em 1915 (WOHLGEMUTH, H., *Ibidem*, p.416) e em Março de 1916 fundou juntamente com Rosa Luxemburg, ideóloga socialista, o Grupo Internacional, também denominado Grupo Espartacista. (WEITZ, Eric D., *Ibidem*, p.79.)

Foi condenado a quatro anos de prisão a 1 de Maio de 1916 por participar numa manifestação contra a guerra, mas foi libertado a 23 de Outubro de 1918, nos primeiros momentos da Revolução Alemã (1918-1920). (WOHLGEMUTH, H., *Ibidem*, pp.416-417.) Proclamou uma república socialista alemã a partir do Palácio de Berlim, a 9 de Novembro, dois dias antes da Alemanha assinar o Armistício e no mesmo dia que Philipp Scheidemann proclamou a República da Alemanha no *Reichstag*.

Fundou *Die Rote Fahne* (A Bandeira Vermelha) no dia seguinte, juntamente com Luxemburg, e o Partido Comunista Alemão (KPD) a 30 de Dezembro. Foi assassinado por membros das *Freikorps*, leais ao governo do SPD, liberado por Friedrich Ebert, em 15 de Janeiro de 1916. (WEITZ, Eric D., *Ibidem*, pp.84-95.)

⁷³¹ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº295, Lisboa, [s.n.], 21 de Julho de 1889, p.1.

⁷³² *Idem, Ibidem*.

⁷³³ *Idem, Ibidem*.

Assim, na impossibilidade de pacificar a Europa através da generalização do regime republicano, indutor dos *Estados Unidos da Europa* ou sequer de deter a escalada militar, a solução de Consiglieri Pedroso era clara: a formação de blocos raciais, que deveriam garantir “peace in Europe through an acceptable rebalance of power”⁷³⁴, mesmo se neste enquadramento, a paz fosse pela supremacia latina. A França, “nação-mãe da civilização latina”⁷³⁵ e “grande capital da Europa latina”⁷³⁶ configurava o centro do bloco a formar, capaz de unir as nações do Ocidente como do Oriente europeu, permitindo simultaneamente a união política aspirada pelos eslavos.

Em múltiplas ocasiões, *Os Debates* noticiava o estado da união latina. A 30 de Setembro de 1889, aludia à iniciativa do concelho municipal de Paris, um jantar no Hotel de Ville, que contava com operários espanhóis, portugueses e italianos; um trabalhador português brindava “á união da raça latina”⁷³⁷. No dia anterior, dava atenção à “associação socialista intitulada *Federação dos Povos Latinos*” e à realização de um banquete no Palais Royal, com a presença de delegados catalães e portugueses, incluindo Magalhães Lima⁷³⁸, adepto da proclamação da “grande republica latina.”⁷³⁹

No dealbar do séc. XX, Consiglieri Pedroso persistia na defesa destas ideias mesmo atendendo aos obstáculos subjacentes à realização respectiva, consubstanciados no revanchismo e no monarquismo de alguns sectores ligados ao popular general Georges Boulanger. No domínio internacional a deterioração das relações franco-italianas, constituíam mais um óbice à criação do bloco latino.

8.6. Boulanger, o cesarismo e o revanchismo

⁷³⁴ BENVINDA, Frederico, “Peace and War in 1880s Europe: Zófimo Consiglieri Pedroso’s views on European multilateralism” in Instituto da Defesa Nacional, *IDN Brief*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, Janeiro de 2018, p.4.

⁷³⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº233, Lisboa, [s.n.], 5 de Maio de 1889, p.1.

⁷³⁶ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº305, Lisboa, [s.n.], 2 de Agosto de 1889, p.1.

⁷³⁷ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº357, Lisboa, [s.n.], 30 de Setembro de 1889, p.2.

⁷³⁸ Que além de ter traduzido *Os Estados Unidos da Europa*, apresentava também ele pretensões panlatinas, demonstradas na sua obra *Pela Pátria e Pela República*, de 1890, onde considerava a formação de uma “federação latina” uma necessidade face à hegemonia dos blocos germânico, eslavo e anglo-saxónico, chegando a pretender uma união alfandegária do sul da Europa, contra a expansão económica da Alemanha e Inglaterra (vide MEIRELES, Maria Conceição, *Ibidem*, pp.31-32).

⁷³⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº356, Lisboa, [s.n.], 29 de Setembro de 1889, p.1.

A queda do governo Ferry⁷⁴⁰, em 1885, induzia o crescimento do nacionalismo francês, suportado em questões polémicas como estatuto da Alsácia e Lorena⁷⁴¹. Em Fevereiro de 1886, o general Boulanger era nomeado ministro da guerra, uma decisão que significava melhoramentos no armamento do exército, nas condições de vida nos quartéis e na diminuição do serviço militar obrigatório para três anos. O principal impacto da passagem de Boulanger pelo governo era o ganho significativo de popularidade em Paris. Popularidade traduzida na consolidação do revanchismo, corrente em que Boulanger assumia uma dimensão providencialista, no resgate das províncias controladas pela Alemanha⁷⁴².

Bismarck reagia com o aumento do número de efectivos do exército alemão, medida sancionada pelo Reichstag, dissolvido em Janeiro de 1887⁷⁴³. Em Abril, Schnabelé, agente dos serviços de informação franceses, foi preso pela polícia alemã. Em resposta, Boulanger colocava a possibilidade de mobilizar unidades para as fronteiras de leste. O conselho de ministros rejeitava esta hipótese em 23 de Abril e a diplomacia francesa conseguia, dois dias depois, a libertação do agente⁷⁴⁴.

Para os votantes leais a Boulanger, a libertação resultava da retórica agressiva do *General Révanche*⁷⁴⁵, motivo de recuo do governo alemão. O governo francês reconhecia igualmente a perigosidade das afirmações do ministro da guerra, razão do afastamento do mesmo em Maio de 1887. O general era desviado para o comando de um posto em Clermont-Ferrand⁷⁴⁶. A capacidade de sedução de Boulanger mantinha-se intacta, capaz

⁷⁴⁰ Jules Ferry (1832-1893) nasceu em Vosges em 5 de Abril de 1832. Republicano oportunista, foi presidente da Câmara Municipal de Paris no inverno de 1870-1871. O seu primeiro mandato como primeiro-ministro estendeu-se entre 23 de Setembro e 14 de Novembro de 1881. Durante o mesmo, Ferry instituiu a educação primária grátis e universal, certificação de professores do sector público e laicização do ensino. Durante o seu segundo mandato (22 de Fevereiro de 1883-5 de Abril de 1885), focou-se na política colonial de França, impulsionando a expansão para a Tunísia, Madagascar e Indochina. Faleceu em 18 de Março de 1893. (RAYMOND, Gino, "Ferry, Jules (1832-1893)" in RAYMOND, Gino, *Historical Dictionary of France*, Plymouth, The Scarecrow Press, 2008, pp.133-134.)

⁷⁴¹ MILZA, Pierre, *Ibidem*, p.39.

⁷⁴² BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.138.

⁷⁴³ CRAIG, Gordon A., *Ibidem*, pp.128-129.

⁷⁴⁴ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.39-40.

⁷⁴⁵ *Idem*, *Ibidem*, pp.40.g

⁷⁴⁶ *Idem*, *Ibidem*.

de angariar figuras de relevo, como Rochefort⁷⁴⁷, jornalista e Déroulède⁷⁴⁸, poeta apoiante de Boulanger, deputado e fundador da organização nacionalista *Ligue des Patriotes*, em 1882⁷⁴⁹.

Por outro lado, o distanciamento da capital não reduziu a popularidade do General. O escândalo de 1887, assente em acusações de corrupção contra Daniel Wilson⁷⁵⁰, genro

⁷⁴⁷ Marquis Victor Henry de Rochefort-Luçay (1831-1913) nasceu em 31 de Janeiro de 1891, em Paris. Fundou o jornal anti-bonapartista *La Lanterne* em 30 de Maio de 1868. Foi eleito deputado ao *Corps Législatif* em 1869 e fundou *La Marseillaise* no mesmo ano. Foi preso no ano seguinte. Criou o jornal *Le Mot d'Ordre* em 3 de Fevereiro de 1871, publicado durante a Comuna de Paris (18 de Março-21 de Maio de 1871). Foi mais uma vez preso em 20 de Maio de 1871 e deportado em 10 de Agosto de 1873 para Nova Caledonia. Escapou a 11 de Abril de 1874 e voltou a França em 11 de Julho de 1880, quando fundou *L'Intransigeant*, onde propagandeou ideias boulangistas. Foi acusado em Abril de 1889 de crimes contra a segurança do Estado, mas encontrava-se já na Bélgica. Voltou a França em 1895 e durante o caso Dreyfus (1894-1899), fez parte da oposição ao oficial. Até falecer, escreveu para jornais conservadores e nacionalistas. Faleceu em Aix-le-Bains em 30 de Junho de 1913. (DUTTON, Kenneth R., "Henry Rochefort and his Companions in Australia" in GILMOUR, Jane, LEWIS, Elaine (eds.), *Explorations*, n°32, Melbourne, Institute for the Study of French-Australian Relations, Junho de 2002, pp.4-28.)

⁷⁴⁸ Paul Déroulède (1846-1914) nasceu em 2 de Setembro de 1846, em Paris. Em 1868, sob o pseudónimo de "Jean Rebel", publicou alguns versos para a *Revue Nationale*. No ano seguinte, produziu no Théâtre Français a peça *Juan Strenner*. Voluntariou-se como soldado durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e foi condecorado como Cavaleiro da Legião de Honra a 2 de Fevereiro de 1871. Participou na repressão da Comuna de Paris, mas foi forçado a deixar o exército graças a ter partido uma perna. No mesmo ano, publica *Chants du soldat*, volume poético de grande sucesso a que se seguiu *Nouveaux chants du soldat* em 1875. Dois anos depois publica a peça *l'Hetman* e em 1878, *Pro Patria*. (Assemblée Nationale de France, "Paul Déroulède (1846-1914)" apud JOLLY, Jean, *Dictionnaire des parlementaires français de 1889 à 1940*, 7 Vols., Paris, Presses Universitaires de France, 1960-1977 [Disponível online em http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/2409. Consultado em 21 de Dezembro de 2018.])

Em 1882 foi visitado por Félix Faure, futuro presidente da república, que o convidou a liderar um movimento patriótico revanchista. A *Ligue des Patriotes* nasceu a 18 de Maio daquele ano, juntamente com o seu órgão de imprensa, *Le Drapeau*. Déroulède tornou-se o seu presidente em 1887 e passou a utilizar a organização para promover os fins políticos de Boulanger. Foi o organizador da manifestação na estação de Lyon em 14 de Julho de 1887, mas não obteve sucesso eleitoral até 1889, quando foi eleito pela segunda circunscrição de Angoulême. Foi deputado entre 22 de Setembro desse ano e 22 de Junho de 1893. Voltou ao Parlamento em 8 de Maio 1898, depois de ter sido reeleito pela segunda circunscrição de Angoulême. Reorganizou a *Ligue des Patriotes* em 1898. Contra a revisão do processo Dreyfus, foi o líder da oposição nacionalista no Parlamento. (*Idem, Ibidem.*)

Depois da morte de Félix Faure, em 16 de Fevereiro de 1899, tentou convencer o General Roget a liderar um golpe de estado. O oficial, em resposta, mandou-o prender, mas Déroulède foi absolvido do crime de conspiração a 29 de Maio. Contudo, aquando da subida de Waldeck-Rousseau a Presidente do Conselho de Ministros em 22 de Junho de 1899, o Senado, constituído em Alto Tribunal de Justiça, condenou-o a dez anos de exílio por conspiração. Déroulède passa a viver em San Sebastian, em Espanha. Em 4 de Março de 1901 é exonerado do seu cargo como deputado. Voltou a França em 1905, depois da Lei da Amnistia de 2 de Novembro daquele ano. (*Idem, Ibidem.*)

Candidatou-se a deputado pela segunda circunscrição de Angoulême em 1906, mas não foi eleito, focando-se a partir desse momento, apenas nos seus deveres como presidente da *Ligue* e no seu trabalho poético e musical.

A sua última aparição pública deu-se em 7 de Dezembro de 1913, quando discursou na cerimónia em honra dos soldados mortos na Guerra Franco-Prussiana, em Champigny. Passou os seus últimos dias em Monteboron, onde faleceu, vítima de um ataque cardíaco, em 30 de Janeiro de 1914. (*Idem, Ibidem.*)

⁷⁴⁹ BURY, J.P.T, *Ibidem*, pp.138-139.

⁷⁵⁰ Daniel Wilson (1840-1919), nasceu em Paris, em 1840. Começou a sua carreira política em 1869, quando foi eleito deputado por Indre-et-Loire. Casou com a filha de Jules Grévy em 1881, no Eliseu. A sua influência durante o primeiro governo de Jules Grévy (1879-1885), era reconhecida e criticada imprensa,

de Grévy⁷⁵¹, presidente da república, aumentou o apoio popular a Boulanger, principalmente depois do deputado ter sido absolvido: o governo de Grévy era substituído pelo de Carnot⁷⁵².

mas foi durante o segundo mandato (1885-1887) que o escândalo que levou à queda do presidente se deu. Em Setembro de 1887, foi revelado ao prefeito da polícia de Paris, Gragon, que o General Caffarel, Sub-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas havia vendido medalhas da Legião de Honra. O General foi expulso do exército pelo presidente, mas o jornal *Le Temps* foi informado por Madame Limouzin, intermediária do oficial, que Wilson havia alegadamente estado envolvido nestas transações. Deste modo, entre Setembro e Novembro, *Le XIX^e Siècle*, *Le Paris* e *Le Figaro*, associados aos Radicais, publicaram vários artigos denegrindo Wilson e o Grévy e expondo a sua participação na venda ilegal de honras e outros actos de corrupção. O presidente demitiu-se a 2 de Dezembro. Wilson foi processado, mas considerado inocente. Foi eleito deputado em 1893 e 1898 por Indre-et-Loire, deixando a vida política em 1902. Faleceu em Loches no dia 13 de Fevereiro de 1919. (PALMER, Michael, “Daniel Wilson and the decorations scandal of 1887” in O'SHAUGHNESSY, Martin, YOUNG, Patrick, *Modern and Contemporary France*, Vol.1, nº2, Londres, Association for the Study of Modern and Contemporary France, 1993, pp.139-150.)

⁷⁵¹ Jules Grévy (1807-1891) nasceu em Mont-sous-Vaudrey em 15 de Agosto de 1807. Formou-se em direito em Paris, inscrevendo-se na delegação da Ordem dos Advogados em Paris em 1837. Em Fevereiro de 1848, depois da instauração da Segunda República, foi nomeado representante do departamento de Jura pelo governo provisório. Foi reeleito pelo mesmo departamento em 13 de Maio de 1849. Depois do golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851, focou-se apenas nas suas obrigações profissionais até 1868, ano em que foi eleito para o *Corps législatif* e nomeado bastonário da delegação da Ordem dos Advogados em Paris. Depois da proclamação da Terceira República em 4 de setembro de 1870, foi eleito pelo departamento de Jura em 8 de Fevereiro de 1871 e nomeado presidente da Assembleia Nacional oito dias depois. (Assemblée Nationale de France, “Jules, François, Paul Grévy (1807-1891)” *apud* ROBERT, Adolphe, COUGNY, Gaston, *Dictionnaire des parlementaires français de 1789 à 1889*, 5 Vols., Paris, Edgar Bourloton, 1889-1891 [Disponível online em http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/3578. Consultado em 22 de Dezembro de 2018.])

Tendo em conta que era contra a extensão do poder do marechal Mac-Mahon, recusou-se a votar a constituição de 25 de Fevereiro de 1875, mas foi eleito por Dôle nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro de 1875, tornando-se, em 13 de Março, presidente da Assembleia, que foi obrigado a dissolver a 25 de Junho de 1877. Contudo, a 14 de Outubro foi mais uma vez eleito por Dôle, tornando-se presidente da Assembleia a 12 de Novembro. (*Idem, Ibidem.*)

Depois das eleições senatoriais de 5 de Janeiro de 1879, que trouxeram uma maioria republicana ao Senado e levaram à demissão de Mac-Mahon, Grévy foi eleito Presidente da República a 30 de Janeiro de 1879 e reeleito em 28 de Dezembro de 1885. Demitiu-se do cargo a 2 de Dezembro de 1887 depois de se ter recusado a reconhecer a responsabilidade do seu genro, Daniel Wilson, no escândalo de venda de medalhas da Legião de Honra que se tornou público naquele ano. Faleceu a 9 de Setembro de 1891, em Mont-sous-Vaudrey. (*Idem, Ibidem.*)

⁷⁵² Marie François Sadi Carnot (1837-1894) nasceu em Limoges em 11 de Agosto de 1837. Estudou engenharia na *École Polytechnique* e na *École de Ponts et Chaussées*, em Paris, exercendo a sua profissão na Alta Saboia entre 1864 e 1870. Em 15 de Outubro desse ano foi nomeado para o Comité de defesa da região, pelo governo de Léon Gambett. No ano seguinte, em 24 de Fevereiro, foi eleito deputado por Cote d'Or. Foi reeleito pela mesma região nas eleições legislativas de 1876, tornando-se sub-secretário de Estado das Obras Públicas durante o governo de Waddington (4 de Fevereiro a 21 de Dezembro de 1879). (VAYRE, P., “Assassinat du Président Sadi Carnot: 1894, Déficit chirurgical et gageure d'un martyr” in MANTION, Georges, *e-Mémoires de l'Académie National de Chirurgie*, Vol.IX, nº2, Paris, Académie National de Chirurgie, 2010, p.29 [Disponível online: DOI:10.14607/emem.2010.2.022. Consultado em 22 de Dezembro de 2018.])

Em 1880 foi nomeado ministro das Obras Públicas, durante o governo de Jules Ferry, mantendo-se no cargo até 1885. Reeleito nesse ano, foi ministro das finanças durante os governos de Brisson (6 de Abril de 1885 a 7 de Janeiro de 1886) e de Charles de Freycenet (7 de Janeiro a 16 de Dezembro de 1886). (*Idem, Ibidem.*) Em 3 de Dezembro de 1887, depois da demissão de Grévy, Sadi Carnot é eleito Presidente da República. O seu mandato, que se estendeu até à sua morte, englobou o *affaire Boulanger*, a Exposição Universal de 1889 e o escândalo, que estalou em 1892, decorrente da falência da Companhia do Canal do Panamá, de Ferdinand Lesseps, que defraudou cerca de oitenta e cinco mil investidores. Sadi Carnot foi assassinado em Lyon, em 24 de Junho de 1894. (*Idem, Ibidem*, pp.22-31.)

O momento político era propício ao general e foi aproveitado por ele através apresentação de candidaturas múltiplas em várias províncias francesas e do reforço da ligação aos bonapartistas, garantes do financiamento da campanha⁷⁵³. Boulanger utilizou os fundos para lançar um extraordinário movimento⁷⁵⁴ de oposição ao regime republicano em 1888, com o objectivo de reformar a constituição e instaurar uma república presidencial autoritária. A sua propaganda revelava-se persuasiva: preconizava o derrube de um regime corrupto, beneficiário exclusivamente de quem gravitava nos círculos do poder, com prejuízo dos interesses do povo. Na mensagem de Boulanger, importaria a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, e a realização das aspirações revanchistas⁷⁵⁵.

Estas enformavam uma das principais preocupações de Déroulède e da *Ligue de Patriotes*, organização de apoio a Boulanger. A *Ligue* criticava a falta de iniciativa dos políticos franceses, para recuperar a Alsácia e Lorena; por seu turno encorajava os jovens a ingressarem no exército, para a reconquista dos territórios perdidos.⁷⁵⁶

Boulanger beneficiava do apoio ideológico e institucional de Déroulède e da *Ligue*⁷⁵⁷, tal como dos restantes aliados políticos: em 27 de Janeiro de 1889, vencida a eleição local de Paris, um momento histórico para o movimento, sem grande impacto no executivo francês. Boulanger era derrotado nas eleições gerais, em Setembro⁷⁵⁸. No entanto, a vitória de Boulanger representava um choque para o regime; nos meses seguintes, a República tentou restringir a possibilidade de um resultado contrário à natureza do regime parlamentar, restabeleceu o “escrutínio de círculo”, proibiu as “candidaturas múltiplas”⁷⁵⁹ do *General Revanche* e processou a organização dirigida por Déroulède.

Os Debates, a 7 de Abril de 1889, reportavam a ineficácia aparente da estratégia republicana para Boulanger, que, num recente manifesto, revelava-se convicto da força dos seus apoiantes, através do sufrágio universal para “arrancar a República das mãos

⁷⁵³ BURY, J.P.T, *Ibidem*, pp.139-140.

⁷⁵⁴ *Idem*, *Ibidem*, p.140.

⁷⁵⁵ DAVIES, Peter, *The Extreme right in France, 1789 to the Present – From de Maistre to Le Pen*, Nova Iorque, Routledge, 2002, p.66.

⁷⁵⁶ *Idem*, *Ibidem* p.61-63.

⁷⁵⁷ *Idem*, *Ibidem* p.63.

⁷⁵⁸ BURY, J.P.T, *Ibidem*, pp.140-141.

⁷⁵⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº294, Lisboa, [s.n.], 20 de Julho de 1889, p.1.

aviltadas que a polluem”. No mesmo texto, *Os Debates* informam que o general e alguns dos associados tinham sido intimados pelo senado a “comparecer perante o alto tribunal de justiça”⁷⁶⁰. Esta intimação resultava da utilização governamental da Lei Constitucional de 16 de Julho de 1875, que permitia ao Senado funcionar como órgão para julgar casos relacionados com a segurança do Estado⁷⁶¹.

Todavia, o julgamento decorria na ausência do principal réu, então refugiado na Bélgica⁷⁶², de onde partira para Londres dias depois⁷⁶³. Essa circunstância não inviabilizava os procedimentos judiciais, em especial as acusações a Boulanger e aos associados, fundadas nas afirmações do general e dos correligionários no Círculo Militar, na Câmara dos Deputados, no Eliseu, e na manifestação na Gare de Lyon, de 18 de Julho de 1887.

Outras partes da acusação remetiam para documentos decifrados demonstrativos do objectivo de Boulanger em perturbar a ordem pública com a ajuda de Déroulède. Por fim, Boulanger era acusado de ter subtraído 243:693 francos dos cofres do Estado⁷⁶⁴. Em verdade, as provas do Estado contra o general eram “tão fracas, que ele teria conseguido desmontar o processo instaurado contra si.”⁷⁶⁵ A ausência de Boulanger validava as acusações⁷⁶⁶.

O general foi condenado por “trama contra a segurança do Estado”, por desvio de fundos e subtração de documentos públicos. A sentença, nunca cumprida, para tais crimes, aplicada também a Dillon e Rochefort, seus correligionários, era a “deportação dentro de um recinto fechado fortificado”⁷⁶⁷. Depois da condenação e da derrota nas eleições gerais em Setembro, o movimento liderado por Boulanger perdia relevância e a carreira política do general findava logicamente em 1891⁷⁶⁸.

⁷⁶⁰ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº210, Lisboa, [s.n.], 7 de Abril de 1889, p.1.

⁷⁶¹ BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.141.

⁷⁶² *Idem, Ibidem*.

⁷⁶³ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº224, Lisboa, [s.n.], 25 de Abril de 1889, p.2.

⁷⁶⁴ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº295, Lisboa, [s.n.], 21 de Julho de 1889, p.2.

⁷⁶⁵ BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.141.

⁷⁶⁶ BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.141.

⁷⁶⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº316, Lisboa, [s.n.], 15 de Agosto de 1889, p.3,

⁷⁶⁸ BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.141.

O Boulangismo precozinava uma modificação radical do regime⁷⁶⁹ assente numa aliança formada por bonapartistas⁷⁷⁰, capaz de mobilizar votantes de todo o espectro político, particularmente aqueles pertencentes à classe média. Para esta camada social, as promessas de melhores condições de vida seduziam particularmente, a par da estabilidade governativa e do prestígio internacional de França⁷⁷¹.

Para Consiglieri Pedroso, os votantes de Boulanger, nas eleições gerais de 1889, eram monárquicos, mas também os “illudidos, os descontentes (...)”⁷⁷², que “(...) tudo esperam da especulação boulangista”⁷⁷³. Professava uma total confiança na vitória republicana contra as “aventuras cazaristas”⁷⁷⁴ do general, a monarquia, representada pelo Conde de Paris, e o regresso do império francês, putativamente representado por um “d’esses Napoleões, que ainda por ahi arrastam a sua mediocridade”⁷⁷⁵.

Apesar do tom confiante, Consiglieri Pedroso não iludia a preocupação com o eventual triunfo do sistema monárquico. A 22 de Setembro de 1889, o Autor considera as eleições francesas como a “batalha decisiva” entre a República, “representando a forma definitiva do actual movimento democratico” e a monarquia, “representada por uma colligação hybrida e imoral, em que entra tudo quanto tem horror á liberdade”; um regime obsoleto, que desde há cem anos, deveria ter deixado “o campo livre ao direito moderno, proclamado em 1789”.

Assim, os republicanos, sem desprimor da superioridade do regime, confirmada pela projecção da Exposição Universal, deveriam combater energicamente a monarquia nas urnas. Se vencidos, segundo Consiglieri Pedroso, a vitória matinha-se assegurada, uma vez que o governo monárquico cairia em pouco tempo, fruto da existência de diferentes sensibilidades neste campo. Logo, bastaria esperar pela “victoria da Republica, que é ao mesmo tempo a mais solida garantia da paz na Europa!”⁷⁷⁶.

⁷⁶⁹ *Idem, Ibidem*, pp.141-142.

⁷⁷⁰ IRVINE, William D., *The Boulanger Affair Reconsidered: Royalism, Boulangism and the Origins of the Radical Right in France*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1989, p.153.

⁷⁷¹ DAVIES, Peter, *Ibidem*, pp.66-67.

⁷⁷² PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº305, Lisboa, [s.n.], 2 de Agosto de 1889, p.1.

⁷⁷³ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº302, Lisboa, [s.n.], 30 de Julho de 1889, p.1.

⁷⁷⁴ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº321, Lisboa, [s.n.], 22 de Agosto de 1889, p.1.

⁷⁷⁵ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº343, Lisboa, [s.n.], 16 de Agosto de 1889, p.1.

⁷⁷⁶ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº349, Lisboa, [s.n.], 22 de Setembro de 1889, p.1.

Contudo, independentemente do sistema de governo vencedor, o revanchismo continuava a ser considerado “o maior de todos os perigos para a manutenção da paz”⁷⁷⁷. Tal apreciação justificava a opção editorial de *Os Debates* em minorar o impacto das manifestações revanchistas antes das eleições. Consiglieri Pedroso confiava que o descrédito de Boulanger equivalia à confiança renovada no governo republicano e no resultado das suas políticas⁷⁷⁸. O Autor propunha uma alternativa ao revanchismo, capaz de assegurar a recuperação das províncias perdidas e o prestígio de França a prazo⁷⁷⁹. No raciocínio de Consiglieri Pedroso, a Exposição Universal funcionava como argumento central para formação de uma estratégia de longa duração⁷⁸⁰, socorrendo-se da crença de que o poder militar de França funcionava como um dissuasor forte para neutralizar os propósitos de guerra preventiva da Tríplice Aliança⁷⁸¹.

8.7. O caso anti-latino de Crispi

Em 1889, Consiglieri Pedroso abordava insistentemente a política externa italiana; na sua perspectiva, a Itália tinha a obrigação de retribuir à França os esforços da República na unificação italiana. A correspondência desse dever consubstanciava-se na aliança latina: “Se não uma aliança, pelo menos uma neutralidade sympathica em tempo de guerra, uma amizade que se traduzisse pela abstenção absoluta da Italia em toda e qualquer questão que fosse dirigida contra a sua aliada de 1859”⁷⁸².

A protecção de Napoleão III aos Estados Pontifícios e a derrota italiana em Mentana às mãos das tropas do imperador, condicionavam o interesse de Itália nessa aliança. O prolongamento da questão romana, o aumento significativo da Alemanha no comércio externo italiano e o objectivo de tornar Itália numa grande potência ampliavam, aos olhos dos líderes italianos, ao longo da década de 1870, a vantagem de uma ligação mais clara a Bismarck⁷⁸³.

⁷⁷⁷ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº270, Lisboa, [s.n.], 20 de Junho de 1889, p.1.

⁷⁷⁸ Como exemplo, a manifestação de Déroulède durante o Dia da Bastilha de 1889, noticiada pelo *Os Debates*, na qual o poeta e um conjunto de apoiantes se teriam dedicado a “fazer ruido em volta do estatuto de Estrasburgo.” (*Vide Idem, Ibidem*, Ano II, nº296, Lisboa, [s.n.], 23 de Julho de 1889, p.1.)

⁷⁷⁹ *Idem, Ibidem*.

⁷⁸⁰ *Idem, Ibidem*.

⁷⁸¹ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº367, Lisboa, [s.n.], 10 de Outubro de 1889, p.1.

⁷⁸² *Idem, Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

⁷⁸³ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.34-35.

Do mesmo modo, é de sublinhar o papel da Prússia na unificação italiana, já que é através das vitórias na guerra austro-prussiana e franco-prussiana que Veneza e Roma se tornarão parte do Reino de Itália.

A vitória prussiana em Königsgrätz em 3 de Julho 1866, que garante a derrota do império Austríaco na guerra austro-prussiana, levou a que a Áustria não só reconhecesse o Reino de Itália como lhe cedesse Veneza. Itália recebe a cidade graças à aliança que mantinha com a Prússia desde 8 de Abril daquele ano, o que fazia dela vencedora do conflito, muito embora tivesse sido derrotada pela Áustria em Custoza e Lissa em Junho e Julho de 1866, respectivamente⁷⁸⁴.

A ligação de Itália à Prússia voltou a relevar-se central para a unificação da primeira em 1870. A derrota de Napoleão III em Sedan, depois do imperador ter deixado Roma desguarnecida para combater nas margens do Reno, permitiu que Itália invadisse a cidade em Setembro de 1870, vencendo sem grande dificuldade as tropas papais que a defendiam e quebrando o poder temporal do pontífice, ao anexar a nova capital através de um plebiscito⁷⁸⁵.

Contudo, a inclusão de Itália na aliança austro-germânica confrontava-se com a quezília austro-italiana sobre as terras irredentas – óbice não superado ainda que as compensações territoriais da Itália incidissem no reconhecimento das aspirações coloniais na Tripolitana⁷⁸⁶. A competição entre a França e a Itália na Tunísia revelava-se uma oportunidade de consolidação da diplomacia bismarckiana para a Itália⁷⁸⁷. Inicialmente, Itália, com dez mil colonos na regência, parecia estar em vantagem. Contudo, o menor contingente francês ocupava lugares de maior influência e o governo gaulês havia recebido o aval inglês para se expandir, durante o Congresso de Berlim. Bismarck, por seu lado, havia propositadamente feito a mesma promessa tanto a França, como a Itália, em 1879.⁷⁸⁸

Em 1880, a chegada ao poder de Jules Ferry coincidiu com o aumento da influência italiana na Tunísia e o acréscimo das pilhagens das tribos locais na fronteira argelina. A morte de cinco soldados franceses às mãos de piratas tunisinos na Argélia, em Março de

⁷⁸⁴ BEALES, Derek, BIAGINI, Eugenio F., *Ibidem*, p.151.

⁷⁸⁵ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.87

⁷⁸⁶ *Idem*, *Ibidem*, p.35.

⁷⁸⁷ *Idem*, *Ibidem*, pp.58-59

⁷⁸⁸ *Idem*, *Ibidem*, p.60

1881, conduzia à invasão da Tunísia no mês seguinte e ao estabelecimento do protectorado francês a 12 de Maio, com o tratado de Bardo⁷⁸⁹. A Itália sofreria uma humilhação, motivo da queda do ministério Cairoli, substituído por Depretis que, em 1881, abdicava das reivindicações irredentistas, e manifestava disponibilidade para uma parceria diplomática com os impérios alemão e austro-húngaro. A criação da Tríplice Aliança, apoiada por Humberto I, era estabelecida a 20 de Maio de 1882.⁷⁹⁰

A possibilidade de uma aproximação mais alargada entre as duas nações latinas tornava-se remota. O sucessor de Depretis, Francesco Crispi alargava a distância entre as potências latinas (França e Itália) através da consolidação da parceria com os impérios, uma opção política à qual Consiglieri Pedroso atribuída as causas da crise económica italiana nessa época.⁷⁹¹

A crise económica sentida em Itália, denominada de “krack italiano”⁷⁹² pelo Autor centralizava as críticas de Consiglieri Pedroso: “Crispi, o Renegado”, preferira aliar-se à Alemanha, sonhando com a possibilidade de uma projecção internacional maior de Itália, ao invés de, sensatamente, aliar-se a França, compartilhando do prestígio conquistado pela República com a Exposição Universal.⁷⁹³

Segundo a visão do Autor, concluída a unificação italiana, prevalecia uma certa autonomia das várias regiões de Itália em termos de emissão monetária. Tal opção materializava-se na existência de seis bancos autorizados a imprimir papel-moeda até determinado limite. As escolhas de investimento destes bancos no mercado imobiliário de Roma, especulativo, levaram ao acréscimo de circulação, além dos limites definidos, com conhecimento do governo de Crispi. As operações italianas suportavam-se particularmente no crédito de bancos franceses⁷⁹⁴. Os mecanismos correctivos induziam a uma deflação em 1887⁷⁹⁵, identificada por Consiglieri Pedroso com a uma dificuldade

⁷⁸⁹ *Idem, Ibidem*, pp.60-61

⁷⁹⁰ *Idem, Ibidem*, pp.35-36

⁷⁹¹ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.113.

⁷⁹² PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº329, Lisboa, [s.n.], 31 de Agosto de 1889, p.1.

⁷⁹³ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1. Denote-se que Consiglieri Pedroso atribui erradamente a Crispi a culpa pela formação da Tríplice Aliança. Questão impossível tendo em conta que o presidente apenas chega ao poder em 1887, cinco anos depois de a aliança ter sido formalizada.

⁷⁹⁴ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº330, Lisboa, [s.n.], 1 de Setembro de 1889, p.1.

⁷⁹⁵ GIGLIOBIANCO, Alfredo, GIORDANO, Claire, “Economic Theory and Banking Regulation: The Italian Case (1861-1930s)” in Banca d’Italia, *Quaderni di Storia Economica*, Ano X, nº5, Roma, Banca d’Italia, Novembro de 2010, p.17.

de arrendamento dos imóveis. Vários bancos suspenderam os pagamentos, enquanto os credores franceses cessavam os empréstimos⁷⁹⁶. O sector financeiro italiano, em dívida, procurou apoio de bancos alemães, “mas a tríplice aliança não previu indubitavelmente semelhantes sollicitações. Os banqueiros alemães taparam os ouvidos e não deram senão moeda de macaco.”⁷⁹⁷. Tais as causas do *krack*, segundo Consiglieri Pedroso.

De facto, Crispi procurou uma solução para esta crise em Berlim, mas de uma forma diferente da exposta por Consiglieri Pedroso. O executivo italiano solicitava ao aliado alemão a compra de títulos públicos nacionais pela banca germânica, para manter o valor da lira. Tentou igualmente a recapitalização das instituições de menor dimensão através da emissão de mais papel-moeda.

As tentativas de Crispi falharam e duas das maiores instituições bancárias do país, como a Banca Romana, entidade emissora, faliram em 1893⁷⁹⁸. Sublinhe-se a projecção política deste acontecimento: em 1892, a oposição revelava um relatório omitido pelo governo desde 1889 acerca da administração da Banca Romana. O escândalo político subsequente atingiu Crispi, o governo e a família real⁷⁹⁹.

A compreensão das críticas tecidas por Consiglieri Pedroso a Crispi, implica atender a outro evento contemporâneo da crise bancária, actuante na debilidade da situação: a guerra de tarifas encetada contra França em 1888. O litígio nascia após um período de maior liberalização das exportações e importações italianas; a pressão da indústria têxtil do norte⁸⁰⁰ e dos proprietários rurais do sul por maior protecção do mercado inspirava o governo italiano a uma nova política comercial para corresponder às ameaças representadas pelo cereal americano e por competição estrangeira nas indústrias do arroz e seda⁸⁰¹.

A dissensão iniciava-se com a tarifa italiana de 1878, favorável a ambos os grupos. O tratado de comércio com França de 1881 introduzia alterações substantivas, inaceitáveis para os grupos. Sobrevinham novas pressões sobre o governo para adoptar a

⁷⁹⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

⁷⁹⁷ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº330, Lisboa, [s.n.], 1 de Setembro de 1889, p.1.

⁷⁹⁸ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.119.

⁷⁹⁹ GIGLIOBIANCO, Alfredo, GIORDANO, Claire, *Ibidem*, pp.17-18.

⁸⁰⁰ JAMES, Harold, O'ROURKE, Kevin, “Italy and the First Age of Globalization, 1861-1940” in Banca d'Italia, *Quaderni di Storia Economica*, Ano XII, nº16, Roma, Banca d'Italia, Outubro de 2012, p.7.

⁸⁰¹ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.116.

protecionista tarifa de 1887⁸⁰², que protegia o açúcar, café, trigo, aço e têxteis um ano antes da denúncia do tratado com a França⁸⁰³.

A guerra de tarifas conhecia uma nova etapa em 27 de Fevereiro de 1888, com um aumento francês de tarifas aplicável a uma lista de produtos italianos. A Itália replicava dois dias depois⁸⁰⁴. O confronto reflectia-se na queda das exportações italianas para França (57%), e francesas para Itália (21%). A resolução do litígio obedecia a uma metodologia faseada, terminando em 1898⁸⁰⁵. Ainda assim, como Consiglieri Pedroso observava em 1889, a crise tarifária afectava muitíssimo Itália e particularmente a indústria vinícola que atingida também pela filoxera, registava quedas significativas de produção e exportação⁸⁰⁶.

Aos olhos de Consiglieri Pedroso a situação teria sido evitada caso Itália tivesse mantido boas relações com França. Conforme descrevia, os lucros italianos da venda de vinho a França constituíam “a sua única riqueza!”⁸⁰⁷: permitiam a manutenção da economia da península, mesmo em recorrentes situações de crise, porque as receitas do sector exportador eram suficientes para cobrir os encargos relacionados com a injeção permanente de capital francês no país⁸⁰⁸.

A deterioração das relações com França (pioradas pela guerra de tarifas que duraria entre 1887 e 1898), a formação da Tríplice Aliança (criada 20 de Maio de 1882) e a crise bancária (cujos efeitos se começaram a sentir em 1887 e que em 1893 levou à falência da Banca Romana, questão a que se juntou o escândalo político decorrente da revelação em 1892 das conclusões do relatório de 1889), suspenderam entrada vital de divisas, com repercussões perduráveis na económica italiana até ao restabelecimento de acordos comerciais com França⁸⁰⁹. O agravamento da crise resultava das decisões anti-latinas de Crispi, na visão de Consiglieri Pedroso, por factores de ordem diferenciada: a renegação dos ideais republicanos, a abdicação do irrendentismo, a assunção de política externa considerada antagónica com a matriz cultural de Itália e o desgoverno financeiro para

⁸⁰² JAMES, Harold, O'ROURKE, Kevin, *Ibidem*, p.7.

⁸⁰³ CLARCK, Martin, *Ibidem*, pp.116-117.

⁸⁰⁴ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.117.

⁸⁰⁵ JAMES, Harold, O'ROURKE, Kevin, *Ibidem*, p.8.

⁸⁰⁶ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.117.

⁸⁰⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

⁸⁰⁸ *Idem*, *Ibidem*.

⁸⁰⁹ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº374, Lisboa, [s.n.], 17 de Outubro de 1889, p.1.

catapultar o país numa aliança “repugnante e extraordinara dos vencedores de Sadowa com os vencidos, dos vencedores de Custozza e Lissa tambem com os vencidos d’essas duas sinistras batalhas!”⁸¹⁰. A crise empobrecia o país, mas “a *grande aliada* continuava a beber cerveja e a deixar nas suas adegas os vinhos e produtos italianos”⁸¹¹, que poderiam ser consumidos pela natural aliada latina, “potencia sympathica, a França”⁸¹².

A República Francesa, por seu turno, revelava-se central neste contexto; menos carente das importações da vizinha Itália, encontrava-se em condições para promover a substituição destes produtos por outros igualmente latinos⁸¹³. Tal possibilidade induzia a uma outra tendência: a de formação de uma federação de repúblicas latinas. No dealbar do século XX, depois de França ter quebrado o isolamento, Consiglieri Pedroso acalentava o cenário de união.

9. O panlatinismo de Consiglieri Pedroso perante as novas realidades da política internacional até 1907

9.1. A Dupla Aliança, a reaproximação franco-italiana e a posição de Consiglieri Pedroso

Desde a sua chegada ao poder a 15 de Junho de 1888, durante o *dreikaiserjahr*, as posições de Guilherme II sobre a política externa alemã eram distintas das premissas do chanceler, Bismarck. Centrado no objectivo de expansão colonial, o imperador quebrou o sistema de alianças forjado pelo *chanceler de ferro*, garantia de segurança e hegemonia do Império Alemão no continente europeu.

Este não era desígnio único do imperador. O crescimento dos sectores comercial e industrial, a afirmação das áreas urbanas e a procura de novos mercados sustentavam a *Weltpolitik* de Guilherme II. A manutenção da *Realpolitik* do chanceler, revelava-se desfasada das apetências manifestas pela indústria alemã, favorecida pelo alargamento do império colonial capaz de rivalizar com as outras potências do continente⁸¹⁴.

⁸¹⁰ *Idem, Ibidem.*

⁸¹¹ *Idem, Ibidem.*

⁸¹² *Idem, Ibidem*, Ano II, nº338, Lisboa, [s.n.], 11 de Setembro de 1889, p.1.

⁸¹³ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº247, Lisboa, [s.n.], 22 de Maio de 1889, pp.2-3.

⁸¹⁴ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.83-85.

O antagonismo de concepções diplomáticas e estratégicas culminava na demissão de Bismarck, a 19 de Março de 1890, dias antes do início das negociações para a renovação do Tratado Reasegurado com o Império Russo⁸¹⁵. O tratado, originalmente negociado em 1887, garantia apoio alemão aos objectivos russos de expansão nos Estreitos enquanto defendia o império alemão da expansão russa nos Balcãs, ao estipular a paceria austro-alemã na eventualidade de um ataque russo à Áustria-Hungria.

Este acordo não granjeava consenso na administração alemã. Vários oficiais, tal como o filho de Bismarck, Herbert, e o próprio imperador desconfiavam do tratado. A esta facção afigurava-se inconciliável com os interesses do império⁸¹⁶. Por outro lado, considerava-se que a Rússia não possuía parcerias alternativas, tendo em conta as disputas com a Inglaterra na Ásia Central e a relutância francesa em apoiar as pretensões russas nos Estreitos, por litigantes com os objectivos da República no Mediterrâneo. Leo von Caprivi, o sucessor de Bismarck deixava expirar o tratado⁸¹⁷.

Contudo, a *Wilhelmstrasse* extraíra conclusões precipitadas. Desde 1888, vários bancos franceses eram credores do Estado russo, apesar da animosidade com a República Francesa⁸¹⁸. A mesma animosidade era superada em virtude da aproximação anglo-alemã, de Julho de 1890 e da renovação da Tríplice Aliança em 1891. Neste quadro, avultava a possibilidade de um aumento das disputas com a Áustria-Hungria nos Balcãs e com a Grã-Bretanha na Ásia Central⁸¹⁹.

A aproximação entre a autocracia de leste e a república não foi imediata. O primeiro acordo era assinado em Agosto de 1891 e permitia o fim do isolamento diplomático de França. A aliança, ofensiva e defensiva em cenário de beligerância com as forças da Tríplice Aliança era alcançada em 4 de Janeiro de 1894⁸²⁰.

A este sucesso diplomático seguir-se-ia outro de grande significado, entre França e Itália. Em 1896, Crispi deixava o poder depois da derrota em Adowa, na Abissínia. A política colonial italiana, assente na opção de aliança austro-alemã, havia falhado. Do mesmo modo, a guerra de tarifas empreendida desde 1888 havia afectado Itália. As

⁸¹⁵ *Idem, Ibidem*, pp.85-87.

⁸¹⁶ CLARK, Christopher, *Ibidem*, pp.126-127.

⁸¹⁷ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.87-88.

⁸¹⁸ *Idem, Ibidem*, pp.88-89.

⁸¹⁹ CLARK, Christopher, *Ibidem*, p.130.

⁸²⁰ BURY, J.P.T, *Ibidem*, pp.145-146.

pressões do sector comercial e a necessidade de capitais promoviam a proximidade das duas potências mediterrânicas envolvidas no contencioso tunisino⁸²¹.

Em 1896 a França e a Itália subscreviam um tratado: concedia-se um estatuto privilegiado aos italianos presentes na Regência e confirmava-se a mesma como protectorado francês. Em 1898, os dois países estabeleciam os termos do novo tratado comercial. Passados dois anos, firmava-se um acordo secreto de partilha de áreas de influência no Mediterrâneo ocidental, permitindo liberdade de acção na Tripolitana.

Em Abril de 1901, a visita de uma esquadra italiana a Toulon⁸²², levava Consiglieri Pedroso a considerar a hipótese de Itália não renovar os tratados da Tríplice Aliança no ano seguinte. Este cenário fundava-se no confronto de interesses comerciais dos aliados da Tríplice Aliança⁸²³ e a ligação a França, cada vez mais central na política externa italiana. Roma reafirmava o seu compromisso à aliança com a Alemanha e Áustria-Hungria em 28 de Junho de 1902⁸²⁴; dois dias depois assinava um acordo secreto com a França, de neutralidade em caso de guerra franco-alemã⁸²⁵.

Consiglieri Pedroso passava a considerar ambas as potências como o pilar central de uma possível renovação do sistema internacional. Na análise do Autor, inscreviam-se em acordos anacrónicos, celebrados no rescaldo da guerra franco-prussiana, logo sem impacto na reaproximação franco-italiana.

A Tríplice Aliança era entendida como um produto da realidade de 1871, concebida por Bismarck para salvaguardar o Império Alemão e assim, desajustado da realidade de 1902⁸²⁶.

Argumentação semelhante encontramos sobre a aliança franco-russa. Observada como um resultado da vitória alemã em 1871, tornava-se obsoleta com a aproximação franco-italiana. O mercado financeiro francês estava cada vez mais saturado com dívida

⁸²¹ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.92-95.

⁸²² BURY, J.P.T, *Ibidem*, pp.161-162.

⁸²³ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº 62, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Agosto de 1901, p.212.

⁸²⁴ *Idem*, *Ibidem*, Ano IV, nº 80, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Maio de 1902, p.512.

⁸²⁵ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.97-98.

⁸²⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano IV, nº 84, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Julho de 1902, p.562.

rusa⁸²⁷, os interesses imperiais de França no Oriente concorriam com a atuação do império: na Síria, a expansão da propaganda ortodoxa era contrária ao protectorado francês sobre os cristãos do Levante e, no Extremo Oriente, ao contrário da Rússia, apostada em expandir-se na Manchúria, a França centrava-se na manutenção do *statu quo* da região, para promover a assimilação da Conchinchina e do Tonkin.

Consiglieri Pedroso considerava assim plausível a formação de um sistema de alianças próximo do sonho da federação latina. Conquanto afirmava, a aproximação francesa a Itália deveria ser coadjuvada pela proximidade com a Grã-Bretanha, que “até pela sua ethnologia – fortemente impregnada de sangue latino pela conquista normanda – está destinada a formar ao lado da grande federação latina, como defensora e representante mais genuíno [*sic*] da liberdade moderna e como laço de união do nosso occidente com o mundo germanico propriamente dito”⁸²⁸.

Sublinhe-se, porém, para Consiglieri Pedroso o putativo bloco era especificamente antialemão e o seu objectivo consistia no total isolamento do *Reich* no contexto europeu.⁸²⁹ Vejamos como o isolamento pretendido por Consiglieri Pedroso, evidente na conferência de Algeciras de 1906, se materializa.

9.2. O crescente isolamento alemão face à polarização da Europa

Em 1903, Consiglieri Pedroso analisava as viagens de Eduardo VII por várias capitais europeias, consideradas catalisadoras de futuras alianças com Inglaterra. O Autor reflectia também sobre a posição da Alemanha no continente europeu e o impacto da mudança diplomática do Império, resultado da substituição da política de Bismarck pela visão de Guilherme II⁸³⁰. A responsabilidade, segundo o Autor, recaía sobre Guilherme II e a tendência para declarações impulsivas e pouco conciliatórias que, ao invés de garantirem alianças e novos parceiros aliados ao império, causavam um isolamento

⁸²⁷ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº 102, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Abril de 1903, p.87.

⁸²⁸ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº 115, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Novembro de 1903, p.292.

⁸²⁹ *Idem, Ibidem*, Ano IV, nº 73, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Fevereiro de 1902, p.386.

⁸³⁰ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº 102, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Abril de 1903, p.87.

crescente, pela aproximação entre os Estados descontentes ou apreensivos pela premissa diplomática germânica.

Assim, havia contribuído activamente para a aproximação entre a França e a Rússia, como para o desinteresse de Itália pela Tríplice Aliança, em favor da proximidade com a França. De qualquer forma, o chefe do departamento político da *Wilhelmstrasse*, Frederich von Holstein e o novo chanceler, Caprivi persistiam convictos do cenário de ligação à Áustria-Hungria, completado por um vínculo com a Grã-Bretanha, desde que não traduzido esse numa aliança; tal eventualidade causaria animosidade da França e Rússia, e a possibilidade de uma guerra em duas frentes para a qual a suposta aliança não surtiria efeito⁸³¹.

As tentativas de expansão de influência da Alemanha, em África e no Oriente, tendiam a ser bloqueadas pela Grã-Bretanha, uma vez que ambas as potências partilhavam interesse nas mesmas regiões⁸³². Atente-se que embora a possibilidade de ligação à Grã-Bretanha fosse colocada pela administração alemã, a rivalidade entre os dois impérios era inegável.

A rivalidade era económica e apreciava-se com acuidade nos domínios colonial e naval, com impacto significativo na opinião pública. Em termos económicos, revelava-se uma gradual perda de hegemonia da Grã-Bretanha desde a década de 1870. O esgotamento das minas britânicas reduzia a competitividade da indústria metalúrgica, à qual se juntavam as fábricas com produtos e preços menos competitivos. A frota comercial de grande dimensão e lucros extraídos de investimentos no estrangeiro mantinham uma balança comercial positiva, entre 1870 e 1900⁸³³. No âmbito industrial, a Grã-Bretanha confrontava-se com novas industrializações, assentes nas tecnologias da Segunda Revolução Industrial; a indústria metalúrgica inglesa era ultrapassada pela alemã e, embora na indústria têxtil os EUA fossem os principais competidores, na indústria química, esse título pertencia ao *Reich*⁸³⁴. Acrescia a protecção dos mercados nacionais através de tarifas elevadas e o controlo de mercados influenciados pela Grã-Bretanha, como era o caso da Itália e Rússia⁸³⁵.

⁸³¹ CLARK, Christopher, *Ibidem*, pp.143-145.

⁸³² *Idem*, *Ibidem*, p.145.

⁸³³ MILZA, Pierre, *Ibidem*, p.111.

⁸³⁴ *Idem*, *Ibidem*.

⁸³⁵ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.111-113.

Para o Império Alemão, a possibilidade de alargar a frota naval era um princípio central da política externa, principalmente desde 1898, data do lançamento do programa de construção a longo-termo de novos vasos, segundo o planeamento do almirante Tirpitz, destinado a estabelecer paridade de meios com a Grã-Bretanha⁸³⁶. A Lei Naval de 1898 seria secundada por um diploma no mesmo sentido promulgado em 1900⁸³⁷.

A expansão naval alemã alarmava não apenas os centros de decisão britânicos em específico, mas também a opinião pública em geral, influenciada por jornais como o *Daily Mirror*, *Observer*, *Express* e em alguns casos, *The Times*⁸³⁸. A manutenção de superioridade nos mares era fundamental para a manutenção do império britânico e para a economia inglesa. A mesma dependia não apenas da possibilidade de importar matérias-primas do estrangeiro e exportar produtos manufaturados, mas também de importar os produtos necessários para alimentar a sua população⁸³⁹.

Neste sentido, a chegada a Primeiro Lorde do Almirantado por parte de John Fisher em 1904, foi central. Durante a sua carreira dedicou-se a melhorar a formação e treino de novos comandantes e a eficiência de vários estaleiros navais. Concentrou os navios mais recentes da marinha na defesa das ilhas britânicas e focou-se em manobras de treino no Mar do Norte⁸⁴⁰. Ainda assim, a sua maior inovação foi a participação na criação de um novo navio, lançado em Fevereiro de 1906, o HMS *Dreadnought*, que daria origem a uma classe de couraçados com o mesmo nome. O mesmo grupo desenhou também outro navio, o *Invincible*, que daria origem a uma classe de cruzadores homónima⁸⁴¹.

A criação do *Dreadnought* revelava que a preocupação com a expansão naval alemã, cujos navios estavam desenhados para actuar no Mar do Norte, era cada vez mais significativa no *Foreign Office*⁸⁴². As eleições de 1906 colocaram no poder o Partido Liberal⁸⁴³, o que significou a ascensão a *Foreign Secretary* de Sir Edward Grey e com ela, uma maior influência da facção anti-germânica do *Foreign Office*⁸⁴⁴.

⁸³⁶ CLARK, Christopher, *Ibidem*, p.148.

⁸³⁷ MACMILLAN, Margaret, *The War that Ended Peace: How Europe Abandoned Peace for the First World War*, Londres, Profile Books, 2013, p.103.

⁸³⁸ *Idem*, *Ibidem*, p.102

⁸³⁹ *Idem*, *Ibidem*, p.104

⁸⁴⁰ *Idem*, *Ibidem*, pp.109-112.

⁸⁴¹ *Idem*, *Ibidem*, pp.112-113.

⁸⁴² *Idem*, *Ibidem*, pp.113.

⁸⁴³ KELLY, Patrick J., *Tirpitz and the Imperial German Navy*, Bloomington, Indiana University Press, 2011, p.264

⁸⁴⁴ CLARK, Christopher, *Ibidem*, p.161

Tirpitz respondeu a estes desenvolvimentos com a *Novelle*, uma lei naval, passada pelo *Reichstag* em Maio de 1906, que aumentava a produção naval alemã para dois couraçados e um cruzador por ano. A decisão não era unanimemente aceite nos círculos governamentais alemães. O chanceler von Bülow preocupava-se com a capacidade financeira da Alemanha para a cumprir. Os gastos com o exército e a marinha resultavam numa crescente dívida pública, levando o chanceler, que se viu na incapacidade de a diminuir através de novos impostos, a demitir-se em 1909⁸⁴⁵.

Em Março de 1908, Tirpitz havia já conseguido que o *Reichstag* passasse a segunda *Novelle*, que reduzia o tempo de serviço de navios já construídos, com o objectivo de que fossem substituídos por novos vasos. A lei aumentou a construção de navios para quatro durante quatro anos, devendo passar a três por ano daí em diante⁸⁴⁶.

A Grã-Bretanha responderia a estes desenvolvimentos em 1910. Embora o Partido Liberal, liderado por Sir Henry Campbell-Bannerman tivesse inicialmente aceite o programa legado pelo Partido Conservador de construção de quatro couraçados por ano, o partido encontrava-se dividido entre duas facções: a liderada por Herbert Asquith, a favor de um maior foco na construção naval, para responder à ameaça que os planos de Tirpitz representavam e a liderada por Lloyd George, que preferia o investimento em reformas sociais.

O Almirantado acabaria por aceitar reduzir o ritmo de produção naval para 2 couraçados por ano entre 1907 e 1908⁸⁴⁷. Ainda assim, viria a abandonar esse plano no final de 1908, uma tomada de posição com a concordância do partido conservador, que pretendia um aumento no ritmo de produção.

Em Fevereiro de 1909 Asquith, na altura primeiro-ministro, levou o governo a aceitar a possibilidade de produzir quatro couraçados durante aquele ano fiscal e quatro no seguinte. O projecto de orçamento de Lloyd George, que pretendia financiar o programa naval britânico e os programas de reformas sociais por que ansiava em simultâneo, através de maiores impostos sobre os mais abastados, seria rejeitado pela Câmara dos Lordes em Novembro de 1909. Contudo, depois de ter dissolvido o Parlamento, Asquith conseguiria que o orçamento fosse passado em Abril de 1910⁸⁴⁸.

⁸⁴⁵ MACMILLAN, Margaret, *Ibidem*, pp.118-121

⁸⁴⁶ *Idem*, *Ibidem*, p.120.

⁸⁴⁷ KELLY, Patrick J., *Ibidem*, p.265.

⁸⁴⁸ MACMILLAN, Margaret, *Ibidem*, pp.127-129.

A Alemanha viria a ficar para trás na corrida ao armamento naval. No início da Grande Guerra, a Grã-Bretanha possuía vinte couraçados, contra treze alemães, tal como uma maior quantidade de navios de outras classes. A corrida naval, ao contrário do que Tirpitz pensava ser possível, não havia afastado a Grã-Bretanha de outras potências, levando-a a favorecer uma amizade com a Alemanha⁸⁴⁹.

Contudo, a mesma havia sido tentada no final do século XIX. A Grã-Bretanha, na pessoa de Chamberlain, ministro das colônias do governo de Salisbury, reconhecido pelo seu pensamento marcadamente pró-germânico, procurara a possibilidade de uma aliança com a Alemanha⁸⁵⁰. As primeiras tentativas verificaram-se em 1898, durante a tensão com França, graças à questão de Fashoda, e saldaram-se no acordo sobre a divisão das colônias portuguesas. As conversações foram reatadas em 1901: Landsdowne, secretário de estado dos negócios estrangeiros britânico, propôs uma aliança contra a Rússia e França. Berlim contrapôs com a hipótese de ligar Inglaterra à Tríplice. Landsdowne replicava com um acordo de menor dimensão, circunscrito ao Próximo Oriente e ao Mediterrâneo. Mesmo assim, as negociações falharam⁸⁵¹.

Consiglieri Pedroso, referindo-se à questão, mostrava-se impressionado com a alteração da política do *Foreign Office*, tradicionalmente antirussa, então manifestamente pró-germânica, por influência de Chamberlain. O Autor comparava as possibilidades de sucesso inglês numa aliança com a Alemanha, ou de uma progressiva aproximação à Rússia. Concluía que enquanto concorrentes em termos industriais, navais e coloniais, a Grã-Bretanha e o Império Alemão dificilmente se entenderiam. Por outro lado, uma aproximação à Rússia não era onerada por tantas dissensões⁸⁵².

Enfatizava ainda dois aspectos obstantes a um acordo entre as potências germânicas: em primeiro lugar, lembrava o telegrama Kruger, enviado pelo *Kaiser* a Paul Kruger, presidente da república do Transvaal, na sequência do malogrado *raid* Jameson, congratulando a capacidade defensiva do Transvaal contra os invasores sem a ajuda de nações amigas⁸⁵³. Consiglieri Pedroso já tinha comentado mordazmente este escândalo no início de 1901; então referia que Guilherme II, depois de remeter o telegrama se havia

⁸⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p.129.

⁸⁵⁰ MILZA, Pierre, *Ibidem*, p.115.

⁸⁵¹ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.115-116.

⁸⁵² PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano III, nº 69, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Dezembro de 1901, p.326.

⁸⁵³ CLARK, Christopher, *Ibidem*, p.146.

recusado a ajudar os boéres no conflito contra Inglaterra e teria tido a necessidade de se dirigir à “côrte de sua augusta avó explicar verbalmente o sentido occulto da mensagem, que havia illudido o pobre Kruger, demasiado myope para poder perceber os *distinguos* ardiloso das chancellarias das grandes potencias.”⁸⁵⁴

Em segundo lugar, Consiglieri Pedroso atendia a outro ponto de discordância entre as duas potências: o caminho de ferro de Bagdad. A linha de transporte integrava planos de penetração económica da Alemanha no Império Otomano. Desde 1898, o kaiser dedicava-se a uma aproximação ao sultão Abdulhamid, tendo nesse ano visitado Constantinopla, Jerusalém e Damasco. O sultão, assumindo uma necessidade de modernização do império e procurando a manutenção da sua autoridade, procurou uma possibilidade de abertura económica na extensão até Bagdad do caminho-de-ferro Berlim-Constantinopla. A concessão da linha viria a ser concluída em 1903, mas afectava claramente os interesses ingleses numa ligação rodoviária entre o Egipto e a Índia⁸⁵⁵.

Consiglieri Pedroso considerava, deste modo, que o eventual abandono da política antirussa da Grã-Bretanha, em favor de uma política antigermânica, poderia ser vantajoso. O republicano argumentava que um acordo com a Rússia sobre as questões coloniais conflitantes das duas potências poderia ser entendido como uma forma de estancar a expansão alemã no Golfo Pérsico e na China.⁸⁵⁶

Em 1902, a Grã-Bretanha mantinha a tradicional visão antirussa do *Foreign Office*, reforçada pela repartição da China. Esta partilha era influenciada pela abertura da Coreia por parte do Japão; em 1876, a Península Coreana tornava-se espaço de disputa sino-japonesa pela formação de áreas de influência.

Em 1894, depois da revolta que justificava as intervenções chinesa e japonesa, a China negava a possibilidade de uma reforma conjunta do país ao império do Mikado. Tais as motivações da primeira guerra sino-japonesa, vencida pelo Japão em 1895⁸⁵⁷. O tratado de Shimonoseki, de 17 de Abril de 1895, garantia ao Japão a autonomia coreana,

⁸⁵⁴ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano III, nº 48, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Janeiro de 1901, p.376.

⁸⁵⁵ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.103-106.

⁸⁵⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano III, nº 69, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Dezembro de 1901, p.326.

⁸⁵⁷ DUUS, Peter, *Modern Japan*, Boston, Houghton Mifflin, 1998, pp.140-142.

a Formosa, Pescadores, península de Liandong, Port Arthur e Wei-Hai-Wei, tomado como garantia do pagamento de 200 milhões de tael ao longo de sete anos da China.

Os sucessos japoneses eram de pouca dura; Guilherme II rapidamente alertava as potências europeias para o “perigo amarelo” materializado na expansão japonesa, levando a Rússia, interessada na extensão do transiberiano até Port Arthur e na esfera de influência na Manchúria, a juntar-se à Alemanha para pressionar o Japão a abandonar o tratado. A França, aliada do império dos czares, reforçava as pressões sobre o Japão. Dias depois da assinatura do tratado de Shimonoseki, o Japão era levado a abandoná-lo; recebeu apenas a península de Liandong e uma indemnização de maior dimensão. Este resultado, demonstrava a existência de uma nova zona de expansão: a China⁸⁵⁸.

A primeira potência a aproveitar esta possibilidade foi a Rússia, com a fundação do Banco russo-chinês em 1895, de participação francesa. Sobrevinha uma aliança com a China contra um possível ataque japonês, fundamento sobre o qual assentava a expansão russo do transiberiano até Vladivostok, através da Manchúria, para demarcar a sua área de influência na Coreia juntamente com o Japão⁸⁵⁹. Alcançava também uma concessão da península de Liandong durante 25 anos, o que lhe permitia o controlo sobre Port Arthur⁸⁶⁰, e a esfera de influência na Manchúria.

Outras potências empenharam-se em conseguir influência semelhante, através de concessões noutras zonas da China. Enquanto a Grã-Bretanha o fazia em Hong Kong, a Alemanha ocupava Qingdao e a França, Guangzhou. A estabilidade destas concessões era aparente. Em 1898, o imperador Guangxu era aprisionado num golpe de estado levado a cabo pela imperatriz Cixi. O programa de reformas a que se dedicara seria abandonado e a China submergia em tumulto com a revolta dos Boxers⁸⁶¹. Depois do assassinato de vários missionários e comerciantes ocidentais, eram mortos os plenipotenciários russo e japonês, as legações estrangeiras cercadas, em 21 de Junho de 1899; as potências ocidentais e o Japão replicavam⁸⁶².

⁸⁵⁸ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.118-119.

⁸⁵⁹ *Idem*, *Ibidem*, pp.119-120.

⁸⁶⁰ MURPHEY, Rhoads, *East Asia: A New History*, Londres, Pearson, 2010, pp.299.

⁸⁶¹ *Idem*, *Ibidem*, pp.299-301.

⁸⁶² SCOTT, David, *China and the International System, 1840-1949: Power, Presence and Perceptions in a Century of Humiliation*, Nova Iorque, Suny Press, 2008, pp.144-145.

Uma força internacional libertava as legações em Agosto de 1900, levando à fuga da imperatriz, e do imperador⁸⁶³. O tratado imposto à China em 7 de Setembro de 1901 obrigava o país a uma indemnização de 1750 milhões de tael, a pagar em trinta e nove anos, além de obrigar a uma proibição das sociedades secretas e à instalação de guarnições militares europeias em Pequim⁸⁶⁴.

A principal beneficiada era, inicialmente, a Rússia: depois de conseguir uma autorização do governo chinês para manter as tropas no norte da China, expandia-se na Manchúria⁸⁶⁵. Este avanço russo era observado como particularmente perigoso pelo *Foreign Office*. Em Agosto de 1901, a diplomacia inglesa concluía ser impossível defender a Índia de um ataque russo. Esta conclusão preocupava o governo inglês então empenhado na luta contra os Bóeres. Uma aliança com o Japão assumia-se lógica, já que ambos se sentiam ameaçados pela expansão russa na Manchúria e a presença de tropas japonesas na área constituía a melhor defesa da Índia britânica. O tratado foi assinado em 30 de Janeiro de 1902⁸⁶⁶.

Consiglieri Pedroso reconheceu a importância deste tratado, fórmula de quebrar o “esplendido isolamento”⁸⁶⁷ britânico, como um importante obstáculo à expansão imperial na China; as contratantes referiam o objectivo de defender o *statu quo* do Império do Meio. A Rússia era a principal afectada, mas tanto França, presente no sul da China e a Alemanha, em Kiau-Tchau, viam as suas possibilidades de expansão na zona esbarrarem com a nova aliança⁸⁶⁸.

Em 31 de Maio de 1902 terminava a guerra dos Bóeres, com uma vitória inglesa, como reportava Consiglieri Pedroso no dia seguinte⁸⁶⁹. A possibilidade de formação do “grupo occidental” preconizada republicano parecia tornar-se mais provável. Desde 1896, Lord Salisbury procurava um enfraquecimento da Dupla Aliança, através de uma

⁸⁶³ MURPHEY, Rhoads, *Ibidem*, p.301.

⁸⁶⁴ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.122.

⁸⁶⁵ *Idem*, *Ibidem*.

⁸⁶⁶ CLARK, Christopher, *Ibidem* pp.138-139.

⁸⁶⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano IV, nº73, 1902, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Fevereiro de 1902, p.386.

⁸⁶⁸ *Idem*, *Ibidem*.

⁸⁶⁹ *Idem*, *Ibidem*, Ano IV, nº81, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Junho de 1902, p.527.

aproximação a França, a que se poderia seguir um acordo com a Rússia⁸⁷⁰, como Consiglieri Pedroso havia considerado possível em 1901.

Em 1902, Chamberlain revelou os objectivos britânicos de chegar a relações mais próximas com França ao cônsul francês no Egipto. Embora a opinião pública demonstrasse alguma animosidade nestas questões, principalmente devido ao incidente de Fashoda, Delcassé, ministro dos negócios estrangeiros francês, revelava-se bastante aberto a negociar com os ingleses⁸⁷¹. Tratava-se de uma posição recente para o ministro francês que, tendo chegado ao poder durante o incidente de Fashoda, havia mantido uma posição anti-inglesa bastante marcada, considerando mesmo uma aproximação à Alemanha em 1900, com o objectivo de tomar o Egipto. A recusa alemã conduzia a França a uma posição contrária: a de colaboração franco-inglesa, a consubstanciar-se num acordo, garante do protectorado inglês sobre o Egipto e do francês sobre Marrocos, com exclusão da Espanha. A posição de Delcassé era marcadamente anti-germânica, como se apreciava nas acções do governo francês durante a vindoura crise marroquina⁸⁷².

No campo inglês, Landsdowne aceitava esta proposta a 8 de Abril de 1903. Eduardo VII visitava Paris no mês seguinte, como uma demonstração desta ligação⁸⁷³. A notícia da viagem régia levava no final de Abril Consiglieri Pedroso a comentar as novas alianças em formação na Europa, contrárias aos preceitos da Dupla e da Tríplice aliança⁸⁷⁴. O Autor manifestava-se favorável ao acordo entre a França e a Inglaterra; marcadamente anti-germânico, em Agosto de 1903, no decurso da análise à visita do presidente Loubet a Londres em Julho. Referia a inimizade das duas nações, fundada na Idade Média, evidenciada durante a guerra dos 100 anos e no Bloqueio Continental. Por seu turno, a Alemanha aproveitou estes confrontos, com prejuízo da civilização ocidental, “que sofria com a acintosa separação dos seus dois melhores colaboradores”. As visitas de Eduardo VII e Loubet eram entendidas como precursoras da união do “velho berço das liberdades individuais e do constitucionalismo político” à “pátria dos direitos do homem e da democracia republicana” que, ao contrário da relação entre França, Inglaterra e Alemanha, tratariam de se confrontar apenas no progresso e desenvolvimento económico.

⁸⁷⁰ CLARK, Christopher, *Ibidem* pp.139.

⁸⁷¹ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.142-143.

⁸⁷² CLARK, Christopher, *Ibidem* pp.133-135.

⁸⁷³ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.142-143.

⁸⁷⁴ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº102, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Abril de 1903, p.87.

O saldo final era a “paz no mundo e a consequente fraternidade entre as nações, que demasiado teem esquecido até hoje os seus verdadeiros interesses.”⁸⁷⁵ Nos meses seguintes a posição do Autor clarificava-se aquando do tratado entre os dois países; para Consiglieri Pedroso, esta aliança estava associada à latinidade e à formação da federação latina.

O acordo formava a *entente cordiale*, firmada a 8 de Abril de 1904, com a resolução das disputas coloniais entre França e Inglaterra. Segundo o acordo, França renunciava aos direitos de pesca exclusivos na parte oeste da Terra Nova em troca de concessões em África, demarcava áreas de influência no Siame e nas Novas Hébridas e por fim, comprometia-se a não intervir no Egipto, tal como a Grã-Bretanha prometia a não intervenção em Marrocos. Ambas revelavam-se dispostas a declarar um protectorado sobre a área respectiva, se a outra o fizesse. Esta nova ligação isolava a Alemanha, concentrada em fragmentar a *entente*, aproveitando a crise marroquina de 1905 e a guerra russo-japonesa, do mesmo ano⁸⁷⁶.

A política marroquina de Delcassé, segundo Houass, tinha como objectivo central garantir um protectorado francês sobre Marrocos, assente na rede de alianças francesa concebida para garantir o isolamento da Alemanha na Europa e nas questões marroquinas. A nação latina encontrava a anuência da Grã-Bretanha, Itália e Espanha, que se juntaria à *entente* através de um acordo em Outubro de 1904.

Em Junho de 1904, o governo francês garantia ao sultão Mulei Abd el-Aziz, interessado em levar a cabo reformas na sua administração e em modernizar o seu exército, um empréstimo de 62.500.000 francos, suportado pelas receitas das alfândegas marroquinas e amortizável em trinta anos⁸⁷⁷. Em Janeiro do ano seguinte, uma delegação francesa viajava até Fez para assumir o controlo da polícia e do exército marroquinos, decisão recusada pelo sultão⁸⁷⁸.

Para o *Reich* tratava-se da oportunidade de pôr em prática o seu programa diplomático, de isolar a Grã-Bretanha ao promover a aproximação da França e Rússia à

⁸⁷⁵ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº110, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Agosto de 1903, p.210.

⁸⁷⁶ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.144-145.

⁸⁷⁷ HOUASS, Ilham, *A conferência de Algeciras de 1906: a posição portuguesa face à questão marroquina*, Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em história Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016, pp.42-44.

⁸⁷⁸ CLARK, Christopher, *Ibidem*, p.156.

Alemanha. A primeira decisão era a visita de Guilherme II a Tânger, local onde o imperador defendeu os interesses comerciais da Alemanha em Marrocos e a independência do sultanato; neste contexto, a declaração de um protectorado militar francês era *casus belli*⁸⁷⁹.

Consiglieri Pedroso, por seu lado, considerava o incidente de Tânger inconclusivo sobre as prioridades da política externa de Guilherme II acerca de Marrocos. Citando o telegrama Kruger, enfatizava a forma como Guilherme II se situava entre o apoio expresso e a improcedência de acção. O Autor considerava que embora as declarações do Kaiser pudessem ser observadas como humilhantes para França, a nação latina não se encontrava isolada, podendo valer-se da *entente* com Inglaterra e do acordo com Itália para impôr o seu protectorado a Marrocos. Por fim, o Autor entendia que, embora a Alemanha tentasse afastar França de Inglaterra e da Rússia, os esforços do imperador eram contraproducentes por resultarem num acréscimo da força destas alianças, questionando-se sobre a possibilidade de um acordo entre a Inglaterra e Rússia, mediado por França, referente aos interesses de ambas no continente asiático⁸⁸⁰.

O sultão, inspirado pelas declarações de Guilherme II e pressionado pelo gabinete, solicitou a realização de uma conferência internacional em 1 de Abril de 1905. Delcassé não desconsiderava o belicismo do *kaiser* como uma demonstração de força⁸⁸¹. Todavia, intransigência germânica poderia conduzir ao início de um conflito para o qual a França não se encontrava preparada. Esta circunstância levava à abdicação do ministério, forçada por Rouvier, presidente do conselho de ministros, a 6 de Junho⁸⁸².

A conferência de Algeciras realizava-se entre 16 de Janeiro e 7 de Abril de 1906. Segundo as potências com assento (Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Portugal, Japão, Rússia, Império Otomano, EUA e Marrocos), o objectivo era discutir um conjunto de reformas necessárias a Marrocos. Como clarifica Houass, pretendia-se com a conferência internacional compatibilizar os interesses europeus no território e evitar um conflito franco-alemão, que se alastraria a toda a Europa. Era central que a conferência não falhasse, muito embora as discussões sobre o policiamento dos

⁸⁷⁹ HOUASS, Ilham, *Ibidem*, pp.64-65.

⁸⁸⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano VII, nº150, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Abril de 1905, p.82.

⁸⁸¹ MILZA, Pierre, *Ibidem*, p.128.

⁸⁸² HOUASS, Ilham, *Ibidem*, p.44.

portos marroquinos e sobre o estabelecimento de um banco estatal ameaçassem dissolver o consórcio⁸⁸³.

Ainda assim, ambos os casos representavam vitórias significativas para França, em parte devido à mediação de Theodore Roosevelt, presidente americano. Enquanto a Alemanha pugnava pela internacionalização da questão policial, posição abandonada em favor do estabelecimento de um corpo de polícia do estado de Marrocos, França e Espanha pretendiam partilhar esta responsabilidade de forma exclusiva. A mediação de Roosevelt conduziu à atribuição destas competências ao sultão, embora a formação e instrução fossem encargo de oficiais franceses e espanhóis⁸⁸⁴.

França recebia uma posição privilegiada no banco estatal marroquino, com impacto preponderante no sultanato. Embora os interesses comerciais alemães na região fossem considerados e a independência de Marrocos aceite, a conferência de Algeiras demonstrava a fraqueza da Tríplice Aliança e isolamento do *Reich*, já que as propostas francesas foram apoiadas pela Grã-Bretanha, Espanha, Rússia e Itália, enquanto o Império Alemão apenas havia granjeado o apoio da Áustria-Hungria⁸⁸⁵.

Consiglieri Pedroso referia-se às negociações a 1 de Maio de 1906. Embora considerasse Algeiras uma “discussão puramente académica”, atendendo que as reformas poderiam não ser aplicadas pelo sultão, o Autor não deixava de reconhecer o impacto do resultado da conferência. Em primeiro lugar, a conferência desacreditava a Alemanha face aos países muçulmanos, nos quais, como a Turquia e Marrocos, evocava a promessa de defesa das tendências aglutinadoras e hegemónias das nações cristãs. Em segundo lugar, a conferência manchava o prestígio da Tríplice Aliança, fortalecendo a possibilidade de uma união latina contra a Alemanha; essa, embora não cumprisse o desejo de federação latina do Autor, aproximava-se dele. Como expressava: “A *entente* das quatro nações latinas, da Inglaterra e da Russia (não tardando estas duas ultimas regularem as questões que na Asia as dividem) formará um bloco de tal maneira invencível que perante elle teem que quebrar-se todas as velleidades de dominio universal, que ainda possa alimentar a Alemanha”⁸⁸⁶.

⁸⁸³ *Idem, Ibidem*, p.70.

⁸⁸⁴ *Idem, Ibidem*, pp.72-73.

⁸⁸⁵ CLARK, Christopher, *Ibidem*, pp.156-157.

⁸⁸⁶ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano VIII, nº175, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Maio de 1906, p.99.

Assim, a guerra russo-japonesa ajudava à aproximação entre a Rússia e Inglaterra, culminando numa realidade diplomática que representava uma modificação do sistema internacional em relação 1890, ao quebrar o isolamento de França e construir paralelamente à Tripla Aliança.

Para analisar o impacto da guerra russo-japonesa, as posições de Consiglieri Pedroso parecem-nos particularmente relevantes. Em 1903, o Autor referiu-se à presença continuada de tropas russas na Manchúria, aparentemente sem justificação além da russificação do território⁸⁸⁷. O czar assinou uma convenção com Pequim, em 1902, texto no qual se prometia uma retirada faseada das tropas até Outubro de 1903⁸⁸⁸. Contudo, como Consiglieri Pedroso revelava através de informações do *The Times*, uma nova convenção foi subscrita por ambas as potências, na qual se que colocava à China um conjunto de condições prévias para a retirada das tropas⁸⁸⁹.

Em Novembro seguinte, Consiglieri Pedroso reportava a presença de tropas russas na Manchúria; desta vez demonstrava particular confiança numa vitória eslava no caso de uma guerra russo-japonesa. Segundo argumentava, a Rússia possuía “recursos militares póde dizer-se inexgotáveis, e está disposta a ir até às ultimas extremidades.” Deste modo, “um dos contendores tem de succumbir, e esse não será decerto a Russia.”⁸⁹⁰ Contudo, em Janeiro de 1904, na sequência da proposta japonesa de estabelecimento de áreas de influência, uma partilha que possibilitava a presença russa na Manchúria e japonesa na Coreia, Consiglieri Pedroso colocava a possibilidade de o império nipónico surpreender o mundo, com uma vitória sobre “o colosso” asiático⁸⁹¹.

O conflito entre os dois impérios começava cerca de um mês depois, a 5 de Fevereiro de 1904⁸⁹². Consiglieri Pedroso abandonava rapidamente a confiança inicial num êxito russo, revelando, em Agosto de 1904, a certeza de uma vitória japonesa sobre o antigo

⁸⁸⁷ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº105, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Junho de 1903, p.122.

⁸⁸⁸ MILZA, Pierre, *Ibidem*, p.134.

⁸⁸⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano V, nº105, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Junho de 1903, p.122.

⁸⁹⁰ *Idem, Ibidem*, Ano V, nº115, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Novembro de 1903, p.292.

⁸⁹¹ *Idem, Ibidem*, Ano VI, nº119, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Janeiro de 1904, p.359.

⁸⁹² DUUS, Peter, *Ibidem*, p.145.

“arbitro da paz ou da guerra no mundo”⁸⁹³. Em Março de 1905, o Japão obtinha uma significativa vitória terrestre em Mukden e em 27 de Maio, garantia o sucesso da guerra ao vencer a esquadra russa do Báltico nos Estreitos de Tsushima. Sublinhe-se as condições em que se encontrava a força naval russa, forçada a contornar África. A paz foi assinada em Portsmouth a 5 de Setembro de 1905; o Japão garantia o protectorado sobre a Coreia, um território acrescido de parte de Sakhalin e o Liaodong. O Japão recebia ainda os direitos sobre o caminho-de-ferro russo no sul da Manchúria⁸⁹⁴.

Durante o conflito, Guilherme II, interessado em quebrar a Dupla Aliança, aproximava-se do primo, referindo em correspondência de Fevereiro de 1904 o quão dúplice a França era como aliada. Tal juízo fundava-se na convicção de tráfegos comerciais franco-japoneses. Nova investida era desenvolvida pelo Kaiser, após a finalização da *entente cordiale*: Guilherme II empenhava-se em demonstrar como o acordo não permitia o auxílio francês à Rússia no Extremo Oriente. Sobrevinha uma oferta de aliança do imperador alemão, a 30 de Outubro de 1904, mas sem a recepção esperada⁸⁹⁵.

Depois das graves derrotas sofridas, vislumbrava-se a possibilidade de Nicolau II se mostrar mais disponível, em 1905, às propostas do seu imperial primo. Em 23 de Julho daquele ano, os dois monarcas encontravam-se em Björko, no golfo da Finlândia, e Guilherme II conseguia levar Nicolau II a assinar uma aliança entre a Rússia e Alemanha. O acordo não passava no crivo do ministério dos negócios estrangeiros russo; Lamsdorff, ministro dos negócios estrangeiros, informava o czar da incompatibilidade desta aliança face aos tratados assinados previamente com a França, significativos principalmente devido à possibilidade da Rússia se financiar neste mercado.

Nicolau II renunciava ao entendimento assinado na Finlândia, num momento em que o resultado da conferência de Algeciras demonstrava o malogro das tentativas alemãs de separação da Dupla Aliança e da *Entente cordiale*. Como Consiglieri Pedroso havia previsto, França revelava-se mais interessada em conseguir uma ligação entre a Inglaterra e Rússia⁸⁹⁶.

⁸⁹³ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano VI, nº134, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Agosto de 1904, p.600.

⁸⁹⁴ MURPHEY, Rhoads, *Ibidem*, pp.319-320.

⁸⁹⁵ CLARK, Christopher, *Ibidem*, pp.154-155.

⁸⁹⁶ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.148-149.

Este propósito concretizava-se através da convenção anglo-russa de 31 de Agosto de 1907. Neste documento, demarcavam-se as áreas de influência de cada uma das potências na Pérsia, Afeganistão e Tibete. Embora o acordo fosse claramente desvantajoso para a Alemanha, não havia sido assinado com o objectivo central de a antagonizar. A convenção visava garantir à Grã-Bretanha a segurança das suas posições asiáticas, contra a potência que mais facilmente as poderia ameaçar, a Rússia. A convenção assegurava não só à Rússia a possibilidade de se concentrar nos seus problemas internos, como também prometia uma eventual futura posição britânica favorável ao acesso russo aos Estreitos⁸⁹⁷.

Referindo-se à convenção, Consiglieri Pedroso demonstrava-se feliz por ver a emergência do “Triplice accordo”⁸⁹⁸; convergia claramente com a posição expressa dos signatários, segundo a qual, o mesmo não resultava do objectivo de confrontar potências terceiras. Reconhecia como a convenção anglo-russa, juntamente com a *entente cordiale*, os acordos franco-italianos e a aliança anglo-japonesa, constituíam uma conjuntura diplomática bastante desfavorável à Alemanha e assaz diferente da concebida por Bismarck até 1890⁸⁹⁹.

Os dois blocos de alianças encontravam-se estabelecidos em 1907; volvidos sete anos viriam a confrontar-se no conflito então denominado Grande Guerra. Consiglieri Pedroso, falecido aquando do início do conflito que pretendia a todo o transe evitar, através da formação de uma federação latina, acreditava ser esta a fórmula para assegurar fraternidade entre as nações, até tornar os *Estados Unidos da Europa* uma realidade, ainda que sob a égide da latinidade.

10. Conclusão

Em conclusão, podemos sublinhar que Zófimo Consiglieri Pedroso cultivou a ideia de república durante todo o seu percurso segundo a matriz evolucionista e doutrinária com a qual iniciou a sua participação política. Embora empenhado numa acção conciliadora, tendente à aceitação de acordos com forças terceiras ao republicanismo, o Autor viu malogrados tais intentos, os quais conduziram ao fim abrupto da sua

⁸⁹⁷ CLARK, Christopher, *Ibidem* p.158.

⁸⁹⁸ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, Ano X, nº235, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Novembro de 1908, p.292.

⁸⁹⁹ *Idem*, *Ibidem*, Ano IX, nº210, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Outubro de 1908, p.281.

participação na vida política. Tais perspectivas valiam uma aura de controvérsia a esta figura após o seu desaparecimento⁹⁰⁰.

Contudo, há que sublinhar posições contíguas ao seu ideal de implementação de um regime republicano em Portugal, como seja a sua defesa do municipalismo na CML⁹⁰¹ e no II Congresso Pedagógico, promovido pela Liga Nacional de Instrução⁹⁰², já que entendia que era apenas através de um aumento do poder das municipalidades, consideradas a forma mais democrática de administrar uma nação⁹⁰³, que seria possível implementar um sistema escolar que diminuísse a incidência do analfabetismo em território nacional e incutisse à criança os princípios de que dependia a existência de uma sociedade democrática⁹⁰⁴. Por sua vez, esta deveria ter a possibilidade de contar com os cidadãos para a sua defesa, através da adopção de um modelo de cidadão-soldado⁹⁰⁵, que a educação escolar deveria incutir através do ensino militar⁹⁰⁶.

A possibilidade de manter uma sociedade democrática era, além do exposto, tributária da liberdade de imprensa⁹⁰⁷, pela qual Consiglieri Pedroso pugnou como presidente da Associação de Jornalistas e Homens de Letras⁹⁰⁸, ao combater a proposta de lei nº27-A através de um comício organizado em Lisboa⁹⁰⁹ e de uma representação apresentada à Câmara dos Pares⁹¹⁰, ambas preparadas pela Associação.

Todas estas acções concorriam para o objectivo final: a regeneração cultural e económica de Portugal, através do regime republicano. Para a primeira, além do enunciado, contribuía a rememoração histórica, actividade mobilizadora dos cidadãos⁹¹¹.

A regeneração económica assentava na redução de despesas com a casa real, exército e embaixadas, para que fosse possível prescindir das receitas alfandegárias e

⁹⁰⁰ *A Lucta*, nº1694, Lisboa, [s.n.], 25 de Maio de 1910, p.1.

⁹⁰¹ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1888*, Sessão de 17 de Novembro, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], pp.176-177.

⁹⁰² *A Lucta*, Ano III, nº835, 22 de Abril de 1908, Lisboa, 1908, p.1.

⁹⁰³ Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, Vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.], Sessão de 5 de Junho de 1886, p.105

⁹⁰⁴ *A Lucta*, Ano III, nº835, Lisboa [s.n.], 22 de Abril de 1908, p.1.

⁹⁰⁵ VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo (dirs.), *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade*, Ano II, nº68, Lisboa, [s.n.], 21 de Fevereiro de 1875, p.1.)

⁹⁰⁶ CATROGA, Fernando, *Ibidem*, pp.262-264.

⁹⁰⁷ *A Lucta*, nº417, Ano II, Lisboa, 25 de Fevereiro de 1907, p.1.

⁹⁰⁸ *Gil Blas*, Ano XIX, nº6.897 Paris, [s.n.], 5 de Outubro de 1898, p.3.

⁹⁰⁹ *A Lucta*, nº417, Ano II, Lisboa, 25 de Fevereiro de 1907, p.1.

⁹¹⁰ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº418, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1907, p.1.

⁹¹¹ Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIII, 27ª Série, nº6, Lisboa, Imprensa Nacional, Junho de 1909, p.190.

estabelecer o livre-câmbio⁹¹². Contudo, Consiglieri Pedroso era também sensível à crise agrícola que o país atravessava, à sua reduzida capacidade industrial e aos interesses da RACAP, instituição que pretendia um aumento do proteccionismo cerealífero de modo a permitir a venda dos cereais nacionais utilizados na moagem e panificação a um preço que considerava remunerador para os agricultores lusos⁹¹³.

Em 22 de Junho de 1888, o Autor apresentou na Câmara dos Deputados, juntamente com Augusto Fuschini, uma modificação à proposta de lei nº45-B, de Marianno de Carvalho e de José Luciano de Castro. Esta modificação satisfazia as supraditas reivindicações e legislava no sentido de fomentar o consumo e exportação dos vinhos portugueses⁹¹⁴.

Essa promoção, além de se coadunar com as exigências da RACAP⁹¹⁵, informa-nos sobre como Consiglieri Pedroso pretendia que se operasse a regeneração da economia nacional: Portugal deveria fabricar mercadorias através da transformação dos géneros agrícolas que tinha capacidade de produzir em maior quantidade e qualidade. Ou seja, Consiglieri Pedroso defendia que o país deveria focar-se no fabrico de vinhos e de “artefactos de cortiça”⁹¹⁶.

Contudo, enquanto em relação aos vinhos considerava suficiente promover o seu consumo em solo nacional através de uma redução de impostos e no estrangeiro através de exposições⁹¹⁷, no que tocava aos “artefactos de cortiça”⁹¹⁸, argumentava a favor da protecção do sector. Como o considerava particularmente vulnerável à competição por parte de produtos similares estrangeiros, defendia que devia ser protegido através de direitos alfandegários incidentes sobre a exportação de cortiça em bruto. Pretendia com isto que a mesma não pudesse ser transformada noutros países e reimportada⁹¹⁹, orientação que se aproximava do pensamento de Friedrich List⁹²⁰.

⁹¹² VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo (dirs.), *Ibidem*, Ano I, nº25, Lisboa, [s.n.], 8 de Dezembro de 1875, p.2.

⁹¹³ REIS, Jaime, *Ibidem*, pp.763-764.

⁹¹⁴ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº127 de 22 de Junho de 1888 (Noite), pp.2240-2256.

⁹¹⁵ *Idem*, *Ibidem*, Sessão nº98, de 29 de Maio de 1888, p.1784.

⁹¹⁶ *Idem*, *Ibidem*, Sessão nº22, de 6 de Maio de 1887, p.404.

⁹¹⁷ *Idem*, *Ibidem*, Sessão nº127 de 22 de Junho de 1888 (Noite), pp.2240-2256.

⁹¹⁸ *Idem*, *Ibidem*, Sessão nº22, de 6 de Maio de 1887, p.404.

⁹¹⁹ *Idem*, *Ibidem*, Sessão nº57, de 8 de abril de 1885, pp.1025-1030.

⁹²⁰ Friedrich List (1789-1846) argumentava que uma nação detentora de indústrias menos desenvolvidas do que as suas competidoras estrangeiras, nunca teria a possibilidade de antigir paridade num contexto de livre-câmbio. A importação de produtos industriais mais baratos e produzidos em maior quantidade impedia

José Félix Henriques Nogueira, na sua defesa da liberdade de comércio internacional em *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, apresentava ideias semelhantes: argumentava que a formação de um mercado mundial livre de impostos alfandegários dependia da especialização de cada nação em exportações adaptadas ao seu clima, solo, posição geográfica e nível de conhecimentos técnicos⁹²¹.

Paralelamente, entre 1874 e 1907, notava-se a evolução do pensamento de Consiglieri Pedroso sobre a paz europeia, intimamente ligada à posição do Autor sobre a Latinidade.

Na sua juventude, inspirado pelos preceitos das obras de Charles Lemonnier e de Henriques Nogueira, argumentava em 1874 que Portugal deveria tornar-se uma república de municípios federados. Esta entidade deveria seguidamente formar uma federação com Espanha, sem que a independência de qualquer uma das duas fosse posta em causa⁹²².

Essa posição aproximava-se da de Henriques Nogueira, que argumentava que as nações ibéricas deviam formar uma federação ao subdividir-se em circunscrições que respeitassem a autonomia dos diferentes povos da Península, a saber: Portugal, Galiza, Asturias, Biscaia, Navarra, Catalunha, Valencia, Murcia, Granada, Estremadura, Castela-a-Nova, Castela-a-Velha e Leão⁹²³.

Consiglieri Pedroso ia além deste alvitre ao propôr a formação de uma federação de repúblicas latinas. Numa fase inicial devia incluir Portugal, Espanha, França e Itália, muito embora o objectivo fosse a instituição dos Estados Unidos da Europa⁹²⁴. Influenciado pelas ideias de Lemonnier, argumentava que a federação deveria abolir os exércitos permanentes⁹²⁵ e estabelecer a liberdade de comércio entre os estados confederados⁹²⁶.

as fábricas autóctones de alcançar um nível de produtividade capaz de competir nos mercados interno e externo. Assim, recomendava a restrição da importação de produtos concorrentes através de tarifas protecionistas, a complementar com taxas menores ou inexistentes sobre a importação de matérias-primas. (HOPKINS, Thomas, “The Limits of ‘Cosmopolitical Economy’” in HIPPLER, Thomas, VEC, Miloš, *Paradoxes of Peace in Nineteenth Century Europe*, Oxford, Oxford University Press, 2015 p.85.)

⁹²¹ NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Vol.I, Lisboa, Typographia Social, 1851, pp.118-120.

⁹²² VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo (dirs.), *Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade*, Ano I, nº7, Lisboa, [s.n.], 5 de Dezembro de 1874, pp.1-2.

⁹²³ NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Vol.II, Lisboa, Typographia do Progresso, 1855, pp.266-267.

⁹²⁴ VIDEIRA, Carrilho, PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dirs.), *Ibidem*, p.2.

⁹²⁵ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº50, Lisboa, [s.n.], 29 de Janeiro de 1875, p.1

⁹²⁶ *Idem, Ibidem*, Ano I, nº25, Lisboa, [s.n.], 8 de Dezembro de 1875, p.2

No ano de 1889, em *Os Debates*, as ideias sobre a manutenção da paz europeia surgiam associadas a um conceito de federação latina alargado. Tendo em conta a posição de França no continente na segunda metade da década de 1880, o Autor pretendia que a federação se estendesse a Portugal, França, Espanha, Itália, Bélgica⁹²⁷ e Roménia⁹²⁸, como uma forma de conter a expansão germânica na Europa.

A pertença das suas últimas nações às fileiras da latinidade era fundamentada através de justificações linguísticas: na Roménia, a língua falada era de origem latina⁹²⁹ e na Bélgica, os falantes de Francês eram mais numerosos do que os falantes de alemão⁹³⁰. Consequentemente, ambas estavam sob a esfera da latinidade, fora das áreas de expansão legítima de outros blocos raciais.

Consiglieri Pedroso considerava parte do bloco eslavo os checos, polacos, ucranianos, eslovacos, húngaros, polábios, bósnios, montenegrinos, sérvios e búlgaros, ou seja, povos com uma origem comum na Rússia, onde a raça eslava tinha tido a sua origem. Neste sentido, defendia o paneslavismo sob a égide de uma Rússia democrática. Considerava que o Império Russo devia assimilar estas nacionalidades sem violência⁹³¹.

O bloco germânico seguia um princípio linguístico para legitimar a sua formação: determinado povo ou região pertencia a este bloco caso falasse maioritariamente alemão, o que ia contra a anexação, por exemplo, da Alsácia e Lorena⁹³².

Por fim, o bloco latino era legitimado através de caracteres culturais, linguísticos e raciais. A raça latina havia tido a sua génese nos itálicos, subdivididos em umbro-samnitas e latinos. Descendentes dessa subdivisão, os romanos haviam sido a primeira civilização latina⁹³³. Deste modo, as restantes nações latinas eram comparadas a Roma: as suas leis, formas de governo, instituições municipais, língua e sociedade haviam sido

⁹²⁷ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº89, de 19 de Julho de 1887, p.1835.

⁹²⁸ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), “O juramente político” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano II, 2ª Série, nºXIII, Lisboa, Typographia Nacional, 1887, p.23.

⁹²⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), “O juramente político” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano II, 2ª Série, nºXIII, Lisboa, Typographia Nacional, 1887, p.23

⁹³⁰ Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, *Ibidem*, Sessão nº89, de 19 de Julho de 1887, p.1835

⁹³¹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros, 2015, p.26.

⁹³² PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Manual de Historia Universal*, Paris, Guillard, Aillaud e Cia., 1884, pp.381-382.

⁹³³ *Idem*, *Ibidem*, pp.154-164.

grandemente influenciadas pelos romanos⁹³⁴. Os seus habitantes partilhavam caracteres anatómicos: tinham a pele trigueira e a tendência a apresentar olhos escuros⁹³⁵. Partilhavam também hábitos alimentares, de entre os quais se destacava o consumo de vinho, considerado não apenas característico dos latinos⁹³⁶, mas causa do seu carácter imaginativo e vivência exacerbada das emoções⁹³⁷.

Contudo, o sonho de uma federação latina articulado em 1889 deparava-se com um conjunto de obstáculos. O primeiro destes consistia nas alianças constituídas por Bismarck para manter a França isolada. Muito embora a Exposição Universal de 1889, durante a qual decorreram reuniões de apoiantes da causa latina⁹³⁸, pudesse parecer ao Autor uma demonstração do poder e influência de França, consubstanciada no seu governo republicano⁹³⁹, em contraste com a monárquica e “semi-feudal” Alemanha⁹⁴⁰, a realidade francesa não correspondia com a imagem traçada por Consiglieri Pedroso.

Embora a Tríplice Aliança, renovada em 1887, sofresse de instabilidade graças à duplicidade inerente ao tratado reassegurado assinado por Bismarck no mesmo ano⁹⁴¹, o isolamento de França era claro.

Tendo em conta o contexto internacional, a formação de blocos raciais afigurava-se-lhe a solução mais propícia, já que o agrupamento das diferentes raças resultaria supostamente na supremacia latina, garante da paz na Europa por representar uma forma de conter a expansão do bloco alemão⁹⁴².

Ainda assim, os resultados da derrota de 1871 continuavam a estar presentes na consciência francesa no final da década de 1880 e não resultavam em todos os casos no sentimento de que seria através do panlatinismo que a supremacia das nações descendentes de Roma seria garantida. O ganho de popularidade que Boulanger havia operado durante o seu mandato como ministro da guerra entre 1885 e 1886 era

⁹³⁴ *Idem, Ibidem*, p.216.

⁹³⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros 2015, p.144.

⁹³⁶ *Idem, Ibidem*, p.34.

⁹³⁷ *Idem, Ibidem*, p.93.

⁹³⁸ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Os Debates*, Ano II, nº356, Lisboa, [s.n.], 29 de Setembro de 1889, p.1.

⁹³⁹ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº270, Lisboa, [s.n.], 20 de Junho de 1889, p.1.

⁹⁴⁰ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº296, Lisboa, [s.n.], 23 de Julho de 1889, p.1.

⁹⁴¹ CLARK, Christopher, *Ibidem*, pp.126-127.

⁹⁴² BENVINDA, Frederico, *Ibidem*, p.4.

demonstração dessa realidade. Revanchista, o general tornava-se cada vez mais popular através das suas declarações antigermânicas e das suas promessas de recuperar as províncias perdidas⁹⁴³.

Mesmo os esforços do governo francês no sentido de diminuir o seu impacto político, ao enviá-lo para Clermont-Ferrand, não tiveram o efeito desejado. O escândalo que envolveu Daniel Wilson em 1887 levava os apoiantes de Boulanger a acreditar que este político representava um baluarte da justiça na governação, contra um governo corrupto, de que apenas beneficiavam aqueles próximos do poder; um homem capaz de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e de realizar as ambições revanchistas dos seus apoiantes⁹⁴⁴.

Todavia, muito embora Boulanger tenha vencido a eleição para deputado por Paris em Janeiro de 1889, nunca chegou a tomar posse do cargo⁹⁴⁵. Exilado na Bélgica⁹⁴⁶, seria condenado pelo Alto Tribunal de Justiça sem ter comparecido a qualquer sessão⁹⁴⁷, acabando por se suicidar em 1891⁹⁴⁸.

Muito embora Consiglieri Pedroso considerasse o revanchismo “o maior de todos os perigos para a manutenção da paz”⁹⁴⁹, o momento boulangista demonstrava o quão mobilizadoras as ideias do general eram. Embora Consiglieri Pedroso não deixasse de defender ideias panlatinas, acreditando ao mesmo tempo que em caso de um conflito estar próximo, o poder militar francês seria uma força dissuasora capaz de travar qualquer propósito belicista da Tríplice Aliança⁹⁵⁰, ficava demonstrado que ideais como os seus eram menos apoiados do que soluções imediatas. Estas eram mobilizadoras porque prometiam garantir a vingança de França contra o inimigo de 1871 a curto prazo.

Consiglieri Pedroso, por outro lado, propunha uma estratégia de longa duração, segundo a qual França deveria desenvolver-se economicamente e formar ligações

⁹⁴³ BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.138.

⁹⁴⁴ DAVIES, Peter, *The Extreme right in France, 1789 to the Present – From de Maistre to Le Pen*, Nova Iorque, Routledge, 2002, p.66.

⁹⁴⁵ SOWERWINE, Charles, *Ibidem*, p.59

⁹⁴⁶ BURY, J.P.T, *Ibidem*, p.141

⁹⁴⁷ *Idem*, *Ibidem*.

⁹⁴⁸ RAYMOND, Gino, “Boulanger, Georges (1837-1891)” in RAYMOND, Gino, *Historical Dictionary of France*, Plymouth, The Scarecrow Press, 2008, p.38.

⁹⁴⁹ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº270, Lisboa, [s.n.], 20 de Junho de 1889, p.1.

⁹⁵⁰ *Idem*, *Ibidem*, Ano II, nº367, Lisboa, [s.n.], 10 de Outubro de 1889, p.1.

diplomáticas que garantissem a sua supremacia no continente, acabando por recuperar as províncias perdidas⁹⁵¹.

Uma das ligações que considerava central era aquela que se deveria realizar entre a França e a Itália. Contudo, na sua argumentação a favor desta aproximação, Consiglieri Pedroso ignorava o papel da Prússia feita Alemanha, na política externa do Reino de Itália. Argumentava que a nação latina devia a França uma garantia de amizade, graças aos esforços franceses para a unificação italiana⁹⁵².

Contudo, havia sido a Prússia que, através da sua vitória sobre o Império Austríaco em Königsgratz (3 de Julho de 1866), havia conseguido que Veneza ficasse em mãos italianas⁹⁵³. Do mesmo modo, foi graças à guerra Franco-prussiana (1870-1871), que obrigou Napoleão III a retirar as suas tropas de Roma, antes ser capturado durante a batalha de Sedan, que em Setembro de 1870 as tropas governamentais italianas puderam tomar Roma⁹⁵⁴.

Mesmo assim, Consiglieri Pedroso não deixava de criticar Francesco Crispi pelo que considerava serem decisões anti-latinas. O governante era acusado de preferir uma ligação à Alemanha, com o objectivo de aumentar o peso de Itália no panorama internacional, ao invés de escolher uma aliança com França⁹⁵⁵.

As consequências desta decisão, segundo argumentava, eram claras. Dava como exemplo a crise económica que teve início em 1887 e que a Alemanha não havia conseguido travar⁹⁵⁶, referia também a guerra de tarifas com França entre 1887 e 1898, que afectou com mais gravidade Itália. Considerava ambas resultado da política anti-francesa de Crispi⁹⁵⁷.

Mesmo em face do isolamento de França, Consiglieri Pedroso mantinha-se convicto da inevitabilidade da formação de uma federação latina. Essa convicção levava-o a criticar as posições revanchistas de Boulanger, que ameaçavam a paz em nome de uma recuperação imediata da Alsácia e Lorena, e a censurar as decisões dos governos de

⁹⁵¹ *Idem, Ibidem.*

⁹⁵² PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

⁹⁵³ BEALES, Derek, BIAGINI, Eugenio F., *Ibidem*, p.151.

⁹⁵⁴ CLARCK, Martin, *Ibidem*, p.87

⁹⁵⁵ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

⁹⁵⁶ *Idem, Ibidem*, Ano II, nº330, Lisboa, [s.n.], 1 de Setembro de 1889, p.1.

⁹⁵⁷ PEDROSO, Zófimo Consiglieri (dir.), *Ibidem*, Ano II, nº331, Lisboa, [s.n.], 3 de Setembro de 1889, p.1.

Depretis e de Crispi que, não induzindo a uma aproximação a França, eram consideradas anti-latinas.

O isolamento diplomático de França foi quebrado em Agosto de 1891 através de um acordo assinado com a Rússia, prelúdio da Dupla Aliança, firmada em 4 de Janeiro de 1894⁹⁵⁸, na sequência das rupturas implementadas por Guilherme II na política externa alemã⁹⁵⁹.

Em 1901, Consiglieri Pedroso criticava tanto a Tríplice⁹⁶⁰ como a Dupla Aliança⁹⁶¹. Considerava-as desactualizadas face às novas realidades do sistema internacional: eram resquícios de uma cultura diplomática assente no resultado da guerra franco-prussiana, logo, obsoletas após a reaproximação franco-italiana do final do século XIX⁹⁶².

Em 1903, propôs pela última vez um alargamento da federação latina: segundo articulava, a proximidade franco-italiana era basilar na constituição de um alinhamento que a Grã-Bretanha, impregnada de *sangue latino* pelas conquistas normandas, devia integrar. Esta representante do “mundo germanico propriamente dito”⁹⁶³ estaria destinada a “formar ao lado da grande federação latina como defensora e representante mais genuíno [*sic*] da liberdade moderna”⁹⁶⁴.

Dois anos antes, Consiglieri Pedroso propunha um acordo entre a Grã-Bretanha e a Rússia, no sentido do estabelecimento de áreas de influência em zonas por ambas disputadas⁹⁶⁵.

A *entente cordiale* tomava forma em 8 de Abril de 1904⁹⁶⁶ e a convenção anglo-russa em 31 de Agosto de 1907⁹⁶⁷. Embora estes acordos não correspondessem à aspirada federação latina, constituíam um mecanismo de contenção do império alemão ao criar

⁹⁵⁸ BURY, J.P.T, *Ibidem*, pp.145-146.

⁹⁵⁹ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.87-88.

⁹⁶⁰ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, nº 84, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Julho de 1902, p.562.

⁹⁶¹ *Idem*, *Ibidem*, nº 102, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Abril de 1903, p.87.

⁹⁶² BURY, J.P.T, *Ibidem*, pp.161-162.

⁹⁶³ PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, nº 115, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Novembro de 1903, p.292.

⁹⁶⁴ *Idem*, *Ibidem*.

⁹⁶⁵ *Idem*, *Ibidem*, nº 69, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Dezembro de 1901, p.326.

⁹⁶⁶ MILZA, Pierre, *Ibidem*, pp.144-145.

⁹⁶⁷ CLARK, Christopher, *Ibidem*, p.158.

“A *entente* das quatro nações latinas, da Inglaterra e da Rússia (...)”⁹⁶⁸, que corporizavam “(...) um bloco de tal maneira invencível que perante elle teem que quebrar-se todas as velleidades de dominio universal, que ainda possa alimentar a Alemanha”⁹⁶⁹.

Era este o entendimento de Consiglieri Pedroso sobre a Tríplice Entente, a qual, a par da aliança anglo-japonesa, gerava uma conjuntura diplomática na Europa que, inversamente à realidade de 1889, proporcionava um obstáculo inequívoco à concretização dos objectivos expansionistas germânicos no continente e no âmbito extra-europeu⁹⁷⁰.

11. Fontes e bibliografia

Arquivos consultados

Arquivo Histórico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - A.H.F.L.U.L.

Gabinete de Estudos Olisiponenses – G.E.O.

Fontes Iconográficas

"Manoel de Arriaga e Consiglieri Pedroso em viagem de propaganda eleitoral à Madeira.", CasaComum.org, 1884. [Disponível online em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_113962]

"Fotografia de conjunto com Silva Lisboa, Dr. Manuel de Arriaga, Dr. Magalhães Lima, Zófimo Consiglieri Pedroso, Dr. Alves da Veiga e Emídio de Oliveira.", CasaComum.org, 1880-1899. [Disponível online em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_114306]

Fontes impressas

Sessões da Câmara Municipal de Lisboa

⁹⁶⁸ VITOR, Jaime (dir.), *Ibidem*, nº175, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Maio de 1906, p.99.

⁹⁶⁹ *Idem*, *Ibidem*.

⁹⁷⁰ *Idem*, *Ibidem*, nº210, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Outubro de 1908, p.281.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 2 de Janeiro de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 3 de Março de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 4 de Março de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 6 de Março de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 10 de Março de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 12 de Março de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 15 de Março de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 17 de Março de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 5 de Junho de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 6 de Junho de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 14 de Junho de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 1 de Julho de 1886.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 6 de Novembro de 1888.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 17 de Novembro de 1888.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 31 de Dezembro de 1888.

Câmara Municipal de Lisboa. Sessão de 5 de Setembro de 1889.

Debates Parlamentares

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº11, de 16 de Janeiro de 1884.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº2, de 17 de Dezembro de 1884.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº4, de 20 de Dezembro de 1884.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº7, de 24 de Dezembro de 1884.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº8, de 26 de Dezembro de 1884.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº9, de 27 de Dezembro de 1884.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº12, de 31 de Dezembro de 1884.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº3, de 7 de Janeiro de 1885.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº9, de 16 de Janeiro de 1885.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº47, de 17 de Março de 1885.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº57, de 8 de Abril de 1885.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº83, de 15 de Maio de 1885.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº2, de 5 de Janeiro de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº7, de 12 de Janeiro de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº24, de 8 de Fevereiro de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº25, de 9 de Fevereiro de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº35, de 24 de Fevereiro de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº36, de 26 de Fevereiro de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº42, de 12 de Março de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº48, de 20 de Março de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº57, de 2 de Abril de 1886.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº7, de 15 de Abril de 1887.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº21, de 4 de Maio de 1887.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº22, de 6 de Maio de 1887.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº63, de 23 de Junho de 1887.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº71, de 30 de Junho de 1887.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº72, de 1 de Julho de 1887.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº80, de 11 de Julho de 1887.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº89, de 19 de Julho de 1887.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº3, de 9 de Janeiro de 1888

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº64, de 14 de Abril de 1888.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº79, de 4 de Maio de 1888.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº82, de 9 de Maio de 1888.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº98, de 29 de Maio de 1888.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº99, de 30 de Maio de 1888.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº125, de 22 de Junho de 1888.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº7, de 10 de Janeiro de 1889.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº17, de 25 de Janeiro de 1889.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº36, de 27 de Abril de 1889.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº43, de 9 de Maio de 1889.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº50, de 20 de Maio de 1889.

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão nº75, de 14 de Junho de 1889.

Periódicos

Almanach da Biblioteca Republicana Democratica, 1874.

Almanach Republicano, 1875-1877.

A Lucta, 1906-1910.

Biblioteca Republicana Democrática dedicada ás novas gerações de Portugal e Brasil, 1874-1876.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1892-1910.

Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal, 1907-1910.

Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada, 1899-1910.

Bulletin mensuel de la Société de Législation Comparée, 1900.

Diário do Governo, 1907.

Froebel: revista de instrução primaria, 1882.

Gil Blas, 1891-1908.

La Gazette Algerienne, 1891.

L'Astronomie : revue mensuelle d'astronomie, de météorologie et de physique du globe et bulletin de la Société astronomique de France, 1901.

Le XIXe siècle: jornal quotidiano, politique et littéraire, 1902.

Le Figaro: journal non politique, 1908.

Le Petit Journal, 1908.

Le Radical, 1908.

Le Rappel, 1885.

Le Temps, 1908.

L'Universelle Exposition de 1889 Illustrée, 1887.

Messidor: informations du monde entier, 1908.

Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro, 1910.

Os Debates, 1888-1889.

O Positivismo, 1878-1882.

Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo), 1886-1888

Republica – Liberdade – Igualdade – Solidariedade, 1874-1875.

Revue encyclopédique: recueil documentaire universel et illustré, 1898.

Serões: Revista mensal ilustrada, 1903-1910.

The South Australian Advertiser, 1888.

Varões Assinalados, 1909.

Obras impressas

ARNDT, Ernst Moritz, “Des Deustcher Vaterland”, [s.l.], [s.n.], 1813. [Disponível online em: <http://www3.ilch.uminho.pt/kultur/Des%20Deutschen%20Vaterland.htm>].

BATEL, Henry, PEDROSO, Zófimo Consiglieri (trad.), “A morte de dois inimigos: episodio da guerra franco-alemã” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Biblioteca Republicana Democrática dedicada ás novas gerações de Portugal e Brasil*, Ano I, Vol. III, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, pp.49-66.

BUCKLE, Henry Thomas, *History of Civilization in England*, Nova Iorque, D. Appleton and Company, 1884.

Câmara Municipal de Lisboa, *Actas de vereação 1886*, Vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.]

Idem, *Actas de vereação 1886*, Vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.]

Idem, *Actas de vereação 1887*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.]

Idem, *Actas de vereação 1888*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.]

Idem, *Actas de vereação 1889*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, [s.d.]

CARVALHEIRA, Rozendo, “Consiglieri Pedroso e o Centenario de Alexandre Herculano” in Sociedade de Geografia de Lisboa, *Supplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Outubro de 1910, pp.9-15.

CHARTAILHAC, M. Emlie, *Congrès International D’anthropologie & D’Archéologie Préhistoriques – Rapport sur la session de Lisbonne par M. Emlie Chartailhac - Représentant au congrès le ministère de l’instrucion publique – Directeur do laboratoire D’Anthropologie de Toulouse*, Paris, E. Boban, 1880.

Curso Superior de Letras, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, Tomo 2º, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.].

Idem, *Livro das Actas do Curso Superior de Letras*, Tomo 3º, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.].

Idem, *Livro dos concursos do Curso superior de Letras*, Curso Superior de Letras, [s.d.].

Idem, *Livro do registo dos termos de juramentos dos professores do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.].

Idem, *Termos de exames de alumnos do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.].

Idem, *Termos de posse do director e Secretário do Curso superior de Letras*, Lisboa, Curso Superior de Letras, [s.d.].

DUJARDIN-BEAUMETZ, Georges, AUDIGÉ, *Recherches Expérimentales sur la Puissance Toxique des Alcools*, Paris, Octave Doin, 1879.

DUJARDIN-BEAUMETZ, Georges, *Dictionnaire Thérapeutique de Matière Médicale, de Pharmacologie, de Toxicologie et de Eaux Minérales*, Paris, Octave Doin, 1889.

Idem, *De la Miélite Aiguë*, Paris, Germer Baillière, 1872.

Idem, *Formulaire pratique de thérapeutique et de pharmacologie*, Paris, Octave Doin, 1887.

Idem, *Leçons de Clinique Thérapeutique*, Vol.I a III Paris, Octave Doin, 1884-1885.

Idem, *Leçons de Clinique Thérapeutique Professées à l'hôpital Saint-Antoine*, Vol. I a III, Paris, Octave Doin, 1880-1884.

Idem, *L'hygiène alimentaire*, Paris, Octave Doin, 1889.

GRAINHA, M. Borges, “Consiglieri Pedroso propagandista da instrução popular” in Sociedade de Geografia de Lisboa, *Suplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIV, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Setembro de 1910, pp.5-9.

Haute Cour de Justice, *Affaire Boulanger, Dillon, Rochefort – Procédure Générale*, Paris, Impr. de P. Mouillot, 1889.

LATIMER, Elizabeth, *France in the Nineteenth Century*, Chicago, A.C. McClurg and Company, 1896.

LEMONNIER, Charles, “Les États-Unis D’Europe” in POUPIN, Victor M., *Bibliothèque Démocratique*, Paris, Librairie de la Bibliothèque Démocratique, 1872.

LEMONNIER, Charles, LIMA, Magalhães (trad.), “Os Estados Unidos da Europa” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Biblioteca Republicana Democrática dedicada às novas gerações de Portugal e Brasil*, Ano I, Vol. I, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, pp.1-60.

Idem, “Os Estados Unidos da Europa” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Biblioteca Republicana Democrática dedicada às novas gerações de Portugal e Brasil*, Ano I, Vol. III, Lisboa, Typographia da Europa, 1874, pp.2-38.

NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Vol.I, Lisboa, Typographia Social, 1851.

NOGUEIRA, José Félix Henriques, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Vol.II, Lisboa, Typographia do Progresso, 1855.

NORONHA, D. Francisco de, “O Funeral” in SILVA, Caetano Alberto da (dir.), *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, Ano XXXIII, Vol. XXXIII, Nº1141, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 10 de Setembro de 1910, p.203.

Idem, “Zofimo Consiglieri Pedroso” in SILVA, Caetano Alberto da (dir.), *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*, Ano XXXIII, Vol. XXXIII, Nº1141, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, 10 de Setembro de 1910, pp.202-203.

PEDROSO, Zófimo Consiglieri, “A Grecia na Historia da Humanidade” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano II, Vol. II, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1879-1880, pp.130-139.

Idem, “As causas primarias e finaes” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano II, Vol. II, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1879-1880, pp.10-16.

Idem, “A filosofia e pedagogia na Allemanha” in TERNAS, Feio, PINTO, Caetano, MENDES, A. Ferreira (redats.), *Froebel: revista de instrução primaria*, Ano I, 1ª Série, nº1, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 21 de Abril de 1882, p.6.

Idem, “A revolução de 1839” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano III, 3ª Série, nºXLVI, Lisboa, Typographia Nacional, 1888, p.3.

Idem, “As mouras encantadas” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.) *O Positivismo*, Ano III, Vol. III, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, [s.d.], pp.371-385.

Idem, *Catalogo Bibliographico das Publicações Relativas aos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Impensa Nacional, 1912.

Idem, *Compêndio de História Universal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

Idem, *Compêndio de História Universal*, 2ª Edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1885.

Idem, “Corrida para o abismo” in CAMACHO, Brito (dir.), *A Lucta*, Ano III, nº867, Lisboa, [s.n.], 25 de Maio de 1908, p.1.

Idem, “Excursão à Escandinávia” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano II, nº36, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Julho de 1900, pp.188-189.

Idem, “Ex Occidente lux!” in CAMACHO, Brito (dir.), *A Lucta*, Ano III, nº882, Lisboa, [s.n.], 8 de Junho de 1908, p.1.

Idem, “Importancia e interesse do estudo da Historia na actualidade” in PEDROSO, Zófimo Consiglieri, *As Grandes Épocas da História Universal*, Porto, Livraria Civilização, 1883, pp.11-25.

Idem, *Influência dos descobrimentos portugueses na Historia da Civilização*, Lisboa, A Liberal, 1898.

Idem, “Joaquim Antonio d’Aguia” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano III, 3ª Série, nºXXXIV, 1888, pp.1-32.

Idem, “José Estevão e a reacção religiosa” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano I, 1ª Série, nºIV, 1886, pp.1-32.

Idem, “L’Expansion Coloniale au XVI^e Siècle” in ARANHA, Brito, BASTOS, Teixeira, BELLET, Daniel, et. al., *Le Portugal Geographique, Ethnologique, Administratif, Économique, Littéraire, Artistique, Historique, Politique, Colonial, etc.*, Paris, Librairie Larousse, 1900, pp.256-268.

Idem, *Manual de Historia Universal*, Paris, Guillard, Aillaud e Cia., 1884.

Idem, “Mouzinho da Silveira” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano II, 3^a Série, n^oXXVII, 1887, pp.1-32.

Idem, “O amor na Revolução” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1876*, Ano II, Lisboa, Nova Livaria Internacional, 1875, pp.34-37

Idem, “O accordo luso-brasileiro” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal illustrada*, Ano XII^o, n^o266, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Fevereiro de 1910, p.22.

Idem, “O Congresso de Instrução Primária” in MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões: Revista mensal illustrada*, Ano IX, 2^a Série, Vol. VII, n^o37, Lisboa, Typographia do Annuario Commercial, Julho de 1908, pp.33-35.

Idem, “O juramente politico” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano II, 2^a Série, n^oXIII, Lisboa, Typographia Nacional, 1887, pp.1-32.

Idem, “Os factores de evolução histórica do commercio universal (these para o concurso da sexta cadeira do instituto commercial de Lisboa)”, Lisboa, Typographia da Era Nova, 1884 in Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, *Miscelanea*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, [s.d.], pp.2-23.

Idem, “O Fortuito na História” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano III, Vol. I, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, 1878-1879, pp.16-19.

Idem, “O Lobis-Homem” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano III, Vol. III, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, [s.d.], pp.241-256.

Idem, “O que o povo deve saber” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano I, 1^a Série, n^oI, Lisboa, Typographia Nacional, 1886, pp.1-32.

Idem, “O que é a Republica” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano I, 1ª Série, nºII, Lisboa, Typographia Nacional, 1886, pp.1-32.

Idem, *O suffragio universal ou a intervenção das classes trabalhadoras no Governo do Paiz* in *Bibliotheca Republicana Democratica*, Vol. II, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1876.

Idem, “Parnell e a Irlanda” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano II, 1ª Série, nºVII, Lisboa, Typographia Nacional, 1887, pp.1-32.

Idem, “Passos Manuel” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano II, 2ª Série, nºXIX, Lisboa, Typographia Nacional, 1887, pp.1-32.

Idem, “A revolução de 1830” in *Propaganda Democrática (Publicação Quinzenal Para o Povo)*, Ano III, 3ª Série, nºXLVI, Lisboa, Typographia Nacional, 1888, pp.1-32.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº48, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Janeiro de 1901, p.376.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº49, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Fevereiro 1901, p.10.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº50, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Fevereiro de 1901, p.28.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº51, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Março de 1901, p.43.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº52, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Março de 1901, p.50.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº53, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Abril de 1901, p.66.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº62, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Agosto de 1901, p.212.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano III, nº69, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Dezembro de 1901, p.326.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano V, nº73, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Fevereiro de 1903, p.386.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano IV, nº80, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Maio de 1902, p.511.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano IV, nº81, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Junho de 1902, p.527.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano IV, nº84, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Julho de 1902, p.562.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano V, nº102, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Abril de 1903, p.87.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano V, nº105, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Junho de 1903, p.122.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano V, nº115, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Novembro de 1903, p.292.

Idem, “Politica Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano VI, nº119, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Janeiro de 1904, p.359.

Idem, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano VI, nº134, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Agosto de 1904, p.600.

Idem, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano VII, nº150, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Abril de 1905, p.82.

Idem, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano VIII, nº175, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Maio de 1906, pp.99-101.

Idem, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano IX, nº210, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 16 de Outubro de 1907, pp.281-283.

Idem, “Política Internacional” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano X, nº235, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Novembro de 1908, pp.292-294.

Idem, “Superstições populares” in BRAGA, Teófilo, MATOS, Júlio de (dirs.), *O Positivismo*, Ano III, Vol.III, Porto, Livraria Universal de Magalhães & Moniz, [s.d.], pp.140-163.

Idem, *Um brado contra a pena de morte*, Lisboa, Livraria Internacional, 1874.

Idem, “Um encontro em Paris (O dialecto indo-portuguez de Ceylão)” in VITOR, Jaime (dir.), *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Ano II, nº 41, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1 de Outubro de 1900, p.259.

Idem, *Vinte dias na Rússia: impressões de uma primeira viagem*, Lisboa, Feitoria dos Livros 2015.

Idem, “Vinte dias na Rússia” in MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões. Revista Mensal Ilustrada*, Ano III, 1ª Série, Vol. IV, nº22, Lisboa, [s.n.], Outubro de 1903, pp.205-221.

Idem, “Vinte dias na Rússia” in MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões. Revista Mensal Ilustrada*, Ano IV, 1ª Série, Vol. IV, nº23, Lisboa, [s.n.], Fevereiro de 1904, pp.255-264.

Idem, “Vinte dias na Rússia” in MENDONÇA, Henrique Lopes de (dir.), *Serões. Revista Mensal Illustrada*, Ano IV, 1ª Série, Vol. IV, nº24, Lisboa, [s.n.], Dezembro de 1904, pp.319-343.

TERENAS, Feio, “Escola Central-municipal Nº1 II” in TERENAS, Feio, PINTO, Caetano, MENDES, A. Ferreira (redats.), *Froebel: revista de instrução primaria*, Ano I, 1ª Série, nº6, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 15 de Julho de 1882, pp.4-6.

VASCONCELLOS, Ernesto de, “O Accordo Luzo-Brazileiro” in Sociedade de Geografia de Lisboa, *Supplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIV, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Outubro de 1910, p.3-4.

VIANA, A. R. Gonçalves, “Consiglieri Pedroso como poliglota” in Sociedade de Geografia de Lisboa, *Supplemento do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Ano XXXIV, 28ª Série, nº9, Lisboa, Typographia Universal, Outubro de 1910, pp.17-19.

VIDEIRA, Carrilho, “Ao Leitor” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach da Bibliotheca Republicana Democratica para 1875*, Ano I, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1874, pp.3-23.

VIDEIRA, Carrilho, “Aos Leitores” in VIDEIRA, Carrilho (dir.), *Almanach Republicano para 1878*, Ano IV, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877, pp.72-77.

Bibliografia

AGUILAR, Manuel Busquets de, *O curso superior de letras: 1858-1911*, Tese de Doutoramento na secção de Ciências Históricas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1939.

ALVES, Daniel, *A República atrás do balcão (1870-1910): Os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia*, Lisboa, Edições Cosmos, 2012.

Assemblée Nationale de France, “Jules, François, Paul Grévy (1807-1891)” *apud* ROBERT, Adolphe, COUGNY, Gaston, *Dictionnaire des parlementaires français de 1789 à 1889*, 5 Vols., Paris, Edgar Bourloton, 1889-1891 [Disponível online em http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/3578. Consultado em 22 de Dezembro de 2018].

Assemblée Nationale de France, “Paul Déroulède (1846-1914)” apud JOLLY, Jean, *Dictionnaire des parlementaires français de 1889 à 1940*, 7 Vols., Paris, Presses Universitaires de France, 1960-1977 [Disponível online em http://www2.assemblee-nationale.fr/sycomore/fiche/%28num_dept%29/2409. Consultado em 21 de Dezembro de 2018].

BEALES, Derek, BIAGINI, Eugenio F., *The Risorgimento and the Unification of Italy*, Nova Iorque, Routledge, 2013.

BENVINDA, Frederico, “Peace and War in 1880s Europe: Zófimo Consiglieri Pedroso’s views on European multilateralism” in Instituto da Defesa Nacional, *IDN Brief*, Janeiro de 2018, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2018, pp.1-5.

Biblioteca Nacional de Portugal, *Jornais republicanos – 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2011.

BOTTOMORE, Tom, “Lassalle, Ferdinand (1825-1864)” in DURLAUF, Steven N., BLUME, Lawrence E., *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Londres, Palgrave Macmillan, 2018, pp.7612-7613.

BOYLE, Francis Anthony, *Foundations of World Order: The Legalist Approach to International Relations, 1898-1922*, Londres, Duke University Press, 1999.

BRAUDEL, Fernand, Telma Costa (trad.), *A Gramática das civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989.

BRENNAN, Thomas, “France, Production and Consumption of Alcohol in” in BLOCKER, Jack S., FAHEY, David M., TYRRELL, Ian R. (eds.), *Alcohol and Temperance in Modern History*, Vol.I, Santa Barbara, ABC Clio, 2003, pp.248-251.

BROOKS, Michael D. “Civilizing the Metropole: The Role of the 1889 Parisian Universal Exposition's Colonial Exhibits in Creating Greater France” in BEILE, Penny, HAHS-VAUGHN, Debbie, LYONS, Amelia, et al. (eds.), *The University of Central Florida Undergraduate Research Journal*, Ano IX, Vol. VI, nº2, Florida, UCF, 24 de Julho de 2013, p.72. [Disponível online em: <https://www.urj.ucf.edu/docs/brooks.pdf>]. Consultado em 11 de Agosto de 2018 apud LE ROY, Alfred (dir.), *L’Universelle Exposition de 1889 Illustrée*, Ano II, 3ª Série, nº2, Paris, [s.n], 1 de Fevereiro de 1887, p.4.

BURY, J.P.T, *France - 1814-1940*, Londres, Routledge, 2003.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris, “Meio século de Congressos Brasileiros de Geografia: Impressões de uma releitura” in Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, *Terra Brasilis (Nova Série)*, Ano V, Vol. VIII, S. Paulo, Laboratório de Geografia Política da Universidade de S. Paulo, 2017, pp.1-21.

CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

CLARCK, Martin, *Modern Italy, 1871 to the Present*, Nova Iorque, Routledge, 1995.

CLARCK, Martin, *The Italian Risorgimento*, Harlow, Pearson-Longman, 2009.

CLARK, Christopher, *The Sleepwalkers – How Europe Went to War in 1914*, Londres, Allen Lane (Penguin Books), 2012.

COUVANEIRO, João Luis Serrenho Frazão, *O Curso Superior de Letras (1861-1911): Nos primórdios das Ciências Humanas em Portugal*, Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de doutor em História, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

CRAIG, Gordon A., *Germany, 1866-1945*, Oxford, Claredon Press Oxford, 1999.

DAVIES, Peter, *The Extreme right in France, 1789 to the Present – From de Maistre to Le Pen*, Nova Iorque, Routledge, 2002.

DORES, Hugo Gonçalves, *A História na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa 2008.

DUARTE, Alice, “A antropologia portuguesa. A opção etno-folclorista do Estado Novo” in Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1999, pp.81-95.

DUTTON, Kenneth R., “Henry Rochefort and his Companions in Australia” in GILMOUR, Jane, LEWIS, Elaine (eds.), *Explorations*, nº32, Melbourne, Institute for the Study of French-Australian Relations, Junho de 2002, pp.4-28.

DUUS, Peter, *Modern Japan*, Boston, Houghton Mifflin, 1998.

FEBRER, José L. Fresquet, “Georges Dujardin Beumetz (1833-1895)” in FEBRER, José L. Fresquet (dir.), *De la materia medida a la quimioterapia de síntesis* (exposição do Instituto de Historia de la Ciencia y Documentación Lópex Piñero da Universidade de Valência), CSIC-UV, 1999. [Disponível online em <https://www.uv.es/~fresquet/TEXTOS/Farmacologia/biodujard.html>. Consultado em 18 de Dezembro de 2018].

FERNANDES, Ana Lúcia, “Liga Nacional de Instrução” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp.675-676.

FERNANDES, Ana Lucília Cunha, PINTASSILGO, Joaquim, “A influência alemã e a construção da modernidade pedagógica em Portugal – o exemplo da revista Froebel (1882-1885)” in HERNÁNDEZ DIAS, José Maria (orgs.), *Influencias alemanas en la educación española e iberoamericana (1809-2009)*. *Congreso Internacional Iberoamericano*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2009, pp.551-567.

FULLER, Robert Lynn, *The Origins of the French National Movement, 1886-1914*, North Carolina, McFarland and Company, 2012.

GILADI, Amotz, “The elaboration of pan-Latinism in French intellectual circles, from the turn of the nineteenth century to World War I” in Liverpool University, *Journal of Romance Studies*, Ano XIV, Vol. XIV, nº1, Liverpool, Liverpool University Press, Primavera de 2014, pp.56-72.

GIGLIOBIANCO, Alfredo, GIORDANO, Claire, “Economic Theory and Banking Regulation: The Italian Case (1861-1930s)” in Banca d’Italia, *Quaderni di Storia Economica*, Ano X, nº5, Roma, Banca d’Italia, Novembro de 2010, pp.1-71.

GUY, KOLEEN M., “Rituals of pleasure in the land of treasures: Wine consumption and the making of French identity in the late nineteenth century” in BELASCO, Warren, SCRANTON, Philip (orgs.), *Food Nations: Selling taste in consumer societies*, Nova Iorque, Routledge, 2002, pp.34-47.

HAMBURG, Gary, “Russian political thought, 1700-1917” in LIEVEN, Dominic (ed.), *The Cambridge History of Russia*, Vol. II, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp.116-144.

HÉNAUT, Stéphane, MITCHELL, Jeni, *A Bite-sized History of France: Gastronomic Tales of Revolution, War and Enlightenment*, Nova Iorque, The New Press, 2018.

HIPPLER, Thomas, VEC, Miloš, *Paradoxes of Peace in Nineteenth Century Europe*, Oxford, Oxford University Press, 2015, pp.77-91.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal: O contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Edições Minerva, 1989.

HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda republicana 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora, 1990.

HOMEM, Amadeu Carvalho, “A propaganda republicana durante a monarquia constitucional” in MEDINA, João (org.), *História de Portugal*, Vol.IX, Amadora, Editora Ediclube, 1993, p.285-290.

HOUASS, Ilham, *A conferência de Algeciras de 1906: a posição portuguesa face à questão marroquina*, Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em história Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.

IRVINE, William D., *The Boulanger Affair Reconsidered: Royalism, Boulangism and the Origins of the Radical Right in France*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1989.

JAMES, Harold, O’ROURKE, Kevin, “Italy and the First Age of Globalization, 1861-1940” in Banca d’Italia, *Quaderni di Storia Economica*, Ano XII, nº16, Roma, Banca d’Italia, Outubro de 2012, pp.1-36.

KELLY, Patrick J., *Tirpitz and the Imperial German Navy*, Bloomington, Indiana University Press, 2011.

KINZER, Bruce L., “Gladstone, William Ewart (1809-1898)” in MITCHELL, Sally (ed.), *Victorian Britain – An Encyclopedia*, Nova Iorque, Garland, 1988, p.331-332.

LAINS, Pedro, *Os Progressos do Atraso: Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

LEAL, Ernesto Castro, “A Ideia Federal no Republicanismo Português (1910-1926)” in ARAÚJO, Ana Cristina (dir.), *Revista de História das Ideias*, Ano XXIX, Vol. XXVII, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp.251-291.

LEAL, João, “A antropologia em Portugal e o englobamento da cultura popular” in CAVALCANTI, Maria Laura (ed.), *Sociologia & Antropologia*, Ano VI, Vol. VI, nº2, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016, pp.293-319.

LEAL, Ernesto Castro, “Liga Nacional” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. II, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp.672-673.

LEAL, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970) - Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000.

LEAL, João, “The history of Portuguese Anthropology” in TRESCH, John (dir.), *History of Anthropology Newsletter*, Ano XXVI, Vol. XXVI, nº2, Pennsylvania, University of Pennsylvania, Dezembro de 1999, pp.10-18.

LEAL, Manuel Maria Cardoso, *A rotação partidária em Portugal. A aprendizagem da Alternância política (c.1860-1890)*, Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2016.

LE GOFF, Jacques, “Progresso/reacção” in ROMANO, Ruggiero (dir.), GIL, Fernando (coord.) *Enciclopédia Einaudi*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, pp.338-370.

MAASS, Matthias, “Catalyst for the Roosevelt Corollary: Arbitrating the 1902-1903 Venezuela Crisis and Its Impact on the Development of the Roosevelt Corollary to the Monroe Doctrine” in MCKERCHER, Bryan, *Diplomacy and Statecraft*, Ano XIX, Vol.20, nº3, 2009, pp.383-402.

MACMILLAN, Margaret, *The War that Ended Peace: How Europe Abandoned Peace for the First World War*, Londres, Profile Books, 2013.

MARÔPO, Lidia, “Construções identitárias dos jornalistas: uma análise comparada entre Brasil e Portugal” in MARTINS, Moisés de Lemos, PINTO, Manuel (Orgs.), *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de*

Ciências da Comunicação, Braga, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, 2008, pp.414-427.

MARQUES, A.H. de Oliveira, “Pedroso (Zófimo Consiglieri)” in MARQUES, A.H. de Oliveira, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. II, Lisboa, Delta, 1986, col.1103.

MATOS, Sérgio Campos, “A história na instrução pública oitocentista: permanências e inovações” in ESTRELA, Albano (org.), *Contributos da investigação científica para a qualidade do ensino, Actas do III Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, Vol. I, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1997, pp.182-185.

MATOS, Sérgio Campos, *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

MATOS, Sérgio Campos, “História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX” in A. M. Hespanha (dir.), *Penélope – Fazer e desfazer a História*, Ano IV, nº8, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, pp.51-71.

MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

MEIRELES, Maria Conceição, “Do iberismo ao ibero-americanismo, da federação latina à confederação luso-brasileira – percursos e reflexões de alguns intelectuais portugueses entre os séculos XIX e XX” in SPERANDIO, Ana Maria Girotti (ed.), *Intellectus*, Ano XIII, nº2, Jaguinará, UNIFAJ, 2017, pp.24-44.

MILZA, Pierre, *As Relações Internacionais de 1871 a 1914*, Lisboa, Edições 70, 2007.

MORI, Massimo, “Kant and cosmopolitanism” in PIMENTEL, Manuel Cândido, MORUJÃO, Carlos, SILVA, Miguel Santo, *Immanuel Kant nos 200 anos da sua morte*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2006, pp.307-321.

MUNHOLLAND, Kim, “Mon docteur le vin”: Wine and Health in France, 1900-1950” in HOLT, Mack P. (ed.), *Alcohol: a social and cultural history*, Oxford, Berg, 2006, pp.77-86.

MURPHEY, Rhoads, *East Asia: A New History*, Londres, Pearson, 2010.

NUNES, Lucília Rosa Mateus, *Zófimo Consiglieri Pedroso, Vida, Obra e Acção Política*, tese de mestrado em história cultural e política apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 1993.

NUNES, Teresa, “José Veríssimo de Almeida – ideias política e militância partidária (1881-1912)” in NUNES, Teresa (coord.), *José Veríssimo de Almeida – Percursos de Agronomia e Política Portuguesa (1870-1912)*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 2017, pp.109-149.

PALMER, Michael, “Daniel Wilson and the decorations scandal of 1887” in O'SHAUGHNESSY, Martin, YOUNG, Patrick, *Modern and Contemporary France*, Vol.1, nº2, Londres, Association for the Study of Modern and Contemporary France, 1993, pp.139-150.

PAUL, Harry W., *Bacchic Medicine: Wine and Alcohol Therapies from Napoleon to the French Paradox*, Amesterdão, Editions Rodopi, 2001.

PEREIRA, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.

PHILLIPS, Roderick, “Absinthe” in BLOCKER, Jack S., FAHEY, David M, TYRRELL, Ian R. (eds.) *Alcohol and Temperance in Modern History*, Vol.I, Santa Barbara, ABC Clio, 2003, pp.1-3.

PHILLIPS, Roderick, *Alcohol: a history*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2014.

PIRES, Ana Paula, “Questão do Trigo” in ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol.III, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp.447-452.

PRESTWICH, Patricia E., “France, Temperance in” in BLOCKER, Jack S., FAHEY, David M, TYRRELL, Ian R. (eds.), *Alcohol and Temperance in Modern History*, Vol.I, Santa Barbara, ABC Clio, 2003, pp.251-254.

PRESTWICH, Patricia E., “French Workers and the Temperance Movement” in BLOK, Aad (ed.), *International Review of Social History*, Vol.XXV, nº1, Abril de 1980, pp.35-52.

PROENÇA, Maria Cândida, MANIQUE, António Pedro, “A estabilização político-institucional” in REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. II, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp.89-101.

RAYMOND, Gino, “Boulanger, Georges (1837-1891)” in RAYMOND, Gino, *Historical Dictionary of France*, Plymouth, The Scarecrow Press, 2008, pp.37-38.

RAYMOND, Gino, “Ferry, Jules (1832-1893)” in RAYMOND, Gino, *Historical Dictionary of France*, Plymouth, The Scarecrow Press, 2008, pp.133-134

REIS, Jaime, A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914) in SOBRAL, José Manuel (dir.), *Análise Social*, Vol.XV, n.º 60 Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1979, pp.745-793.

RIBEIRO, Lia, *A popularização da cultura republicana (1881-1910)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

RODRIGUES, Maria Manuela, “A higienização da escola primária portuguesa no amanhecer do século 20” in STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Camara (eds.), *História da Educação*, Ano XVII, Vol. XVIII, nº42, Santa Maria, Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação, 2014, pp.75-92.

SÁ, Victor de, “Niilismo: uma hipótese romântica” in Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Ano XXI, nº11, Porto, FLUP, 1991, pp.221-225.

SEXTON, Jay, *The Monroe Doctrine: Empire and Nation in Nineteenth-Century America*, Nova Iorque, Farrar, Straus and Giroux, 2011

SCOTT, David, *China and the International System, 1840-1949: Power, Presence and Perceptions in a Century of Humiliation*, Nova Iorque, Suny Press, 2008.

SOUSA, Jorge Pedro, TEIXEIRA, Patrícia Oliveira, “As associações de jornalistas, em Portugal, até 1974, e as suas publicações – contributo para uma reflexão acerca do associativismo jornalístico” in VENTURA, Mauro de Sousa (dir.), *Revista Comunicação Midiática*, Ano II, Vol. VI, nº3, Setembro/Dezembro de 2011, S. Paulo, FAAC-UNESP, 2011, pp.10-30.

SOWERWINE, Charles, *France since 1870*, Londres, Palgrave Macmillan, 2018.

TOUCHARD, Jean, *História das Ideias Políticas*, Vol. IV, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1959.

VAYRE, P., “Assassinat du Président Sadi Carnot: 1894, Déficit chirurgical et gageure d’un martyr” in MANTION, Georges, *e-Mémoires de l’Académie National de Chirurgie*, Vol.IX, nº2, Paris, Académie National de Chirurgie, 2010, p.22-31 [Disponível online: DOI: 10.14607/emem.2010.2.022. Consultado em 22 de Dezembro de 2018]

VENTURA, António, *Anarquistas, republicanos e socialistas em Portugal: As convergências possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

VENTURA, António, *Magalhães Lima: Um idealista impenitente*, Lisboa, Assembleia da República, 2011.

VENTURA, António, *Uma História da Maçonaria em Portugal (1727-1986)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

VENTURA, António, “Zófimo Consiglieri Pedroso” in MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, Vol. 9, Amadora, Ediclube, 2004, pp.372-374.

WEITZ, Eric D., *Creating German Communism, 1890-1990*, New Jersey, Princeton University Press, 1997.

WOHLGEMUTH, H., “Liebknecht, Karl” in HASS, Gerhart, OBERMANN, Karl, PÄTZOLD, Kurt et al. (eds.), *Biographisches Lexikon zur deutschen Geschichte*, Berlim, Deutscher Verlag der Wissenschaften, 1970, p.415-417.

“Zophimo Consiglieri Pedroso” in SILVA, Innocencio da, ARANHA, Brito, *Dicionário bibliográfico português – estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Brito Aranha em virtude de contrato celebrado com o governo português*, Tomo XX (13º do suplemento), Lisboa, Imprensa nacional, 1911, pp.301-304.